

# Índice

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

## 2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	12
3.4 - Política destinação de resultados	13
3.5 - Distribuição de dividendos	15
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	16
3.7 - Nível de endividamento	17
3.8 - Obrigações	18
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	19

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	20
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	46
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	47
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	50
4.5 - Processos sigilosos relevantes	52
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	54
4.7 - Outras contingências relevantes	56
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	58

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	59
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	65
5.3 - Descrição - Controles Internos	67

## Índice

5.4 - Programa de Integridade	70
5.5 - Alterações significativas	73
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	74
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	75
6.3 - Breve histórico	76
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	78
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	79
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	80
7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista	93
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	94
7.3 - Produção/comercialização/mercados	96
7.4 - Principais clientes	105
7.5 - Efeitos da regulação estatal	106
7.6 - Receitas relevantes no exterior	113
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	114
7.8 - Políticas socioambientais	115
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	116
<b>8. Negócios extraordinários</b>	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	117
8.2 - Alterações na condução de negócios	118
8.3 - Contratos relevantes	119
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	120
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	121
9.1.a - Ativos imobilizados	122
9.1.b - Ativos Intangíveis	126
9.1.c - Participação em sociedades	127
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	130
<b>10. Comentários dos diretores</b>	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	131

## Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	159
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	161
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	162
10.5 - Políticas contábeis críticas	166
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	168
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	169
10.8 - Plano de Negócios	170
10.9 - Outros fatores com influência relevante	171
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	172
11.2 - Acompanhamento das projeções	180
<b>12. Assembléia e administração</b>	
12.1 - Estrutura administrativa	181
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	194
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	198
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	200
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	201
12.7/8 - Composição dos comitês	206
12.9 - Relações familiares	210
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	211
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	214
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	215
<b>13. Remuneração dos administradores</b>	
13.1 - Política/prática de remuneração	216
13.2 - Remuneração total por órgão	220
13.3 - Remuneração variável	224
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	226
13.5 - Remuneração baseada em ações	229
13.6 - Opções em aberto	230
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	231
13.8 - Precificação das ações/opções	232

## Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	233
13.10 - Planos de previdência	234
13.11 - Remuneração máx, mín e média	235
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	236
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	237
13.14 - Remuneração - outras funções	238
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	239
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	240
<b>14. Recursos humanos</b>	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	241
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	242
14.3 - Política remuneração dos empregados	243
14.4 - Relações emissor / sindicatos	244
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	245
<b>15. Controle e grupo econômico</b>	
15.1 / 2 - Posição acionária	246
15.3 - Distribuição de capital	249
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	250
15.5 - Acordo de Acionistas	251
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	253
15.7 - Principais operações societárias	254
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	256
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	257
16.2 - Transações com partes relacionadas	259
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	260
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	261
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações - Capital social	262
17.2 - Aumentos do capital social	263
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	264
17.4 - Redução do capital social	265

## Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	266
<b>18. Valores mobiliários</b>	
18.1 - Direitos das ações	267
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	268
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	269
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	270
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	271
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	272
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	273
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	274
18.8 - Títulos emitidos no exterior	275
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	276
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	277
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	278
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	279
<b>19. Planos de recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Descrição - planos de recompra	286
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	287
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	288
<b>20. Política de negociação</b>	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	289
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	290
<b>21. Política de divulgação</b>	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	291
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	292
21.3 - Responsáveis pela política	293
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	294

## 1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**André Alarcon de Almeida Prado**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Marco Antonio de Modesti**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

## 1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

### 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

**ANDRÉ ALARCON DE ALMEIDA PRADO**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 005.125.617-70 (SSP/ES), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o nº 005.125.617-70, com endereço comercial na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Alameda Bom Pastor, nº 2.216, Barro Preto, na qualidade de Diretor Presidente da BBM Logística S.A. ("Companhia"), declara, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

---

**ANDRÉ ALARCON DE ALMEIDA PRADO**

## 1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

### 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

**MARCO ANTONIO DE MODESTI**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 3.591.208-8, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o nº 724.238.093-15, com endereço comercial na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Alameda Bom Pastor, nº 2.216, Barro Preto, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da BBM Logística S.A. ("Companhia"), declara, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

---

**MARCO ANTONIO DE MODESTI**

## **1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores**

### **1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores**

Não aplicável, uma vez que as declarações individuais do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores foram apresentadas nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência, respectivamente.

**2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	418-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	KPMG - Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	57.755.217/0001-29
<b>Período de prestação de serviço</b>	20/11/2017
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Os serviços prestados pelos auditores independentes foram: (i) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 e para o período de três meses findo em 31 de março de 2021; (ii) revisão limitada e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas; (iii) serviços de diligência de novas aquisições; (iv) serviços de conformidade e assessoria fiscal; (v) revisão de impostos diretos e indiretos com a identificação de eventuais créditos e débitos tributários que a Companhia não tenha registrado de acordo com a legislação fiscal vigente nas obrigações acessórias fiscais; e (vi) revisão da documentação referente à oferta pública de distribuição de ações da Companhia.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	O montante total da remuneração dos auditores em decorrência dos serviços prestados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$3.420.712, correspondente aos seguintes serviços prestados: (i) R\$771.658 para a auditoria e revisão limitada e emissão de relatório de auditoria sobre os exercício social encerrado no período de 31 de dezembro de 2020, e informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020; (ii) R\$926.822 para os serviços de diligência de novas aquisições; (iii) R\$145.703 para serviços de conformidade e assessoria fiscal; e (iv) R\$1.576.529 para revisão da documentação referente à oferta pública de distribuição de ações da Companhia.
<b>Justificativa da substituição</b>	Não aplicável.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
João Alberto Dias Panceri	20/11/2017	016.871.839-10	Vunes Machado, 68, Centro, Curitiba, PR, Brasil, CEP 80250-000, Telefone (41) 33042500, e-mail: JPanceri@kpmg.com.br

## **2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores**

### **2.3 - Outras inf. relev. - Auditores**

Não há outras informações que a Companhia julgue sejam relevantes.

**3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado**

<b>(Reais Unidade)</b>	<b>Últ. Inf. Contábil (31/03/2021)</b>	<b>Exercício social (31/12/2020)</b>	<b>Exercício social (31/12/2019)</b>	<b>Exercício social (31/12/2018)</b>
Patrimônio Líquido	126.723.000,00	127.537.000,00	120.751.000,00	99.488.000,00
Ativo Total	912.377.000,00	814.457.000,00	664.116.000,00	312.319.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	298.637.000,00	1.002.017.000,00	608.880.000,00	507.618.000,00
Resultado Bruto	26.111.000,00	122.192.000,00	55.048.000,00	50.117.000,00
Resultado Líquido	-814.000,00	8.899.000,00	13.746.000,00	5.817.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	40.760.818	40.760.818	40.760.818	36.232.057
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	3,110000	3,130000	2,960000	2,750000
Resultado Básico por Ação	-0,020000	0,218300	0,371200	0,190800
Resultado Diluído por Ação	-0,02	0,07	0,18	0,18

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

#### 3.2 - Medições não contábeis

##### a) Valor das medições não contábeis

A Companhia registrou EBITDA no valor de R\$ 23.799 milhões no período de 3 (três) meses encerrado em 31 de março de 2021 e R\$ 20.088 milhões no período de 3 (três) meses encerrado em 31 de março de 2020. O EBITDA registrado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram R\$ 105.728 milhões, R\$ 59.855 milhões e R\$ 47.552 milhões respectivamente.

(R\$ Mil)	Período de 3 meses findo em		Exercício social encerrado em 31		
	31 de março de		de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
<b>EBITDA<sup>(1)</sup></b>	23.799	20.088	105.728	59.855	47.552
<b>Margem EBITDA</b> (EBITDA / Receita Líquida)	7,97%	8,83%	10,55%	9,83%	9,37%
<b>EBITDA LTM<sup>(2)</sup></b>	109.439	-	105.728	59.855	47.552
<b>Dívida Bruta</b>	402.375	-	284.959	218.864	127.335
<b>Dívida Bruta Ajustada<sup>(3)</sup></b>	495.529	-	383.924	277.056	134.335
<b>Dívida Líquida</b>	277.167	-	243.835	156.392	108.604
<b>Dívida Líquida/EBITDA LTM</b>	2,53	-	2,31	2,61	2,28
<b>(Patrimônio Líquido / Dívida Bruta Ajustada)</b>	0,2618	-	0,3322	0,4358	0,7406

<sup>(1)</sup> EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

<sup>(2)</sup> EBITDA LTM: Para 31/03/2021 – Equivale aos 3 meses de 2021, somados aos 12 meses de dezembro de 2020, subtraído os 3 meses de 2020.

<sup>(3)</sup> Dívida bruta ajustada é equivalente à soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, adicionados às dívidas com as debêntures de curto e longo prazo e das obrigações com o contas a pagar por aquisição de controladas de curto e longo prazo.

##### b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

###### EBITDA:

(R\$ Mil)	Período de 3 meses findo em 31		Exercício social encerrado em 31		
	de março de		de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Lucro Líquido (prejuízo)	(814)	(2.654)	8.899	13.746	5.817
Despesas financeiras líquidas	8.258	5.696	25.626	21.444	16.137
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(1.658)	(37)	(278)	(9.749)	5.696
Depreciação, Amortização e Depreciação do ativo de direito de uso	18.013	17.009	71.481	34.414	19.901
<b>EBITDA</b>	<b>23.799</b>	<b>20.014</b>	<b>105.728</b>	<b>59.855</b>	<b>47.552</b>

###### Margem EBITDA:

(R\$ Mil)	Período de 3 meses findo em 31		Exercício social encerrado em 31		
	de março de		de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	298.637	226.773	1.002.017	608.880	507.618
<b>EBITDA<sup>(1)</sup></b>	23.799	20.014	105.728	59.855	47.552
<b>Margem EBITDA</b> (EBITDA / Receita Líquida de Vendas)	7,97%	8,83%	10,55%	9,83%	9,37%

**3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis****EBITDA LTM período de 31 de março de 2021:**

<b>R\$ mil</b>	<b>Período de 3 meses findo em 31 de março de 2021 (+)</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (+)</b>	<b>Período de 3 meses findo em 31 de março de 2020 (-)</b>	<b>Período de doze meses findo em 31 de março de 2021 (=)</b>
Lucro Líquido (Prejuízo)	(814)	8.899	(2.654)	10.739
Despesas financeiras líquidas	8.258	25.626	5.696	28.188
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(1.658)	(278)	37	(1.973)
Depreciação, Amortização e Depreciação do ativo de direito de uso	18.013	71.481	17.009	72.485
<b>EBITDA<sup>(1)</sup></b>	<b>23.799</b>	<b>105.728</b>	<b>20.088</b>	<b>109.439</b>

<sup>(1)</sup> Nós calculamos o EBITDA de acordo com a Instrução No. 527 da CVM que é obtido pelo resultado líquido do período, acrescido dos Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, das despesas financeiras líquidas e das depreciações, amortizações e depreciações por direito de uso.

**Dívida Bruta Ajustada**

<b>(R\$ Mil)</b>	<b>Em 31 de março de</b>	<b>Em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Empréstimo e Financiamentos - Curto Prazo	62.212	92.066	51.873	55.795
Empréstimo e Financiamentos - Longo Prazo	103.562	156.999	117.555	71.540
<b>Empréstimos e Financiamentos - Total</b>	<b>165.774</b>	<b>249.065</b>	<b>169.428</b>	<b>127.335</b>
Debêntures - Curto Prazo	43.864	14.806	13.564	-
Debêntures - Longo Prazo	192.737	21.088	35.872	-
<b>Debêntures - Total</b>	<b>236.601</b>	<b>35.894</b>	<b>49.436</b>	<b>-</b>
<b>Dívida Bruta</b>	<b>402.375</b>	<b>284.959</b>	<b>218.864</b>	<b>127.335</b>
Contas a pagar por aquisição de controladas - Curto Prazo	40.634	32.758	9.528	1.250
Contas a pagar por aquisição de controladas - Longo Prazo	52.520	66.207	48.664	5.750
<b>Contas a pagar por aquisição de controladas - Total</b>	<b>93.154</b>	<b>98.965</b>	<b>58.192</b>	<b>7.000</b>
<b>Dívida Bruta Ajustada</b>	<b>495.529</b>	<b>383.924</b>	<b>277.056</b>	<b>134.335</b>
Patrimônio Líquido	126.723	127.537	120.751	99.488
<b>(Patrimônio Líquido / Dívida Bruta Ajustada)</b>	<b>0,2557</b>	<b>0,3322</b>	<b>0,4358</b>	<b>0,7406</b>

**3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**

Outro índice que a Companhia entende ser relevante é o índice de dívida líquida/EBITDA.

(R\$ milhões)	Em 31 de março de 2021	2020	Em 31 de dezembro de 2019	2018
Empréstimos e Financiamentos <sup>(1)</sup>	165,8	249,1	169,4	127,3
Debêntures	236,6	35,9	49,4	-
Dívida Bruta	402,4	285	218,9	127,3
Caixa e equivalente de caixa	125,2	41,1	62,5	18,7
Dívida Líquida	277,2	243,8	156,4	108,6
EBITDA	23,8	105,7	59,9	47,6
EBITDA LTM Proforma <sup>(2)</sup>	121,0	117,3	107,1 <sup>(3)</sup>	-
Dívida Líquida / EBITDA LTM Pro forma	2,29	2,08	1,46	-

<sup>(1)</sup> Considera a soma do passivo circulante e não circulante.

<sup>(2)</sup> Para os anos de 2019 e 2020 o EBITDA LTM Pro forma refere-se ao EBITDA calculado dos últimos 12 meses seguidos e proforma, pois considera a totalidade do EBITDA das empresas no intervalo de tempo como se a operação houvesse sido concluída antes do início do período. Para os trimestres o cálculo considera o EBITDA Proforma do ano anterior, somando o EBITDA contábil do 1º trimestre do ano corrente e deduzindo o do 1º trimestre do ano anterior.

<sup>(3)</sup> EBITDA pro forma apurado no período foi de R\$ 131.192 mil, contudo excluído o efeito do reconhecimento de créditos não recorrentes referente à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS, retroagindo este direito a setembro de 2006 no valor de R\$ 24.100 mil.

**EBITDA LTM Proforma período de 31 de março de 2021:**

(R\$ mil)	Período de 3 meses findo em 31 de março de 2021	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 proforma	Período de 3 meses findo em 31 de março de 2020	Período de doze meses findo em 31 de março de 2021
	(+)	(+)	(-)	(=)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(814)	11.800	(2.654)	13.639
Despesas financeiras líquidas	8.258	27.398	5.696	29.566
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(1.658)	2.007	37	220
Depreciação, Amortização e Depreciação do ativo de direito de uso	18.013	76.063	17.009	84.764
<b>EBITDA<sup>(1)</sup></b>	<b>23.799</b>	<b>117.268</b>	<b>20.088</b>	<b>120.979</b>

**c) Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações.**

A Companhia utiliza o EBITDA como medição não contábil, com o intuito de prover informação financeira adicional sobre a sua capacidade de gerar resultados operacionais e possibilitar uma comparação com os concorrentes de mercado, os quais, em geral, também utilizam tal medição. De acordo com a Instrução CVM 527, o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

O EBITDA não é uma medida definida nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, assim como não consta nas práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devendo ser considerado (i) como substituto para o lucro líquido, como indicador de desempenho operacional da Companhia, (ii) como substituto do fluxo de caixa ou

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

(iii) como indicador de liquidez da Companhia.

O EBITDA LTM também é uma medida utilizada pela Companhia, principalmente para mediar seu desempenho de geração de resultados operacionais num período de 12 meses móveis. LTM significa Last Twelve Months, ou seja, últimos doze meses. O cálculo para o período findo em 31 de março de 2021 compreende os 3 primeiros meses de 2021, mais os 12 meses de 2020, menos os 3 primeiros meses de 2020. Essa medida é importante quando comparamos resultado com posições do balanço patrimonial. O principal índice no qual a companhia utiliza o EBITDA LTM é alavancagem financeira ou endividamento.

A Margem EBITDA é um indicador financeiro de rentabilidade operacional que é resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas. Esse percentual permite saber a lucratividade da operação da Companhia antes da remuneração do capital de terceiros, dos impostos e da recuperação dos recursos investidos. Quanto maior for a margem EBITDA, melhor será o desempenho da Companhia nesse indicador.

A Dívida Bruta é a soma dos saldos dos empréstimos e financiamentos mais o saldo de debêntures registrados no curto e no longo prazo.

Dívida Líquida é o resultado da dívida bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia entende que a medição o índice de endividamento Dívida Líquida / EBITDA LTM é um bom indicador na avaliação do seu grau de endividamento em relação à sua capacidade de geração de resultados e consequente geração de caixa. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

O EBITDA LTM *pro forma* é uma medida utilizada pela Companhia para medir principalmente seu desempenho de geração de resultados operacionais considerando um período de 12 meses móveis incluindo o EBITDA das empresas adquiridas na mesma métrica LTM, como se a operação houvesse sido concluída antes do início do período. O cálculo para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 compreende os 3 primeiros meses de 2021, somado aos 12 meses de 2020, subtraído os 3 primeiros meses de 2020. O cálculo para o período de três meses findo em 31 de março de 2020 compreende os 3 primeiros meses de 2020, somado aos 12 meses de 2019, subtraído dos 3 primeiros meses de 2019. Essa medida é essencial para a Companhia comparar o resultado com posições do balanço patrimonial. O principal índice no qual a Companhia utiliza o EBITDA LTM *pro forma* é alavancagem financeira ou endividamento.

O índice de Patrimônio Líquido / Dívida Bruta Ajustada é uma medida utilizada para prover uma perspectiva do endividamento da Companhia, além de fazer parte das cláusulas dos *covenants* financeiros na Escritura da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, que prevê a liquidação antecipada das debêntures caso este índice seja inferior a 25%.

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs**

#### **3.3 - Eventos subsequentes às DFs**

Em 16 de abril de 2021, a Companhia obteve êxito em uma ação judicial referente à inconstitucionalidade do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS. Com o trânsito em julgado, a Companhia teve reconhecido o direito de reaver, mediante compensação, os valores destacados, devidamente corrigidos por índice inflacionário. O impacto financeiro está sendo levantado com base na documentação em posse da Companhia e encontra-se em fase final de validação pelos seus assessores legais. Ressaltamos que, para aproveitamento do referido crédito, tal valor ainda deverá ser objeto de validação via procedimento administrativo perante a Superintendência da Receita Federal do Brasil.

**3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados****3.4 - Política destinação de resultados**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Regras sobre a retenção lucros</b>	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (" <u>Lei das Sociedades por Ações</u> "), bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.
<b>Valores das retenções de lucros</b>	Reserva Legal: R\$445 mil Distribuição de Dividendos: R\$2.114 mil Reserva de Incentivos Fiscais: R\$6.742 mil	Reserva Legal: R\$687 mil Retenção de Lucros: R\$11.156 mil	Reserva Legal: R\$291 mil Retenção de lucros: R\$5.996 mil
<b>Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	Reserva Legal: 5,0% Distribuição de Dividendos: 23% Reserva de Incentivos Fiscais: 72%	Reserva Legal: 5,0% Retenção de lucros: 74%	Reserva Legal: 5,0% Retenção de lucros: 78%
<b>Regras sobre a distribuição de dividendos</b>	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço.</p> <p>Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço.</p> <p>Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço.</p> <p>Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
<b>Restrições às distribuições de dividendos</b>	Não havia restrições às distribuições de dividendos.	Não havia restrições às distribuições de dividendos.	Não havia restrições às distribuições de dividendos.
<b>Política de destinação de resultados formalmente aprovada</b>	Não aplicável, tendo em vista que, além das regras previstas em seu Estatuto Social, a Companhia não possui e nem nunca possuiu uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, tendo em vista que, além das regras previstas em seu Estatuto Social, a Companhia não possui e nem nunca possuiu uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, tendo em vista que, além das regras previstas em seu Estatuto Social, a Companhia não possui e nem nunca possuiu uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

**3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos**

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil (2020/2021)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	-814.000,00	8.899.000,00	13.746.000,00	7.669.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,690000	11,380000	5,850000
Dividendo distribuído total	0,00	2.114,00	3.265,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	7.187.000,00	11.843.000,00	5.996.000,00
Data da aprovação da retenção		12/04/2021	22/05/2020	26/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo						
Ordinária	0,00		0,00				0,00	
<b>Outros</b>								
Ordinária					0,00			

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas**

#### **3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas**

Nos últimos três exercícios sociais e no período de 3 meses findo em 31 de março de 2021, não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

**3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/03/2021</b>	785.654.000,00	Índice de Endividamento	0,86110676	
<b>31/12/2020</b>	686.920.000,00	Índice de Endividamento	0,84340855	

**3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações**

<b>Últ. Inf. Contábil (31/03/2021)</b>							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		12.301.194,15	25.525.614,28	1.442.979,23	0,00	39.269.787,66
Financiamento	Garantia Flutuante		31.913.710,02	55.573.299,05	3.754.389,00	0,00	91.241.398,07
Títulos de dívida	Garantia Flutuante		43.864.000,00	132.044.465,12	60.468.534,88	0,00	236.377.000,00
Financiamento	Quirografárias		17.997.096,82	15.641.856,10	1.847.863,33	0,00	35.486.816,25
<b>Total</b>			<b>106.076.000,99</b>	<b>228.785.234,55</b>	<b>67.513.766,44</b>	<b>0,00</b>	<b>402.375.001,98</b>

**Observação**

As garantias reais correspondem a contratos com garantias de bens reais, as garantias flutuantes correspondem a cessão de recebíveis e garantias quirografárias correspondem a obrigações clean, ou seja, sem qualquer garantia.

<b>Exercício social (31/12/2020)</b>							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		28.088.638,80	42.724.824,79	437.040,00	0,00	71.250.503,59
Títulos de dívida	Garantia Flutuante		14.852.689,66	21.041.310,34	0,00	0,00	35.894.000,00
Financiamento	Garantia Flutuante		36.560.297,73	67.525.726,14	1.650.000,00	0,00	105.736.023,87
Financiamento	Quirografárias		27.370.374,82	44.214.766,39	493.333,33	0,00	72.078.474,54
<b>Total</b>			<b>106.872.001,01</b>	<b>175.506.627,66</b>	<b>2.580.373,33</b>	<b>0,00</b>	<b>284.959.002,00</b>

**Observação**

As garantias reais correspondem a contratos com garantias de bens reais, as garantias flutuantes correspondem a cessão de recebíveis e garantias quirografárias correspondem a obrigações clean, ou seja, sem qualquer garantia.

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras**

#### **3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras**

##### **Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Em complemento às informações disponibilizadas no item 3.5 deste Formulário de Referência, a Companhia esclarece que nos exercícios sociais findos em 2020, 2019 e 2018, bem como no período de três meses findo em 31 de março de 2021, após a apuração do lucro, a Companhia realizou ajustes de avaliação patrimonial pela depreciação mensal e pela baixa de determinados bens, decorrentes da reavaliação desses bens realizada para adequação ao CPC 27.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

### 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, devendo os potenciais investidores analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e as respectivas notas explicativas, antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia.

Os negócios, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus titulares.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "4. Fatores de Risco".

#### a. ao Emissor

***A pandemia do Coronavírus (COVID-19), a continuidade da percepção de seus efeitos e a consequente desaceleração econômica e volatilidade no mercado financeiro e de capitais brasileiro e mundial tiveram e provavelmente continuarão a ter efeitos adversos graves nos negócios, condição financeira, liquidez e resultados operacionais nas unidades de negócios da Companhia. Na medida em que a pandemia da COVID-19 poderá afetar adversamente os negócios, a liquidez, os resultados operacionais e a condição financeira, ela também poderá ter o efeito de aumentar materialmente muitos dos outros riscos descritos nesta seção "Fatores de risco".***

No final de 2019, a COVID-19 foi detectada pela primeira vez em Wuhan, na China. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou que o surto da COVID-19 é uma pandemia global e, desde então, as autoridades de todo o mundo implementaram medidas para reduzir a propagação da COVID-19. As medidas governamentais e contra a pandemia do COVID-19 tiveram e provavelmente poderão continuar a ter um forte impacto nas condições macroeconômicas e financeiras globais e brasileiras, incluindo a interrupção das cadeias de suprimentos e o fechamento de diversas empresas, levando a perdas de receitas, aumento do desemprego e estagnação e contração econômica.

A pandemia da COVID-19 também resultou em uma volatilidade substancialmente maior nos mercados financeiros brasileiros e internacionais e em indicadores econômicos, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e spreads de crédito. A título de exemplo, como resultado da maior volatilidade, o circuit breaker da B3 foi acionado oito vezes no mês de março de 2020 e o valor dos ativos foi impactado negativamente. Quaisquer choques ou movimentos inesperados nesses fatores de mercado podem resultar em perdas financeiras associadas aos nossos ativos financeiros, o que pode deteriorar a condição financeira da Companhia. Além disso, as preocupações do mercado podem se traduzir em restrições de liquidez e acesso reduzido a financiamento nos mercados local e internacional, afetando negativamente nossos negócios.

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

As medidas adotadas pelas autoridades governamentais em todo o mundo, inclusive no Brasil, para estabilizar os mercados e suportar o crescimento econômico podem não ser suficientes para controlar a alta volatilidade ou evitar reduções graves e prolongadas das atividades econômicas. Adicionalmente, as medidas de distanciamento social impostas pelas autoridades governamentais para contenção da pandemia da COVID-19 resultaram na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores com os quais a Companhia negocia e de outra forma atende. Até o momento, não há como prever até quando tais medidas permanecerão em vigor. Tais políticas e medidas influenciaram o comportamento do mercado consumidor e da população em geral, da demanda de serviços, produtos e de crédito.

A desaceleração do mercado causada pela pandemia da COVID-19, teve e provavelmente continuará a ter um impacto negativo no desempenho de todas as nossas unidades de negócios, principalmente na forma de:

- Fechamento de shopping centers e do comércio de rua em geral, impedindo que façamos entregas de mercadorias a partir de nossas unidades do segmento de transporte fracionado;
- Redução do volumes na demanda por transporte por nossos clientes devido à queda na demanda por seus produtos, com a consequente queda em nossas receitas;
- Férias coletivas implementadas por nossos clientes, impactando as nossas operações de transporte e reduzindo temporariamente as nossas receitas;
- Imposição de restrições a circulação de veículos entre estados dentro do Brasil ou entre os países que fazem fronteira com o Brasil, impedindo a realização de transporte interestadual e internacional de mercadorias;
- Dificuldade para operar nossos veículos e armazéns, em razão da indisponibilidade de motoristas e empregados acometidos pela COVID-19;
- Dificuldade para a contratação de motoristas autônomos ou agregados, por estarem acometidos pela COVID-19 ou por conta da execução do Programa de Incentivo ao Transporte Rodoviário de Cargas – Gigantes do Asfalto, instituído por meio do Decreto nº 10.702, de 18 de maio de 2021;
- Dificuldade na aquisição de veículos ou implementos, devido a parada de produção dos fabricantes de veículos; e
- Atraso em novas operações devido à demora na obtenção de documentos essenciais e autorizações governamentais (autenticações, registros de atos societários, inscrições nas fazendas federal, estaduais e municipais, etc.) para abertura de novas filiais.

As políticas, procedimentos e métodos de gestão de riscos de mercado, de crédito e operacional da Companhia podem não ser eficazes para conter os riscos aos quais a Companhia está exposta, ou os impactos causados ou potencializados pela atual pandemia.

Os efeitos econômicos da pandemia da COVID-19 aumentaram a demanda de mercado por linhas de crédito, nos afetando negativamente e pressionando nossa liquidez e nossos índices de capital e alavancagem.

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A extensão dos impactos da pandemia da COVID-19 nos negócios, na condição financeira, na liquidez e nos resultados da Companhia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos, imprevisíveis e que dependem de diversos fatores que estão fora do seu controle, incluindo a possibilidade de ondas adicionais de surtos e a intensidade da retração econômica resultante das ações tomadas, ou a serem tomadas, pelas autoridades governamentais em resposta à pandemia. A extensão dos efeitos da COVID-19 na economia global, e em especial na economia brasileira, não pode ainda ser dimensionada, o que pode acarretar uma crise de graves proporções e impactar de forma adversa e relevante os nossos negócios e resultados, bem como o preço das nossas ações. Os consumidores afetados pela pandemia da COVID-19 podem continuar demonstrando comportamentos de retração do consumo, mesmo após o término da crise, mantendo baixos níveis de gastos discricionários a longo prazo, motivo pelo qual certos diversos setores podem demorar mais para se recuperar (particularmente, setores como hoteleiro, aviação civil, shopping centers e atacadistas).

Mesmo depois que o surto da COVID-19 diminuir, podemos continuar a ter impactos materialmente adversos em nossos negócios como resultado de seu impacto econômico global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego que podem ocorrer no futuro. Inexistem eventos recentes comparáveis que possam nos fornecer orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 ou de uma epidemia de saúde semelhante é altamente incerto e sujeito a alterações.

Por fim, o Brasil tem enfrentado o surgimento de novas variantes do coronavírus (Sars-Cov-2), que tem ocasionado o aumento significativo no número de mortos e de infectados, fato que pode prolongar a pandemia no Brasil e no mundo, com novos períodos de quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. Ademais, o plano de vacinação que vem sendo adotado pelos governos federal e estaduais do Brasil ainda segue em ritmo lento e com baixo número absoluto de pessoas vacinadas se comparado aos demais países.

Novas variantes dos vírus, a incapacidade de vacinação em massa contra COVID-19 pelo Governo Federal e o aumento no número de casos pode causar efeitos adversos no mercado, provocando oscilações no preço de mercado dos valores mobiliários da Companhia.

***Nosso negócio utiliza mão-de-obra intensiva e dependemos de nossa habilidade para atrair, treinar e reter profissionais capacitados, e profissionais-chave em todos os níveis da Companhia para a conclusão de nosso negócio.***

Nosso mercado de atuação é competitivo e depende de mão de obra especializada e qualificada para gerir nossas operações com eficiência, implementar e operar novas tecnologias e desenvolver soluções logísticas adequadas para nossos clientes. Há competição por profissionais com estas experiências e capacitações, assim como carência de mão de obra.

Assim, nosso desempenho e sucesso dependem, de forma significativa, da habilidade de atrairmos, treinarmos e retermos profissionais capacitados para a condução de nosso negócio. Não é possível garantir que conseguiremos atrair ou manter profissionais qualificados para gerir, implementar e operar novas tecnologias e desenvolver soluções, ou que não incorreremos em custos substanciais para tanto.

Além disso, nossos planos de retenção de executivos da administração e funcionários-chave, descritos neste Formulário de Referência, podem ser insuficientes para reter e impedir a perda de tais pessoas-chave.

Assim, a perda de quaisquer dos diretores ou de outros colaboradores essenciais ou a reposição ineficiente de executivos e funcionários-chave poderá acarretar em um impacto adverso relevante nos nossos negócios, nos resultados de nossas operações, na nossa situação financeira, bem como no preço de mercado de nossas ações.

Adicionalmente, nossos negócios são dependentes da experiência e capacitação dos nossos altos executivos e caso algum deles deixe de integrar nosso quadro diretivo, poderemos ter dificuldades para substituí-los, o que poderá prejudicar nossos negócios e resultados operacionais.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

***Nossa competitividade e estratégia de crescimento dependem de obtenção de capital intensivo de longo prazo. Podemos não conseguir ter acesso a novos financiamentos para conseguir viabilizar nossas necessidades de capital ou cumprir com nossas obrigações financeiras, inclusive por razões que compreendem os impactos da pandemia da COVID-19.***

Dependemos da nossa capacidade de captar recursos, seja por dívida ou aumento de capital, para manter nossa competitividade e executar o plano estratégico da Companhia. Não é possível garantir que seremos capazes de obter tais recursos dentro dos termos e condições necessários, seja em função de condições macroeconômicas adversas que, por exemplo, ocasionem uma restrição de crédito ou aumento significativo das taxas de juros praticadas no mercado inclusive considerando as atuais condições de mercado decorrentes da pandemia da COVID-19, seja pelo nosso desempenho ou por outros fatores externos ao nosso ambiente, o que poderá nos afetar adversamente de forma relevante.

A implementação da nossa estratégia de crescimento e o aumento da nossa competitividade dependem da nossa capacidade de realizar investimentos, de renovar e de expandir a nossa frota. A capacidade de financiar a renovação e a expansão da nossa frota depende, por sua vez, do nosso desempenho operacional e da nossa capacidade de obtenção de financiamentos de longo prazo. Não podemos garantir que conseguiremos obter financiamento suficiente para financiar nossos investimentos em bens de capital e para financiar a nossa estratégia de expansão, nem que conseguiremos financiamento a custos aceitáveis, condições macroeconômicas negativas, condições da indústria, seu desempenho ou outros fatores externos podem, por sua vez, afetar negativamente a nossa estratégia de crescimento, bem como nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, por força de determinados contratos financeiros, estamos sujeitos a certas limitações de margens de endividamento e métricas financeiras, que podem restringir nossa capacidade de investimento e de captação de novos financiamentos.

Além disso, podemos necessitar de recursos que podem ser captados por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas e a nossa incapacidade de obter novos financiamentos ou refinar nossas dívidas, quando necessário, ou obter ou renovar garantias de seguros em prazos razoáveis, pode se tornar um desafio para cumprir nossas obrigações financeiras ou explorar oportunidades de negócios. O presente risco pode ser acentuado em virtude da pandemia da COVID-19, a qual pode impor dificuldades adicionais para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras, o que poderá comprometer o cumprimento de nossas obrigações financeiras com terceiros, inclusive fornecedores, e, por conseguinte afetar de forma adversa os nossos negócios e a nossa condição financeira. Este cenário pode ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira e resultados das operações. Caso isso ocorra, a Companhia poderá necessitar de capital ou financiamentos adicionais antes do previsto ou ser obrigada a adiar alguns de seus planos ou, ainda, abrir mão de oportunidades de mercado. É provável que futuros instrumentos de empréstimo ou financiamento contenham cláusulas restritivas principalmente devido à recente crise econômica e à falta de disponibilidade de crédito, e/ou exijam que a Companhia tenha que dar ativos em garantia dos empréstimos tomados. A impossibilidade de obter capital adicional em termos satisfatórios poderá atrasar, impedir a expansão ou afetar adversamente os negócios da Companhia.

Finalmente, qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço das ações e na diluição da participação do investidor.

***Podemos não ter sucesso em nossa estratégia de crescimento por meio de aquisições de novos negócios ou marcas, as quais envolvem riscos.***

Uma das estratégias de crescimento é o crescimento inorgânico, por meio da identificação, avaliação e aquisição de novos negócios e marcas estabelecidas, incluindo, mas não se limitando a negócios que atuam no setor de e-commerce, como, por exemplo, os segmentos de lojas virtuais ou *marketplace*, e no setor de transporte de cargas fracionadas (*Less than TruckLoad*). Para atingir esse objetivo, precisamos identificar, avaliar e adquirir negócios e marcas e concluir tais aquisições em condições atrativas, bem como ter ou obter os recursos necessários para realizar tais aquisições e conduzir apropriadamente o processo de integração de tais negócios e marcas adquiridos. E, após a aquisição, a precisamos integrar, às suas plataformas existentes, as operações, os sistemas gerenciais e o controle financeiro dos negócios que adquire, bem como identificar e aproveitar sinergias e reduzir custos operacionais. Esta estratégia envolve riscos, dentre os quais se incluem:

- podemos pagar mais do que o real valor do negócio;

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- o processo de auditoria (*due diligence*) conduzido antes de concluir a aquisição poderá não identificar e proteger a Companhia de todos os passivos contingentes, tais como contingências cíveis, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, irregularidades na condução dos negócios, contingências relacionadas a propriedade intelectual, e demonstrações financeiras preparadas em desacordo com as práticas contábeis vigentes ou deficiências significativas de controles internos, ainda que não materializadas;
- eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis na ocasião dos processos de auditoria legal realizados com base em documentos e informações então apresentados pelas empresas adquiridas no âmbito dos respectivos processos de aquisição, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão impactar a Companhia de forma negativa e, por consequência, impactar seus resultados operacionais e prejudicar os seus acionistas;
- poderão surgir contingências fiscais, ambientais, trabalhistas e criminais em que sejamos considerados subsidiariamente ou solidariamente responsável;
- podemos enfrentar resultados financeiros e operacionais desfavoráveis de suas operações no curto ou médio prazos;
- podemos não ter disponíveis os recursos necessários para adquirir os negócios e/ou marcas que deseja;
- podemos ter que incorrer em dívidas adicionais em razão das aquisições, as quais poderão limitar sua capacidade financeira;
- podemos não conseguir obter financiamentos em condições favoráveis ou poderá não concluir as aquisições nas condições que vislumbra ou que atendam suas expectativas de retorno;
- o processo de identificação, avaliação e negociação de novas aquisições e de integração de novos negócios pode exigir tempo e esforço significativos dos seus administradores;
- podemos adquirir participações societárias que não representem a totalidade ou a maioria do capital social de algumas sociedades adquiridas e, conseqüentemente, pode ter sócios majoritários ou minoritários em tais investimentos, com os quais pode enfrentar conflitos ou divergências de ordem econômica, estratégica, financeira ou operacional, que poderão eventualmente se concretizar em disputas ou outras ineficiências;
- as aquisições poderão gerar eventuais necessidades de provisão de contingências legais que poderão reduzir o nosso lucro;
- as aquisições poderão estar sujeitas à aprovação de autoridades antitruste, incluindo o Conselho de Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, o qual poderá negar a aprovação necessária ou impor restrições (incluindo a venda obrigatória de ativos) às aquisições;
- a integração de sistemas e de outros recursos pode ser substancialmente mais demorada e custosa do que o planejado e desviar a atenção da nossa administração; e
- a nossa administração pode não ter sucesso em implementar sua cultura organizacional nas sociedades eventualmente adquiridas.

O impreciso ou incorreto mapeamento dos riscos acima poderá afetar a nossa capacidade de ter sucesso na sua estratégia de crescimento.

Para maiores informações acerca de aquisições recentes por nós realizadas, ver itens 6.3 e 15.7 deste Formulário de Referência.

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

***O valor de revenda de ativos utilizados nas nossas operações de serviços dedicados é um fator importante para o retorno esperado dos nossos contratos nestas operações.***

No segmento de serviços dedicados, nosso modelo de negócios consiste em um ciclo que se inicia com a compra financiada de ativos que serão utilizados na prestação de serviços a nossos clientes e sua posterior revenda ao final desses contratos. A precificação desses contratos leva em consideração a alienação dos ativos ao término dos contratos, e os valores obtidos nesta revenda são determinantes para atingimento do retorno mínimo esperado de cada operação. As condições de mercado, restrição ao crédito e aumento da taxa de juros, por exemplo, podem afetar direta ou indiretamente a liquidez e/ou o valor desses ativos. A volatilidade de preços de mercado pode também reduzir o valor de revenda do ativo, criando um maior deságio em relação ao preço pelo qual nós o adquirimos. Adicionalmente, os nossos resultados poderão ser afetados por erros no estabelecimento de preços em decorrência de falhas no cálculo da desvalorização estimada em sua frota em relação à sua desvalorização efetiva no futuro. Tais fatores podem resultar na sua venda por valor inferior àquele estimado quando da precificação do contrato e, portanto, impactando o retorno e afetando negativamente nossos negócios.

***Despesas com indenizações, seguros, acidentes, roubos, defeitos e danos podem afetar negativamente nossos resultados. Certos tipos de perdas podem não estar cobertas pelas apólices contratadas.***

Somos suscetíveis a acidentes envolvendo os equipamentos e veículos que utilizamos nas operações de logística dedicadas e nos serviços de transporte, bem como acidentes rodoviários e, ainda, a roubo de carga. Qualquer aumento significativo na frequência ou severidade dos acidentes e dos roubos, compensações aos trabalhadores ou decisões judiciais desfavoráveis podem impactar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira, assim como nossa imagem e reputação no mercado. Ademais, podemos ser responsabilizados e obrigados a pagar indenizações a clientes e vítimas que tenham sofrido perdas, o que pode impactar negativamente nossos resultados operacionais e nossa reputação.

Não mantemos seguro para o casco de nossos veículos e equipamentos. Além disso, certos tipos de perdas e eventos podem não estar cobertos por nossas apólices de seguro, incluindo, mas não se limitando a incidentes causados por força maior, ou acidentes causados por nossos clientes em razão do descumprimento da legislação aplicável. Além disso, o ressarcimento em razão de eventos cobertos por nossas apólices de seguros pode não ser efetuado de forma célere e pode não cobrir determinadas despesas.

Adicionalmente, não temos como garantir se conseguiremos renovar as apólices de seguro de que dispomos no momento do seu vencimento ou se conseguiremos renová-las em termos adequados e favoráveis. Por fim, sinistros que não estejam cobertos pelas apólices de que dispomos ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros podem afetar adversamente os nossos negócios e a nossa condição financeira.

A Companhia poderá estar sujeita à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades), ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas respectivas apólices pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não garantidos ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior, atos de terrorismo, interrupção de certas atividades e riscos cibernéticos.

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Ainda, no caso de eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Caso a Companhia esteja inadimplente com o pagamento do prêmio de uma apólice, na eventualidade de um sinistro, a Companhia estará exposta tendo em vista que a apólice não proporcionará cobertura para esse sinistro.

***Estamos sujeitos a obrigações específicas e restrições à nossa capacidade de contrair dívidas adicionais nos termos de alguns contratos financeiros.***

Possuímos contratos financeiros, os quais preveem determinados índices financeiros, cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (*Covenants*) a serem por nós cumpridos. Desta forma, caso quaisquer índices financeiros ou outras obrigações sejam descumpridos e, conseqüentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser consideradas vencidas antecipadamente pelos nossos respectivos credores de acordo com as disposições aplicáveis nos referidos contratos, e, como consequência, o nosso melhor fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados adversamente. Para mais informações, ver Seção 10.1 (d)(iv) deste Formulário de Referência.

Não há garantia de que conseguiremos renegociar as suas dívidas no futuro caso índices financeiros ou outras obrigações previstas nos contratos financeiros por nós celebrados sejam descumpridos. Caso não sejamos capaz de cumprir com os *covenants* financeiros e/ou outras obrigações e não consiga renegociar suas dívidas, o saldo em aberto de seus contratos financeiros poderá vir a ser considerado antecipadamente vencido. Além disso, alguns dos nossos contratos financeiros contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento em outros contratos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration* ou *cross-default*). Caso qualquer desses eventos ocorra, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados de maneira adversa. Para mais informações sobre os contratos financeiros de que somos partes, bem como sobre as obrigações a que estamos sujeitos decorrentes da celebração desses contratos, vide Seção 10.1(d)(iv) deste Formulário de Referência.

***Somos altamente dependentes de nossos armazéns, e qualquer interrupção ou falha na operação de nossos armazéns poderá nos causar um efeito adverso.***

*Atualmente, temos diversos armazéns localizados nas diferentes regiões do Brasil. As operações são altamente dependentes da operação normal de nossos armazéns, tendo em vista que todos os produtos que vendemos são distribuídos por meio desses armazéns. Se a operação normal de um desses armazéns for interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do nosso controle, como incêndios, desastres naturais, falta de energia, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), entre outros, nossos negócios serão adversamente impactados.*

***Precisamos investir constantemente em sistemas de tecnologia da informação, inclusive para prevenir tentativas de ameaças cibernéticas, e tais sistemas estão sujeitos a riscos externos que não podemos controlar.***

Somos dependentes de sistemas automatizados para operar os negócios, inclusive o canal de vendas. Além disso, a tecnologia da informação é essencial para manter o sistema de controles internos da Companhia. Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, softwares nocivos e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação, além de falhas nos controles de segurança de rede que podem também afetar o desempenho, uma vez que os servidores estão vulneráveis a vírus, quebras ou panes, que podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de aceitar e atender as reservas dos clientes. Qualquer interrupção nos sistemas ou sua infraestrutura subjacente poderia resultar em um efeito material adverso sobre os negócios como perdas financeiras, aumento dos custos e prejudicar de forma geral a Companhia.

Os investimentos em tecnologia e segurança da informação possuem importância fundamental na melhoria contínua da nossa eficiência operacional e na redução de riscos relacionados à continuidade dos nossos negócios, atendendo desta forma às exigências do mercado em que atuamos, e conseqüentemente influenciando a retenção e atração de novos clientes.

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os nossos sistemas e equipamentos de tecnologia podem estar sujeitos a falhas causadas ou não por elementos externos, tais como ataques físicos ou cibernéticos através de vírus e programas de software, que possam impactar componentes de infraestrutura básica como energia elétrica, comunicação de dados e sistemas de armazenamento. Qualquer interrupção nos sistemas ou infraestrutura subjacente poderia resultar em um efeito material adverso sobre os nossos negócios, como perdas financeiras, aumento dos custos e prejudicar de forma geral a Companhia.

As falhas que não puderem ser contornadas, podem interromper ou danificar os nossos sistemas de tecnologia da informação e comunicação, impactando desta forma nossas operações internas, reduzindo a nossa capacidade de prestar serviço aos nossos clientes e a possibilidade de nossos clientes e fornecedores acessarem nossos sistemas, afetando adversamente os nossos resultados. Caso não seja possível evitar essas violações de segurança, podemos nos sujeitar a obrigações legais e financeiras, além de termos a nossa reputação prejudicada, o que pode gerar perdas substanciais de receita decorrentes de diminuição de vendas e do descontentamento de clientes.

##### ***Parte significativa das nossas operações ocorre em imóveis de propriedade de terceiros.***

Na data deste Formulário de Referência, utilizamos apenas um imóvel próprio em nossas operações e apoio. Os demais imóveis que utilizamos são locados e, portanto, pertencem a terceiros e sobre os quais a Companhia não possui plena propriedade, apenas posse direta. Não temos como garantir as renovações desses contratos no futuro, já existindo atualmente, inclusive, contratos vigentes por prazo indeterminado, o que significa que estes podem ser denunciados por qualquer das partes mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias para a desocupação desses imóveis.

Na hipótese em que sejam renovados, tais renovações podem ocorrer em termos que não sejam adequados e/ou favoráveis à nós. A renovação de contratos de locação em termos menos favoráveis do que os atuais, poderá reduzir a rentabilidade de suas concessionárias e afetar material e adversamente suas receitas operacionais. Se os nossos contratos de locação forem rescindidos antecipadamente, não for possível renová-los ou se as suas respectivas renovações implicarem em condições desfavoráveis aos nossos interesses, podemos ser obrigados a alterar a localização dos nossos estabelecimentos para locais que não sejam tão adequados, considerando as localidades em que estão situados atualmente. Além disso, um eventual aquecimento do mercado imobiliário pode levar os preços dos aluguéis a subir acima das nossas expectativas, o que pode impactar os nossos resultados caso não sejamos capazes de repassar este custo aos nossos clientes.

Ademais, não temos controle sobre os pagamentos dos impostos incidentes sobre os imóveis de terceiros que são efetivamente realizados pelos proprietários e, dessa forma, existe a possibilidade de haver débitos tributários relacionados a estes imóveis que podem ocasionar a perda da propriedade e, conseqüentemente, necessidade de desocupação do imóvel.

##### ***Decisões desfavoráveis em processos judiciais, arbitrais ou administrativos podem causar efeitos adversos para nós.***

Somos réus e/ou parte interessada em investigações, inquéritos, processos judiciais, arbitrais ou administrativos das mais diversas naturezas.

Não podemos garantir que nós, nossas subsidiárias e/ou nossos administradores não serão parte em outros processos judiciais e/ou procedimentos administrativos e arbitrais, incluindo de natureza cível, trabalhista, previdenciária, ambiental, criminal tributária, dentre outras. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais de pagamento, que afetem a nossa imagem e/ou reputação ou impeçam a realização dos nossos negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito relevante adverso nos nossos negócios, reputação, condição financeira e resultados operacionais.

Não podemos garantir que os resultados destes processos nos serão favoráveis, ou, ainda, que o provisionamento realizado para os processos (de acordo com as políticas e regras contábeis que nos são aplicáveis) ao longo do tempo seja suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores que não tenham sido provisionados anteriormente em montantes suficientes, podem causar um efeito adverso nos nossos negócios, em nossa situação financeira e em nossa imagem perante o mercado.

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Ainda, estamos sujeitos a fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas e ambientais. Podemos ser autuados por tais autoridades e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, os quais, caso decididos de forma desfavorável, poderão ter um efeito adverso nos nossos negócios e em nossa situação financeira.

Da mesma forma, os membros do conselho de administração, da diretoria e acionistas da Companhia podem vir a se tornar réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas ambiental, cível, criminal, tributária e trabalhista, entre outros. Podem também ser alvo de investigações, por exemplo em decorrência de violações relacionadas a atos de corrupção, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente em se tratando de processos de natureza criminal. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas funções na Companhia, o que poderia causar efeito adverso relevante em sua reputação, nos seus negócios ou nos seus resultados, direta ou indiretamente.

Para informações sobre os processos, procedimentos e investigações nos quais somos partes, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

***Utilizamos representantes comerciais em algumas das nossas operações, e a perda de um representante relevante ou de um número significativo de representantes pode afetar nossos resultados.***

Em algumas das nossas operações, atuamos também por meio de representantes comerciais. Por exemplo, temos um único representante no Uruguai, com o qual mantemos um contrato de longo prazo. Essa dependência de um único representante traz vulnerabilidade à Companhia, uma vez que, no caso de indisponibilidade do representante, os recebimentos no país podem ser comprometidos.

A eventual rescisão antecipada ou não renovação do contrato de representação de um representante relevante ou de um número significativo de representantes em termos satisfatórios pode representar uma perda significativa de clientes e afetar os nossos resultados.

***Podemos não conseguir obter ou renovar todas as licenças, alvarás e permissões necessárias à condução dos nossos negócios. Atualmente algumas de nossas licenças, alvarás e permissões estão vencidas ou não puderam ser expedidas devido à existência de algum tipo de irregularidade nos imóveis nos quais nossas atividades ocorrem. Ademais, podemos estar sujeitos a perdas não cobertas pelos seguros contratados, bem como a dificuldades para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre nossos negócios.***

Nós e nossas controladas e subsidiárias necessitamos, periodicamente, da obtenção ou renovação, conforme o caso, de diversos cadastros, bem como de licenças, alvarás, autorizações e permissões (tais como, licenças de órgãos ambientais, alvarás de prefeituras e municípios e outros documentos relevantes que são fundamentais para a instalação, operação e execução das nossas atividades). Nós e nossas controladas e subsidiárias precisamos obter e manter em vigor ou renovar periodicamente tais licenças, alvarás e permissões perante diferentes órgãos públicos e autarquias da administração pública para a continuidade de nossas atividades.

A não obtenção ou a não renovação das nossas licenças poderá, caso a caso (i) resultar em autos de infração; (ii) nos sujeitar ao pagamento de multas; (iii) nos impedir de abrir e operar as nossas unidades; (iv) resultar na interdição ou fechamento das nossas unidades; (v) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; (vi) resultar na aplicação de outras penalidades, tais como advertência e apreensão de produtos, de acordo com a legislação específica aplicável (federal, estadual e municipal); e (vii) expor-nos, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais.

Atualmente, algumas de nossas licenças, alvarás e permissões estão vencidas ou não puderam ser expedidas devido à existência de algum tipo de irregularidade nos imóveis nos quais nossas atividades ocorrem.

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Além disso, na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não garantidos ou que excedam as coberturas previstas nas atuais apólices, podemos sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por nós integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para que sejamos compensados integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente nossos resultados financeiros.

Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A nossa falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

A nossa estratégia de negócios poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguirmos abrir e operar novas unidades, se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas unidades em consequência da nossa incapacidade de obter ou renovar as licenças, ou se um acidente afetar adversamente uma unidade enquanto estiver com uma licença pendente. Adicionalmente, poderemos ser responsabilizados judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os nossos negócios e resultados financeiros e operacionais podem ser adversamente afetados.

***Podemos falhar em prevenir, identificar, quantificar ou monitorar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos nossos padrões de ética e conduta, o que pode causar impactos adversos relevantes sobre nossos negócios, situação financeira, reputação, resultados operacionais e cotação de nossas ações, incluindo os provenientes de violações à Lei Anticorrupção e/ou a outras leis anticorrupção que nos sejam aplicáveis.***

Estamos sujeitos a regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, entre outras, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 ("Código Penal"), às leis nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei nº 8.666/1993 ("Lei de Licitações"), a Lei nº 9.613/1998 ("Lei de Lavagem de Dinheiro"), a Lei nº 12.846/13, pelo *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) e pelo *UK Bribery Act*, conforme aplicáveis ("Lei Anticorrupção"), o Decreto nº 8.420/2015, assim como outras normas relacionadas ao combate a corrupção, incluindo em alinhamento à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE.

Os nossos processos de governança, políticas, bem como procedimentos de gestão de riscos, controles internos e compliance podem não ser suficientes para prevenir, identificar, quantificar ou monitorar (i) violações ao Código Penal, à Lei Anticorrupção, à Lei de Improbidade Administrativa, à Lei de Licitações, à Lei de Lavagem de Dinheiro ou outras violações relacionadas a outras leis e regulamentos similares aplicáveis, nas esferas cível, administrativa ou criminal, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de nossos administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes/terceiros que possam nos representar ou de qualquer modo atuar em nosso nome, interesse e/ou benefício, (iii) o adequado tratamento dos riscos identificados atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos aos quais podemos vir a estar expostos, e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a nossa reputação, nossos negócios, condições financeiras e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de nossas ações ordinárias de forma negativa. Assim, irregularidades nesse sentido podem resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar nossos negócios e nossa imagem.

Poderemos descobrir casos em que falhou em cumprir com as leis, regulações ou controles internos aplicáveis. Se quaisquer controladas, empregados, administradores ou outras pessoas se envolverem em práticas fraudulentas, corruptas ou ilícitas, ou mesmo em qualquer violação a leis, a regulações ou políticas internas aplicáveis, a poderemos vir a sofrer ações coercitivas ou ser responsabilizada pela violação às referidas leis, regulamentos ou políticas de controles internos, o que pode resultar em penas, multas ou sanções, e afetar adversamente a cotação dos valores mobiliários de sua emissão, ocasionar o vencimento antecipado de determinados contratos nos quais a Companhia e suas controladas sejam parte, bem como afetar a nossa imagem e reputação, condição financeira, os resultados operacionais e os nossos negócios.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Lei Anticorrupção, impõe responsabilidade objetiva às pessoas jurídicas, no âmbito cível e administrativo, por atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados em seu interesse e/ou benefício, exclusivo ou não, podendo resultar, por exemplo, nas seguintes sanções: (i) multa administrativa no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo ou do ato praticado; (ii) publicação extraordinária de sentença condenatória; (iii) obrigação de reparação de danos causados; (iv) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, e (v) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público. Também podemos vir a ser solidariamente responsabilizados pelo pagamento de multa e reparação integral do dano eventualmente causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por nossas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de nossas ações de forma negativa.

O não cumprimento de leis de combate à corrupção, o surgimento de quaisquer investigações de má conduta ou a evolução de investigações, como inquéritos civis públicos, para ações judiciais, incluindo ações civis públicas, ou o ajuizamento de processos administrativos, judiciais ou procedimentos arbitrais contra nós, nossos dirigentes, administradores, colaboradores ou outros indivíduos ligados ou agindo em nosso nome, interesse e/ou benefício, poderá resultar em, além das sanções da Lei Anticorrupção exemplificadas acima: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal (essa última hipótese, restrita juridicamente aos indivíduos envolvidos ou administradores que concorreram para a infração); (ii) perda de benefícios ilicitamente obtidos, incluindo perda de alvarás de funcionamento; (iii) perda de direito de contratar com a Administração Pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, bem como a outras sanções e consequências.

Da mesma forma, não podemos evitar que nosso nome seja envolvido em investigações, inquéritos e/ou processos judiciais ou administrativos, visando a apuração de infrações contra a Administração Pública, praticadas por nós ou terceiros em nosso nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não), como os previstos não somente na Lei Anticorrupção e seu Decreto regulamentador 8.420/2015, mas também na Lei o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE, que podem resultar nas sanções exemplificadas acima e em resultados como, por exemplo, (i) ações coercitivas ou responsabilização pela violação a leis aplicáveis e (ii) vencimento antecipado de determinados contratos.

Por conseguinte, se não formos capazes de manter os processos de governança, gestão de riscos e *compliance* operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes de elaborar nossas demonstrações e informações financeiras adequadamente, reportar nossos resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes e/ou a ocorrência de outros desvios.

Todas essas circunstâncias acima poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a nossa reputação, bem como sobre as nossas operações, condição financeira e resultados operacionais. Vale ressaltar que o dano à nossa imagem pode ter origem em diversos fatores, relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas, relacionamento com parceiros de postura ética questionável, má conduta de nossos administradores, colaboradores e terceiros que agem em nosso nome, interesse e/ou benefício, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, entre outros. A nossa reputação também pode ser impactada por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros agindo em nosso nome, interesse e/ou benefício.

***Os nossos negócios, práticas e políticas estão sujeitos a leis de privacidade, proteção de dados pessoais e cibersegurança, além de outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação.***

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, entrarão em vigor posteriormente, a partir de 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A LGPD transformará a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada, criando um microsistema de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, alterada determinadas disposições do Marco Civil da Internet, e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais que permitem o tratamento de dados pessoais, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação, vazamentos de dados pessoais e a transferências de dados pessoais, inclusive internacional, bem como as sanções a serem aplicadas em caso de descumprimento.

Ainda, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD.

Nós coletamos, utilizamos, processamos, armazenamos e gerenciamos dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. Devemos também providenciar um ambiente seguro para os titulares de dados. O investimento para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais também será necessário, inclusive para a sustentação de sua estrutura de governança corporativa de proteção de dados pessoais. Ainda, conforme a LGPD, temos o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus clientes, colaboradores e parceiros comerciais.

A LGPD também estabelece que as seguintes informações devem ser fornecidas aos titulares de dados, inclusive por meio avisos de privacidade: (i) finalidade(s) específica(s) do tratamento; (ii) meios e duração do tratamento; (iii) identificação do responsável pelo tratamento de dados; (iv) informações de contato do responsável pelo tratamento de dados; (v) informações a respeito do compartilhamento de dados pessoais com terceiros e a finalidade; (vi) descrição da responsabilidade e da responsabilidade dos agentes de tratamento envolvidos.

Com a entrada em vigor da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Marco Civil da Internet, em caso de violação de suas disposições, notadamente as regras de segurança do armazenamento online da informação, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Em agosto de 2021, com a entrada em vigor das sanções da LGPD, caso não estejamos em conformidade com a LGPD, nós e nossas subsidiárias podemos estar sujeitos às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, (vi) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, e (vii) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 por infração. Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e sermos considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e nossas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Como explorado, poderemos ser judicialmente demandados ao pagamento de indenizações aos usuários prejudicados por violações dos seus direitos como titulares de dados, tais como seus direitos a transparência, no sentido de obter informações sobre o tratamento de seus dados pessoais e demais direitos previstos na LGPD.

Nota-se que, em caso de insuficiência na prestação de informações sobre o tratamento conforme as exigências da LGPD, também poderemos sofrer sanções administrativas por órgãos e entidades de proteção de dados pessoais, defesa do consumidor e defesa do interesse público.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de nossas atividades, implicando custos que podem ter um efeito adverso negativo a nossa reputação e em nossos resultados e, conseqüentemente, afetar o valor de nossas ações.

***As nossas medidas de segurança da informação para proteger nossos sistemas de tecnologia, produtos e/ou serviços podem falhar ou não serem suficientes para evitar incidentes, o que pode afetar negativamente a nossa receita, aumentar a nossa exposição e a responsabilidades legais e litígios, bem como impactar a nossa reputação.***

Os servidores, plataformas e outros recursos que utilizamos podem sofrer danos ou interrupções devido a desastres naturais, erros, fraudes, catástrofes, atos terroristas, falta de energia, falhas de telecomunicações, atualizações indevidas, problemas de integração ou migração, ataques cibernéticos, sabotagem, entrada não autorizada, vírus, invasões físicas ou eletrônicas e violações similares aos computadores, sistemas, data centers, entre outros. Indivíduos podem se apropriar inadequadamente de informações proprietárias, confidenciais e/ou pessoais, sob nosso controle ou em nosso nome, bem como interromper as operações da Companhia, danificar os computadores e/ou prejudicar os nossos negócios, o que pode afetar adversamente a Companhia e, conseqüentemente, seus resultados, bem como impactar negativamente sua reputação e as interações com concorrentes e terceiros, incluindo organizações governamentais e órgãos reguladores, fornecedores e outros. Além disso, pode ser preciso despende recursos significativos para proteção contra violações de segurança, o que pode afetar adversamente os resultados financeiros da Companhia.

As violações de segurança também podem nos acarretar responsabilidades nos termos da legislação vigente, além de aumentar o risco de litígios e investigações governamentais. Além disso, à medida que há expansão das nossas operações, ela poderá estar exposta ao impacto de violações de segurança e vazamentos de dados de sociedades que viermos a adquirir.

Ainda, a LGPD estabelece responsabilidade solidária entre os controladores de dados, como a Companhia, e os operadores de dados, definidos como os agentes contratados para realizar o tratamento de dados pessoais em nome da Companhia e no seu interesse, sempre que os controladores de dados estiverem diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais pelos operadores. Isto significa que as violações à legislação de proteção de dados por contratados e subcontratados da Companhia que realizem tratamento de dados em seu interesse, inclusive os provedores de aplicativos e conexão na internet, poderão resultar em deveres de compensação e indenização perante terceiros à Companhia, que poderão gerar custos e despesas relevantes e impactar os resultados financeiros da Companhia e sua reputação.

Os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados devem ser observados por nós e nossas subsidiárias, de modo a garantir a conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de riscos, as quais podemos estar expostos, como ataques de vírus, softwares mal-intencionados, panes e outros problemas que podem vir a interferir inesperadamente nas nossas operações e podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de operar, além de falhas nos controles de segurança de rede. Qualquer interrupção em nossos sistemas poderá causar efeito material adverso sobre os nossos negócios ou gerar perdas financeiras.

Além disso, devido à pandemia da COVID-19, as práticas de trabalho remoto pelos nossos colaboradores aumentaram. Assim, interrupções ou falhas nos nossos sistemas de tecnologia da informação, como por exemplo no sistema de teletrabalho, apuração e contabilização do faturamento, causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no nosso funcionamento corporativo, comercial e operacional, o que pode afetar nossos negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente a nossa imagem e confiabilidade junto ao mercado. Ataques cibernéticos têm se tornado cada vez mais sofisticados e difusos. Mantemos em nossa base de dados informações sensíveis de seus clientes, que podem ser objeto de ataques cibernéticos por parte de indivíduos que tentam ter acesso não autorizado a estas informações para utilização de forma indevida.

Desta forma, na hipótese das nossas medidas de segurança serem comprometidas, resultando no acesso indevido de dados internos, de dados de clientes, ou na hipótese de ocorrer acesso indevido dos sistemas de TI, ocasionado sua indisponibilidade ou os modificando incorretamente, nossos produtos e serviços poderão ser percebidos como vulneráveis, bem como a nossa marca e reputação podem ser prejudicadas, o que pode reduzir a receita de ganhos, as despesas econômicas e nos expor.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

### ***Podemos não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas detentores de nossas ações no futuro.***

Nosso lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a legislação societária brasileira, casos em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. Nosso Conselho de Administração poderá determinar a não distribuição de dividendos aos nossos acionistas em um determinado ano fiscal se não tivermos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com nossa situação financeira no momento, observado o disposto na Lei de Sociedades por Ações. Deste modo, a depender do desempenho da Companhia na geração de lucros, não há como assegurar que a Companhia irá pagar ou será capaz de pagar proventos aos seus acionistas.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

### ***Tendo em vista que uma parcela das nossas receitas está relacionada ao setor de agronegócio, mais especificamente à indústria de papel e celulose, condições adversas que afetem esse setor podem impactar negativamente nossas operações.***

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, 21,5% das nossas receitas são relacionadas ao transporte de mercadorias do agronegócio.

O setor de agronegócio está sujeito a características específicas, inclusive, mas não se limitando a: (i) natureza predominantemente sazonal, com o que as operações são afetadas pelo ciclo das lavouras; (ii) condições meteorológicas adversas, inclusive secas, inundações, granizo ou temperaturas extremamente altas, que são fatores imprevisíveis, podendo ter impacto negativo na produção agrícola ou pecuária; (iii) incêndios e demais sinistros; (iv) pragas e doenças, que podem atingir de maneira imprevisível as safras; (v) preços praticados mundialmente, que estão sujeitos a flutuações significativas, dependendo (a) da oferta e demanda globais, (b) de alterações dos níveis de subsídios agrícolas de certos produtores importantes (principalmente Estados Unidos e Comunidade Europeia), (c) de mudanças de barreiras comerciais de certos mercados consumidores importantes e (d) da adoção de outras políticas públicas que afetem as condições de mercado e os preços dos produtos agrícolas; (vi) concorrência de commodities similares e/ou substitutivas; e (vii) acesso limitado ou excessivamente oneroso à captação de recursos, além de alterações em políticas de concessão de crédito, tanto por parte de órgãos governamentais como de instituições privadas, para determinados participantes.

Não há como assegurar que, no futuro, o agronegócio brasileiro terá taxas de crescimento sustentável. Tendo em vista que uma parcela das receitas da Companhia está concentrada no setor de agronegócio, condições adversas que afetem esse setor podem impactar negativamente suas operações.

### ***Podemos sofrer impactos negativos em nossas despesas financeiras devido a necessidades emergenciais de contratação de empréstimos e financiamentos.***

Caso haja retração do mercado financeiro ocasionada por instabilidade econômica ou fator correlacionado, inclusive pela percepção contínua dos impactos causados pela pandemia da COVID-19, poderemos ter dificuldades para realizar captações para fazer expandir nossos investimentos nas condições financeiras adequadas. Isto poderá nos obrigar a reduzir nossos investimentos e, como resultado, reduzir nosso crescimento e/ou, contratar empréstimos com custos maiores que os planejados, aumentando assim nossas despesas financeiras, prejudicando seu resultado econômico e financeiro, bem como afetando nossa liquidez.

As nossas despesas financeiras podem ainda ser negativamente afetadas, pela eventual necessidade de contratação emergencial de empréstimos ou financiamentos necessários para cobrir compromissos não contemplados no planejamento de suas operações, ou por eventuais descasamentos entre as receitas e os custos/investimentos realizados.

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

***Uma redução da participação societária do atual grupo de controle da Companhia, inclusive imediatamente em decorrência de sua oferta pública inicial de ações poderá ser interpretada como uma alteração no controle da Companhia e, conseqüentemente, configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos, o que poderá afetar adversamente a Companhia.***

A Companhia é parte em contratos financeiros, cujos termos preveem vencimento antecipado em caso de alteração de controle da Companhia. Esses contratos e demais contratos financeiros da Companhia, além de cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração da composição acionária, contêm cláusulas de vencimento cruzado, o que significa que o inadimplemento de obrigação ou vencimento antecipado de dívida, nos termos de um contrato financeiro, poderá resultar no vencimento antecipado de diversos contratos da Companhia, seja por decisão dos demais credores da Companhia, ou de maneira automática, conforme o caso, do saldo devedor das respectivas dívidas.

Caso haja a concretização da oferta pública inicial de ações da Companhia, com a colocação do lote adicional e suplementar de ações, o atual grupo de controle da Companhia pode ser diluído de modo que deixará de deter mais do que 50% do capital votante.

A Companhia não pode garantir que será capaz de obter, junto a seus credores, as confirmações formais de não ocorrência de hipótese de vencimento antecipado, ou de renúncia a eventual prerrogativa de declaração de vencimento antecipado previamente à conclusão da Oferta. O vencimento antecipado de parte relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia consumiria uma parcela relevante do seu caixa, o que pode afetar adversamente a situação financeira da Companhia.

##### **b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

***Os interesses dos nossos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses de eventuais novos acionistas e investidores.***

Somos atualmente controlados em conjunto pela Stratus SCP Coinvestimentos I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pelo Marcos Egídio Battistella (“Grupo de Controle”). Os interesses dos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses de eventuais novos acionistas ou investidores. Os nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos e outras ações que podem ser conflitantes com os interesses dos eventuais novos acionistas e investidores ou não resultar em melhorias dos nossos resultados operacionais. Além disso, os nossos acionistas controladores podem vender ou de alguma forma transferir suas ações que representem o controle da Companhia. Qualquer alteração no controle da Companhia pode afetar adversa e materialmente sua administração, seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

***Caso a Companhia e os acionistas vendedores tenham êxito na realização da oferta pública inicial de ações, o atual Grupo de Controle poderá ser diluído de modo que poderá deixar de deter mais do que 50% das ações votantes da Companhia, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista ou grupo de acionistas que detenha controle.***

Após a oferta pública inicial de ações da Companhia, há o risco de o Grupo de Controle da Companhia passar a deter menos do que 50% do capital votante, mais uma ação.

A ausência de um acionista ou grupo controlador vinculado por acordo de voto, titular de mais de 50% mais uma ação do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, o que pode levar a conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou grupo de controle, tais como a dificuldade em certos processos decisórios por falta de quórum para aprovação. Além disso, a Companhia e seus acionistas poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados por acionistas controladores e, em consequência, podemos ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. A ausência de acionista ou grupo controlador pode nos deixar suscetível à aliança ou acordos de votos entre os acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle.

***As ações de emissão da Companhia e de titularidade do Sr. Marcos Egídio Battistella não estão livres de ônus e gravames e podem vir a ter sua propriedade consolidada em favor do Agente de Garantia, o que pode alterar o nosso Grupo de Controle.***

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

No âmbito de ação cautelar proposta pela União Federal em fevereiro de 2020 (Processo nº 5010156-61.2020.4.04.7000) relativa a dívidas tributárias provenientes de determinado credor original, na qual o Sr. Marcos Egídio Batistella possuía participação indireta, as ações de emissão da Companhia de propriedade do Sr. Marcos foram bloqueadas pelo juiz responsável pelo caso, em conjunto com bens da Companhia.

Em face da referida ação cautelar, a Companhia e seus acionistas (Marcos Egídio Batistella, Juares Luiz Nicolotti e Stratus FIP) firmaram Termo de Compromisso, em conjunto com Vórtx Serviços Fiduciários, na qualidade de interveniente anuente ("Agente de Garantia"), cujos efeitos estão vinculados à aceitação pelo juízo da ação cautelar da substituição do bloqueio de bens por um seguro garantia fornecido pela Companhia, por meio do qual Marcos Egídio Batistella e Juares Luiz Nicolotti se obrigaram a indenizar a Companhia por quaisquer perdas da Companhia decorrentes da referida ação cautelar.

Em garantia ao pagamento de toda e qualquer perda da Companhia proveniente da ação cautelar, Marcos Egídio Batistella concordou em alienar fiduciariamente 70% (setenta por cento) de suas ações de emissão da Companhia em favor do Agente de Garantia. Assim, está reservado ao Agente de Garantia o direito de excutir a garantia prestada por Marcos Egídio Batistella caso este descumpra a obrigação de indenizar a Companhia por perdas decorrentes da ação cautelar, o que faria com que parte ou totalidade de tais ações pudessem ser vendidas a terceiros para ressarcimento da Companhia, fato este que pode alterar o Grupo de Controle da Companhia e vir afetar adversamente a Companhia.

A Companhia ofereceu o seguro garantia no valor total dos débitos objeto da ação cautelar. Em razão disso, a Companhia e o Marcos Egídio Battistella, em conjunto, pleitearam o desbloqueio da totalidade dos seus bens. Em agosto de 2020, foi proferida decisão que deferiu o desbloqueio dos bens, tanto da Companhia, quanto do Marcos Egídio Battistella. Especificamente em relação aos bens do Sr. Marcos Egídio Battistella, porém, houve nova decisão, em janeiro de 2021, que revogou a determinação de desbloqueio de bens, ante o entendimento de que a apólice de seguro garante somente os bens da Companhia. Dessa forma, atualmente as ações do Sr. Marcos continuam oneradas em razão da ação cautelar. Inclusive, há discussão nos autos quanto à manutenção da determinação dos bloqueios dos bens tanto do Sr. Marcos quanto das demais partes.

Caso haja a perda definitiva da titularidade das ações do Sr. Marcos atualmente oneradas poderá haver a alteração do atual Grupo de Controle da Companhia.

Para mais informações sobre a ação cautelar, o Termo de Compromisso e a alienação fiduciária mencionados acima, vide itens 4.5 e 4.7 deste Formulário de Referência.

### **c. a seus acionistas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui riscos decorrentes de seus acionistas.

### **d. a suas controladas e coligadas**

***Eventual processo de liquidação nos envolvendo ou envolvendo nossas controladas pode ser conduzido em bases consolidadas.***

O Poder Judiciário brasileiro ou os nossos próprios credores e/ou de empresas do seu grupo econômico podem determinar a condução de eventual processo de liquidação da empresa de seu grupo econômico como se fossem uma única sociedade (Teoria da Consolidação Substancial). Caso isso aconteça, os nossos acionistas poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do nosso grupo econômico.

### **e. a seus fornecedores**

***As nossas atividades dependem do bom relacionamento e da reputação de nossos fornecedores.***

O sucesso das nossas atividades depende, em grande medida, da nossa condição financeira, reputação, marketing, estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial que temos com seus fornecedores e da capacidade de nossos fornecedores de projetarem, produzirem e distribuírem ativos desejados pelo público.

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Caso nossos fornecedores rescindam ou não renovem seus contratos, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, a Companhia pode não ser contemplada com a renovação dos contratos existentes, por exemplo, e suas atividades, resultados operacionais e financeiros, podem ser prejudicados. Além disso, se os fornecedores da Companhia deixarem de usar práticas comerciais éticas ou descumprirem as leis e regulamentos aplicáveis, como quaisquer leis contra o trabalho infantil ou análogo ao escravo, e de proteção ambiental, a reputação ou patrimônio da Companhia poderão ser prejudicados devido à publicidade negativa ou a imposição de responsabilidades solidárias ou subsidiárias. Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores, em especial aqueles com produtos/serviços mais restritos, como fornecedores de semirreboques, os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

***Riscos relacionados à terceirização de parte substancial de nossas atividades de serviços dedicados à cadeia de suprimentos e de transporte de cargas gerais podem nos afetar adversamente.***

Respondemos integralmente, perante nossos clientes, por eventuais falhas na prestação do serviço realizado por agregados e terceiros que contratamos, e não podemos garantir que o serviço prestado por eles apresente a mesma excelência daquele prestado por nossos empregados. Ainda, a descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas terceirizadas poderá afetar a qualidade e continuidade dos nossos negócios. Caso qualquer uma dessas hipóteses ocorra, a nossa reputação e os nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

Além disso, na hipótese de uma ou mais empresas terceirizadas não cumprirem suas obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, seremos considerados subsidiariamente responsáveis e poderemos ser obrigados a pagar tais valores aos empregados das empresas terceirizadas inadimplentes. Não podemos garantir que empregados de empresas terceirizadas não tentarão reconhecer vínculo empregatício conosco, o que poderá afetar adversamente os nossos resultados financeiros.

***Nossos resultados podem ser afetados caso não consigamos manter nossos atuais percentuais de descontos na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves novos junto aos fornecedores.***

Nossos investimentos em expansão e renovação da nossa frota de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves podem ser afetados caso não consigamos manter nossos atuais percentuais de descontos junto aos fornecedores para aquisição de máquinas e equipamentos pesados e de veículos leves novos (os quais não são garantidos e são renegociados periodicamente), o que pode ser provocado, por exemplo, pela diminuição do nosso volume de compras, pelo aumento na demanda por tais ativos no mercado, por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes, por outras alterações macroeconômicas, dentre outros fatores. Nesse caso, poderemos não mais usufruir, ou não usufruir na mesma medida, da vantagem de obter tais descontos. Como os preços que cobramos dos nossos clientes levam em consideração o custo de aquisição de ativos novos para a prestação dos nossos serviços, podemos ter que aumentar os preços de nossos serviços para compensar a diminuição de eventuais descontos que obteríamos na compra de ativos novos, diminuindo, assim, nossa competitividade, ou podemos ter que reduzir nossas margens para manter os preços que praticamos, impactando negativamente a rentabilidade dos nossos contratos. Consequentemente, nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

***Aumentos significativos na estrutura de custos do nosso negócio, podem nos afetar adversamente.***

Estamos sujeitos a aumentos por parte de nossos fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários ao exercício de nossas atividades, tais como combustíveis, peças de reposição ou mão de obra. Caso ocorra o aumento nos custos relativos aos insumos e serviços necessários ao exercício de nossas atividades, estamos sujeitos a riscos relacionados à dificuldade de repassar o aumento de nossos custos para nossos clientes, incluindo o aumento no preço de insumos, compensação pela prestação de serviços, peças automotivas, maquinários, pneus e o aumento com custo trabalhista, dentre outros, por meio do aumento no preço de nossos serviços.

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O preço e disponibilidade dos nossos insumos e mão de obra dependem de fatores políticos, econômico e condições de mercado que estão além do nosso controle e não podemos prever quando os preços desses insumos ou mesmo da mão de obra sofrerão alterações. Podemos não prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão aumentos ou reajustes, inclusive aqueles provocados pelo aumento da demanda ou oriundos das políticas de venda praticadas pelos fabricantes, além de fatores externos como inflação e aumento da alíquota de tributos incidentes ou do preço de determinadas commodities no mercado internacional. Além disso, paralisações de trabalho, greves, redução da carga horária dos nossos funcionários ou dos nossos prestadores de serviços podem igualmente acarretar em aumentos de custos advinentes, por exemplo, de multas decorrentes de aumentos de remuneração ou pagamento de horas extras adicionais.

Caso nossos custos sofram um aumento significativo e não consigamos repassar esse aumento para nossos clientes, nossos resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

##### **f. a seus clientes**

***Nossos três maiores clientes representam um percentual relevante da nossa receita total. A rescisão ou não renovação dos contratos com esses ou outros clientes pode nos afetar adversamente.***

Parte importante de nossas receitas vêm de três grandes clientes, que mantêm contratos de longo prazo conosco. No período de três meses findo em 31 de março de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, esses clientes representavam 24% e 29%, respectivamente, da nossa receita. Caso estes contratos sejam rescindidos antecipadamente ou não sejam renovados, teríamos uma perda de receita significativa que impactaria negativamente a nossa rentabilidade.

Nosso plano de negócios e estratégia de crescimento presumem a manutenção do nosso índice histórico de renovação de contratos com nossos clientes após seus respectivos vencimentos. A redução de tal índice por qualquer motivo, inclusive devido a fatores externos ou que não se relacionem com a qualidade dos serviços prestados por nós, poderá resultar em uma redução da nossa receita e afetar negativamente nossa estratégia de crescimento. Não podemos garantir que nós seremos bem-sucedidos na renovação de todos ou parte significativa dos contratos celebrados com nossos clientes, em termos razoáveis. A não renovação dos contratos com os nossos principais clientes ou de parte significativa dos contratos celebrados com nossos clientes poderá resultar na redução de nossa receita e impactar adversamente nossos negócios, condição financeira e nossos resultados.

Adicionalmente, se os contratos com nossos clientes forem rescindidos, voluntariamente ou em decorrência de decisões judiciais, ou não renovados, bem como, se rescindidos, caso nossos clientes não honrem as multas contratuais previstas para os casos de rescisão, se o contrato não prever multa em casos de rescisão por decisão judicial ou se tais multas não forem suficientes para cobrir as perdas decorrentes de tal rescisão, nossos resultados financeiros poderão ser afetados de maneira adversa.

***Como somos uma prestadora de serviços, nossos resultados dependem da nossa base de clientes e do volume de negócios por eles gerados.***

Como somos prestadores de serviços, nossos resultados dependem dos contratos celebrados com nossos clientes, entre outros fatores relacionados à nossa base de clientes, incluindo a manutenção de políticas de relacionamento, políticas de crédito, bem como a manutenção das demandas e da satisfação com nossos serviços e a ausência de efeitos materiais adversos nos negócios dos nossos clientes. Uma redução no volume dos nossos negócios com nossos principais clientes pode resultar em uma redução em nossas margens operacionais devido à redução de escala e à consequente redução na diluição dos nossos custos fixos. Ainda, se nossos clientes sofrerem efeitos econômicos materiais adversos causando uma menor demanda pelos nossos serviços ou aumentando de forma significativa o índice de inadimplência dos nossos clientes, nossos resultados financeiros poderão ser afetados de maneira adversa principalmente quando considerado o grande número de ativos imobilizados que possuímos para atendimento aos nossos clientes.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

### **g. aos setores da economia nos quais o emissor atue**

#### ***A falta de conservação das rodovias brasileiras pode afetar adversamente nosso custo de serviço de transporte.***

Grande parte de nossos custos e despesas refere-se à manutenção e depreciação de nossa frota. A falta de conservação das rodovias brasileiras pode causar avarias aos veículos, maior tempo em trânsito, gasto adicional de combustível, desgaste prematuro de pneus e perda de carga, ocasionando o aumento das nossas despesas com manutenção e tempo de inoperância, redução do nível de serviço e valor residual dos nossos ativos para além do previsto, o que poderá impactar adversamente de forma relevante a nossa condição financeira e os nossos resultados.

#### ***A substancial competição, principalmente de outros prestadores de serviços de gestão logística, pode prejudicar o desenvolvimento das nossas atividades.***

Nosso segmento de atuação é altamente competitivo e fragmentado. Competimos com diversos concorrentes formais e informais no segmento de provedores de serviços logísticos, inclusive com prestadores de serviços em operações de outros modais. Qualquer alteração no ambiente competitivo pode implicar em uma queda de demanda nos segmentos de negócios nos quais operamos ou um aumento nos custos de captação e retenção de clientes, podendo afetar adversamente nosso crescimento e rentabilidade.

A competição resulta fundamentalmente na redução das margens nos segmentos de atuação. Caso não sejamos capazes de atender à demanda de serviços e preços de nossos clientes da mesma forma que nossos concorrentes para superá-los e mantermos ou aumentarmos nossa participação no mercado, nossos resultados poderão ser adversamente afetados de forma relevante.

#### ***Greves e paralisações podem afetar nossas operações e impactar os nossos resultados.***

As nossas operações de transporte e de serviços logísticos podem ser afetadas em caso de paralisações significativas e greves envolvendo nossos funcionários, que são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por convenções coletivas, acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, bem como envolvendo caminhoneiros ou carreteiros, como a ocorrida no Brasil em maio de 2018. A ocorrência desses eventos poderá afetar adversamente nossos negócios, relacionamento com clientes e nossos resultados operacionais.

*Caso o governo crie uma linha de crédito com taxa de juros subsidiadas para aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos, a Companhia pode ter dificuldades em expandir seus negócios*

Caso o Governo venha a criar linhas de crédito para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos com a concessão de taxas de juros subsidiadas, tal medida poderá facilitar o acesso à compra dos referidos ativos por seus concorrentes, clientes e mercado em geral. Diante dessa situação, a Companhia poderá enfrentar dificuldades em expandir seus negócios, dada a vantagem econômica que seus concorrentes e clientes poderiam ter para a aquisição dos ativos, em detrimento à opção de terceirização do serviço logístico ou locação da frota, o que poderia impactar de maneira adversa o crescimento e fechamento de novos contratos por nós, afetando adversamente nossos resultados financeiros.

#### ***Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso em nossos negócios e no valor de mercado dos valores mobiliários emitidos por nós.***

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do governo brasileiro e por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no País. Por exemplo, por vezes, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações. Não temos controle e não podemos prever as políticas ou ações que o governo brasileiro poderá adotar no futuro.

Nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;
- flutuação das taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do PIB;
- greves de motoristas
- greves de portos, alfândegas e autoridades fiscais;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte;
- novas legislações determinadas pela ANTT;
- aumento do preço de petróleo e outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Historicamente, a política tem afetado diretamente a economia do País. Crises políticas no passado contribuíram para a redução no nível de confiança de investidores e da população, o que resultou no desaquecimento da economia e na consequente volatilidade dos valores mobiliários de companhias brasileiras.

Não somos capazes de estimar o impacto global das nossas operações e atividades de crédito, dos desenvolvimentos macroeconômicos e políticos do Brasil, ou das mudanças na política regulatória da economia. Tampouco podemos prever como medidas presentes ou futuras implementadas pelos responsáveis pela política regulatória podem impactar nossas atividades. Além do mais, a atual instabilidade política aumenta o grau de incerteza em relação a políticas econômicas futuras, e não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e se tais políticas afetarão adversamente a economia ou a nós. Quaisquer mudanças nas exigências regulatórias de capital, nas exigências de reserva ou na regulação que rege nossos produtos e serviços, por exemplo, ou a continuidade da incerteza política, pode ter efeitos materiais adversos sobre nós.

##### **h. à regulação dos setores em que o emissor atue**

***Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que poderia reduzir nossa margem bruta.***

O governo brasileiro regularmente implementa mudanças no regime tributário, representando potencial aumento da nossa carga tributária e da carga tributária de nossos clientes. Tais mudanças incluem alterações em bases de cálculo, alíquotas e, ocasionalmente, a criação de tributos ou incentivos temporários, vinculados a finalidades governamentais específicas. Adicionalmente, mudanças implementadas na legislação fiscal brasileira com propósitos específicos, tal como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos novos, que vigorou entre 2012 e 2013, podem impactar a depreciação da nossa frota operacional e o valor de venda dos nossos ativos desmobilizados. Aumentos da carga tributária a que estamos sujeitos ou efeitos de mudanças na legislação tributária na depreciação da nossa frota ou no preço de venda dos nossos ativos imobilizados podem impactar adversamente os nossos negócios e resultados operacionais.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Algumas leis ou regulamentações fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Dentre as hipóteses de controvérsia na interpretação da legislação fiscal estão aquelas relativas à forma e ao prazo para a apuração dos créditos relativos ao PIS e à COFINS em relação aos veículos automotores registrados no ativo imobilizado da Companhia, outros créditos fiscais, entre outras. Consequentemente, os nossos resultados financeiros podem ser adversamente afetados no caso de uma interpretação diferente daquela em que nos se baseamos para realizar nossos negócios.

***Estão em discussão no Congresso Nacional diversos projetos para ampla reforma tributária, principalmente designada para aumentar a eficiência de alocação dos recursos da economia.***

Nos moldes atualmente em discussão, a reforma envolverá uma ampla reestruturação do sistema tributário brasileiro, incluindo a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) incidente sobre bens e serviços que substituiria diversos tributos (as contribuições sociais, o imposto federal sobre produtos industrializados, o imposto sobre operações financeiras e o imposto sobre circulação de bens e serviços). Os tributos a serem substituídos variam de acordo com os projetos de reforma.

Os efeitos dessas alterações ou de quaisquer outras reformas adicionais, se aprovadas, ainda não podem ser quantificados, pois a proposta de emenda constitucional dispõe como passo seguinte a regulamentação dos novos tributos, cuja proposta ainda não foi apresentada. Essas alterações podem trazer impactos sobre os nossos negócios que ainda não podem ser apurados, se serão positivos ou negativos. Acrescenta-se que alterações passadas no sistema tributário provocaram incertezas no sistema financeiro, aumentando o custo dos empréstimos.

***Estamos sujeitos ao cumprimento da legislação aplicável aos serviços de transporte e das normas regulamentares expedidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e outros órgãos reguladores.***

Os serviços de transporte estão sujeitos a extensa legislação e regulamentação. A ANTT é o órgão responsável pela regulação e fiscalização dos transportes terrestres no Brasil. O transporte de produtos perigosos também é regulamentado pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito e DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito.

O transportador deve obter e manter o RNTRC – Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas, regular.

Qualquer descumprimento dessas leis e regulamentos ou falha na obtenção ou renovação dos registros necessários, podem resultar na aplicação de penalidades, tais como multas e perda do registro de transportador.

Ainda, o governo implementa de tempos em tempos mudanças na legislação e na regulamentação, tal como a recente instituição de tabelamento de fretes mínimos. A conformidade com novas leis e alterações nas leis e regulamentos vigentes podem causar um aumento nos nossos custos e despesas, podendo afetar adversamente os nossos resultados.

### **i. aos países estrangeiros onde o emissor atue**

***Nossas operações internacionais estão sujeitas a riscos econômicos, políticos e sociais dos países em que atuamos.***

Realizamos o transporte de cargas entre países do Mercosul. Em 31 de março de 2021, cerca de 1,78% da nossa receita líquida foi proveniente de países estrangeiros e cerca de 4,08% proveniente de transporte de cargas de clientes do Brasil para outros países do Mercosul.

A nossa principal sucursal no exterior está localizada na Argentina, e, portanto, uma condição adversa econômica e/ou política naquele país pode trazer uma redução no nosso volume de negócios, podendo afetar adversamente o nosso resultado.

Além disso, condições econômicas, políticas e sociais adversas nesses países podem causar uma diminuição da exportação dos nossos clientes no Brasil para esses países, o que também poderia afetar nosso volume de negócios e o nosso resultado.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

### j. as questões socioambientais

***As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente incorremos para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.***

Estamos sujeitos à legislação federal, estadual e municipal, bem como regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Tais normas obrigam a Companhia a obter licenças, permissões e autorizações para suas operações e eventuais projetos de ampliação. As dificuldades para obter licenças, permissões e autorizações podem levar a atrasos na instalação de projetos.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de responsabilidade civil, com reparação de danos e/ou pagamento de indenizações, além de penalidades criminais e administrativas (tanto para a Companhia quanto para seus administradores), tais como imposição de multas, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa (podendo afetar nossa reputação) e responsabilidade pelo saneamento ou por danos ambientais.

Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais podem se tornar mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da observância de leis e regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A inobservância de leis e regulamentos ambientais em vigor e/ou a sua alteração também pode causar um aumento nos nossos custos e despesas, resultando, conseqüentemente, em lucros menores.

Além de penalidades administrativas, se a Companhia não observar a legislação relativa à proteção ao meio ambiente, poderá sofrer a imposição de sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados ao meio ambiente e a terceiros afetados (responsabilidade civil). A Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") prevê a responsabilidade da pessoa jurídica, não excluindo, contudo, a das pessoas físicas. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o Poder Público, podendo ter impacto negativo em nossas receitas e, ainda, inviabilizar a captação de recursos no mercado financeiro. Para mais informações acerca da legislação ambiental a que a Companhia está sujeita vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Para informações sobre os processos, procedimentos e/ou investigações envolvendo matéria ambiental nos quais somos parte, vide item 4.7 deste Formulário de Referência.

### k. riscos macroeconômicos

***A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro podem afetar de forma negativa a liquidez e os preços de mercado das ações da Companhia e limitar a capacidade de seus acionistas em alienar as ações por eles detidas pelo preço e na ocasião que desejarem.***

Os mercados de valores mobiliários brasileiros, inclusive a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") são substancialmente menores, menos líquidos e mais voláteis que a maioria dos mercados de valores mobiliários dos Estados Unidos. Os mercados de valores mobiliários brasileiros são também caracterizados por alta concentração de ações.

As dez maiores companhias em termos de capitalização de mercado responderam por mais de 40% do valor total de capitalização de mercado da B3 aferido em 31 de dezembro de 2020. Além disso, as dez ações mais negociadas em termos de volume negociado representaram cerca de 30% de todas as ações negociadas na B3 em 2020.

Estas características de mercado podem afetar a cotação das ações da Companhia e limitar de forma relevante a capacidade dos detentores de ações de alienar seus títulos ao preço e dentro do prazo desejado e, como resultado, impactar de forma negativa os valores de mercado de tais valores mobiliários.

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

***Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias de nossa emissão.***

As classificações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos nas emissões de dívida nos mercados financeiros. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, considerando uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, endividamento e a perspectiva de mudança nesses fatores.

Na data deste Formulário de Referência, as classificações de crédito soberano do Brasil eram BB- com perspectiva estável, Ba2 com perspectiva estável e BB- com perspectiva negativa pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente, que está abaixo do grau de investimento.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro experimentou altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração de seu produto interno bruto (PIB), flutuações acentuadas do real em relação ao dólar americano, aumento do nível de desemprego e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor. Tal cenário se intensificou devido aos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 na economia brasileira e mundial, bem como em razão da instabilidade política e institucional experimentada pelo Governo Federal.

A classificação de crédito soberano do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de *rating* acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A retomada da recente recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

***Se o Brasil sofrer inflação substancial no futuro, as nossas receitas e a nossa capacidade de acessar mercados financeiros estrangeiros podem ser reduzidas.***

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As taxas de inflação foram de 23,14% em 2020, 7,30% em 2019 e 7,54% em 2018, conforme medida pelo IGP-M. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para nós e nossos clientes. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para nós.

O Brasil, no passado, vivenciou altíssimas taxas de inflação. A inflação e as medidas governamentais para combater a inflação tiveram efeitos negativos sobre a economia brasileira e contribuíram para o aumento da incerteza econômica no país.

Alguma das medidas do governo e do Banco Central para combater a inflação muitas vezes incluem a manutenção de uma política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como resultado, as taxas de juros podem flutuar significativamente. Aumentos na taxa básica de juros (SELIC), criado pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), podem ter um efeito adverso sobre a Companhia, aumentando custos e riscos.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

***Eventos políticos, econômicos e sociais e desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outras regiões, especialmente nos Estados Unidos, Europa, China e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as nossas ações.***

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e países da União Europeia, bem como de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses e outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19, pode afetar negativamente a economia brasileira e, por sua vez, levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas por redução aos valores recuperáveis de contas a receber. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou ao aumento da taxa doméstica de juros ou ao aumento do nível de desemprego, um maior percentual dos clientes da Companhia pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em seus negócios.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China, União Europeia e de economias emergentes. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Com relação a fatos macroeconômicos relevantes que podem impactar o negócio da Companhia, destacam-se a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit"), que pode afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais. Adicionalmente, o Brexit pode levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará.

Essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando diretamente o mercado de ações e podem ter efeito adverso sobre os negócios da Companhia, bem como nos resultados de suas operações ou situação financeira.

Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de emissão da Companhia, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Adicionalmente, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou recentemente todas as condenações impostas pela Justiça Federal do Paraná ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava Jato, a qual investiga diversos esquemas de corrupção. Com a decisão, o ex-presidente recuperou os direitos políticos e se tornou elegível. A instabilidade das condenações no âmbito da Operação Lava Jato e as incertezas políticas podem afetar adversamente o mercado e o grau de confiança, afastando potenciais investidores no Brasil, de modo que a Companhia não pode prever se novas anulações poderão causar mais instabilidade política e econômica no país.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Ainda, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro tem sido criticado tanto no Brasil quanto internacionalmente, com os efeitos desestabilizadores da pandemia da COVID-19, aumentando a incerteza política e a estabilidade no Brasil, particularmente após a saída de vários ministros federais de alto nível e alegações de corrupção contra o presidente Bolsonaro e seus familiares. A recente troca de comando na Petrobras pelo presidente Jair Bolsonaro também impactou o mercado de modo negativo com forte queda das ações negociadas na B3, uma resposta adversa ao potencial risco de ingerência do presidente nos preços dos combustíveis.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo o da Companhia. Não é possível prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

Por fim, em janeiro de 2021, Joe Biden tomou posse como presidente dos Estados Unidos. Não é possível prever os efeitos do mandato de Joe Biden ou de suas políticas. O Presidente dos Estados Unidos tem considerável poder na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito material adverso na economia global e na estabilidade política global. Não podemos garantir que o novo governo adotará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal e o investimento doméstico e estrangeiro, o que pode ter um efeito adverso significativo nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

### ***A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente nossos negócios, resultados de suas operações e o preço de negociação de nossas ações.***

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da deflagração de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a "Operação Lava Jato". Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, foram condenados por corrupção por terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. Nós não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios. Quaisquer consequências de tais investigações, incluindo uma potencial abertura de processo de impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive nos nossos negócios. Além disso, a condução da pandemia no Brasil e os efeitos desestabilizadores da pandemia de COVID-19 aumentaram a incerteza política e a instabilidade no Brasil, especialmente após a saída de vários ministros e as citadas alegações de corrupção contra o Presidente Jair Bolsonaro.

Ainda, em fevereiro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro agiu para substituir o então CEO da estatal Petrobras por um general do exército, sugerindo uma agenda de governo mais intervencionista, que teve um efeito adverso sobre o mercado de capitais brasileiro.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias do governo brasileiro e à queda global nos preços das commodities.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira; em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil.

***Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.***

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente, bem como nos Estados Unidos, China, União Europeia e outros países. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Crises em outros países da América Latina e em outros países de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial as dos Estados Unidos e países da União Europeia, poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Isso poderia dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das operações da Companhia no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Qualquer desses acontecimentos poderá afetar adversamente os nossos negócios e o valor de mercado das ações da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo serem incapazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação das ações da Companhia, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

## 4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

### 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

#### Riscos relacionados à taxa de câmbio

Em consequência de pressões inflacionárias, a moeda brasileira, no passado, desvalorizou-se periodicamente em relação ao dólar norte americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, durante as quais a frequência dos reajustes variava entre diária e mensal, sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e mercados cambiais duplos. De tempos em tempos, há oscilações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, de um lado, e o dólar norte-americano e outras moedas, de outro. Em 2018, a taxa de câmbio variou de R\$ 3,87 para R\$4,03 em 2019 e para R\$5,19 em 2020, representando uma desvalorização no Real de 4,0% e 28,8%, respectivamente. Desvalorizações do real em relação ao dólar norte-americano poderiam criar mais pressões inflacionárias no Brasil, acarretar aumentos das taxas de juros, limitar nosso acesso a mercados financeiros estrangeiros e provocar a adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal. Por outro lado, a apreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode levar a uma deterioração da conta corrente e do balanço de pagamentos do Brasil e provocar uma redução das exportações do país. Qualquer um dos acontecimentos acima pode prejudicar a economia brasileira, como um todo, e, especificamente, nossos resultados operacionais e o valor de mercado de nossos valores mobiliários.

Variações nas taxas de câmbio podem afetar os negócios de parte de nossos clientes, cujo volume de produção é destinado à exportação. Assim, uma eventual valorização do Real poderia impactar nas receitas de alguns de nossos clientes, na medida em que tal valorização poderia ensejar a redução no volume de produtos exportados. Por outro lado, uma eventual desvalorização do Real poderia favorecer as exportações e, assim, trazer significativo aumento nas receitas de parte de nossos clientes. Este impacto na receita de parte dos nossos clientes, seja positivo ou negativo, poderia eventualmente trazer algum reflexo em nossa receita de serviços.

Além disso, a variação do dólar pode impactar nossas contas a receber de clientes. Em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, nossas contas a receber de clientes denominadas em dólares norte-americanos eram de US\$2.789.084,84 (ou R\$ 15.888.579,61 com base na taxa de fechamento de R\$5,6967) e US\$2.342.770,00 (ou R\$12.173.267,19 com base na taxa de fechamento de R\$5,1961), respectivamente. Sendo que, considerando o total das contas a receber de clientes em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 que era de R\$225.865.355,78 e R\$210.127.240,50, respectivamente, representou um total de 7,0% e 5,8%, respectivamente.

#### Risco de taxa de juros

Nosso resultado é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos nossos investimentos.

Nosso risco relacionado à variação da taxa de juros é significativo apenas na medida em que possa causar o aumento do custo dos financiamentos e do parcelamento de empréstimos. Em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, nosso endividamento financeiro era de R\$402.375 milhões e R\$284.959 milhões, respectivamente, dividido da seguinte forma:

Tipo de contrato	Montante (R\$ milhares)	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Capital de Giro	163.520	232.531
FINAME	-	16.160
Leasing	2.254	374
Debêntures	236.601	35.894

Um aumento de 10,0% no CDI, indexador presente nos contratos de capital de giro, e debêntures aumentaria as nossas despesas de juros em R\$ 1.091 mil ao ano, enquanto uma redução de 10,0% reduziria as nossas despesas de juros na mesma proporção. Nossos contratos de empréstimos e financiamentos não possuem outros índices pós fixados.

#### 4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

##### 4.3 – Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte:

Em 31 de março de 2021, a Companhia era parte em 810 processos, para os quais seus advogados avaliam o risco como provável no valor total de R\$ 25,9 milhões, montante devidamente provisionado pela Companhia, e como possível, no valor total de R\$ 40,9 milhões.

Destes processos, 143 são processos da Transeich Assessoria e Transportes S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A, que, nos termos do contrato de compra e venda celebrado por ocasião das aquisições, são conduzidos e indenizados pela Kuehne Serviços Logísticos Ltda, de quem a Companhia adquiriu as sociedades.

Os únicos processos individualmente relevantes são os processos abaixo descritos:

<b>Processo Administrativo nº 11020.721794/2017-83</b>	
<b>a. Juízo</b>	Secretaria da Receita Federal do Brasil
<b>b. Instância</b>	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
<b>c. Data de instauração</b>	03 de agosto de 2017
<b>d. Partes do Processo</b>	Transportes Translovato Ltda.
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 17 milhões
<b>f. Principais fatos</b>	Trata-se de processo administrativo para discussão de dois autos de infração lavrados em face da Companhia para cobrança de débitos de PIS e COFINS decorrentes da glosa dos seguintes créditos: (i) contratação de mão-de-obra para prestação de serviços de carga e descarga; (ii) custo de pedágio incluso no preço do serviço de transporte; (iii) seguro obrigatório (RCTR/C); (iv) vigilância, rastreamento e escolta armada; (v) serviços de telefone, teleconsultas, manutenção de equipamentos de informática, formulários e aluguel de impressoras; (vi) subcontratação de transporte de carga prestado por pessoa jurídica optante pelo Lucro Real ou Presumido; e (vii) subcontratação de transporte de carga prestado por pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração em 31 de agosto de 2017. A Delegacia da Receita Federal deu parcial provimento à impugnação, para reconhecer o direito a crédito relativo à subcontratação dos serviços de transporte rodoviário de cargas de empresas optantes pelo lucro real ou presumido e aos serviços de carga e descarga contratados de pessoa jurídica. Em 23 de abril de 2019, a Companhia apresentou Recurso Voluntário em face da decisão da Delegacia da Receita Federal. Atualmente, o processo encontra-se no CARF aguardando julgamento de Recurso Voluntário interposto pela Companhia e Recurso de Ofício.
<b>g. Chance de perda</b>	Provável
<b>h. Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Perda financeira. Os advogados estimam uma perda provável de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais)

**4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes**

<b>Processo Administrativo nº 10980-723.425/2020-18</b>	
<b>a. Juízo</b>	Secretaria da Receita Federal do Brasil
<b>b. Instância</b>	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
<b>c. Data de instauração</b>	04 de maio de 2020
<b>d. Partes do Processo</b>	BBM Logística S/A
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 19.551.540,62
<b>f. Principais fatos</b>	<p>Trata-se de Auto de Infração relativo à exigência de Contribuição Previdenciária Patronal, em razão da suposta falta de recolhimento da Contribuição Previdenciária Patronal, prevista no art. 22, I e III, da Lei nº 8.212/91, nas competências de janeiro/2017 a dezembro/2017. No entendimento da Autoridade Fiscal, no exercício de 2017 a empresa não teria formalizado a opção pelo regime de tributação que lhe permitiria recolher a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Como consequência, não estaria formalizada a opção por tal regime.</p> <p>No entanto, o entendimento da Receita Federal é equivocado e improcedente, tendo em vista que a empresa se manifestou, tempestivamente e de maneira expressa, a sua opção pela CPRB não só por meio do pagamento da CPRB de janeiro de 2017, mas também de suas obrigações acessórias, de tal maneira que deveria inexistir qualquer dúvida acerca de sua opção pelo respectivo recolhimento da CPRB.</p> <p>Tanto o legislador no art. 9º, §13, da Lei nº 12.546/11, como a própria RFB no art. 1º, §6º, II, da IN nº 1.436/13, definiram que a opção pelo recolhimento da CPRB no ano de 2017 se daria pelo pagamento da contribuição apurada na competência de Jan/2017. Contudo, em momento algum houve especificação de que este pagamento não poderia ser efetuado de forma parcelada. No presente caso, a Companhia firmou Termo de Parcelamento com a RFB em mar/2017, para o pagamento parcelado da CPRB apurada em Jan/2017, na forma prevista na Lei nº 10.522/02, procedimento que foi registrado sob o PAF nº 10912-720069/2017-81. Dando cumprimento à sua parte no acordo, a Companhia realizou o pagamento das parcelas de mar/2017 a ago/2017.</p> <p>Em 03 de março de 2021 a Companhia foi intimada do acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, que manteve integralmente a exigência fiscal.</p> <p>Em 04 de abril de 2021 a Companhia interpôs recurso voluntário, o qual aguarda julgamento perante o CARF – Conselho de Recursos Fiscais.</p>
<b>g. Chance de perda</b>	Possível
<b>h. Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Perda financeira

## **4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes**

### **4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3**

O valor provisionado do processo tributário nº 11020.721794/2017-83 descrito no item 4.3, em 31 de março de 2021, é de R\$ 7.000.000,00. Não foi constituída provisão para o processo nº 10980-723.425/2020-18, por se tratar de perda possível.

## **4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest**

### **4.4 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou investidores do emissor e de suas controladas:**

Não aplicável, pois não há qualquer processo cujas partes contrárias sejam administradores, controladores ou investidores da Companhia e de suas controladas.

#### **4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest**

##### **4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4**

Não aplicável.

## 4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

### 4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia é parte integrante de determinadas ações (conforme descritas abaixo) promovidas pela Fazenda Nacional, ora em trâmite perante a 16ª Vara Federal de Curitiba. Tais processos foram originados de execuções fiscais ajuizadas contra empresa de propriedade de parte relacionada do acionista Marcos Egidio Battistela ("Marcos").

Em 31 de março de 2021, a soma dos débitos fiscais das ações em questão é equivalente a R\$94.320.710,56.

A Companhia está tomando todas as medidas necessárias em sua defesa, sendo que os assessores jurídicos da Companhia classificam a chance de perda nessas ações como possível com tendência a remota.

#### ***Processo nº 5010156-61.2020.4.04.7000 – Ação cautelar fiscal***

A Companhia é parte integrante de ação cautelar fiscal nº 5010156-61.2020.4.04.7000 interposta pela União Federal com pedido liminar requerendo a indisponibilidade de bens da Companhia, entre outros, para o pagamento de dívidas tributárias provenientes de determinado credor original ("Credor Original" e "Ação Cautelar", respectivamente), sob a alegação de que a Companhia integrava o grupo econômico do Credor Original. Muito embora Marcos atualmente acionista da Companhia já tenha detido participação indireta no controle do Credor Original, a Companhia e seus acionistas desconhecem qualquer relação atual que possa caracterizar, especialmente para fins tributários, a formação de grupo econômico entre o Credor Original e a Companhia, uma vez que ambos são sociedades totalmente independentes em seus negócios e atividades, não pertencendo ao mesmo grupo econômico para todos os fins de direito.

No âmbito da Ação Cautelar, em 16 de março de 2020, o juiz responsável pelo julgamento do processo deferiu pedido liminar da União Federal e determinou a indisponibilidade/bloqueio dos bens da Companhia e de seu acionista Marcos, incluindo ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

Em agosto de 2020, foi proferida decisão que deferiu o desbloqueio dos bens, tanto da Companhia, quanto do Marcos, em razão da apresentação de seguro garantia. Especificamente em relação aos bens do Marcos, porém, houve nova decisão, em janeiro de 2021, que revogou a determinação de desbloqueio de bens, ante o entendimento de que a apólice de seguro garante somente os bens da Companhia. Dessa forma, atualmente as ações de emissão da Companhia e de titularidade do Marcos estão oneradas. Inclusive, há discussão nos autos quanto à manutenção da determinação dos bloqueios dos bens tanto do Marcos quanto das demais partes, sendo que nenhum bem da Companhia está atualmente onerado no âmbito de referida ação cautelar.

Para informações acerca do termo de compromisso firmado entre os acionistas da Companhia em relação a essa ação, vide item 4.7 deste Formulário de Referência.

#### ***Processo nº 5031997-15.2020.4.04.7000 – Desconsideração da Personalidade Jurídica***

O Processo nº 5031997-15.2020.4.04.7000 é referente a incidente de desconsideração da personalidade jurídica do Credor Originário, o qual foi instaurado pela União com o objetivo de imputar responsabilidade tributária por débitos, à Companhia, ao Marcos e determinadas partes. A Companhia apresentou contestação demonstrando que (i) em que pese a relação extensa sobre o histórico societário dessas empresas envolvidas, não há um único apontamento que especifique a relação de causalidade entre essas alterações societárias e a pretensa responsabilidade da Companhia; (ii) deve haver comprovação de que as duas realizaram conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, não bastando o mero interesse econômico na consecução de referida situação, nem mesmo bastando a mera configuração de grupo econômico. Nesse sentido, o STJ tem afastado a configuração de responsabilidade solidária, quando não há demonstração do "interesse comum" na realização do fato gerador; (iii) a União não apontou nenhum ato que tenha sido viciado e, muito menos, qualquer nexo de causalidade entre esse suposto (e inexistente) ato viciado e o esvaziamento

#### **4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes**

do Credor Originário, cumulativamente com a expansão dos negócios da Companhia; (iv) nos termos da jurisprudência do STJ, mera alegação de existência de grupo econômico não enseja redirecionamento pois não implica em solidariedade na execução fiscal; (v) é vasta a jurisprudência do STJ a respeito da necessidade de prova do abuso de personalidade para justificar a desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilização pelas dívidas tributárias; (vi) a Companhia desenvolve (e desenvolveu) negócios próprios e não adquiriu, recebeu e tampouco se valeu de qualquer elemento do fundo de comércio do Credor Originário para o desenvolvimento das suas atividades; (vii) independentemente de a BBM, no passado, ter tido como sócios pessoas físicas e jurídicas que, de alguma foram, também eram sócias de outras empresas, a Ré é (e sempre foi) empresa independente do Credor Originário ou de qualquer outra empresa das quais são sócios membros da "família Battistella"; (viii) a Companhia nunca foi contribuinte dos débitos que deram origem às execuções fiscais – e em relação a eles não teve interesse comum na realização do fato gerador – e tampouco é sócia ou sucessora da executada originária, seja por incorporação, cisão, aquisição de fundo de comércio, ou qualquer outra hipótese que pudesse atrair sua responsabilidade tributária (cf., precedentes do E. TRF-4 e do A. STJ).

## **4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos**

### **4.6 - Processos repetitivos ou conexos**

Em 31 de março de 2021, a Companhia era parte em 516 autos de infração e processos trabalhistas, judiciais e administrativos, com pedidos repetitivos ou semelhantes, tais como horas extras, diferenças de diárias e danos morais.

Desses 516 processos, 425 são da BBM e/ou da Translovato, para os quais a avaliação de risco é provável no valor total de R\$ 18,9 milhões, montante devidamente provisionado pela Companhia, e como possível, no valor total de R\$ 31,7 milhões.

Os outros 102 processos são da Transeich Assessoria e Transportes S/A e/ou da Transeich Armazéns Gerais S.A. e, nos termos do SPA celebrado por ocasião das aquisições, são conduzidos e indenizados pela Kuehne Serviços Logísticos Ltda, de quem a Companhia adquiriu as sociedades, não estando, portanto, provisionados pela Companhia.

## **4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos**

### **4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6**

O valor provisionado, em 31 de março de 2021, para os processos com perda provável descritos acima era de R\$ 18,9 milhões.

## 4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

### 4.7 - Outras contingências relevantes

#### ***Inquérito Policial nº 099-00220/2014***

Figuramos como investigada no âmbito do inquérito policial nº 099-00220/2014, em trâmite na 99ª Delegacia de Polícia de Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro. A investigação foi instaurada em 29 de abril de 2014, a fim de apurar o suposto fato ocorrido em maio de 2013 quando um dos veículos (semirreboque) da operação de transportes de produtos perigosos (oxigênio líquido) da Companhia estaria vazio, não teria apresentado comprovação de descontaminação do tanque e estaria transitando sem a licença ambiental aplicável.

Os fatos foram objeto de autuação ambiental consubstanciada no Auto de Infração nº 723875-D que, posteriormente, foi encaminhado às autoridades criminais. A autoridade policial capitulou os fatos como possível prática do delito previsto no artigo 56 da Lei 9.605/1998. No decorrer da investigação, o Ministério Público requisitou a confirmação de que a carreta transportada não detinha autorização ambiental para o transporte interestadual de produtos perigosos e determinou a verificação sobre a quem recaía, ao tempo dos fatos, a administração da sociedade e a responsabilidade pela emissão da aludida autorização. Por se tratar de crime ambiental, a pessoa jurídica também é passível de responsabilização penal. Atualmente, aguardamos manifestação do Ministério Público sobre eventual (i) requisição de investigações complementares; ou, (ii) formulação de denúncia em face da Companhia e/ou da(s) pessoa(s) a quem couber autoria pelos fatos à época.

#### ***Informações Adicionais relativas ao Processo Cautelar Fiscal nº 5010156-61.2020.4.04.7000***

Em 6 de agosto de 2020, no âmbito do Processo Cautelar Fiscal nº 5010156-61.2020.4.04.7000 (descrito no item 4.5 deste Formulário de Referência), com o objetivo de estabelecer as providências que serão aplicáveis em razão da indisponibilidade/bloqueio de bens da Companhia e de seu acionista Marcos, como consequência da decisão judicial proferida nos Autos da Ação Cautelar, bem como da inclusão da Companhia e de seu acionista Marcos no polo passivo da Ação Cautelar, a Companhia e seus acionistas Marcos, Juarez Luiz Nicolotti (em conjunto com Marcos, "Acionistas Pessoas Físicas") e Stratus SCP Coinvestimento I – Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, com interveniência da Vórtx Serviços Fiduciários Ltda. ("Agente de Garantia"), celebraram termo de acordo, por meio do qual a Companhia se comprometeu a contratar seguro garantia que foi oferecido ao juízo da Ação Cautelar como garantia integral ao pagamento das dívidas tributárias do credor original na Ação Cautelar, de modo que todos os bens da Companhia e de seu acionista Marcos, atualmente afetados pela decisão liminar proferida na Ação Cautelar sejam desbloqueados ("Seguro Garantia" e "Acordo", respectivamente), o que ocorreu em agosto de 2020. Porém, em janeiro de 2021 as ações de emissão da Companhia foram novamente bloqueadas no âmbito da Ação Cautelar.

A contratação do Seguro Garantia deverá ser mantida e renovada pela Companhia enquanto ela figurar no polo passivo da Ação Cautelar ou de processos conexos à Ação Cautelar.

Além disso, no âmbito do Acordo, os Acionistas Pessoas Físicas reconheceram que são integralmente responsáveis pelo pagamento de toda e qualquer perda da Companhia proveniente do credor original, incluindo, mas não se limitando, àquelas decorrentes de eventual decisão definitiva na Ação Cautelar ou em processos conexos.

Neste sentido, em garantia ao pagamento de toda e qualquer perda da Companhia proveniente da Ação Cautelar, ou de processos conexos a ela, e/ou do pagamento do Seguro Garantia, e incluindo, mas não se limitando, ao pagamento das dívidas tributárias provenientes do credor original e/ou ao pagamento para a seguradora no âmbito do Seguro Garantia, Marcos concordou em alienar fiduciariamente 70% (setenta por cento) de suas ações de emissão da Companhia em favor do Agente de Garantia. Para os impactos decorrentes dos ônus e gravames existentes sobre as ações de propriedade do Marcos, veja item 4.1.(b) deste Formulário de Referência.

#### **4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes**

Nos termos do Acordo, caso ocorra uma oferta pública inicial de ações da Companhia em que Marcos seja um acionista vendedor ou em hipótese específica de venda privada das ações de emissão da Companhia pelos acionistas, Marcos se compromete a envidar todos os esforços para contratar um seguro garantia próprio e substituir o Seguro Garantia no prazo de 30 dias contados do evento de liquidez. Ainda, as ações dadas em garantia poderão ser vendidas pelo Agente de Garantia em sua totalidade ou parcialmente, e os valores apurados na sua venda serão depositados em uma conta escrow e utilizados para o pagamento do Seguro Garantia e das eventuais perdas da Companhia no âmbito do Acordo, para somente depois serem repassados a Marcos.

## **4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante**

### **4.8 - Regras-país origem/país custodiante**

Não aplicável, uma vez que o emissor não é estrangeiro.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos e oportunidades aprovada pelo Conselho de Administração em 06 de agosto de 2020 ("Política de Gerenciamento de Riscos").

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

#### **Objetivos:**

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia é descrever a metodologia adotada para identificar, classificar, tomar ações e estabelecer controles para gerenciar os riscos pertinentes às atividades, processos e serviços executados na organização dando suporte ao cumprimento dos objetivos da Companhia, definindo estratégias de mitigação de eventos com potencial de afetar a Companhia, gerenciando os riscos de forma compatível com a capacidade de entendimento do contexto, do mapeamento de riscos e com a tolerância aos riscos definida na Política de Gerenciamento de Riscos.

Com a implementação da Política de Gerenciamento de Riscos espera-se proteger e criar valor para a Companhia por meio da identificação dos riscos de negócios e do mapeamento dos processos, sistemas e controles que suportam suas atividades/operações, permitindo a melhor tomada de decisão por sua Administração.

#### **i. os riscos para os quais se busca proteção**

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, sem prejuízo de outros riscos que o contexto das operações da Companhia e/ou do processo mapeado, os riscos para os quais a Companhia busca proteção são classificados da seguinte forma, sendo os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, delas derivados:

**Riscos estratégicos:** são os riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para se proteger ou se adaptar a mudanças no ambiente.

**Riscos operacionais:** são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da empresa. Esses riscos estão associados à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetivos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte.

**Riscos de mercado:** são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

**Riscos de liquidez:** são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

**Riscos de crédito:** são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria.

**Riscos de imagem e reputação:** são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, entre outros. Em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**Riscos de conformidade (*compliance*):** decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações e acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado.

**Riscos Conjunturais:** são riscos relacionados ao ambiente macroeconômico, político e social das localidades em que operamos, que possam vir a nos afetar indiretamente caso nossos clientes sejam afetados, o que implicaria em uma redução de demanda.

**Riscos Socioambientais:** São riscos que podem afetar direta ou indiretamente o meio ambiente, as comunidades ou pessoas que estejam em áreas de influência da Companhia.

**Riscos legais e regulatórios ou de conformidade:** Eventos derivados de falhas no cumprimento de aplicação de leis, acordos, regulamentos e das políticas da Companhia, ou, ainda, alterações legislativas ou normativas não previstas e que podem comprometer as atividades da Companhia.

**Riscos de Infraestrutura:** Esta modalidade de riscos está relacionada a um processo contínuo, que consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas a identificar, analisar, monitorar, priorizar e tratar riscos positivos ou negativos, capazes de afetar os objetivos, programas, projetos ou processos de trabalho nos níveis estratégico, tático e operacional da Companhia.

### ii. os instrumentos utilizados para proteção

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos a Companhia adota o modelo de gerenciamento de riscos conforme diretrizes do COSO – Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission e os passos descritos na norma ABNT ISO 31000: 2018. O mapeamento de riscos se inicia com o mapeamento dos processos operacionais da Companhia. São utilizadas as informações dos mapeamentos realizados pelas áreas e validados pela Gerência de Processos, através do GEROT - Gerenciamento da Rotina. Caso não exista o mapeamento formalizado, é estabelecido o contexto em conjunto com a Gerência de Riscos e Controles internos para o mapeamento dos possíveis riscos, ou seja, para que seja possível definir os processos que deverão compor a análise de riscos.

#### **Identificação dos Riscos**

A identificação de riscos inerentes ocorrerá através de entrevistas e “*brainstorms*” com as áreas envolvidas. Neste processo, serão utilizados também como fonte de informação para identificação dos riscos os relatórios do Canal de Denúncias e os relatórios de auditorias internas e/ou externas realizadas.

#### **Mensuração de Riscos**

Após a identificação dos riscos é realizada a mensuração e a definição da nota de risco, conforme o NPR – Nível de Prioridade de Risco, conforme descrição constante da Política de Gerenciamento de Riscos, que leva em conta o impacto do risco identificado sobre a Companhia, a frequência ou probabilidade de ocorrência futura do risco identificado, o grau de controle existente para detecção do risco identificado, o quanto a Administração da Companhia pode influenciar de forma a minimizar ou eliminar o impacto advindo do risco identificado, a percepção externa associada à imagem da Companhia, de seus produtos, serviços, e a área de negócios afetada pelo risco identificado.

Após a atribuição do NPR será definido o Risco Residual. Nesta etapa será necessário definir as causas prováveis que possibilitam a ocorrência do risco identificado.

#### **Avaliação de Riscos e Controles**

Durante a etapa de avaliação de riscos e controles, a ser realizada pela Gerência de Riscos e Controles Internos, são mensurados os controles existentes e a sua eficácia. Os resultados dessa avaliação serão considerados para atribuição da nota para o Risco residual.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### **Matriz de Riscos**

Após definição do valor do Risco Residual será composta a Matriz de Riscos considerando os cenários de risco identificados e suas respectivas pontuações, que de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos resultam na seguinte classificação dos riscos identificados:

**Azul: Impactos mínimos** – são caracterizados por riscos associados à degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, porém causando impactos mínimos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

**Verde: Impactos pequenos** – são caracterizados por riscos associados à degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos pequenos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

**Amarelo: Impactos significativos** – são caracterizados por riscos associados à interrupção de operações ou atividades, de projetos, programas ou processos, causando impactos significativos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas, porém recuperáveis.

**Laranja: Impactos de reversão muito difícil** – são caracterizados por riscos associados à interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

**Vermelho: Impactos irreversíveis** – são caracterizados por riscos associados à paralisação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos irreversíveis nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

A partir do estabelecimento da Matriz de Riscos a Administração da Companhia estabelece o seu apetite para os riscos identificados, levando em consideração cenários descritos na Política de Gerenciamento de Riscos, que determinam o nível de exposição que a Administração da Companhia entende ser aceitável para um determinado risco identificado.

### **Plano de Implementação de Controles Internos e Mitigação dos Riscos**

A partir dessas definições, são determinadas as ações necessárias para o tratamento e o monitoramento dos riscos identificados, que obedecerão um plano de implementação de controles e mitigação de riscos que levará em conta os custos e o esforço necessários para sua implementação, os benefícios originados a partir das ações tomadas, os requisitos legais e regulatórios que deverão ser atendidos e o cronograma para implementação.

### **Monitoramento e Reporte**

A Gerência de Riscos e Controles Internos será responsável por organizar as agendas de mapeamento, testes de verificação de implementação das ações e apresentações dos resultados ao Diretor Presidente e à Diretoria, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da Companhia.

### **iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, a estrutura organizacional envolvida na identificação, mapeamento e mitigação dos riscos é dividida em três principais linhas de defesa, assim descritas:

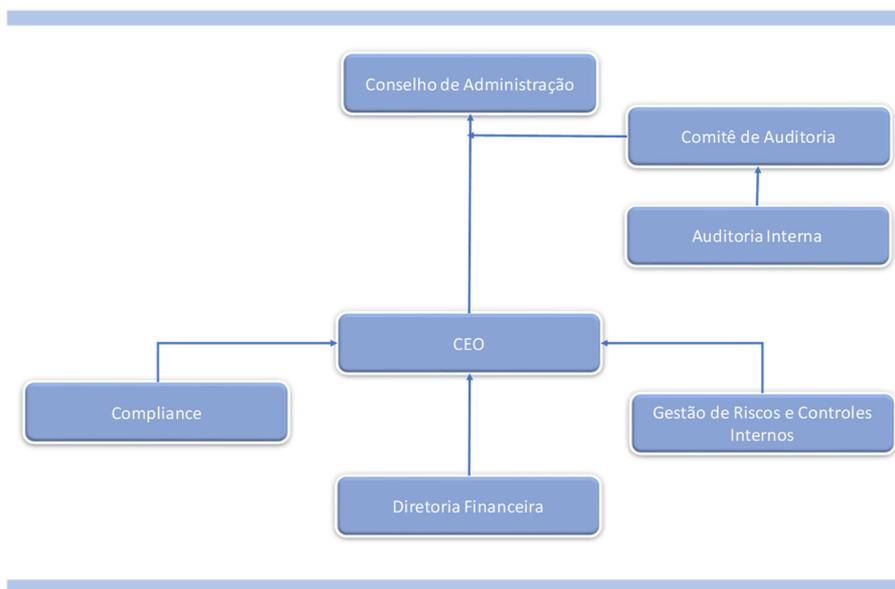
1ª Linha de Defesa - A primeira linha de defesa é formada pelos donos ou proprietários dos riscos. A responsabilidade principal desta linha de defesa é manter o risco dentro do limite de tolerância definido pela Administração da Companhia. A primeira linha de defesa é composta pelos gestores operacionais e pelos executores das atividades primárias das unidades de negócio, ou seja, gerentes, coordenadores, analistas, supervisores e demais funcionários que atuam nas operações. Os principais papéis desta linha de defesa são a identificação, avaliação, tratamento, prevenção e monitoramento dos seus riscos de forma integrada;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**2ª Linha de Defesa** – A segunda linha de defesa é composta pelos especialistas das áreas de negócio que detêm o conhecimento específico de sua área e devem atuar com a gestão de riscos do negócio orientando e assessorando a primeira linha de defesa na construção dos planos de mitigação de riscos. A Companhia possui nessa linha de defesa as áreas de gerenciamento de riscos operacionais, segurança da informação, segurança do trabalho, jurídico, meio ambiente, qualidade assegurada e controladoria como áreas da segunda linha de defesa. A Gerência de Riscos e Controles Internos atua como especialista para dar suporte técnico e organizar as atividades conforme diretrizes da ISO 31000. Cada área especialista atua sobre os riscos específicos identificados na sua atividade e deve definir as metodologias a serem adotadas bem como providenciar o treinamento das pessoas envolvidas nos processos (colaboradores da 1ª linha de defesa) e o acompanhamento dos trabalhos de mapeamento e mitigação dos respectivos riscos; e

**3ª Linha de Defesa** – A terceira linha de defesa é composta pela área de auditoria interna. A auditoria interna se reporta ao Comitê de Auditoria e deve atuar de acordo com as normas reconhecidas da profissão, conforme estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IAA Brasil. A auditoria externa se reporta diretamente ao Conselho de Administração, com a sua supervisão delegada ao Comitê de Auditoria.

Em linha com a estrutura das linhas de defesa, as áreas internas e os órgãos de gestão e administração da Companhia possuem as seguintes atribuições e obedecem à seguinte estrutura organizacional de reporte:



Ainda de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, os órgãos envolvidos na sua gestão e implementação têm as seguintes competências/funções:

**Conselho de Administração:** Possui as competências previstas no Estatuto Social da Companhia, dentre as quais se destacam para os fins da Política de Gerenciamento de Riscos: (i) aprovar o plano anual da auditoria interna; (ii) definir o nível de apetite para riscos da Companhia; (iii) aprovar o orçamento próprio ao Comitê de Auditoria; (iv) supervisionar o processo de gestão de riscos executado pela Administração da Companhia; e (v) supervisionar o processo de avaliação de controles internos executados pela Administração da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

*Diretor Presidente e Diretoria:* O Diretor Presidente, com apoio da Diretoria, tem a responsabilidade de realizar a gestão das seguintes atividades no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos: (i) assegurar que o Conselho de Administração tome conhecimento tempestivo de situações que envolvam risco de *compliance* relevante; (ii) promover o estabelecimento de governança que assegure as três linhas de defesa conforme previsto no COSO e descritas na Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) conduzir práticas de negócio que atendam a regulação vigente e as normas internas da Companhia; (iv) assegurar a atuação independente da Gerência de Riscos e Controles internos e da Área de Compliance da Companhia; (v) avaliar os relatórios de controles internos a fim de estabelecer cronograma para a regularização das eventuais deficiências observadas; (vi) aprovar o Plano Anual da atuação da Gerência de Riscos e Controles Internos da Companhia, apresentando-o ao Conselho de Administração; (vii) avaliar e aprovar as estratégias de mitigação de riscos recomendadas pelas áreas, acompanhando a sua efetiva implementação; (viii) aprovar os desdobramentos da Política de Gerenciamento de Riscos definindo normas, regras e responsabilidades; e (ix) reportar anualmente ao Conselho de Administração as atividades realizadas pela Gerência de Riscos e Controles internos *vis a vis* o Plano Anual aprovado.

*Comitê de Auditoria:* no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos possui as seguintes responsabilidades: (i) supervisionar a qualidade das demonstrações financeiras e dos demais relatórios financeiros; (ii) supervisionar a aderência da Companhia aos requerimentos legais; (iii) supervisionar os aspectos pertinentes à qualificação, performance e independência dos auditores independentes; (iv) manter, periodicamente, reuniões com os gestores dos principais processos operacionais da Companhia com o objetivo de conhecer as operações, os principais riscos do negócio e os controles internos em vigor para mitigar estes riscos; (v) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, propondo ao Conselho as ações que entender necessárias para aperfeiçoá-la; (vi) avaliar a observância, pela diretoria da Companhia, quanto a resposta e estabelecimento de planos de ação e prazos para implementação de solução das recomendações apresentadas pela auditoria interna ou independente, assim como as emitidas pelo próprio Comitê; (vii) monitorar, juntamente com a área de auditoria interna ou de gestão de riscos da Companhia, as exposições de risco da Companhia, identificados e avaliados pelo Conselho de Administração, são controlados pela Administração e identificadas as exposições da Companhia a tais riscos, informando periodicamente ao Conselho de Administração o resultado deste monitoramento; (viii) recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de TPR (conforme definida no Item 16.1 deste Formulário de Referência), podendo reunir-se com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e (ix) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

*Gerência de Auditoria Interna:* No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos tem as seguintes atribuições: (i) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia; (ii) elaborar o Plano de Auditoria anual, levando em consideração a matriz de risco da Companhia, as avaliações da área de controles internos e os resultados dos testes anteriormente realizados, bem como as observações da Administração e Conselho de Administração; (iii) submeter o Plano de Auditoria à apreciação do Comitê de Auditoria e à aprovação do Conselho de Administração; (iv) executar os testes de auditoria conforme Plano de auditoria aprovado; (v) reportar os resultados dos trabalhos realizados à Administração, já com as respostas e planos de ação corretiva, formalmente definidos pela área/diretoria auditada; e (vi) apresentar ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração os resultados dos trabalhos realizados e o monitoramento da execução dos planos de ação corretiva.

*Área de Compliance:* No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos tem as seguintes atribuições: (i) implementar e acompanhar o Programa de *Compliance* na Companhia; (ii) orientar os colaboradores da Companhia e terceiros sobre as normas internas; (iii) liderar o trabalho de monitoramento dos riscos de conformidade e propor soluções para mitigação dos riscos; (iv) divulgar para o Comitê de Ética as quebras de conduta identificadas através do canal de denúncias; (v) tratar as quebras de conduta recebidas pelo canal de denúncia conforme orientação do Comitê de Ética; (vi) elaborar e aplicar os treinamentos de *compliance* na Companhia; e (vii) monitorar o ambiente regulatório disponibilizando a informação para a administração bem como atualizar as políticas e procedimentos pertinentes a cada tema específico. A Área de Compliance não poderá ser acumulada com atividades operacionais, nos termos do artigo 24 do Regulamento do Novo Mercado.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

*Gerência de Riscos e Controles Internos:* No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos tem as seguintes atribuições: (i) disseminar a Política de Gerenciamento de Riscos no ambiente interno da Companhia; (ii) elaborar o Plano Anual da atuação da Gerência de Riscos e Controles internos e apresentar ao Diretor Presidente para aprovação; (iii) conduzir o processo de identificação e avaliação de riscos em conjunto com os Diretores de cada área e com os gestores responsáveis de cada processo; (iv) consolidar a Matriz de Riscos dos negócios da Companhia; (v) consolidar as informações e sugerir e/ou recomendar oportunidades de melhoria nos processos que possam gerar ganhos de eficiência e/ou melhor mitigação de riscos; (vi) monitorar os processos definidos como críticos pelo gerenciamento da rotina, verificando, através de suas revisões periódicas, se os procedimentos adotados pelo gestor atendem às necessidades de controle do processo; (vii) a definição dos processos críticos será realizada a partir do gerenciamento da rotina, conduzido pela área de processos em conjunto com as demais áreas de negócio; e (viii) informar ao Diretor Presidente e à Diretoria sobre os resultados dos planos de ação estabelecidos para cada um dos riscos identificados nos processos. A Gerência de Riscos e Controles Internos não poderá acumular atividades operacionais, nos termos do artigo 24 do Regulamento do Novo Mercado.

*Gestores:* No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, os gestores de cada área interna da Companhia têm como atribuições: (i) atuar como primeira linha de defesa; (ii) garantir que todos os colaboradores sob a sua supervisão tenham conhecimento e pratiquem os preceitos da Política de Gerenciamento de Riscos relacionados à sua área de atuação; (iii) manter o Mapa de Riscos atualizado para cada um dos processos sob sua responsabilidade; (iv) elaborar e manter atualizados os procedimentos relativos aos processos sobre a sua gestão; (v) identificar riscos operacionais em seus processos e implantar controles eficazes para a mitigação dos mesmos e que sejam plenamente evidenciados; (vi) definir e levantar as informações de indicadores de performance (KPI's) para os processos; (vii) propor e implementar os planos de ação para aprimoramento dos processos e controles; e (viii) revisar anualmente os processos sobre a sua gestão, com foco em procedimentos, riscos e controles.

### **c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Considerando a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### 5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

Conforme descrito no item 5.1 "a" acima, a Companhia possui Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 06 de agosto de 2020.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

#### **i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, sem prejuízo de outros riscos de mercado que o contexto das operações da Companhia e/ou do processo mapeado, os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são classificados da seguinte forma, sendo os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, delas derivados:

**Riscos de mercado:** são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

**Riscos de liquidez:** são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

**Riscos de crédito:** são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria.

#### **ii. a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

Em que pese a Companhia não ter adotado até a data deste Formulário de Referência uma estratégia formal de proteção patrimonial (*hedge*), nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, no âmbito do processo de identificação, mensuração, avaliação e mitigação de riscos, a Administração da Companhia poderá vir a estabelecer uma estratégia de proteção patrimonial formal.

#### **iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

Em que pese a Companhia não ter adotado até a data deste Formulário de Referência instrumentos de proteção patrimonial (*hedge*), nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, no âmbito do processo de identificação, mensuração, avaliação e mitigação de riscos, a Administração da Companhia poderá vir a utilizar, caso entenda pertinente, instrumentos proteção patrimonial (*hedge*).

#### **iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos a Companhia adota o modelo de gerenciamento de riscos conforme diretrizes do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission* e os passos descritos na norma ABNT ISO 31000: 2018. O mapeamento de riscos se inicia com o mapeamento dos processos operacionais da Companhia. São utilizadas as informações dos mapeamentos realizados pelas áreas e validados pela Gerência de Processos, através do GEROT - Gerenciamento da Rotina. Caso não exista o mapeamento formalizado, deve ser estabelecido o contexto em conjunto com a Gerência de Riscos e Controles internos para o mapeamento dos possíveis riscos, ou seja, para que seja possível definir os processos que deverão compor a análise de riscos.

Na data deste Formulário de Referência, estrutura organizacional envolvida no gerenciamento e controle de riscos de mercado é a mesma descrita no item 5.1 "b", "ii" acima.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

### **v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos**

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia não opera instrumentos financeiros de com objetivos de proteção patrimonial (*hedge*), ou não.

### **vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

A estrutura organizacional envolvida no gerenciamento e controle de riscos de mercado é a mesma descrita no item 5.1 "b" acima.

### **c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Considerando a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos face aos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

#### a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Nossos procedimentos de controles internos são um conjunto de processos que visam a fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como a elaboração de demonstrações contábeis para fins externos em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os principais objetivos dos nossos controles internos são: (i) manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa, (ii) fornecimento de segurança razoável de que transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as receitas e despesas da empresa estão sendo reconhecidas somente de acordo com autorizações da nossa administração, e (iii) fornecimento de uma garantia razoável relativas à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

Em um primeiro nível, utilizamos em nossas operações sistemas padronizados que requerem aprovações e possuem alçadas parametrizáveis, como o nosso TMS (Transportation Management System), ERP (Enterprise Resource Planning) e SE (Soft Expert), e que possuem um controle de acesso protegido por senhas e firewalls. Nosso TMS conta com um controle de margens, baseado em tabelas de preços pré cadastradas e parâmetros definidos pela nossa administração central, de forma que as diversas filiais não têm autonomia para a emissão de documentos fora dos parâmetros aprovados. Os processos de registros contábeis manuais, adiantamentos, prestação de contas e reembolsos são realizados através de aprovações no SE, assim como o aceite de notas fiscais referente ao processo de compras, de forma que qualquer pagamento ou lançamento na contabilidade precise passar por revisão e aprovação.

Em um segundo nível utilizamos controles diários de faturamento, indicadores operacionais, pagamentos e recebimentos, que permitem aos gestores monitorar a evolução quase em tempo real, e identificar movimentações atípicas.

Em um terceiro nível utilizamos reuniões de resultados mensais, onde os gestores prestam contas dos seus resultados aos diretores das unidades de negócio, comparando resultados realizados com o orçamento e com os resultados de meses anteriores e meses de anos anteriores.

#### b. as estruturas organizacionais envolvidas

Contamos com uma área de auditoria interna que é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, por meio da realização de auditorias nas diversas operações, verificação do cumprimento dos procedimentos operacionais existentes, bem como validação do atendimento a legislação vigente. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar as atribuições da área de auditoria interna. A área de auditoria interna se reporta ao Conselho de Administração, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 15 de janeiro de 2020.

O orçamento da área de auditoria interna para o exercício de 2020 foi aprovado pelo Conselho de Administração, tendo sido considerado suficiente para o desempenho de suas atividades.

Adicionalmente, no final de 2019 foi criada uma estrutura exclusiva para a gestão dos controles internos separando as atividades que eram executadas nas áreas de auditoria interna e controladoria.

Contamos também com um canal de denúncias terceirizado, onde toda denúncia é reportada para a auditoria interna, que se reporta para a alta administração, respondida e devidamente investigada, se assim necessário.

O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao conselho de administração e tem como responsabilidade principal avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos. É também responsável por monitorar a integridade das demonstrações financeiras, bem como as qualificações e independência da auditoria interna na execução de suas atividades.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### **c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A eficiência dos controles é avaliada através das auditorias internas, realizadas pelo gerente de auditoria interna, e reportada para toda diretoria, onde o gestor da unidade em questão deve elaborar plano de ação específico para sanar eventuais falhas nos processos. Os resultados das auditorias também são apresentados ao Comitê de Auditoria, órgão para o qual a Gerência de Auditoria Interna se reporta.

Em casos específicos a administração da Companhia pode contratar empresa de consultoria externa para avaliar um determinado processo e emitir um relatório de recomendações.

Os principais indicadores e resultados da empresa são apresentados mensalmente pelos diretores de unidade de negócio para o Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e demais Diretores Executivos, situação onde é possível identificar eventuais desvios e definir ações corretivas ou de aprofundamento do processo. Os resultados consolidados são apresentados mensalmente pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo Financeiro ao conselho de administração da Companhia, o qual pode deliberar para o aprofundamento e detalhamento de qualquer processo ou indicador das unidades de negócio.

A Companhia recebe anualmente do auditor uma carta de controles internos, a qual é apresentada ao Conselho de Administração, devendo a administração da Companhia apresentar plano de ação tempestivo para o saneamento de eventuais falhas nos processos.

Adicionalmente, em 2019 a Companhia iniciou um processo de mapeamento de riscos em seus controles internos com consultoria externa de forma a identificar e eliminar possíveis riscos adicionais não identificados na auditoria interna. A partir de 2020 com a contratação do Gerente de Riscos e Controles Internos, a revisão do mapeamento foi realizada de forma periódica, utilizando-se das diretrizes estabelecidas no modelo proposto pelo COSO, com apresentação dos resultados para o Diretor Presidente e demais Diretores e para o Comitê de Auditoria, conforme estabelecido na Política de Gerenciamento de Riscos.

### **d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores independentes da Companhia como parte da auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, emitiram relatório circunstanciado, por meio do qual foram evidenciadas as seguintes deficiências significativas no que tange aos controles internos da Companhia:

#### **1. Aprovação de solicitação de acesso ao sistema**

##### 1.1. Situação observada

Apesar de a Companhia possuir um fluxo de solicitação de acessos aos sistemas, foi identificado que nem todos os chamados passam por análise/aprovação de um gestor da área de negócio, visto que haviam casos em que o próprio analista de TI valida se a permissão de acesso faz ou não sentido com o cargo do solicitante, concedendo o acesso.

##### 1.2. Recomendações

Elaboração de fluxos de aprovação, que envolvam os responsáveis da área solicitante, a fim de averiguar a necessidade do acesso.

##### 1.3. Possíveis efeitos

Permissão de acessos a informações da Companhia, por colaboradores que não possuem o perfil para o acesso a determinado grupo de dados.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 2. Ausência de procedimentos para revisão de acesso e segregação de funções (com viés sistêmico)

#### 2.1 Situação observada

Ausência de procedimentos implementados para realização de revisões periódicas dos acessos concedidos aos sistemas e aplicações da BBM, com o objetivo de identificar acessos incorretos/indevidos, possibilitando a adequação tempestiva.

Adicionalmente, não há procedimentos para identificação, análise e tratamento de possíveis conflitos de acessos relacionados ao sistema KMM, ou seja, não há uma matriz de segregação de função (com viés sistêmico) que possibilite a implementação de um controle preventivo ou detectivo.

#### 2.2 Recomendações

Implantação e o desenvolvimento de uma matriz de acessos ao sistema, onde sejam definidos os perfis de acesso, periodicidade de revisão dos acessos, bem como o desenho de controles que mitiguem o risco de acessos que possam estar conflitantes com as regras da Companhia.

#### 2.3 Possíveis efeitos

Permissão de acessos a informações da Companhia, por colaboradores que não possuem o perfil para o acesso a determinado grupo de dados.

### e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Em relação às deficiências apontadas no item "d" acima, a Administração entende que:

#### 1. Ausência de aprovação de solicitações de acesso ao sistema

A Companhia implementou ferramenta para as solicitações de acesso aos sistemas. O processo será documentado em procedimento interno da área, com apoio da área de controles internos.

#### 2. Ausência de procedimentos para revisão de acesso e segregação de funções (com viés sistêmico)

A Companhia realizou a avaliação e a implementação do processo de SOD (*Segregation of Duties*) nos principais sistemas transacionais do grupo. O processo será convertido em procedimento interno da área de controles internos, e replicado para os demais sistemas.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**(a). Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia desenvolveu, além de seu Código de Ética e Conduta, políticas voltadas à inibição, detecção e remediação de qualquer ilícito, como sua Política Anticorrupção aprovada em outubro de 2018. Ainda, disponibilizou um canal de denúncias a cargo de terceiros, onde são registradas denúncias, inclusive em sigilo, visando a coibir qualquer prática ilegal.

O Código de Ética e Conduta é orgânico, portanto, está em constante desenvolvimento, quaisquer alterações necessárias serão avaliadas pelo Comitê de Ética, que se reunirá com o fim de deliberar sobre possíveis alterações no Código anualmente.

**ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;**

A Presidência da Companhia com o suporte da área Jurídica da Companhia criou o Comitê de Ética em outubro de 2018, o qual tem o objetivo de analisar e administrar as consequências para atos que afrontem os valores e condutas do Código de Ética e Conduta e se reporta ao Presidente. Ele tem caráter permanente e seus membros são indicados pelo Presidente da Companhia. O Comitê de Ética é constituído por 3 (três) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes, todos com mandato por tempo determinado. É permitida a reeleição desde que o mandato não ultrapasse o período de 2 (dois) anos. Não há qualquer vedação ao cumprimento de mandatos alternados.

- O Comitê de Ética tem autonomia para administrar as consequências e conta com o apoio do Comitê de Auditoria da Companhia. O Comitê de Auditoria reporta diretamente ao Conselho de Administração e, assim como o Comitê de Ética, recebe todas as denúncias abertas para assegurar o seu devido tratamento. As medidas precisam ser aplicadas de forma adequada e razoável dentro da política disciplinar da Companhia e no cumprimento da Lei.

**iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta a fim de reforçar os valores éticos que orientam a condução de suas operações.

Todas as demais diretrizes da Companhia, formalizadas por meio de suas políticas, igualmente se alinham e se inspiram no conjunto de valores delineados no Código.

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código deve ser observado pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, pelos colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e toda e qualquer parte que tenha relação comercial ou operacional com a Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

O Código é apresentado por meio do programa de integração.

O Comitê de Ética, ao deliberar anualmente sobre possíveis alterações no Código, também decidirá a necessidade da realização de novos treinamentos formais de comparecimento obrigatório para atualização dos colaboradores ao conteúdo do Código.

As demais políticas serão objeto de treinamento específico conforme cronograma da área de desenvolvimento e treinamentos da Companhia, o que ocorre anualmente.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As condutas que desrespeitam os valores e comportamentos delineados no Código serão disciplinadas de acordo com a Política de Medida Disciplinar da Companhia, podendo o infrator ser penalizado desde a aplicação de advertência oral até uma possível demissão por justa causa, conforme parâmetros estabelecidos na política.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código foi aprovado pela Presidência da Companhia em 22 de outubro de 2018.

O Código pode ser consultado na seguinte página da internet: [www.bbmllogistica.com.br](http://www.bbmllogistica.com.br)

### **b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**
- **Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia implementou um portal autônomo de denúncias, ou seja, a cargo de terceiros, disponibilizado no site da Companhia pelo link [www.bbmllogistica.com.br](http://www.bbmllogistica.com.br) ou por meio do disk denúncia – 0800 400 3333 – ou mesmo por meio do Link <https://bbm.legaletica.com.br>, onde todos, inclusive terceiros, podem:

- Esclarecer dúvidas em relação a quaisquer disposições contidas no Código de ética e conduta da Companhia;
- Ter garantido que as denúncias serão apuradas, e aquelas que tiverem uma base fundamentada serão conduzidas e serão aplicadas as diligências cabíveis no âmbito do Comitê de Ética;
- Ter assegurado o direito ao anonimato das denúncias, mesmo que a denúncia não seja feita de forma anônima. Independentemente do resultado da apuração, a Companhia empreenderá todos os esforços para que não aconteça qualquer forma de retaliação contra o denunciante.

As denúncias reportadas ao Canal de Denúncias são enviadas imediatamente para a área de auditoria interna, que se reporta para o Conselho de Administração.

### **c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia, como prática, contrata consultores legais, financeiros e auditores para realizar *due diligence* em todos os potenciais alvos de aquisição, a fim de garantir o mapeamento de riscos e vulnerabilidades.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, pois o emissor adota regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas à prevenção de fraudes e ilícitos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

### 5.5 - Alterações significativas

Os riscos apresentados nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência são constantemente monitorados pela Companhia e apresentam-se, de forma geral, estáveis, sem expectativas de redução ou aumento, exceto no que se refere aos riscos identificados abaixo:

#### COVID-19

É de conhecimento geral o grave cenário produzido pela pandemia do novo Coronavírus – Covid-19, principalmente com relação aos impactos sociais e econômicos mundiais.

Após declarada pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”) como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (“ESPII”), diversos Entes Públicos, passaram a emitir diversas recomendações para impedir a disseminação progressiva da infecção pela Covid-19, incluindo restrição ao fluxo de pessoas, com limitações a viagens, utilização de transportes públicos, quarentenas e *lockdown*, fechamento prolongado de estabelecimentos comerciais e interrupções na cadeia de suprimentos e redução de consumo de maneira geral.

Além disso, nos últimos meses, surgiu uma nova variante da COVID-19, que gerou um aumento considerável no número de internações hospitalares e mortes no Brasil. Com isso, estados e cidades brasileiras estão retomando medidas restritivas, tais como proibição de atividades não essenciais e *lockdown*.

Tal situação excepcional, extraordinária e imprevisível, é capaz de afetar e modificar inclusive as relações contratuais da Companhia então vigentes, no esteio da teoria da imprevisão, ocorrência de clara hipótese de força maior, determinando alteração no estado de fato contemporâneo à celebração do contrato, implicando no desequilíbrio econômico entre as partes contratantes ou até mesmo gerando eventual impossibilidade de cumprimento de obrigações então avençadas.

Diante de tais institutos, a Companhia pode ser compelida a revisar condições comerciais com seus clientes. Para mitigar referido risco, a Companhia estrutura seus empreendimentos em observância plena às recomendações do poder público.

O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência. Nesta data, a Companhia não pode prever os efeitos futuros da pandemia de COVID-19 em seus demais riscos.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

### **5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não existem outras informações relevantes em relação a esta seção do formulário de referência.

**6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	06/03/1996
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade Limitada
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	27/02/2019

## 6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

### 6.3 - Breve histórico

A Companhia, fundada em 06 de março de 1996 por dois membros da família Battistella, originalmente denominada BBM Serviços e Transportes Ltda., surgiu para o atendimento específico da necessidade de clientes que buscavam serviços logísticos dedicados, que se caracterizam por um contrato de longo prazo, com equipamentos e estrutura de pessoal exclusivos para o atendimento de um determinado cliente.

A prestação desses serviços logísticos dedicados foi o principal filão do negócio da Companhia durante muitos anos, tendo passado por importantes clientes, como Air Products, Air Liquide, Klabin, Braskem, Indústria de Papéis Sudeste, Solenis, CMPC - Celulose Riograndense, entre outros, tendo como principais serviços o transporte criogênico e distribuição de gases do ar para fins industriais e medicinais, carregamento, transporte e apoio ao transporte de toretes de madeira, transporte de produtos químicos embalados e a granel, abastecimento e retirada de material de fornos de carvão e seu transporte, transporte e distribuição de produtos siderúrgicos, coleta de sucatas, entre outros.

Durante seu desenvolvimento, a Companhia trafegou por diversos segmentos do mercado de logística do Brasil e do Mercosul, tendo expandido sua atuação para o segmento de gestão de transportes ("Transportation Management" ou "TM" - referente aos serviços de transporte de carga geral) no ano de 2009.

Além do transporte rodoviário de cargas para o Mercosul, a Companhia atua nos segmentos de carga geral, tanto na modalidade de lotação, quanto na modalidade de transporte fracionado, atendendo à diversos clientes. A consolidação e crescimento da Companhia até 2015 teve importantes fases, como troca do sistema de gestão e utilização de sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*), com módulos de TMS (*Transportation Management System*) e WMS (*Warehouse Management System*) e obtenção e manutenção das certificações de qualidade ISO 9001, ISO 14001 e SASSMAQ.

Em 2015, alinhada com a vontade dos sócios em transformar a empresa em uma plataforma de investimentos e futura abertura de capital, a Companhia altera sua forma de constituição para sociedade anônima e inicia um processo de crescimento e expansão. Ainda em 2015, a Companhia institui o seu Conselho de Administração e passa a se estruturar em unidades de negócios, a fim de possibilitar uma gestão mais focada.

Em 2017, a Companhia recebeu um aporte de capital de um fundo de investimentos, denominado Stratus SCP Coinvestimento I - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia ("Fundo Stratus"), que atualmente detém 65,60% do capital da Companhia. A partir de 2018, o Conselho de Administração passou a contar com um membro independente.

Pautada em seu plano de crescimento em novos negócios e em fusões e aquisições, no início de 2018, a Companhia adquiriu as empresas Transeich Assessoria e Transportes S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A, da Kuehne Serviços Logísticos Ltda, braço operacional logístico no Brasil da Kuehne + Nagel Internacional AG., empresa global de transporte e logística com sede em Schindellegi, na Suíça.

Com a aquisição da Transeich, a Companhia aumentou a sua participação no segmento de carga geral, segmento antes não tão representativo, que possuía em sua maioria operações dedicadas aos seus clientes. De forma a suportar esse crescimento, a Companhia estruturou sua operação em regiões e aumentou sua estrutura de apoio em áreas como Gerenciamento de Risco e Perdas Operacionais, Gestão de Veículos e Manutenção.

Em fevereiro de 2019, a Companhia obteve o registro de companhia de capital aberto na categoria A da CVM, além da listagem no segmento Bovespa Mais da B3. Para este processo, a Companhia reestruturou também suas áreas administrativas e de controle visando aumentar o nível de governança corporativa. Foram criados novos departamentos, tais como compliance e controles internos, além do reforço na estrutura financeira e de controladoria da Companhia e a reestruturação das áreas de Gente e Gestão e Tecnologia da Informação. Em 2019, a Companhia também emitiu sua primeira debênture por meio de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476.

No mesmo ano, adquiriu também 100% do capital social total da Transportes Translovato Ltda., empresa com 40 anos de atuação no setor de transporte de cargas, principalmente no segmento de carga fracionada, atendendo diversas indústrias, tais como o mercado coureiro atacadista, farmacêutico, têxtil, casa e construções, metalúrgico, totalizando mais de 2.700 clientes.

Ainda em 2019 o Conselho de Administração da Companhia passou a contar com dois membros independentes.

## 6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Por fim, 2019 marcou o início do projeto de desenvolvimento de uma nova plataforma tecnológica inovadora pela Companhia, um projeto estratégico que tem como objetivo aumentar a eficiência das operações (com níveis de otimização superiores às plataformas existentes atualmente) e melhorar a experiência dos clientes.

Em 11 de setembro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição da Translag Transportes e Logísticas Ltda. ("Translag"), uma empresa de transporte de cargas na região centro-oeste do Brasil. Com forte complementariedade geográfica na malha de transporte da Companhia, a Translag atua em um modelo asset light, de forma que a sua integração permitirá, principalmente, o melhor aproveitamento dos fretes de retorno e oportunidades de cross selling com o portfólio de serviços da Companhia.

Em 1º de dezembro de 2020 foi concluída a aquisição da Diálogo Logística Inteligente Ltda. ("Diálogo"), uma empresa de soluções logísticas para a cadeia de e-commerce, incluindo operações customizadas de last mile nas regiões sul, sudeste e nordeste. Atualmente, a Diálogo atende aproximadamente 1.800 cidades, com mais de 8,3 milhões de pedidos entregues em 2020, sendo referência em soluções tecnológicas para o setor.

Com a aquisição da Diálogo, a Companhia pretende acelerar o seu posicionamento no segmento de e-commerce e completar o atendimento em toda a cadeia logística, desde o transporte da matéria-prima até a entrega ao consumidor final, sendo agora a única empresa no Mercosul a oferecer uma solução realmente end-to-end (E2E) ao mercado e a seus clientes.

Com esta transação, a Companhia também reforça o seu posicionamento e se consolida no mercado logístico, sendo a 4ª aquisição da Companhia desde 2018 e a 2ª aquisição concluída nos últimos doze meses.

Os resultados deste crescimento e melhora de rentabilidade do segmento de TM em 2020, foram positivamente impactados pela Translato (adquirida em dezembro de 2019) e demonstram a capacidade de integrar aquisições da Companhia.

Por fim, no mês de março de 2021 houve a captação de recursos para fazer frente ao projeto de crescimento da Companhia, o que pode vir a incluir potenciais aquisições de empresas e investimentos em projetos dedicados, além de ter permitido o alongamento e redução o custo médio da dívida financeira.

## **6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação**

### **6.5 - Pedido de falência ou de recuperação**

Não aplicável, pois não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia até a data deste Formulário de Referência.

## **6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico**

### **6.6 - Outras inf. relev. – Histórico**

Não existem outras informações relevantes em relação a esta seção do formulário de referência.

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

### 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A Companhia entende que, nos últimos três exercícios sociais, esteve entre os operadores logísticos que mais cresceram no Brasil. Esse reconhecimento também foi dado pelo Financial Times, que nos elegeu na lista “The America’s Fastest Growing Companies 2021”. Nossa receita líquida de serviços vem apresentando crescimento sustentado, com uma taxa anual de crescimento de 41% entre os anos de 2018 e 2020 e 32% entre o primeiro trimestre de 2020 e 2021. Adicionalmente, parte relevante da nossa receita (31% em 31 de março de 2021) possui elevado grau de previsibilidade devido aos contratos de médio e longo prazos celebrados com nossos clientes, com prazos entre 36 e 84 meses.

Prestamos serviços logísticos, com foco no transporte rodoviário de cargas, oferecendo uma ampla gama de soluções em todas as etapas da cadeia logística, desde o transporte de insumos para o abastecimento de fábricas, passando pelo transporte de produtos acabados, em carga geral e fracionada, distribuição e a integração com outros modais e last mile, por meio da BBM e das companhias que adquirimos nos últimos anos e foram integradas a BBM (Transeich, Translovato, Translag e Diálogo). Desta forma, nos posicionamos como um player único em capacidade de atendimento da cadeia logística, ou seja, com end-to-end solutions atuando desde a extração de matéria prima (ex.: operações dedicadas florestais), entrega do produto acabado ao consumidor final (carga fracionada) e a entrega de produtos do e-commerce (last mile), conforme mostra o diagrama abaixo.

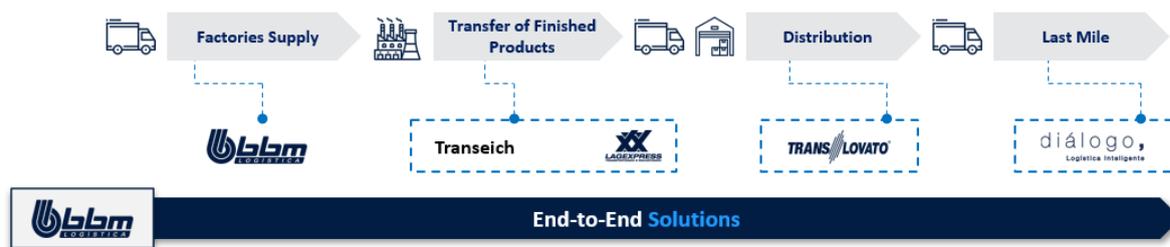


Figura 1 – A Companhia atende toda a cadeia logística com *end-to-end solutions*

Temos quase 4 mil clientes, mais de 2.000 veículos próprios e 1.100 de terceiros, 90 filiais no Brasil e presença em diversos países do Mercosul como Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Chile e Venezuela, conforme mostra nosso mapa de atuação abaixo.

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas



Figura 2 – Mapa de atuação da Companhia no Brasil e na América Latina

De acordo com relatório emitido pela consultoria Conexxion, atuamos em um mercado de R\$ 198 bilhões, cuja quebra por linha de negócio pode ser observada na figura abaixo.

	Abastecimento de Fábricas	Transferência de Produtos Acabados	Distribuição	Last Mile
Tamanho de Mercado	R\$ 53 bilhões	R\$ 48 bilhões	R\$ 92 bilhões	R\$ 5 bilhões
Market Share da BBM	0,5%	0,9%	0,6%	2,0%

Figura 3 – Quebra do Tamanho de Mercado por Linha de Negócio e Market Share da BBM

Atualmente, não identificamos nenhum player com 3% ou mais de *market share no Brasil*, e entendemos que a oportunidade de crescimento e consolidação são relevantes. Acreditamos estar bem posicionados para continuar crescendo de forma acelerada e sustentável, explorando tanto oportunidades de expansão orgânica como de consolidação através de aquisições de empresas complementares e sinérgicas às nossas operações, como fizemos em quatro aquisições relevantes concluídas entre 2018 e 2020 que foram as aquisições da Transeich, Translovato, Translag e Diálogo. Essas aquisições foram importantes em termos de complementariedade de serviços e de geografia, nos tornando uma provedora de serviços logísticos *end-to-end* e contribuindo para focarmos na expansão do segmento de TM – Transportation Management, que possui maior rentabilidade e que atualmente representa maior parte das receitas da Companhia.

### (a) TM - Transportation Management

Serviços de transporte rodoviário de cargas, em todas etapas da cadeia logística, nas modalidades de Carga Geral (FTL – Full Truck Load – caminhões dedicados para a carga fechada de um único cliente) e Carga Fracionada (LTL – Less than Truck Load – compartilhamento de cargas fracionadas nos veículos para atendimento de diversos clientes) e last mile – entrega de produtos adquiridos no e-commerce ao cliente final.

Modelo operacional asset-light, pois a maior parte das operações são realizadas com frota terceirizada agregada operando sob nossa gestão, com ciclo de vendas e implantação curto, permitindo crescimento rápido

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

sem necessidade de investimentos relevantes para aquisição de frota.

Nesta unidade de negócios, atendemos todas as etapas da cadeia logística (abastecimento de fábricas, transporte de produtos acabados, distribuição, intermodal e internacional) e diversos setores da economia, tais como: farmacêutico, papel e celulose, indústrias químicas, automobilística, bens de consumo, alimentícia dentre muitos outros.

Em 31 de março de 2021 o segmento de TM representou 69% da Receita Líquida de vendas e atualmente é o foco da Companhia por ser um mercado maior, com maior espaço de crescimento e possuir maior rentabilidade.

### (b) DCC - Dedicated Contract Carriage

Operações customizadas e dedicadas para um único cliente, atendendo necessidades específicas, geralmente em operações complexas que exigem especialização em função do tipo de carga, especificidade dos equipamentos utilizados, necessidades de licenças e know-how específico.

Por exemplo, hoje atuamos na colheita e no transporte de toretes de madeira desde a floresta até o abastecimento de fábricas de papel e celulose, realizamos o transporte de gases criogenados e em cilindros, e temos soluções que integram armazenagem e transporte de containers para importação e exportação, dentre outros serviços.

As operações podem ser feitas com frota e equipe próprias ou através da gestão de terceiros e agregados. Os contratos são de longo prazo, com previsibilidade de volumes, regras de rescisão específicas e geralmente com cláusulas de take or pay ou similares.

O processo de venda é técnico e geralmente mais lento do que no caso do TM, pois muitas vezes a operação exige investimentos para compra de ativos, sendo que esses investimentos geralmente podem ser financiados e a depreciação econômica dos ativos ocorre dentro do período do contrato. Os contratos individualmente costumam ter volume e faturamento superiores aos de TM e as operações geram receita recorrente e de longo prazo.

Em 31 de março de 2021 o segmento representou 31% da Receita Líquida de Vendas.



Figura 4 – Segmentos de DCC e TM da Companhia

### Pontos Fortes

Posição de destaque no setor logístico

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A qualidade dos nossos serviços é reconhecida pela alta confiabilidade de nossas operações, estrutura operacional robusta, crescimento relevante e alta taxa de retenção de clientes.

Atualmente, somos um dos maiores operadores de logística rodoviária no Mercosul, contando com mais de 3.000 veículos (entre veículos próprios e terceiros) em operação, 90 filiais, cobrindo 4.500 cidades do Brasil (80.6% dos municípios) cerca de 10 milhões de toneladas transportadas por ano e 8 milhões de entregas B2C e 3 milhões de entregas B2B realizadas em 2020. Além da operação nacional, contamos com unidades operacionais levando nossos serviços e relacionamentos para Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

Acreditamos que nossa posição de liderança seja resultado da qualidade de nossos serviços combinada ao forte foco no cliente de nossa equipe de gestão. Os nossos colaboradores trabalham para prover aos clientes as melhores soluções e melhorar a experiência destes a cada contato conosco. Assim, conseguimos gerar resultados positivos e consistentes tanto para nossos clientes quanto para nossos acionistas.

### *Modelo de negócios diferenciado combinando DCC e TM*

Somos uma plataforma omnichannel por termos um portfólio completo de serviços e end-to-end por atendermos toda a cadeia logística, nos diferenciando de nossos concorrentes. Atuamos tanto em DCC como em TM atendendo diversas etapas da cadeia logística e diferentes indústrias. Este modelo de negócio nos permite combinar previsibilidade e recorrência de receitas com alto potencial de crescimento. Além disso, nos permite explorar oportunidades de cross-selling aumentando a carteira de serviços contratados dos clientes existentes e também desenvolver soluções integradas e mais eficientes para nossos clientes o que resulta em fidelização da base de clientes e diversas oportunidades de expansão. Nossa capacidade de crosselling é demonstrada no fato de que 53% da nossa Receita Operacional Líquida provir de clientes que possuem mais de 1 serviço contratado. Dentro deste universo de clientes com mais de 1 serviço contratado, 3.1% possuem 2 tipos de serviços contratados, 18.8% possuem 3 serviços contratados, 34.4% possuem 4 serviços contratados, 21.9% possuem 5 serviços e 21.9% com 6 serviços ou mais,

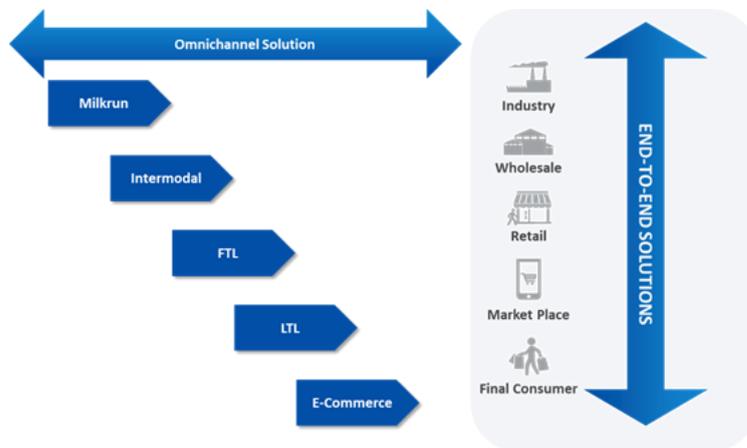


Figura 5 – BBM é uma plataforma Omnichannel com End-to-End Solutions

Nossa plataforma End-to-End permitiu que nossos clientes escalassem sua base contratada ao longo dos anos, expandindo os serviços contratados e aumentando a receita bruta de seus contratos, como exemplificado a seguir:

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

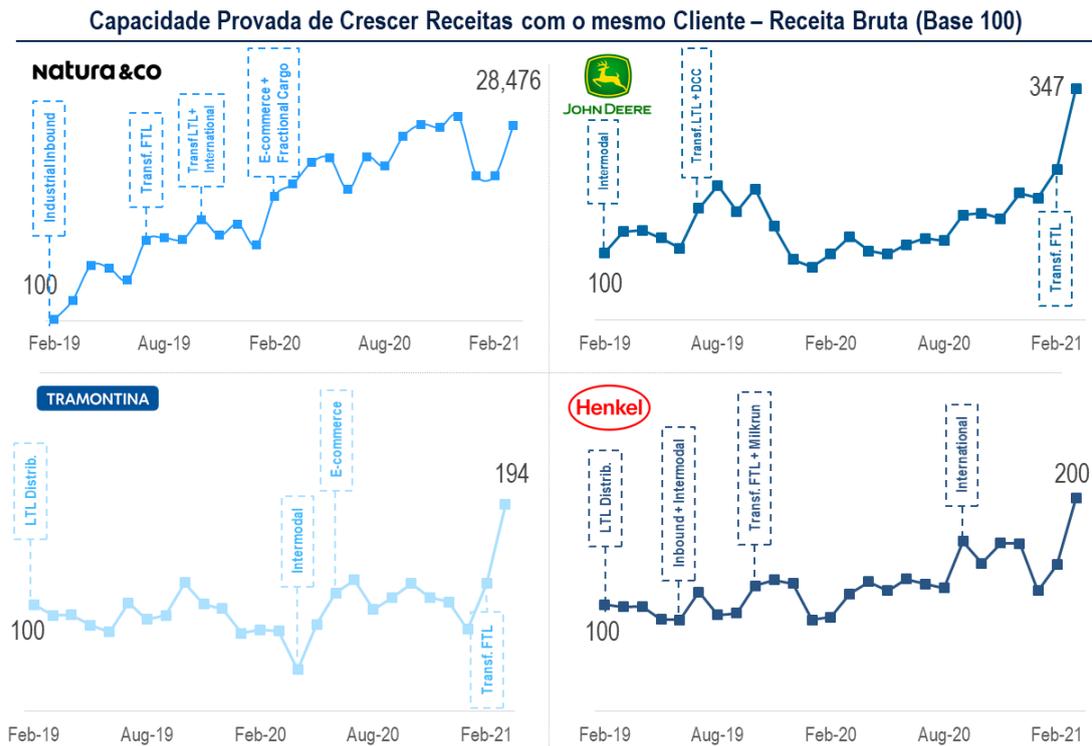


Figura 6 – Capacidade de escalar a base contratada de clientes

### Experiência no desenvolvimento de soluções logísticas eficientes

Acreditamos que nossa posição de liderança está suportada pela nossa abordagem de conhecer profundamente as necessidades dos nossos clientes para a partir daí desenvolver soluções adequadas e eficientes para cada necessidade. A atuação completa, com DCC e TM, em todos os elos da cadeia logística e para diversas indústrias nos dá um conhecimento único do funcionamento das cadeias, alternativas disponíveis e especificidades de cada operação.

Aliado a isso, a execução profissionalizada, atenta aos mínimos detalhes, permite que os clientes se concentrem em seus respectivos core businesses e resulta em altos índices de satisfação e baixa rotatividade. Esse know-how adquirido ao longo do tempo nos auxilia a desenvolver soluções logísticas diferenciadas, colocando-nos em uma posição de destaque em relação aos outros concorrentes. Desse modo, nossos relacionamentos estão em constante melhoria, gerando uma relação consistente e de longo prazo com os clientes.

### Geração de caixa com previsibilidade e recorrência

No segmento DCC, contratos de longo prazo (3 a 8 anos), muitas vezes com cláusulas de take-or-pay e volumes programados garantem previsibilidade para nossa geração de caixa em um modelo de maior capital intensivo, sem comprometer retornos atrativos sobre o capital empregado. Atendemos a empresas de grande porte e bastante reconhecidas através de soluções de transporte altamente especializadas, principalmente no segmento florestal, químico e gases do ar. Em 2020, mantivemos um SLA de 83,0% para o segmento florestal e agro e 98,6% de SLA no segmento industrial, aliado a uma taxa de retenção de 100% em 2020.

No segmento de TM (Transport Management), embora os prazos dos contratos costumem ser menores do que no DCC e a previsibilidade de volumes e receitas também, a necessidade de investimentos em frota é limitada e o processo de venda e implantação é mais rápido, resultando em um perfil de maior crescimento, escalabilidade e alto nível de recorrência de demanda. Conseguimos manter uma taxa de retenção de clientes acima de 99% nos exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020. Em 2020,, nosso nível de serviço para FTL era superior a 96,6% e para LTL mantivemos um nível acima de 90,0%.

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

### Sólida performance financeira

Em 31 de março de 2021, nossas qualidades também são demonstradas no crescimento forte e consistente dos resultados financeiros com alta rentabilidade. Nosso modelo de negócios nos gera uma alta resiliência, mesmo em momentos de recessão econômica. No período de três meses findos em 31 de março de 2021, a receita líquida de vendas foi de R\$ 299 milhões, crescendo 31,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior, quando foi registrado o valor de 227 milhões. Esse aumento decorre, principalmente, das aquisições da Translag e Diálogo. No exercício social encerrado em 2020 a receita líquida de vendas foi de R\$ 1.002 milhões, representando um crescimento de 64,5% em relação a 2019 (R\$ 609 milhões) e 97,2% em relação a 2018 (R\$ 508 milhões). Esse aumento decorre, principalmente, das aquisições da Translovato em dezembro de 2019, da Translag em setembro de 2020 e da Diálogo em dezembro de 2020. Além disso, o crescimento orgânico também contribuiu para o aumento da receita em ambos os segmentos, TM e DCC, com um crescimento de 27,2% de receita líquida advindo do crescimento orgânico entre 2015 a 2020.

Receita Líquida de Crescimento Orgânico:



Gráfico 1 – Evolução da Receita Líquida de Vendas da Companhia Advindos de Crescimento Orgânico

Nossa estratégia de crescimento orgânico mostrou-se forte aliada do modelo de negócios e é composta por: (i) alta taxa de conversão de *bids* nos anos passados; (ii) alta performance em Cross-selling e novos contratos firmados; (iii) crescimento incomparável da base de clientes nos últimos anos, evidenciados quantitativamente a seguir:

Pipeline de *bids* e % de conversão:

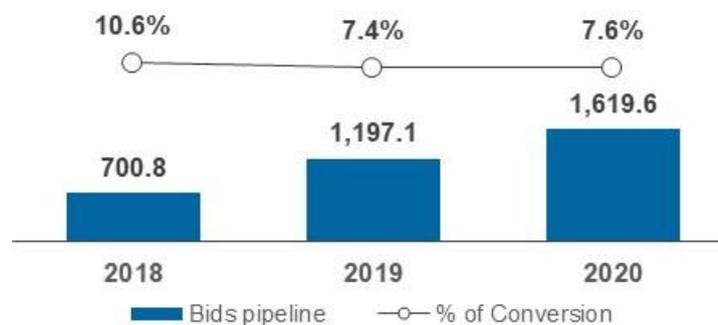


Gráfico 2 – Evolução do Pipeline de Bids e Taxa de Conversão

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Novos Contratos Assinados (Jan-Mar Anualizado):

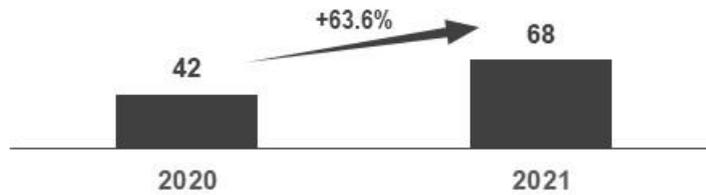


Gráfico 3 – Evolução do Número de Contratos Assinados

Base de Clientes:

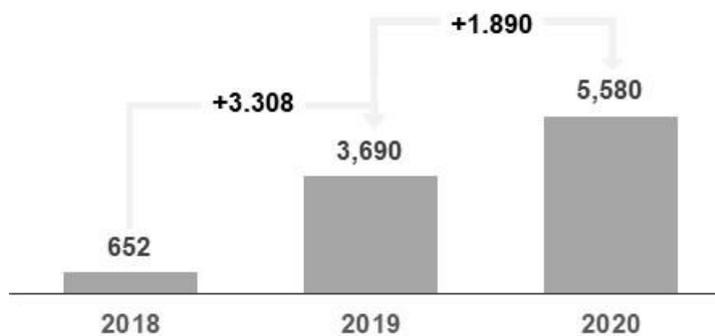


Gráfico 4 – Evolução da Base de Clientes

No primeiro trimestre do ano de 2021 registramos um prejuízo líquido de R\$ 0,8 milhão, o que representa uma diminuição no prejuízo de 69,3% versus o mesmo período do ano anterior, quando registramos R\$ 2,7 milhões de prejuízo, decorrente do melhor resultado das operações, em especial do segmento TM. No exercício social de 2020 registramos um lucro líquido de R\$ 8,9 milhões, representando um decréscimo de 35,3% em relação a 2019 (R\$ 13,75 milhões) e um crescimento de 52,9% em relação a 2018 (R\$ 5,82 milhões). Por sua vez, o EBITDA de nossas atividades no exercício social de 2020 foi de R\$ 105,7 milhões, que representou um crescimento de 76,6% em relação a 2019 (R\$ 59,9 milhões) e 122,3% em relação a 2018 (R\$ 47,6 milhões), decorrente das novas aquisições e do crescimento orgânico da Companhia nas operações de TM e DCC. Esse EBITDA nos deixa com um índice de dívida líquida/EBITDA de 2,1 vezes, dado que nossa Dívida Líquida ao final de 2020 era de R\$ 243,8 milhões.

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Receita Líquida de Vendas<sup>1</sup>:

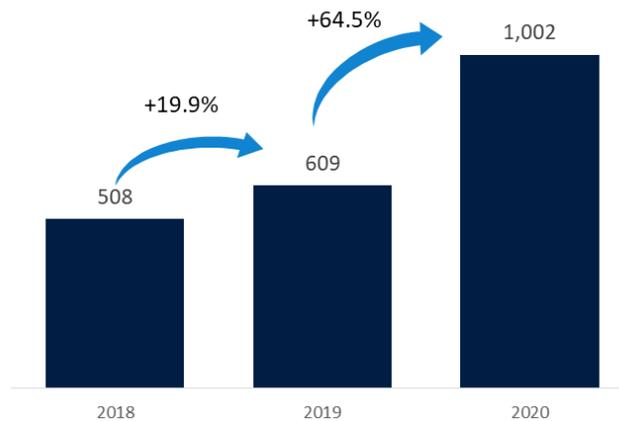


Gráfico 5 – Evolução da Receita Líquida de Vendas da Companhia

### *Equipe de gestão de primeira linha com grande expertise*

Nosso time de gestão possui profissionais com um grande conhecimento do setor logístico brasileiro e que combinam experiências de diferentes indústrias e negócios.

A gestão profissionalizada, com uma cultura de resultados e excelência operacional e foco no cliente tem alcançado resultados positivos expressivos para a companhia. Este fator foi chave para o sucesso de nossos negócios nos últimos anos, mesmo em um cenário macroeconômico adverso no país e continuará sendo um elemento central na companhia para suportar a continuidade de seu crescimento.

<sup>1</sup> Dívida Líquida: Valores de Empréstimos e financiamentos mais os valores de debêntures registrados no curto e no longo prazo deduzindo o valor de Caixa e equivalentes de caixa/ EBITDA: Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, ou Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

	Posição	Anos de Experiência	Experiência Prévia
 <b>Andre Prado</b>	CEO	Logistics +24 BBM +3	
 <b>Marco Modesti</b>	CFO and IR Officer	Finance +25 +3	
 <b>Agapito Sobrinho</b>	CCO	Logistics +31 +3	
 <b>Alexandre Merlin</b>	COO	Logistics +18 +3	
 <b>Edna Morilla</b>	Human Resources	HR +25 < 1	
 <b>Pedro Neves</b>	IT and Innovation	IT +25 +1	
 <b>Ricardo Hoerde</b>	E-commerce Director	Logistics +34 < 1	

Figura 7 – Equipe de Gestão

*Capacidade de realizar e integrar aquisições*

O histórico, com quatro aquisições relevantes no período 2018 – 2020, demonstra nossa capacidade de executar e integrar aquisições. Em um setor altamente fragmentado, acreditamos fortemente nesta via de crescimento e entendemos estar muito bem posicionados, como plataforma consolidadora para explorar estas oportunidades.

Possuímos um comitê de Estratégia focado em fusões e aquisições (M&A) composto profissionais experientes que realizaram diversas aquisições.

Nossa capacidade de integração pode ser exemplificada pelas aquisições da Translovato em 2019 (com atuação geográfica no sul e sudeste) e Translag em 2020 (com foco no centro-oeste e atuação também no norte e nordeste). Integramos as duas operações e passamos a oferecer aos nossos clientes serviços LTL do sul do Brasil com destino a clientes B2B no Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

### 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas



Figura 8 – Mapa mostrando a integração entre as aquisições da Translag e Translovato

A Translovato obteve um crescimento de 2,6% de receita bruta (R\$421,8 milhões em 2020), 42,2% de EBITDA (R\$49,1 milhões em 2020) em relação ao ano anterior. Além de promover um crescimento de ROIC Marginal da BBM em TM de 34,1 p.p. (52,4% em 2020), com a aquisição conseguimos capturar cerca de 27% do EBITDA da adquirida em 2020, e a evolução das sinergias estimadas versus a capturada pode ser observada no gráfico abaixo.

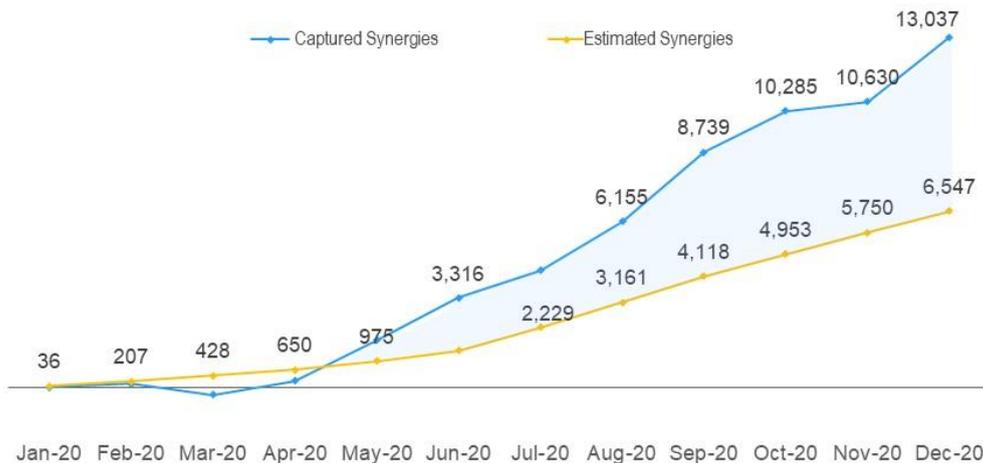


Gráfico 6 – Evolução das Sinergias Estimadas versus Capturadas

A aquisição da Diálogo em 2020 nos permitiu oferecer os serviços de e-commerce last mile entregando os produtos adquiridos no e-commerce ao cliente final. A Diálogo fez 8 milhões de entregas em 2020 e possui 2,4% de market share em número de entregas para e-commerce, calculado de acordo com os dados fornecidos no relatório do Instituto de Logística e Supply Chain de 2020. A Diálogo possui uma plataforma de clientes diversificada, com aproximadamente 30% de suas entregas em Capitais (correspondendo a 15 cidades), 23% em áreas metropolitanas (com 79 cidades) e 46% na região rural (com 1,865 cidades).

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Pretendemos expandir os serviços prestados pela Diálogo, focada no Sul do Brasil, para toda nossa malha de atuação. Além disso, até a presente data, assinamos um MoU para aquisição de um player de E-Commerce, com receita líquida de R\$70 milhões no período dos últimos 12 meses em 1T21 e estamos analisando uma possível aquisição de um player focado em LTL nas regiões Norte e Nordeste, com receita líquida de R\$150 milhões em 2020, que possibilitará nossa expansão para essas regiões do país.

### Reconhecimento em diversas premiações e rankings

Somos reconhecidos por diversas premiações e rankings devido ao nosso crescimento e qualidade de serviços.

Em 2021, em primeiro lugar nos setores fomos eleitos uma das companhias de maior crescimento das Américas pelo Financial Times. Em 2021, conquistamos primeiro lugar no prêmio TOP do Transporte para os segmentos: automotivo, plástico e brinquedos, RA1000 no segmento de TM, a Ernst & Young reconheceu o nosso CEO, André Prado, na categoria Master do prêmio "Empreendedor do Ano". Também fomos eleitos pela premiação Maiores & Melhores do Transporte como uma das melhores companhias de logística do Brasil em 2020. No mesmo ano, também fomos eleitos a melhor companhia do segmento de plásticos e automotivo pelo Top do Transporte e fomos reconhecidos pela AGCO e 3M como um dos melhores fornecedores.



Figura 9 – Prêmios, Reconhecimentos e Certificações

### Nossa Estratégia

Nosso objetivo é manter o crescimento consistente explorando a oportunidade enorme que temos pelo tamanho e fragmentação do mercado em que atuamos.

Queremos explorar nossos diferenciais competitivos aumentando nossa presença nos clientes e nos segmentos de mercado em que atuamos, sempre seguindo nossa abordagem de oferecer as melhores soluções e desenvolver relacionamentos de longo prazo com clientes, baseados na confiança e qualidade de nossas operações.

Para isto, buscaremos também oportunidades de expansão geográfica, de serviços e/ou de indústrias atendidas, sempre de forma estratégica, compondo e reforçando nosso portfólio de soluções e objetivando manter e melhorar nossa rentabilidade, gerando valor para ambos clientes e acionistas.

Continuaremos a perseguir estes objetivos através tanto da expansão orgânica como através de aquisições estratégicas, melhorando nossos serviços com uso intensivo de tecnologia (como temos feito e nos permitiu alcançar um crescimento sustentável relevante mesmo em um período de dificuldade macroeconômica).

Alguns pontos relevantes para execução de nossa estratégia são:

*Consolidação - realizar aquisições em nossos segmentos de atuação e em segmentos complementares*

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

O setor de transporte rodoviário no Brasil ainda é muito fragmentado, com companhias de pequeno e médio portes, e com amplas oportunidades para consolidação. Desta forma, monitoramos frequentemente e de forma seletiva, através de nossa área de M&A, oportunidades nos nossos segmentos de atuação e aqueles complementares às nossas atividades. Estamos sempre proativamente buscando oportunidades que apresentem sinergia com o modelo de negócio, a fim de contribuir com o crescimento, capilaridade, rentabilidade, portfólio de produtos e clientes, ganhos de escala e geração de valor aos nossos acionistas. Nosso histórico de aquisições comprova o criterioso processo de avaliação de oportunidades e capacidade de execução de nosso time.

### *Rede logística - Expandir nossa base de Parceiros BBM*

O sucesso de nossa Companhia é fruto de uma combinação de fatores que se complementam para fazer a nossa estratégia funcionar. Dentre esses fatores, um dos mais importantes é a base de motoristas agregados, cuja gestão e expansão é feita através do projeto Parceiros BBM. Este projeto faz a atração, treinamento e capacitação desses motoristas para garantir a qualidade do serviço prestado por nós e assim, levar a nossa marca por todo o território nacional. Nós acreditamos que parcerias positivas para ambos os lados resultam em relacionamentos consistentes e duradouros. Intensificaremos o desenvolvimento da profissionalização dos motoristas agregados através de treinamentos, a realização de eventos inclusivos que se estendem aos familiares e principalmente geração de produtividade para garantir a fidelização e continuar expandindo nossa base de agregados para podermos atuar cada vez mais em mais regiões e com maiores volumes.

### *Expansão orgânica – Aumentar nossa representatividade na base de clientes atual e diversificar a mesma*

Temos apresentado um forte crescimento orgânico que, junto com nossas aquisições recentes, nos permitiu ter uma base de clientes diversificada e composta, em grande parte, por multinacionais e clientes de primeira linha.

Entendemos que há diversas oportunidades de aumentar nossa representatividade dentro de nossos clientes atuais e em novos clientes nos segmentos em que já atuamos. Explorando o know-how e o portfólio de serviços que já possuímos, vamos explorar oportunidades de cross selling e buscar novos clientes.

Também mapeamos constantemente novos mercados potenciais, a fim de identificarmos segmentos que tenham demandas semelhantes às que atendemos, e para desenvolver novas soluções a partir da nossa estrutura operacional e portfólio de serviços diversificado, explorando também sinergias entre soluções e segmentos. Estabelecemos uma área comercial forte que atua de forma estruturada a partir de um planejamento centralizado para atingir e superar nossas metas de crescimento.

### *Tecnologia - Desenvolvimento de uma nova plataforma tecnológica para otimizar nossas operações*

Estamos construindo, em parceria com a maior desenvolvedora de software da América Latina, a Totvs, e um grupo de pesquisadores especializados em otimização, uma plataforma tecnológica proprietária e inovadora.

Com esta plataforma, pretendemos transformar a forma de servir nossos clientes, melhorando significativamente sua experiência e desenvolvendo a melhor solução logística possível a partir da análise e otimização de toda a demanda e de todos os recursos disponíveis na rede da BBM (demanda de milhares de clientes e oferta abrangente de veículos) de forma integrada.

A partir de ferramentas de TMS (Transportation Management System), DDO (Digitalização da Demanda e da Oferta) e Otimizador, digitalizaremos nossas operações em um ambiente de integração (market place) que nos permitirá aumentar significativamente a capacidade de processamento e otimização. No total, mais de 1,048,356 horas de programação já foram dedicadas, com o auxílio de 310 funcionários especializados no desenvolvimento da nova plataforma de tecnologia. Juntamente com a Totvs, esperamos que até o final de 2021, estejam programadas mais de 1 milhão de linhas de código.

Com isto, buscamos atingir novos níveis de otimização, em comparação às ferramentas existentes, a partir de uma visão integrada e completa da cadeia logística e demandas de nossos clientes e das alternativas disponíveis para atendê- las.

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Os primeiros testes com o uso da plataforma já mostraram resultados com redução de 38% e 28% nos custos de duas operações de Milk-Run<sup>2</sup>, conforme diagrama a seguir. Já os testes com os serviços de LTL estão sendo realizados, onde estima-se uma redução de 7% nos custos, o que reflete em aproximadamente R\$4,5 milhões.

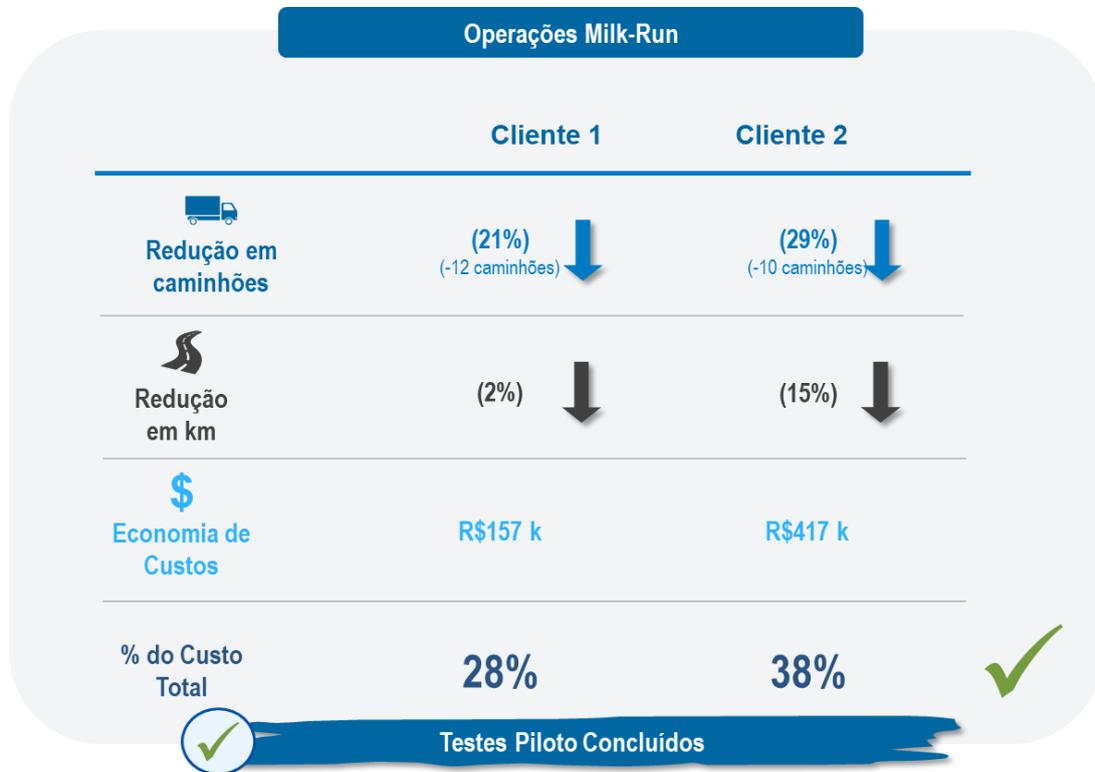


Figura 10 – Redução de Custos em Operação de Milk-Run

Acreditamos que o futuro da logística está baseado nestes conceitos (visão completa das cadeias, busca por soluções ótimas de forma integrada e uso de tecnologia para atingir níveis mais altos de otimização). Por isso já estamos desenvolvendo esta plataforma, alinhada às tendências e ao futuro do mercado logístico.

<sup>2</sup> Sistema de coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte do operador logístico, para realizar as coletas em um ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino, sempre em horários pré-estabelecidos).

## **7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista**

### **7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## 7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

### 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

#### a. produtos e serviços comercializados

Nossas demonstrações financeiras estão segmentadas nas nossas duas grandes áreas de atuação: DCC e TM. Atualmente, os serviços oferecidos pela Companhia incluem:

- (a) DCC - *Dedicated Contract Carriage* – Neste segmento atuamos fortemente com frota própria, mão de obra intensiva e com alto grau de treinamento, além de equipamentos diversos a fim de garantir a entrega da necessidade logística de cada cliente, sendo os principais serviços prestados nesse segmento os seguintes:
- Transporte de carga seca na modalidade lotação nacional;
  - Transporte de carga química embalada na modalidade lotação nacional;
  - Transporte de carga química na modalidade granel nacional;
  - Transporte de carga química na modalidade granel criogenado;
  - Transporte de toretes de madeira na modalidade granel;
  - Carregamento de toretes de madeira;
  - Apoio à operações de carregamento e transporte de toretes de madeira;
  - Transporte, estufagem e desestufagem de contêineres de carga seca;
  - Armazenagem e movimentação de carga seca;
  - Cessão de mão de obra.
- (b) TM - *Transportation Management* – Neste segmento atuamos com três formatos de prestação de serviços: com frota e motoristas próprios, com equipamentos agregados (onde há um contrato entre a companhia e o TAC – Transportador Autônomo de Cargas e o semirreboque é de propriedade da Companhia), e também com equipamentos de terceiros, contratados de forma “spot”. Os principais serviços prestados no TM são:
- Transporte de carga seca na modalidade lotação nacional e no Mercosul;
  - Transporte de carga seca na modalidade fracionada nacional e no Mercosul;
  - Transporte de carga química embalada na modalidade lotação nacional e no Mercosul;
  - Transporte de carga química na modalidade fracionada nacional e no Mercosul;
  - Transporte de carga química na modalidade granel nacional e no Mercosul;
  - Transporte de contêineres de carga seca;
  - *Milk run* de carga seca;
  - *Cross docking* e movimentação de cargas de carga seca.

Sem prejuízo, a Companhia pode ofertar outros serviços que atendam às necessidades logística dos seus clientes, atuais ou novos, desde que estejam dentro do planejamento estratégico da Companhia.

#### b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

(em R\$ mil)	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em		
	2021	2020	2020	2019	2018
DCC	97.144	85.572	353.069	351.023	300.527
TM	201.493	141.201	648.948	257.857	207.091
<b>Total</b>	<b>298.637</b>	<b>226.773</b>	<b>1.002.017</b>	<b>608.880</b>	<b>507.618</b>

(em %)	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em		
	2021	2020	2020	2019	2018
DCC	33%	38%	35%	58%	59%
TM	67%	62%	65%	42%	41%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

#### c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Não possuímos abertura do lucro líquido por segmento, pois em nosso sistema de apuração de resultados não fazemos alocação do resultado financeiro e imposto de renda por segmento.

## 7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

A performance dos segmentos é avaliada pelo EBITDA<sup>1</sup>.

### Período de três meses encerrado em 31 de março de 2021

(Em R\$ mil)

	DCC	TM	Total Segmentos	Corporativo	Total
<b>Receita líquida de vendas</b>	97.144	201.493	298.637	-	298.637
Custo dos serviços prestados	(90.313)	(182.213)	(272.526)	-	(272.526)
<b>Lucro Bruto</b>	6.831	19.280	26.111	-	26.111
Despesas administrativas	(112)	-	(112)	(18.059)	(18.171)
Despesas de vendas	-	-	-	(4.806)	(4.806)
Perda por redução ao valor recuperável	(54)	(756)	(810)	(72)	(882)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	51	979	1.030	2.504	3.534
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>6.716</b>	<b>19.503</b>	<b>26.219</b>	<b>(20.433)</b>	<b>5.786</b>
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	(8.258)	(8.258)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	1.658	1.658
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>6.716</b>	<b>19.503</b>	<b>26.219</b>	<b>(27.033)</b>	<b>(814)</b>
(+) Depreciação e amortização	8.403	7.481	15.884	2.129	18.013
(+) Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	8.258	8.258
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	(1.658)	(1.658)
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>15.119</b>	<b>26.984</b>	<b>42.103</b>	<b>(18.304)</b>	<b>23.799</b>

<sup>1</sup> EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization.): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

	DCC	TM	Total Segmentos	Corporativo	Total
<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020</b>					
(Em R\$ mil)					
<b>Receita líquida de vendas</b>	353.069	648.948	1.002.017	-	1.002.017
Custo dos serviços prestados	(312.719)	(567.106)	(879.825)	-	(879.825)
<b>Lucro Bruto</b>	40.350	81.842	122.192	-	122.192
Despesas administrativas	(648)	(493)	(1.141)	(70.274)	(71.415)
Despesas de vendas	-	-	-	(22.713)	(22.713)
Perda por redução ao valor recuperável	(78)	(672)	(750)	(51)	(801)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	874	1.979	2.853	4.131	6.984
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>40.498</b>	<b>82.656</b>	<b>123.154</b>	<b>(88.907)</b>	<b>34.247</b>
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	(25.626)	(25.626)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	278	278
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>40.498</b>	<b>82.656</b>	<b>123.154</b>	<b>(114.255)</b>	<b>8.899</b>
(+) Depreciação e amortização	33.359	25.619	58.978	12.503	71.481
(+) Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	25.626	25.626
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	(278)	(278)
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>73.857</b>	<b>108.275</b>	<b>182.132</b>	<b>(76.404)</b>	<b>105.728</b>

<sup>1</sup>EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization.): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso social, depreciação e amortização

## 7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

### 7.3 - Produção/comercialização/mercados

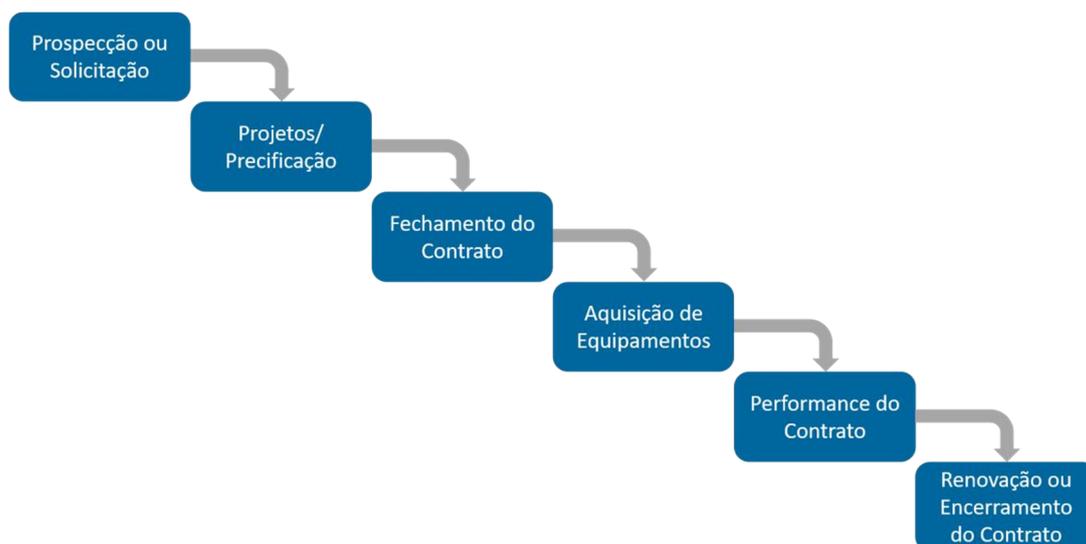
**7.3 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:**

#### a. características do processo de produção

(a) DCC - *Dedicated Contract Carriage*

O segmento DCC tem foco na prestação de um serviço de logística integrada, visando oferecer soluções customizadas para a necessidade dos clientes. Os equipamentos são compostos por veículos dedicados a cada operação. Em muitos casos há equipamentos específicos como caminhão pipa, caminhão comboio, área de vivência, guas de carregamento florestais, tanques químicos, carretas florestais, ou seja, buscamos oferecer os melhores equipamentos otimizando a relação custo/benefício para nossos clientes. Neste segmento, é comum a utilização de equipamentos próprios, que podem ser financiados via Finame ou leasing, economicamente depreciados dentro do período contratual, mas em alguns casos também utilizamos frota terceirizada dedicada (principalmente no modelo de agregados). Este segmento tem um fluxo operacional específico e direcionado às características de cada contrato e operação. Dispomos de central de operações e tecnologia de ponta, com acompanhamento via rastreador para controle de tempos, resgate de motoristas e controle de jornada.

O ciclo operacional do DCC apresenta as seguintes fases:



A prospecção ou solicitação inicia-se pelo estudo preliminar das necessidades do projeto, escopo inicial e área de atuação.

Na fase de projetos/precificação é executado um levantamento minucioso dos dados necessários para o correto entendimento das necessidades de cada cotação/projeto, com realização de diversas reuniões, visitas técnicas e análises de viabilidade econômico-financeiras, chegando à determinação do modelo operacional e dos equipamentos que serão utilizados naquele projeto.

No fechamento de contrato são determinadas todas as premissas, com base nos levantamentos do processo anterior, e são elencadas as bases do SLA (*service level agreement*) relativo à performance do contrato, definindo os itens de responsabilidade de cada parte, fornecedor e cliente.

Após o fechamento do contrato com o cliente, e respeitando as definições do projeto, ocorre a aquisição dos equipamentos ou contratação da frota (no caso de terceiros agregados) necessários para a operação definida no contrato/projeto.

Após o fechamento de todos os itens anteriores, é iniciada a prestação do serviço dentro das condições pré-dispostas no contrato e com as devidas medições, que podem ser, por exemplo em horas, km, tonelagem, volume.

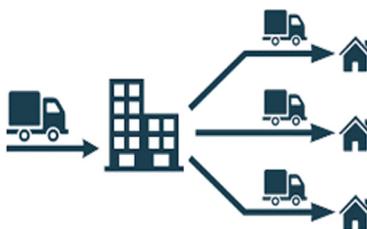
## 7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Percorrido o prazo contratual, ocorre nova negociação para balizamento de preços e condições. Possuímos um histórico positivo de renovação de contratos, com contratos sendo renovados periodicamente, inclusive com um caso de mais de 20 anos de contrato.

### (b) TM - *Transportation Management*

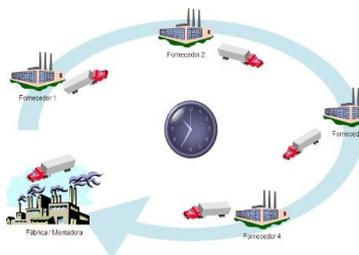
O Segmento de TM consiste no deslocamento por meio do modal rodoviário, de insumos ou produtos acabados, da ponta de fornecimento ao seu destino final, ou seja, o escoamento de produtos de nossos clientes no sistema "ponto a ponto", através da modalidade de carga completa, ou fracionada sendo que cerca de 98% da carga é transportada com terceiros e agregados.

Este modelo, com contratos com os clientes de médio prazo (cerca de 24 a 36 meses), possui um alto nível de terceirização, resultando em uma baixa necessidade de investimento para reposição de ativos e para expansão da operação. Os principais ativos adquiridos são os semirreboques.



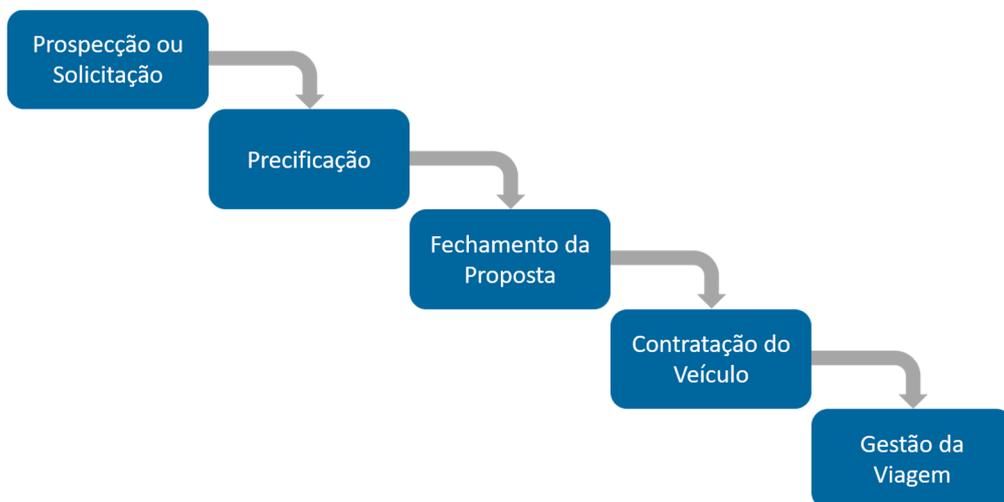
Alguns exemplos de serviços específicos que oferecemos no segmento TM são:

*Cross docking* (sistema de distribuição no qual a mercadoria recebida, em um armazém ou Centro de Distribuição, não é estocada, mas sim imediatamente preparada para o carregamento da entrega)



*Milk Run* (sistema de coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte do operador logístico, para realizar as coletas em um ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino, sempre em horários pré-estabelecidos).

O ciclo operacional do TM apresenta as seguintes fases:



## 7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

A prospecção ou solicitação inicia-se pelo estudo preliminar das necessidades do cliente, contendo origem e destino e detalhamento da mercadoria a ser transportada.

Na fase de precificação é definido o modelo de atendimento (frota, agregado ou terceiro) e a partir do custo é formado o preço de venda, que deve observar as determinações mínimas de margens/rentabilidade definidas pela diretoria.

Estando as partes de acordo com as premissas e valores, ocorre o fechamento do contrato.

Após a definição do modelo operacional parte-se ao mercado para fazer a contratação do(s) veículo(s) que fará(o) a(s) viagem(s).

Durante a prestação dos serviços, nossa central de operações faz o acompanhamento das viagens ponto a ponto com o controle de tempos e condições de tráfego, gerando informações seguras tanto aos motoristas quanto aos clientes, 24 horas por dia.

Atualmente, considerando os dois segmentos, contamos com mais de 4.000 equipamentos e veículos próprios, 91 filiais, sendo 31 armazéns, 7 representantes comerciais no Mercosul e mais de 5.200 funcionários, além de mais de 10.000 carreteiros autônomos em nossa base de dados cadastral.

### b. características do processo de distribuição

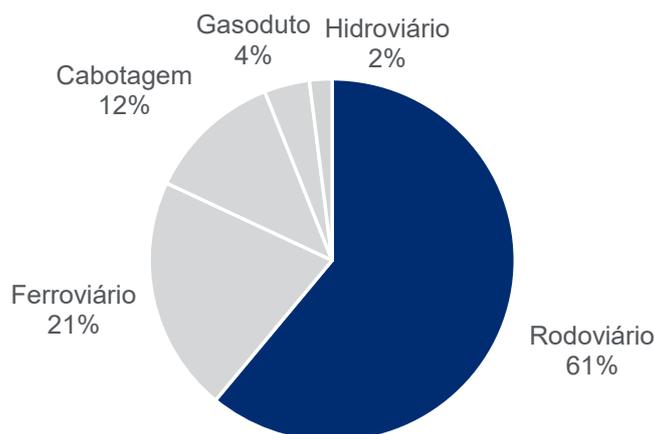
Por se tratar de prestação de serviços, todas as características da sua operacionalização estão informadas no item a. acima.

### c. características dos mercados de atuação, em especial:

#### i. participação em cada um dos mercados

O Brasil é o quinto país com maior área do mundo, com uma matriz de transportes altamente dependente do modal rodoviário. De acordo com pesquisa publicada pelo Panorama ILOS – Custos Logísticos no Brasil de 2019, mais de 60% das cargas transportadas pelo país são movimentadas pelos mais de 1.720 mil quilômetros da malha rodoviária do país. A logística é uma atividade crítica para o desenvolvimento da economia de um país e, em especial, para um país de dimensões continentais tal como o Brasil.

#### Abertura da Matriz de Transportes no Brasil (% do total de cargas movimentadas)

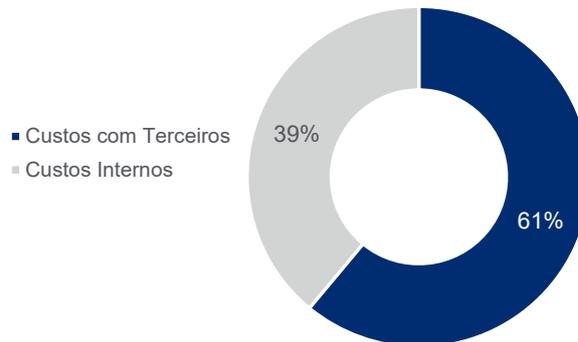


Fonte: ILOS, 2020

A representatividade dos Provedores de Serviços Logísticos no PIB do Brasil é ainda baixa, sendo que em 2019 os custos logísticos representavam apenas 11.6% do PIB brasileiro, enquanto na América do Sul os custos logísticos representavam 12.1% do PIB de acordo com os dados do estudo realizado pela Armstrong & Associates. Segundo a ILOS Dentre o total de custos logísticos, 61% correspondem a custos com terceiros e 39% a custos internos.

## 7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

### Custos Logísticos no Brasil em 2018 (%)

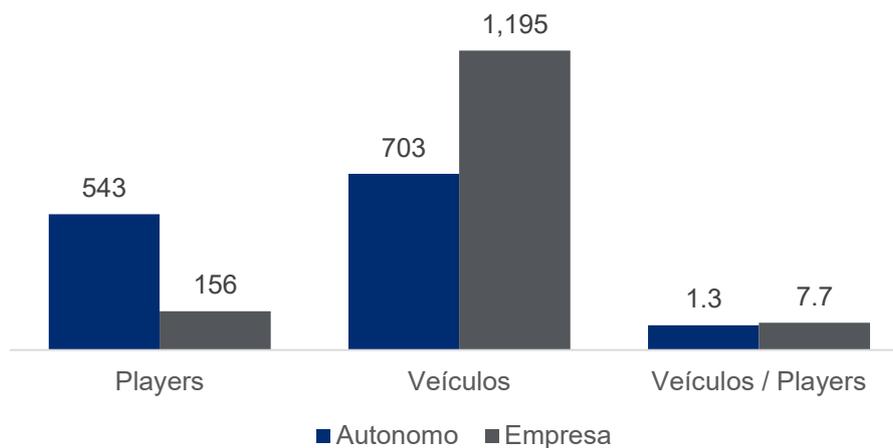


Fonte: Relatório ILOS Custos Logísticos no Brasil – 2017

Adicionalmente, vale ressaltar que o mercado de logística terceirizada no Brasil é extremamente pulverizado, composto principalmente por empresas de médio e pequeno porte sendo que no total, existem mais de 500 mil transportadoras autônomas e mais de 150 mil empresas corporativas.

### Abertura do mercado de logística rodoviária no Brasil por tipo de competidor

#### Quantidade de Transportadores e Frota



Fonte: Relatório ILOS de Transporte de Carga 2020

Isso contribui para uma alta informalidade e baixo nível de serviço no mercado. De acordo com a ANTT (2011) veículos de transportadoras autônomas têm, em média, 18,9 anos e a idade média para veículos de corporativas é 14,4 anos, enquanto veículos de *carriers companies* têm 8,5 anos. A BBM Logística está muito bem posicionada comparada com o restante do setor, com uma idade média de frota de menos de 4 anos, podendo oferecer uma gama maior de serviços e com maior qualidade.

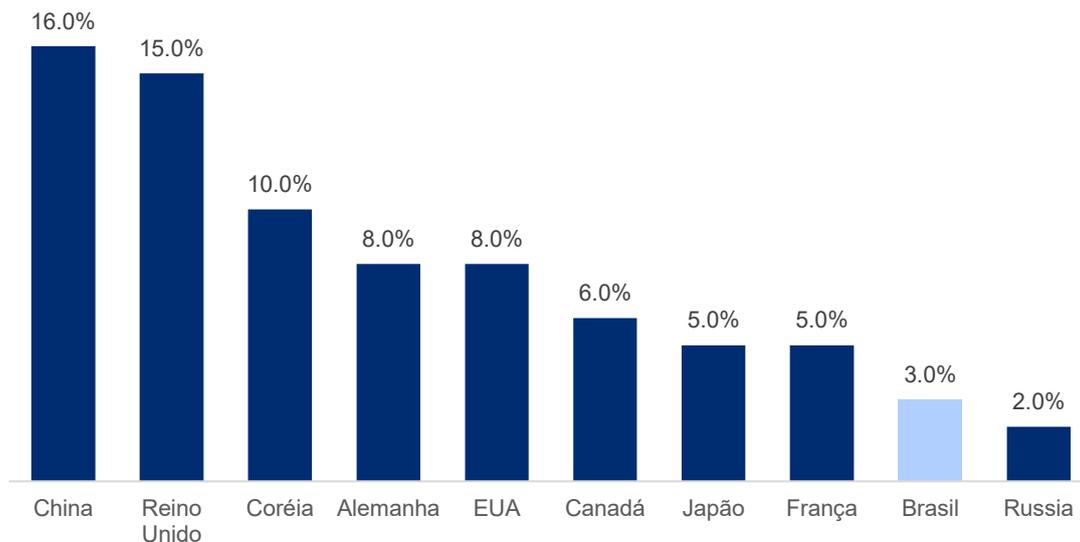
Por ser um setor muito pulverizado, e com muitos segmentos, e pelo fato da Companhia atuar em diversos segmentos, não é possível definir a participação exata da Companhia em seus mercados de atuação. No entanto a Companhia entende que é uma das maiores empresas brasileiras com atuação no segmento DCC, apresentando receita líquida de vendas na ordem de R\$353 milhões no ano de 2020, com destaque no mercado florestal, possuindo mais de 607 equipamentos disponíveis para atuação em tal área.

O segmento de TM é bastante pulverizado, porém a Companhia, a partir da aquisição da Translovato, entende estar entre as maiores empresas do segmento no Brasil com receita líquida de vendas de R\$ 773 milhões no segmento TM, com mais de 893 equipamentos (entre frota própria e terceirizada) disponíveis para atuação em tal área. Por meio da aquisição da Diálogo em 2020, *player* relevante em entregas de *e-commerce*, a BBM Logística passou a ter também participação mais relevante no setor de *e-commerce*.

## 7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

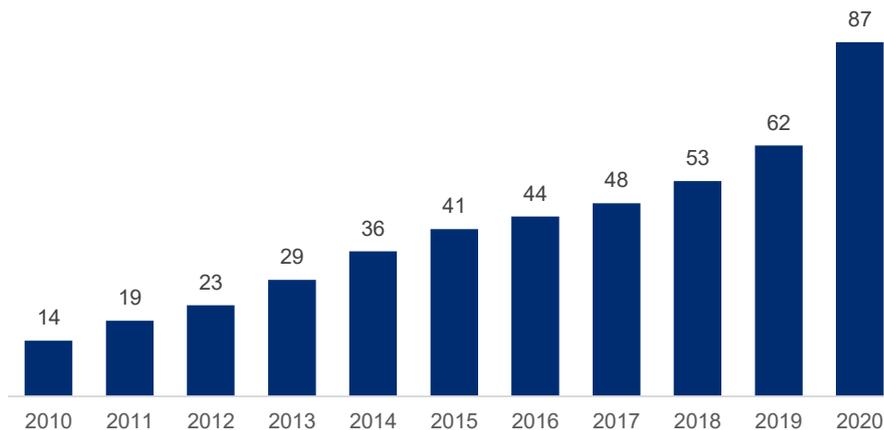
O *e-commerce* é um mercado com alto potencial de crescimento e representa um dos principais pilares da estratégia de crescimento da Companhia. Apesar do Brasil ser um país com baixa penetração do *e-commerce* em comparação com os demais, dados do *Ebit – Webshoppers* reforçam o crescimento acelerado que o *e-commerce* vem apresentando nos últimos anos, com o aumento das vendas no Brasil de 18% entre 2013 e 2019, e um aumento de 41% entre 2019 e 2020, atingindo um faturamento de R\$87 bilhões em 2020. Este crescimento apresentado durante os últimos anos foi potencializado pela notável expansão da base do número de consumidores no comércio eletrônico, que apresentou cerca de 80 milhões de usuários no ano de 2020, representando um crescimento de 29% em relação ao ano anterior.

**Penetração do *e-commerce* no Brasil**  
(% das vendas de varejo)



Fonte: *Business.com*, 2020

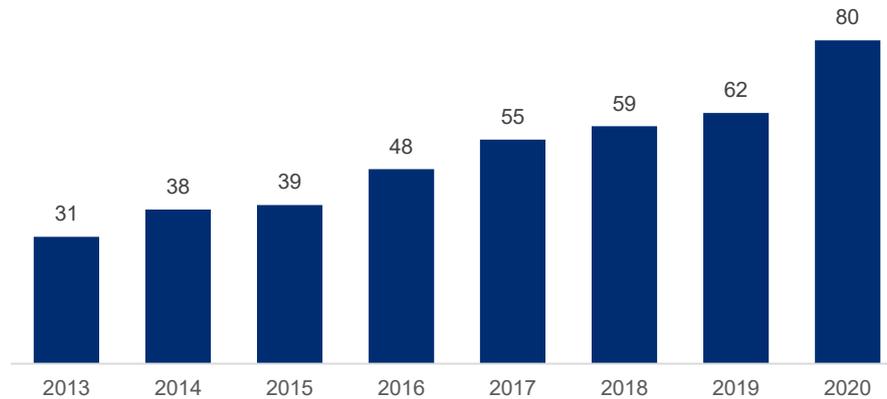
**Vendas do *e-commerce* no Brasil**  
(R\$ bi)



Fonte: *Ebit – Webshoppers – 43ª Edição*

## 7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

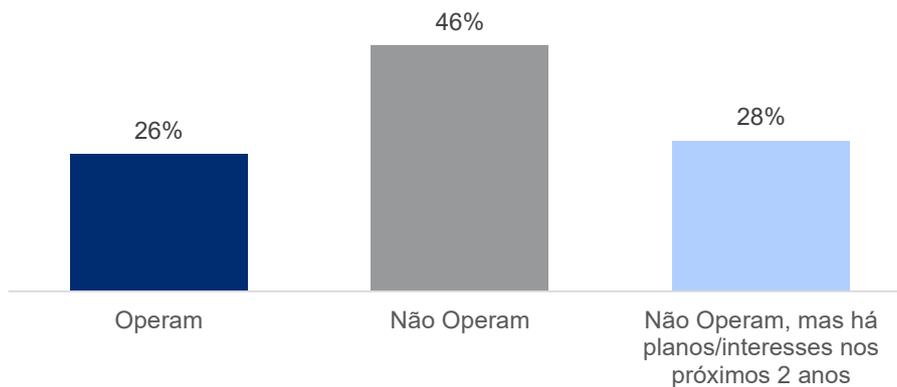
### Número de consumidores do comércio eletrônico no Brasil (milhões)



Fonte: Ebit - Webshoppers - 43ª Edição

Aliado ao alto crescimento do e-commerce, a tendência de entrada de operadores logísticos tanto na participação em si, quanto na responsabilidade de entrega é cada vez mais forte nesse segmento, uma vez que segundo a ABOL 26% dos operadores já operam, 28% possuem interesse ou planos para operar nesse canal nos próximos dois anos e 46% ainda não operam.

### Quantidade de Operadores Logísticos que operam no comércio eletrônico (%)

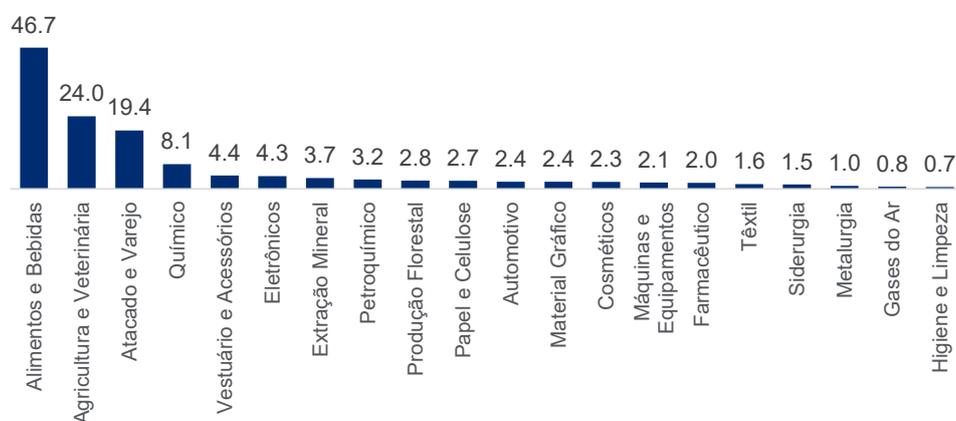


Fonte: ABOL | FDC, 2020

A BBM Logística atua de forma integrada em todas as etapas da cadeia logística do Brasil, desde o fornecimento de matérias-primas para fábricas até a entrega do *last-mile* para clientes comerciais e residenciais. Além de oferecer soluções integradas, a BBM atua em diversos setores no mercado de transportes. Segundo estudos internos, a Companhia estima que dos R\$200 bilhões do PIB de Transportes no Brasil, grande parte dele (cerca de 68%) é representado por setores em que a BBM tem posição relevante. Assim sendo, setores como alimentos e bebidas, agricultura e veterinária, atacado e varejo, químico, produção florestal, papel e celulose, entre outros representam aproximadamente R\$136 bilhões do PIB de transporte total.

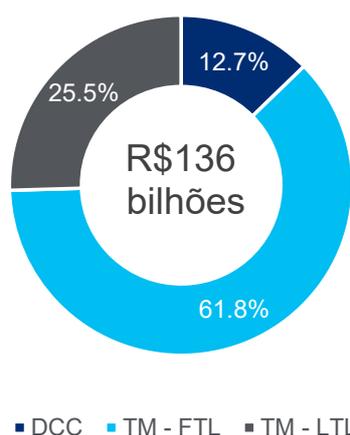
## 7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

**PIB Transportes por Setor que BBM atua**  
(R\$ bi)



Fonte: Companhia (Estudo Interno - Connexion)

**PIB Transportes por Unidade de Negócio nos Setores que BBM atua**  
(%)



Fonte: Companhia (Estudo Interno - Connexion)

### j. condições de competição nos mercados

O mercado de logística é um mercado muito competitivo, principalmente no segmento TM, onde são mais de cento e cinquenta mil empresas transportadoras de carga (ETC) no Brasil e há ainda mais de 500 mil transportadores autônomos de carga (TAC), de acordo com dados da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. É um mercado com alta sensibilidade a preço, porém com foco nos grandes clientes na qualidade do serviço. Dessa forma, a garantia do nível de serviço é fundamental para a manutenção de clientes no longo prazo e rentabilidade das operações, além de ser um diferencial competitivo importante.

O crescimento da Companhia entre 2018 e 2020 foi superior às estimativas de fechamento do PIB do setor de transportes (-9.2%) e de fechamento do PIB geral (-4.1%), de acordo com dados do IBGE de 2020. Registramos uma taxa de crescimento de 22.2% em receita líquida de vendas entre 2018 e 2020.

No segmento DCC a competição costuma ser menor e com empresas especializadas em DCC e/ou em setores específicos de DCC, pelo fato de ser um segmento que exige empresas com capacidade de investimentos altos para aquisição de equipamentos e conhecimento técnico específico de cada setor. No entanto, é bastante competitivo em relação à atração de mão de obra qualificada, uma vez que os processos e as tecnologias utilizados se atualizam constantemente e é necessária a atualização e qualificação constante da mão de obra, através de treinamento por exemplo, para o desenvolvimento de atividades dentro do DCC. Neste segmento, os principais competidores são a Ritmo Logística S/A para os clientes da indústria e a JSL S/A no setor florestal.

## 7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

No segmento do TM onde a especialização de mão de obra é menor frente ao segmento DCC, a quantidade de empresas competidoras é sensivelmente maior. Temos como principais concorrentes a Ritmo Logística S/A, Solística S/A, Braspress Transportes e TNT Mercúrio Cargas e Encomendas expressas S/A, sendo os dois últimos dedicados principalmente a cargas fracionadas.

Nossa visão é de que, apesar da enorme quantidade de empresas no mercado logístico, há poucos *players*, como nós, com escala nacional e estruturados com alto nível de governança e profissionalização. Esta característica, somada ao tamanho relevante do mercado, representa alto potencial para consolidação do setor e nós acreditamos estar muito bem posicionados para liderar esse processo.

### d. eventual sazonalidade

A Companhia apresenta sazonalidade em sua receita, principalmente no segmento TM, o qual tem na segunda metade do ano seu período mais aquecido, seguindo a típica tendência de alguns setores que atendemos. Já o 1º trimestre, em termos de receita, geralmente representa o menor no ano, justificado principalmente por férias coletivas de outros setores da economia, como por exemplo, o automobilístico. Ocorre queda nos volumes de transporte nos meses de férias, como dezembro, janeiro e fevereiro, e em meses com menos dias úteis ou com muitos feriados. O resultado de janeiro, por exemplo, pode ser até 20% inferior a um mês de faturamento normal.

Como o segmento DCC está fundamentado em contratos de médio e longo prazo que possuem cláusulas de produção e produtividade, o mesmo sofre menor impacto de sazonalidade de mercado, ficando exposto a volatilidade da operação do cliente, porém em muitos casos tal volatilidade é compensada pela remuneração *take or pay*, que prevê pagamentos pela disponibilidade no atendimento, independentemente da produtividade.

### e. principais insumos e matérias primas, informando:

#### i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia possui diversos fornecedores, especialmente tendo em vista sua atuação em uma grande área geográfica (Brasil e Mercosul), podendo ser elencados como principais segmentos os fornecedores de:

- o Equipamentos tratores (cavalos mecânicos e caminhões);
- o Equipamentos de transporte, caixas de carga (semirreboques, reboques e carrocerias);
- o Equipamentos de carregamento e apoio (escavadeiras hidráulicas e tratores);
- o Equipamentos de colheita florestal e forwarders;
- o Combustíveis (diesel S500, diesel S10 e arla);
- o Peças e mão de obra de manutenção;
- o Pneus e recapeamento de pneus;
- o Sistemas de controle;
- o Sistemas de rastreamento, monitoramento e telemetria;
- o Equipamentos eletrônicos, de informática e celulares.

As relações com os fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

#### ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Há dependência pequena da quantidade de fornecedores nos equipamentos de transporte, mais especificamente para aquisição no mercado de semirreboques. No entanto, a Companhia entende que possui outras alternativas para suprir essa falta, como a locação de veículos ou, ainda, realização de reformas que deem maior vida útil aos seus equipamentos, de modo que os riscos de abastecimento relacionados à falta de alguns fornecedores ficam mitigados.

## **7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados**

### **iii. eventual volatilidade em seus preços**

A volatilidade dos preços de frete é vinculada a demanda nos casos dos transportes de carga geral e fracionado (segmento TM) e principalmente em rotas onde não há carga de retorno. Os preços também apresentam volatilidade em função da variação dos preços dos combustíveis.

Nosso principal combustível é o diesel, atrelado à cotação do petróleo, o que, portanto, o torna suscetível a variações no seu preço.

**7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes****7.4 - Principais clientes****a) montante total de receitas provenientes do cliente**

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, três clientes foram responsáveis por 24% da receita líquida de vendas da Companhia.

	<b>Montante da receita</b> <b>(em R\$ milhões)</b>	<b>% da receita líquida</b>
CMPC Celulose Riograndense Ltda	48,9	13,7
Klabin S.A.	22,9	6,4
Braskem S.A.	12,4	3,5
<b>Total</b>	<b>84,3</b>	<b>23,6</b>

**b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Um desses clientes opera exclusivamente no segmento DCC, referente a transporte de químicos, gases do ar, granéis líquidos ou produtos de alto valor agregado, e os outros dois operam parte no DCC (46%) e parte no segmento de gestão de transportes (TM) (54%).

## 7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

### 7.5 - Efeitos da regulação estatal

#### a) **necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Para o exercício de suas atividades, conforme descritas no objeto social do seu Estatuto, a Companhia mantém um relacionamento com diversos órgãos da administração pública, tais como:

#### **Ministério da Infraestrutura**

O Ministério da Infraestrutura é o órgão responsável pelo assessoramento do Presidente da República na execução e formulação e da política de transporte do país. Ele tem suas competências definidas na lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, lei esta, que dispõe sobre a organização da Administração Pública Direta Federal.

Dentre as atribuições do Ministério da Infraestrutura, há competências que impactam diretamente a atividade da Companhia, como a formulação da política nacional de transporte rodoviário de cargas e o planejamento estratégico das prioridades para investimento em transportes.

#### **ANTT**

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT é uma autarquia criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, integrante da Administração Pública Federal Indireta, responsável pela regulação e fiscalização dos transportes terrestres no Brasil, vinculada ao Ministério da Infraestrutura e submetida ao regime autárquico especial, caracterizado pela independência administrativa, autonomia financeira e funcional e mandato fixo de seus dirigentes.

Além de ser o ente competente para realizar a fiscalização e regulação do transporte rodoviário de cargas, ainda lhe compete a implementação das políticas formuladas pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT e pelo Ministério da Infraestrutura.

#### **CONTRAN**

O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) é o órgão máximo normativo, consultivo e coordenador da política nacional de trânsito, competente pelo Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e responsável pela regulamentação do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Foi criado pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

#### **Polícia Rodoviária Federal**

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é uma instituição policial ostensiva de atuação de âmbito nacional, subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, cuja principal função é garantir a segurança com cidadania nas rodovias federais e em áreas de interesse da União. Assim, combate as mais variadas formas de crimes nas rodovias e estradas federais do Brasil e também monitora e fiscaliza o trânsito de veículos, bens e pessoas.

Suas competências são definidas pela Constituição Federal, no artigo 144, pela Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), no artigo 7, inciso V, pelo Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995 e pelo seu regimento interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

#### **Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Carga (RNTR-C)**

A Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, conforme alterada, dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas realizado em vias públicas, no território nacional, por terceiros. O transporte de carga pode ser exercido por pessoa física ou jurídica em regime de livre concorrência e depende de prévia inscrição do interessado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTR-C da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nas seguintes categorias: (i) Transportador Autônomo de Cargas - TAC, no caso de pessoa física que tenha no transporte rodoviário de cargas a sua atividade profissional; e (ii) Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas - ETC, no caso de pessoa jurídica que tenha o transporte rodoviário de cargas a sua atividade principal.

## 7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

A regulamentação infralegal referente ao RNTR-C está contida, atualmente na Resolução da ANTT nº 4.799 de 27 de julho de 2015, conforme alterada ("[Resolução ANTT 4.799/2015](#)"). A Resolução ANTT 4.799/2015 prevê os procedimentos e a documentação necessária para a inscrição e manutenção do RNTR-C, bem como prevê as penalidades aplicáveis ao transportador.

O não cumprimento das disposições da Resolução ANTT 4.799/15 acarreta aplicação de multa administrativa, suspensão ou cancelamento e não impede a aplicação das penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

A Companhia está devidamente registrada no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) como Empresa de Transporte de Cargas (ETC), com registro válido até 21 de julho de 2021. O propósito do RNTR-C é permitir que a ANTT controle dados relativos aos operadores que atuam no mercado de transporte rodoviário de cargas.

### Transporte Rodoviário de Cargas

O transporte rodoviário de cargas é de livre concorrência. Aplicam-se, porém, algumas exigências dos órgãos reguladores, incluindo, sem se restringir, aqueles mencionados acima, como o registro RNTR-C, e disposições de legislação infraconstitucional, como a lei nº 11.442 de 05 e janeiro de 2007.

A prestação de serviço de transporte rodoviário internacional de cargas por transportador brasileiro está sujeita à outorga de Licença Originária, obtida junto à ANTT, e de Licença Complementar obtida junto ao Organismo Nacional Competente do país de destino e de trânsito, conforme o caso. Adicionalmente, nos termos da Resolução nº 5.840, de 22 de janeiro de 2019, após a obtenção da Licença Originária, o transportador brasileiro deverá solicitar a Licença Complementar junto ao organismo competente no país de destino ou de trânsito. A obtenção da Licença Complementar deverá ser comprovada junto à ANTT, no prazo máximo de trezentos dias, contados da expedição da Licença Originária.

No mais, o Brasil aderiu ao Acordo sobre Transportes Internacional Terrestre - ATIT, envolvendo Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, nos termos do Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990. Todas essas disposições são atendidas pela Companhia.

Para o Transporte de Madeira, o CONTRAN publicou regulamentação específica para o exercício do transporte de toras, como a resolução 196 e 246 de 25 de julho de 2006 e 27 de junho de 2007 respectivamente, bem como pela Deliberação nº 56 de 13 de fevereiro de 2007.

Em caso de descumprimento às exigências do CONTRAN, o infrator estará sujeito às penalidades estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Para o Transporte de Produtos Perigosos, existe uma regulamentação extensa e detalhada, gerando diversas obrigações para o transportador, em sua maioria emitidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, como a Resolução nº 237/1997, bem como a Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011, a qual disciplina as competências para licenciamento ambiental e fiscalização de atividades potencialmente impactantes ao meio ambiente.

Além da regulamentação ambiental, há outros órgãos que atuam no processo de regularização do transporte de produtos perigosos, como o CONTRAN e o DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito, que regulamentam o treinamento dos condutores de tais veículos, a própria ANTT por meio da Resolução ANTT nº 5.848, de 25 de junho de 2019, a Polícia Rodoviária Federal, que regula e fiscaliza os produtos perigosos, e órgãos ambientais, seja o IBAMA ou outros órgãos estaduais e/ou municipais.

O infrator das regulamentações ambientais está sujeito a penalidades por descumprimento de tais normas, tais como multas de até R\$ 50.000.000,00 e perda do registro de transportador, conforme a lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 em seu artigo 75.

Dentro dos produtos considerados perigosos, há uma subcategoria importante: a de produtos controlados. Os produtos perigosos são substâncias ou artigos que apresentam risco para a saúde das pessoas, para a segurança pública ou para o meio ambiente. Os produtos controlados, por outro lado, podem ser qualquer produto perigoso que esteja enquadrado nas legislações, sendo controlados pelos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Civil, Exército, IBAMA, Vigilância Sanitária e demais órgãos ambientais.

## 7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Para o transporte de produtos sujeitos à vigilância sanitária, a Companhia precisa atender os preceitos delineados na Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre as normas de vigilância sanitária para medicamentos, cosméticos, saneantes, produtos correlatos e outros.

A atividade de transporte de produtos controlados pela vigilância sanitária está sujeita à Licença de Funcionamento, que pode ser obtida perante o órgão de Vigilância Sanitária no âmbito municipal, e à publicação de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE – pela ANVISA.

O infrator está passível das penalidades previstas na legislação específica – Lei nº 6.437 de 20 de agosto de 1977 - em caso de ausência da Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária.

Atualmente, a Companhia está regularmente licenciada para operar de acordo com as regras específicas dos respectivos órgãos reguladores, para cada modalidade de produto que carrega. Adicionalmente, o histórico de relacionamento da Companhia com os entes da administração pública com os quais possui algum tipo de relação é positivo.

Por fim, a Companhia esclarece que está regularmente licenciada para operar tanto no transporte e armazenagem de produtos perigosos e controlados, quanto no transporte internacional.

### **Regulamentação ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”)**

Em 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”), conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019 e pela Lei nº 14.010/2020, regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsas e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, entrarão em vigor posteriormente, a partir de 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabeleceu um microsistema de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, e será aplicável a toda e qualquer operação envolvendo dados pessoais, que estarão sujeitas às hipóteses de tratamento previstas na LGPD.

Além disso, em 28 de dezembro de 2018, foi publicada a Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018 (“MP 869”), que altera certas disposições da LGPD e cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”). Entre as suas diversas competências, cabe à ANPD (i) editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como sobre relatórios de impacto à proteção de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na LGPD; (ii) deliberar, na esfera administrativa, em caráter terminativo, sobre a interpretação da LGPD, as suas competências e os casos omissos; (iii) articular-se com as autoridades reguladoras públicas para exercer suas competências em setores específicos de atividades econômicas e governamentais sujeitas à regulação; (iv) garantir que o tratamento de dados de idosos seja efetuado de maneira simples, clara, acessível e adequada ao seu entendimento; e (v) celebrar, a qualquer momento, compromisso com agentes de tratamento para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa no âmbito de processos administrativos.

A ANPD tem assegurada sua autonomia técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República. A Lei 13.853/2019 também prevê autoridade para a ANPD avaliar as penalidades previstas pela LGPD. A competência da ANPD prevalece sobre qualquer autoridade relacionada de outras entidades públicas no que diz respeito à proteção de dados pessoais. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD.

Com a entrada em vigor da LGPD, a Companhia terá de adaptar suas operações e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos em referida lei. Nesse sentido, a Companhia já está tomando as providências necessárias com terceiros para a realização de projeto de adequação à LGPD em 2021.

## 7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

**b)** política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia não possui uma política ambiental específica, porém adota critérios rigorosos para, em razão de seus rígidos limites de *compliance* e consciência de sua responsabilidade social, não descumprir qualquer legislação ambiental, bem como em manter atualizadas todas as suas licenças ambientais.

A Companhia atende a toda a legislação ambiental e normas brasileiras regulamentadoras que lhe são aplicáveis. Descrevemos abaixo as principais delas:

- Lei 6.938/1981 - da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- Lei 10357/01 - Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, pela Polícia Federal;
- Lei 11.445/2007 - Estabelece a Política Nacional de Saneamento Básico;
- Lei 9.433/1997- Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Lei 9611/98 - Trata sobre Transporte de carga;
- Resolução 420/09 CONAMA - Estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por substâncias químicas em decorrência de atividades antrópicas;
- Instrução Normativa 6/14 - Regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - RAPP;
- Decreto 99280/90 - Promulga a Convenção de Viena sobre a Proteção da Camada de Ozônio e o Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a Camada de Ozônio;
- Decreto 9571/18 - Estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos, para médias e grandes empresas, incluídas as empresas multinacionais com atividades no País;
- Lei 11520/00; Lei 1319/08; Resolução 56/10; Resolução 56/19; Resolução 68/19; Portaria 212/19; Decreto 8468/76 - Tratam sobre Licenciamento Ambiental;
- Resolução 436/11, Decisão Normativa 10/10 e Resolução 16/14 - Tratam sobre Poluição do ar; Ar-Emissões Atmosféricas;
- Portaria 212/19 - Trata sobre Inventário de resíduos;
- Resolução 5232/16 - Transporte de produtos perigosos;
- NBR 10004:2004 - resíduos sólidos - classificação;
- NBR 13221:2017 - transporte terrestre de resíduos;
- NBR 14095:2008 - transporte rodoviário de produtos perigoso - área de estacionamento para Veículos - requisito de segurança;
- NBR 14725-3:2017 - produtos químicos - informações sobre segurança, saúde e meio ambiente - parte 3 -rotulagem;
- NBR 15480:2018 - transporte rodoviário de produtos perigosos - programa de gerenciamento de riscos e plano de ação de emergência;
- NBR 15481:2017 - transporte rodoviário de produtos perigosos - requisitos mínimos de segurança;
- NBR 16173:2013 - transporte terrestre de produtos perigosos - carregamento, descarregamento e transbordo a granel e embalados - capacitação; e
- NBR 7500:2018 - identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos.

## 7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

### **Responsabilidade Ambiental**

A responsabilidade ambiental pode ocorrer nas esferas civil, administrativa e criminal, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação dos danos causados. A ausência de condenação em uma das esferas não isenta, necessariamente, o agente da responsabilização nas demais.

#### Responsabilidade ambiental na esfera cível

A responsabilidade civil encontra-se delineada pela Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/1981, que prevê a responsabilidade objetiva - aquela que independe da existência de culpa - bastando a comprovação do dano e do seu nexos de causalidade com a atividade desenvolvida pela Companhia para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

O empreendedor, independentemente da existência de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades. A responsabilidade civil ambiental é atribuída a quem for responsável, pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental, nos termos da Lei nº 6.938/1981.

A legislação ambiental estipula a responsabilidade solidária entre os poluidores. A vítima do dano ambiental e/ou aquele que a lei autorizar não está obrigado a processar todos os poluidores em uma mesma ação. Pode-se escolher uma dentre todas as empresas poluidoras - aquela que tem todos os requisitos necessários para figurar como ré na ação ou a de melhor situação econômica. Caberá ao poluidor acionado o direito de regresso contra os demais.

Por haver responsabilidade civil objetiva e solidária, a empresa que contrata serviços de terceiros, como, por exemplo, o transporte e a destinação final de resíduos, não se isenta da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos contratados, caso esses não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

É fundamental que haja uma gestão conjunta dos riscos inerentes a todos os envolvidos no desenvolvimento do projeto específico, a qual fiscalize o cumprimento de uma política ambiental adequada, de modo a minimizar os riscos que possam surgir em virtude de uma eventual responsabilização solidária.

Apesar de não haver referência expressa na lei, a pretensão reparatoria do dano ambiental não está sujeita à prescrição, segundo entendimento da doutrina e do Supremo Tribunal Federal.

A Lei de Crimes Ambientais prevê ainda a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da causadora do dano ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

#### Responsabilidade ambiental na esfera criminal

A Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou de culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

Para que a pessoa física ou jurídica seja responsabilizada criminalmente, a conduta por ela praticada deve se enquadrar em um dos tipos penais previstos na Lei de Crimes Ambientais e a sua ação ou omissão delituosa, ou de suas subsidiárias, ser comprovada.

A Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária do estabelecimento, da obra ou da atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações.

#### Responsabilidade ambiental na esfera administrativa

A Lei dos Crimes Ambientais, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, dispõe, em seu artigo 70, que toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, de gozo, de promoção, de proteção e de recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

## 7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

A configuração de responsabilidade administrativa depende da verificação de culpa ou de dolo do agente infrator.

As sanções a serem impostas contra infração administrativa podem incluir advertência, multa, inutilização do produto, suspensão de fabricação e de venda do produto, embargo de obra ou de atividade, demolição de obra, suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais à companhia infratora, além de proibição de ser contratada por entes públicos.

### Licenciamento Ambiental

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental. De acordo com a Lei nº 6.938/1981, a construção, a instalação, a ampliação, o funcionamento de estabelecimentos e o exercício de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, como: operação de rodovias, operação de complexos viários, duplicação de trecho rodoviários, geração de energia, subestação de energia elétrica realização de obras de interligação do metrô, construção de terminais de passageiros, implantação de linhas de metrô, regularização do licenciamento ambiental do Aeroporto, dentre outras, dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, o qual estabelecerá as condições, as restrições e as medidas de fiscalização do empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental, regulado pela Lei Complementar nº 140/2011 e pela Resolução CONAMA nº 237/1997, compreende um sistema trifásico, no qual cada licença fica condicionada à emissão de sua precedente, conforme segue:

LP: concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou da atividade, aprovando a sua localização e concepção; atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

LI: autoriza a instalação do empreendimento ou da atividade conforme as especificações constantes dos planos, dos programas e dos projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e condicionantes, da qual constituem motivo determinante; e

LO: autoriza a operação da atividade ou do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para operação.

Tais normas também estabelecem que compete ao órgão ambiental estadual o licenciamento ambiental de empreendimentos cujos impactos ficam restritos ao seu território e também a competência subsidiária para o licenciamento ambiental de empreendimentos que não são atribuídos ao IBAMA e ao órgão ambiental municipal. Ao IBAMA compete o licenciamento ambiental de empreendimentos e de atividades com significativo impacto ambiental em âmbito regional ou internacional. Aos órgãos ambientais municipais, o licenciamento de empreendimentos com impacto local.

A Lei Complementar nº 140/2011 determina, ainda, que a renovação de qualquer licença ambiental deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, para que esse fique automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental.

As autoridades ambientais, mediante decisão fundamentada, podem suspender ou cancelar uma licença nos casos de: (i) violação das normas legais ou inadequação de qualquer das condicionantes; (ii) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da licença; e (iii) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

A ausência de licenças ou de autorizações dos órgãos ambientais para construção, para alteração, para ampliação e para operação de atividades e/ou de empreendimentos potencialmente poluidores sujeita o infrator a sanções criminais e administrativas que podem culminar em multas de R\$ 500,00 a R\$ 10.000.000,00. Independentemente das multas, podem incidir penalidades como embargo, desativação e demolição, dentre outras. Essas penalidades também são aplicáveis caso o empreendedor deixe de atender às condicionantes estabelecidas na licença ambiental.

### Cadastro Técnico Federal

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, que regulamenta a Política Nacional de Meio Ambiente, instituiu o Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA como instrumento de promoção à proteção do meio ambiente.

## 7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Estão sujeitas ao registro no CTF as pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem às atividades potencialmente poluidoras ou à extração, à produção, ao transporte e à comercialização de produtos perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e de subprodutos da fauna e da flora.

Algumas atividades com considerável grau de potencial poluidor e intensa utilização de recursos naturais, além de estarem sujeitas ao CTF, também estão ao pagamento trimestral da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ao IBAMA.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente dispõe que a ausência de registro perante o CTF sujeita o empreendedor à penalidade de multa, cujo valor pode variar de R\$900,00 (novecentos reais) a R\$9.000,00 (nove mil reais), proporcionalmente ao porte do empreendedor.

### **Resíduos Sólidos**

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, delineada pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, a disposição inadequada dos resíduos sólidos bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos podem ser fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal. As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade ou da obra e multas de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

O transporte, o tratamento e a destinação final adequados de resíduo dependem da classe a que ele pertence e os projetos estão sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental. A atividade de tratamento de resíduos é passível de licenciamento, de maneira que as empresas contratadas para realizar essa atividade devem demonstrar sua regularidade quanto ao licenciamento ambiental.

### **Recursos Hídricos**

A Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece que o uso de tais recursos está sujeito à outorga pelo Poder Público, seja para a captação de um corpo d'água, ainda que de um poço artesiano e/ou para consumo público, seja para o lançamento num corpo d'água de esgotos e de demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, de transporte ou de disposição final. Estão dispensados da outorga os usos de proporções insignificantes e quando a captação/lançamento se dá por meio da rede pública, desde que essa possua sistema de tratamento adequado.

A Política Nacional de Recursos Hídricos dispõe que a captação ou o lançamento realizado sem outorga de direito de uso de recursos hídricos sujeita a pessoa física ou jurídica a penalidades como, por exemplo, advertência, embargo provisório ou definitivo, interdição e multa, simples ou diária, que pode variar de R\$100,00 (cem reais) até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

### **c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.**

A Companhia não é dependente de nenhuma marca para o desenvolvimento das suas atividades. O registro da marca BBM Logística, a qual não é relevante para as atividades da Companhia atualmente, foi solicitado, mas está pendente de decisão final por parte do INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

## 7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

### 7.6 - Receitas relevantes no exterior

#### **a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

A maior parte da nossa receita total é proveniente do Brasil. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, nossa receita líquida de vendas total proveniente das operações no Brasil totalizou R\$281.142 mil, R\$965.357 mil, R\$595.867 mil e R\$497.389 mil, respectivamente, o que representou da nossa receita líquida de vendas total nos mesmos períodos, respectivamente, 94,1%, 93,9%, 89,9% e 90,2%.

#### **b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que, embora tenhamos operação na Argentina, Chile e Uruguai, não possuímos receitas relevantes provenientes de países estrangeiros.

#### **c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que, embora tenhamos operação na Argentina, Chile e Uruguai, não possuímos receitas relevantes provenientes de países estrangeiros.

## **7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira**

### **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira**

O serviço de transporte internacional respeita a regulamentação específica para atividade, conforme já explanado no item 7.5 deste Formulário de Referência, entretanto esta atividade representa apenas cerca de 5,9% da demanda da Companhia e, portanto, não apresenta risco de impacto relevante aos negócios da Companhia.

## 7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

### 7.8 - Políticas socioambientais

#### a) Se o emissor divulga informações socioambientais

Atualmente não publicamos relatório de sustentabilidade ou similar, contudo, identificamos e mensuramos alguns impactos positivos e negativos de sustentabilidade. Além disso, não possuímos política socioambiental específica, considerando que nossos riscos relacionados a questões ambientais são baixos. Não obstante, utilizamos outros mecanismos de mitigação desses riscos, como a obtenção de certificações em normas de qualidade.

Nesse sentido, somos certificados na norma ISO 14001 e nos embasamos na norma para identificar, priorizar e gerenciar os riscos ambientais como parte de nossas práticas usuais. Desta forma, garantimos que somos comprometidos com a prevenção da poluição e com melhorias contínuas, como parte do ciclo normal de gestão empresarial.

Nossa empresa incorpora além de questões estratégicas, a preocupação com a cadeia de valor, ciclo de vida, entre outras mudanças. Temos como política do sistema de gestão integrado: "Desenvolver soluções logísticas de forma sustentável, atender às expectativas das partes interessadas e os requisitos aplicáveis, buscar a prevenção da poluição e a redução do consumo de recursos naturais, garantir a segurança das operações e promover a melhoria contínua do SGI".

Os aspectos socioambientais de nossa Companhia são auditados constantemente por auditores internos e órgãos certificadores, conforme plano anual de auditorias, e também por clientes.

A Translavoata participa dos projetos Brasileirinhos e Novos Olhares, projetos de incentivo ao esporte e cultura vinculados a incentivos fiscais de ICMS. Além desses, a Companhia não possui outros patrocínios ou incentivos culturais.

Em 2020 a Companhia iniciou um projeto para medição do impacto de suas emissões de carbono, bem como o plano de ação para redução desses impactos em suas operações. Adicionalmente, a Companhia concluiu a primeira etapa do projeto de planejamento estratégico ESG com apoio de consultoria externa especializada que deverá avançar para fase de definição de implementação de planos de ações específicos para as áreas prioritárias identificadas.

#### b) Metodologia seguida na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, uma vez que não divulgamos informações socioambientais.

#### c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, uma vez que não divulgamos informações socioambientais.

#### d) Página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável, uma vez que não divulgamos informações socioambientais.

## **7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades**

### **7.9 - Outras inf. relev. – Atividades**

Não aplicável, considerando que não existem outras informações relevantes a serem fornecidas neste item.

## **8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante**

### **8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante**

Não há informações sobre aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no período de três meses findo em 31 de março de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

## **8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios**

### **8.2 - Alterações na condução de negócios**

Não houve alterações que a Companhia julgue significativas na forma de condução de seus negócios no período de três meses findo em 31 de março de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

## **8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes**

### **8.3 - Contratos relevantes**

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas que não sejam diretamente relacionados a suas atividades operacionais no período de três meses findo em 31 de março de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

## **8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**

### **8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**

Não existem outras informações relevantes em relação a esta seção do formulário de referência.

## **9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

### **9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

Todas as informações acerca dos bens do ativo não-circulante relevantes estão descritas nas letras "a", "b" e "c" deste item 9.1.

**9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Escritório/Armazém	Brasil	BA	Camaçari	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	BA	Simões Filho	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	BA	Simões Filho	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	BA	Lauro de Freitas	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Máquinas e Equipamentos e Veículos Leves	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Própria
Escritório/Armazém	Brasil	GO	Catalão	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	ES	Aracruz	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	ES	Serra	Alugada
Escritório	Brasil	ES	Vitória	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	MS	Três Lagoas	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	MG	Caratinga	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	MG	Juiz de Fora	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	MG	Caetanópolis	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	MG	Pouso Alegre	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	MG	Juiz de Fora	Alugada
Escritório	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	MG	Betim	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	PA	Parauapebas	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	PR	Jaguariaíva	Alugada

**9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Escritório/Armazém	Brasil	PR	Telêmaco Borba	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	PR	Ponta Grossa	Alugada
Máquinas e Equipamentos e Veículos Leves	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Arrendada
Máquinas e Equipamentos e Veículos Leves	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Própria
Escritório	Brasil	PR	Telêmaco Borba	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Alugada
Sede	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Escritório	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	PR	Cascavel	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Escritório	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Cachoeirinha	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Butiá	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Guaíba	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Canoas	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Santa Maria	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Canoas	Alugada
Escritório	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Lajeado	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Pelotas	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Rio Grande	Alugada

**9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Alugada
Máquinas e Equipamentos e Veículos Leves	Brasil	RS	Caxias do Sul	Própria
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Rio Grande	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Escritório	Brasil	RS	Butiá	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Capão do Leão	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Cachoeirinha	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Uruguaiana	Própria
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Araraquara	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Santos	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Piracicaba	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Sumaré	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Sumaré	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Paulínia	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Escritório	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
Escritório	Brasil	SP	Cajamar	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Bauru	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Birigui	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Escritório	Brasil	SP	Mogi das Cruzes	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Bauru	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada

**9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Escritório/Armazém	Brasil	SC	Itajaí	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SC	Lages	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SC	Joinville	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SC	Gaspar	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SC	Palhoça	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SC	Joinville	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SC	Itajaí	Alugada
Escritório	Brasil	SC	Palhoça	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SC	Navegantes	Alugada

**9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio www.bbmlogistica.com.br	07/08/2024	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Domínio www.lagexpress.com.br	11/05/2026	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Domínio www.diálogologistica.com.br	09/03/2022	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Domínio www.translovato.com.br	24/06/2023	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

**9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades**

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)			
Diálogo Logística Inteligente Ltda.	21.930.065/0001-06	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Tem como atividade preponderante soluções logísticas e tecnológica principalmente para a cadeia e-commerce	100,000000
<b>31/03/2021</b>	-3,495500	0,000000	0,00	<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2020</b>	100,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/03/2021	66.509,00		
<b>31/12/2019</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2018</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Esta aquisição permitirá à Companhia a oferta de novos serviços, a ampliação da região de atuação e a otimização de rotas atendidas.								
Transeich Armazéns gerais S.A	94.234.556/0001-96	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Tem como atividade preponderante o armazém geral.	100,000000
<b>31/03/2021</b>	-0,215600	0,000000	0,00	<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2020</b>	16,165800	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/03/2021	4.166,00		
<b>31/12/2019</b>	58,956200	0,000000	0,00					
<b>31/12/2018</b>	100,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Esta aquisição permitirá a Companhia a oferta de novos serviços, a ampliação da região de atuação e a otimização de rotas atendidas . Também espera reduzir seus custos por meio de economias de escala.								
Transeich Assessoria e Transportes S/A	88.246.251/0001-00	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Tem como atividade preponderante a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, transporte intermodal, transporte de produtos químicos e gases do ar e transporte internacional, em veículos próprios ou de terceiros.	100,000000
<b>31/03/2021</b>	5,653800	0,000000	0,00	<b>Valor mercado</b>				

**9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades**

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)	
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)				
31/12/2020	16,446600	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2021	83.962,00			
31/12/2019	37,768500	0,000000	0,00						
31/12/2018	100,000000	0,000000	0,00						
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>									
Translag Transporter e Logística Ltda.	06.203.406/0002-39	-	Controlada	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Tem como atividade preponderante o armazém geral.	100,000000	
31/03/2021	-3,008100	0,000000	0,00	Valor mercado					
31/12/2020	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2021	40.143,00			
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00						
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>									
Esta aquisição permitirá a Companhia a oferta de novos serviços, a ampliação da região de atuação e a otimização de rotas atendidas. Também espera reduzir seus custos por meio de economias de escala.									
Translovato Logística Ltda.	03.886.858/0001-93	-	Controlada	Brasil	RS	Caxias do Sul	Tem como atividade principal o transporte rodoviário de carga (exceto produtos perigosos e mudanças) intermunicipal, interestadual e internacional.	100,000000	
31/03/2021	7,980000	0,000000	0,00	Valor mercado					
31/12/2020	-27,634200	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2021	70.918,00			
31/12/2019	100,000000	0,000000	0,00						
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00						
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>									
Esta aquisição permitirá à Companhia a oferta de novos serviços, a ampliação da região de atuação e a otimização de rotas atendidas.									
Translovato Logística Ltda.	03.886.858/0001-93	-	Coligada	Brasil	RS	Caxias do Sul	Tem como atividade principal o transporte rodoviário de carga (exceto produtos perigosos e mudanças) intermunicipal, interestadual e internacional.	100,000000	

31/03/2021	7,980000	0,000000	0,00	<b>Valor mercado</b>		
31/12/2020	-27,634200	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/03/2021	70.918,00
31/12/2019	100,000000	0,000000	0,00			
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00			

**Razões para aquisição e manutenção de tal participação**

Esta aquisição permitirá à Companhia a oferta de novos serviços, a ampliação da região de atuação e a otimização de rotas atendidas.

---

## **9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.**

### **9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.**

A Companhia esclarece que suas Máquinas, Equipamentos e Veículos Leves foram descritos em conjunto no item 9.1.b por não representarem relevância quando considerados individualmente.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As avaliações e opiniões constantes neste capítulo tratam-se da visão e da percepção dos diretores da Companhia sobre as atividades e desempenho dos negócios. Os valores constantes neste capítulo foram extraídos das informações financeiras intermediárias consolidadas referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021 e das demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, além de outros dados operacionais da Companhia.

As avaliações, opiniões e comentários constantes desta seção 10 do Formulário de Referência traduzem a visão e percepção dos diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar (i) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 e as Informações Financeiras Intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas Demonstrações Financeiras de período para período ou data para data, conforme o caso; e (iii) os principais fatores que explicam essas alterações.

As informações constantes desta seção 10 do Formulário de Referência relacionadas aos planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros e estratégias da Companhia constituem estimativas e declarações futuras, que estão fundamentadas, em grande parte, nas perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências que afetam ou podem afetar as atividades da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, negócios, setor de atuação e/ou preço de mercado de seus valores mobiliários.

Embora a Companhia acredite que estejam baseadas em premissas razoáveis, essas estimativas e declarações futuras estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e são feitas com base nas informações que a Companhia dispõe na data deste Formulário de Referência. Em vista desses riscos e incertezas, as estimativas e declarações futuras constantes deste Formulário de Referência não são garantias de resultados futuros e, portanto, podem vir a não se concretizar, estando muitas das quais além do controle ou capacidade de previsão da Companhia. Por conta desses riscos e incertezas, o investidor não deve se basear exclusivamente nessas estimativas e declarações futuras para tomar sua decisão de investimento.

Alguns valores e percentuais constantes desta seção 10 do Formulário de Referência foram arredondados para facilitar a sua apresentação e, dessa forma, os valores totais apresentados em algumas tabelas constantes desta seção 10 do Formulário de Referência podem não representar a soma exata dos valores que os precedem.

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

(R\$ milhares)	Período de três meses findos 31 de março		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	1T2021	1T2020	2020	2019	2018	21 x 20	20 x 19	19 x 18
<b>Receita Líquida das Vendas</b>	<b>298.637</b>	<b>226.773</b>	<b>1.002.017</b>	<b>608.880</b>	<b>507.618</b>	<b>31,7%</b>	<b>64,6%</b>	<b>19,9%</b>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.753	18.476	112.376	73.791	13.124	-90,5%	52,3%	462,2%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>(814)</b>	<b>(2.654)</b>	<b>8.899</b>	<b>13.746</b>	<b>5.817</b>	<b>-69,3%</b>	<b>-35,3%</b>	<b>136,3%</b>
<b>EBITDA <sup>(1)</sup></b>	<b>23.799</b>	<b>20.014</b>	<b>105.728</b>	<b>59.855</b>	<b>47.552</b>	<b>18,9%</b>	<b>76,6%</b>	<b>25,9%</b>
<b>EBITDA LTM <sup>(2)</sup></b>	<b>109.439</b>	<b>-</b>	<b>105.728</b>	<b>59.855</b>	<b>47.552</b>	<b>-</b>	<b>76,6%</b>	<b>25,9%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	125.208	-	41.124	62.472	18.731	--	-24,2%	233,5%
Dívida Bruta	402.375	-	284.899	218.864	127.335	-	30,2%	71,9%
<b>Dívida Líquida<sup>(3)</sup></b>	<b>277.167</b>	<b>-</b>	<b>243.775</b>	<b>156.392</b>	<b>108.604</b>	<b>-</b>	<b>55,9%</b>	<b>44,0%</b>
Dívida Líquida/EBITDA LTM	2,53	-	2,31	2,61	2,28	-	-	-
Patrimônio Líquido / Dívida Líquida	0,4572	-	0,5232	0,7721	0,9161	-	-	-

<sup>(1)</sup> EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

<sup>(2)</sup> EBITDA LTM: Para 31/03/2021 - Com os 3 meses de 2021, mais os 12 meses de dezembro de 2020, menos os 3 meses de 2020.

<sup>(3)</sup> Dívida líquida é composta pela Dívida Bruta (que contempla empréstimos, financiamentos e emissão de títulos) menos caixa e equivalentes de caixa.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Receita Líquida das Vendas:

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, a Companhia teve um crescimento da sua receita líquida de vendas de 31,69%, em comparação ao mesmo período de 2020, sobretudo devido à expansão orgânica combinada com a aquisição da Translag Transportes e Logísticas Ltda. em setembro de 2020 e Diálogo Logística Inteligente Ltda. em dezembro de 2020.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve um aumento na receita líquida de vendas de 64,57% em comparação com o ano anterior. Do aumento de R\$ 393,12 milhões, 84,87% é decorrente da anualização das operações da Translovato, 5,90% das operações da empresa Translag, 2,54% da empresa Diálogo e 6,69% crescimento das operações já existentes da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou uma receita líquida de vendas total de R\$ 608,88 milhões, representando uma taxa de crescimento de 19,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

### Caixa gerado pelas atividades operacionais:

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, a Companhia teve uma diminuição do seu caixa gerado pelas atividades operacionais de R\$ 16,7 milhões, em comparação ao mesmo período de 2020, sobretudo pelo aumento da necessidade de capital de giro, principalmente no contas a receber, uma vez que temos uma maior receita, comparada à 2020, porém com uma maior concentração nos últimos dias de março.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve um aumento no caixa gerado pelas atividades operacionais de 52,29% em comparação com o ano anterior. Este aumento de R\$ 38,59 milhões são decorrentes do crescimento orgânico das empresas do grupo no ano de 2020.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia chega aos R\$ 73,79 milhões, representando um aumento de 462,2% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido à recuperação de clientes de anos anteriores, redução do prazo médio de recebimento dos clientes e renegociação juntos aos fornecedores para alongamento do prazo de pagamento.

### Lucro Líquido:

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, apresentou um prejuízo de R\$ 0,81 milhões, demonstrando um crescimento em comparação ao mesmo período de 2020, em que apresentou um prejuízo de R\$ 2,65 milhões. No primeiro trimestre de 2021 a Companhia teve efeitos da COVID-19. Além disso, esse trimestre é caracterizado por uma baixa sazonalidade, mas mesmo assim a Companhia conseguiu entregar um resultado de R\$ 1,84 milhões superior ao comparando com o mesmo período de 2020.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve uma diminuição no seu lucro líquido de 35,26% em comparação com o ano anterior. Esta diminuição de R\$ 4,85 milhões são decorrentes essencialmente dos efeitos causados pela pandemia mundial, onde houveram meses em que as empresas do Grupo operaram com prejuízo.

O lucro líquido em 2019 foi de R\$ 13,75 milhões, 136,3% maior que o ano anterior, impactado por uma melhora no resultado das operações da Companhia e pela constituição de Impostos Diferidos Ativos sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL de anos anteriores.

**EBITDA:** (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, ou Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização*)

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, a Companhia teve um crescimento do seu EBITDA de 18,9%, ou R\$4,80 milhões, em comparação ao mesmo período de 2020. O aumento foi observado em ambos os segmentos, porém com destaque ao TM que vem crescendo sua base de clientes e aumentando o volume em clientes existentes.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve um aumento no seu EBITDA de 76,6% em comparação com o ano anterior. Este aumento de R\$ 50,06 milhões são decorrentes da anualização do resultado das operações da Translovato e incremento do resultado das empresas Translag (a partir de Set/20), e Diálogo (a partir de Dez/20).

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O EBITDA em 2019 cresceu 25,9%, saindo de R\$ 47,55 milhões em 2018 e encerrando ano de 2019 com R\$ 59,86 milhões. O crescimento alcançado tanto no segmento DCC quanto no segmento TM nos possibilitaram diluir o aumento da estrutura corporativa realizado para suportar os planos de crescimento da Companhia.

### **Dívida Bruta:**

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, a Companhia teve um crescimento da sua dívida bruta de R\$ 117,47 milhões, em comparação ao mesmo período de 2020, sobretudo porque houve a emissão da 2ª debêntures, fortalecendo a sua posição de caixa, deixando a Companhia em posição confortável para novas aquisições e para investir no crescimento orgânico. Ainda, a emissão possibilitou o pré-pagamento de dívidas com taxas mais altas, reduzindo o custo médio da dívida.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve um aumento na sua dívida bruta de 30,2% em comparação com o ano anterior. Este aumento de R\$ 66,1 milhões são decorrentes essencialmente da captação de empréstimos e financiamentos para capital de giro e renovação da frota.

A dívida bruta da Companhia de R\$ 218,86 milhões em 2019 aumentou 71,9% em relação à dívida bruta de 2018, em função do aumento da necessidade de capital de giro decorrente do crescimento de receita, além da necessidade de financiamento para os investimentos no ativo imobilizado, com as renovações de frota e novos projetos dedicados.

### **Dívida Líquida/EBITDA LTM:**

A Dívida Líquida é equivalente à soma da Dívida Bruta (a soma de empréstimos e financiamentos e debêntures circulante e não circulante) deduzindo o valor de Caixa e equivalentes de caixa dividido pelo EBITDA LTM.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, a Companhia demonstrou relação de dívida líquida/EBITDA LTM 2,42 vezes, ou seja, 0,33 vezes menor em comparação ao mesmo período de 2020. Esse índice demonstra que a Companhia está em uma posição confortável em relação aos *covenants* financeiros estabelecidos na sua 2ª emissão de debêntures e também para a realização de futuras aquisições e investimentos no âmbito do seu crescimento orgânico.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve uma redução na relação entre Dívida líquida/EBITDA LTM de 0,39 vezes em comparação com o ano anterior. Esta redução deve-se principalmente ao aumento do EBITDA, decorrente da aquisição da Translovato e do crescimento orgânico da Companhia.

A relação em 2019, foi de 2,61x, após renovarmos os contratos de empréstimos, substituindo os empréstimos mais caros. Mesmo com o aumento do endividamento, estamos abaixo dos *covenants*, considerando apenas 20 dias de resultado da Translovato a partir de sua aquisição em 11 de dezembro de 2019. Para efeito dos *covenants* de dívidas, deve-se considerar o EBITDA de 12 meses da Translovato, o que resulta em um índice de 1,27x.

### **Dívida Líquida/Patrimônio Líquido:**

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, a Companhia demonstrou relação de Dívida Líquida/EBITDA LTM 2,19 vezes, ou seja, 0,69 vezes maior em comparação ao mesmo período de 2020. Esse índice demonstra que a Companhia buscou novas formas de financiamentos para fortalecer seu caixa para investir no crescimento orgânico e na realização de futuras aquisições.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia demonstrou um aumento no índice em 0,62 vezes em comparação com o ano anterior. Este aumento também decorre da captação de financiamentos para financiar a renovação de frota e aumentar o capital de giro.

A relação em 2019, foi de 1,30x, tendo em vista a renovação, pela Companhia, dos contratos de empréstimos, substituindo os empréstimos mais significativos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Indicador de Liquidez:

Indicador	1T2021	1T2020	2020	2019	2018
Liquidez Corrente <sup>(1)</sup>	1,17	0,88	0,88	1,09	1,31
Caixa Gerado pelas atividades Operacionais/Passivo Total	0,00	0,03	0,16	0,14	0,06
<sup>(1)</sup> Ativo Circulante/Passivo Circulante					

### Investimentos em Ativos Imobilizados:

A Companhia continua a investir na aquisição de veículos de forma a suportar as novas operações do segmento de operações dedicadas além de suportar o seu crescimento orgânico.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, foram investidos R\$ 6,32 milhões em veículos, que representa 31,64% dos valores de investimentos realizados no mesmo período no ano anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram investidos R\$ 41,26 milhões em veículos, que representa 49,65% dos valores de investimentos realizados no mesmo período no ano anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram investidos R\$83,1 milhões em veículos para a renovação de frota nas operações florestais da Companhia de Butiá (RS) e Capão Leão (RS), em semirreboques, dando continuidade aos projetos agregados, e em uma nova plataforma digital, quanto que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram investidos R\$ 38,36 milhões em aquisições de veículos pesados, grande parte para renovação da frota da Operação Florestal em Telêmaco Borba.

### Tabela Conciliação Ativo Imobilizado

	1T2021	1T2020	2020	2019	2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>242.312</b>	<b>229.683</b>	<b>229.683</b>	<b>121.343</b>	<b>111.056</b>
(-) Baixa de Ativos	(4.580)	(4.381)	(32.795)	(22.422)	(20.443)
(+) Baixa depreciação	3.499	2.664	21.182	13.585	10.431
(-) Depreciação	(10.182)	(10.694)	(44.511)	(24.385)	(21.983)
<b>(+) Aquisições</b>	<b>8.858</b>	<b>21.689</b>	<b>68.754</b>	<b>141.561</b>	<b>42.282</b>
Bens incorporados de controlada <sup>(1)</sup>	0	0	18.756	55.724	763
Veículos e Tratores	6.317	20.036	41.263	83.109	38.352
Outros/Em andamento	2.541	1.653	8.735	2.728	3.167
<b>Saldo Final</b>	<b>239.907</b>	<b>238.961</b>	<b>242.312</b>	<b>229.683</b>	<b>121.343</b>

<sup>(1)</sup>Imobilizado sobre os bens incorporados das aquisições

### Estrutura de Capital:

Em 31 de março de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 126,72 milhões, sendo o capital social de R\$ 95,30 milhões, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 40.760.818 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e com reserva de capital de R\$30,84 milhões.

Nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou aumento gradual na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, com redução significativa do endividamento líquido, principalmente em razão das amortizações de principal nos últimos exercícios com recursos gerados pelas atividades operacionais.

Os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações e que a dívida líquida sobre patrimônio líquido, conforme demonstrado no item 10.1.a. acima, esteja em nível que acreditam confortável, considerando os atuais níveis de geração operacional de caixa, sobretudo observando empresas comparáveis do setor. Adicionalmente, os diretores acreditam que a Companhia possui uma posição de caixa suficiente para continuar desenvolvendo suas operações nos próximos anos.

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia vem apresentando evolução positiva nos indicadores de endividamento demonstrando maior capacidade de pagamento frente aos compromissos financeiros e operacionais. Considerando as disponibilidades, o nível de geração de caixa operacional, o cronograma de amortização do seu endividamento e a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos no mercado financeiro e no mercado de capitais em relação às suas necessidades de caixa, os diretores da Companhia entendem que a Companhia tem plenas condições de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

honrar os compromissos financeiros assumidos, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos da pandemia do COVID-19 na economia brasileira, suas operações e fluxos de caixa futuros. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar suas atividades e investimentos, acredita ter capacidade para contratá-los.

Os diretores da Companhia acreditam que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas as suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Diretora acredita que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações.

### Índice de endividamento (Dívida líquida / EBITDA LTM)

O índice de endividamento de dívida líquida pelo EBITDA (*Valores de Empréstimos e financiamentos mais os valores de debêntures registrados no curto e no longo prazo deduzindo o valor de Caixa e equivalentes de caixa dividido pelo EBITDA*), aumentou de 2,28x em 2018 para 2,61x em 2019 e para 2,22 em 2020, em função da contratação de empréstimos para fazer frente ao aumento da necessidade de capital de giro, ao investimento em ativo imobilizado e à aquisição da Translovato. Em 31 de março de 2021, o índice de endividamento de dívida líquida pelo EBITDA estava em 11,84.

	<b>1T2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Dívida Bruta	402.375	284.899	218.864	127.335
Caixa e equivalentes de caixa	(125.208)	(41.124)	(62.472)	(18.731)
Dívida Líquida	277.167	243.775	156.392	108.604
EBITDA	23.799	105.728	59.855	47.552
EBITDA LTM	109.439	105.728	59.855	47.552
<b>Div. Líq. / EBITDA LTM</b>	<b>2,53</b>	<b>2,31</b>	<b>2,61</b>	<b>2,28</b>

<sup>(1)</sup>Para efeito dos covenants de endividamento previstos nos contratos de empréstimo e debêntures, deve-se considerar o EBITDA de 12 meses das empresas adquiridas. Assim apresentamos o quadro abaixo para demonstrar o cálculo dos covenants.

<i>(R\$ milhões)</i>	<b>1T2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Dívida Bruta	402,4	285	218,9	127,3
Caixa e equivalente de caixa	125,2	41,1	62,5	18,7
Dívida Líquida	277,2	243,8	156,4	108,6
EBITDA LTM Proforma <sup>(1)</sup>	121,0	117,3	107,1 <sup>(3)</sup>	-
Dívida Líquida / EBITDA LTM Pro forma	2,29	2,08	1,46	-

<sup>(1)</sup> Para os anos de 2019 e 2020 o EBITDA LTM Pro forma refere-se ao EBITDA calculado dos últimos 12 meses seguidos e proforma, pois considera a totalidade do EBITDA das empresas no intervalo de tempo referido, como se a operação houvesse sido concluída antes do início do período. Para os trimestres o cálculo considera o EBITDA Proforma do ano anterior, somando o EBITDA contábil do 1º trimestre do ano corrente e deduzindo o do 1º trimestre do ano anterior.

<sup>(2)</sup> EBITDA pro forma apurado no período foi de R\$ 131.192 mil, contudo excluído o efeito do reconhecimento de créditos não recorrentes referente à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS, retroagindo este direito a setembro de 2006 no valor de R\$ 24.100 mil.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez também demonstram a capacidade de pagamento da Companhia. A liquidez corrente caiu de 1,31 em 2018 para 1,09 em 2019 e para 0,88 em 2020. Em 31 de março de 2021, a liquidez corrente da Companhia era de 1,17, sobretudo porque a posição de caixa foi fortalecida com o a emissão da 2ª debêntures, com prazo de 4 anos.

<b>Indicador</b>	<b>1T2021</b>	<b>1T2020</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Liquidez Imediata <sup>(1)</sup>	0,36	0,14	0,12	0,26	0,16
Liquidez Corrente <sup>(2)</sup>	1,17	0,99	0,88	1,09	1,31
Liquidez Seca <sup>(3)</sup>	1,14	0,97	0,86	1,08	1,29
Estrutura de Capital <sup>(4)</sup>	6,12	4,50	5,39	4,50	2,14

<sup>(1)</sup> Caixa e Equivalente de Caixa / passivo circulante

<sup>(2)</sup> Ativo circulante / passivo circulante

<sup>(3)</sup> Ativo circulante – estoques / passivo circulante

<sup>(4)</sup> Passivo circulante + passivo não circulante / patrimônio líquido

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento são captadas, quando necessário, por meio de contratos financeiros os quais são empregados em nossas necessidades de capital de giro e aquisições e investimentos de curto e longo prazo, assim como na manutenção de níveis de disponibilidades de caixa adequados ao desempenho das atividades.

Os diretores esclarecem que o financiamento para a aquisição de ativos para a prestação dos serviços é realizado através de linhas específicas de acordo com as características de cada bem adquirido:

- Para as aquisições e investimentos utilizamos a captação junto a bancos comerciais de acordo com os prazos e maturação de cada projeto ou através do mercado de capitais.
- Eventualmente para a aquisição de veículos pesados, máquinas e equipamentos novos nacionais, é utilizada a linha de FINAME e operações de arrendamento mercantil, dependendo do custo financeiro em relação as demais alternativas de captação.

### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nos casos de financiamentos para cobrir eventuais deficiências de capital de giro, o recurso continuará a ser captado através de contratos financeiros junto a instituições financeiras de primeira linha e /ou através de instrumentos junto ao mercado de capitais, quando necessário.

Em relação as captações para suprir a necessidade de aquisição de novos ativos não circulantes necessários a prestação de serviços, continuaremos a utilizar linhas específicas de acordo com as características do bem tais como o FINAME para os casos de veículos pesados e máquinas e equipamentos novos nacionais, ou linhas de crédito com características similares.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes:**

Modalidade (em moeda nacional)	1T21	1T20	2020	2019	2018
<b>Encargos anuais médios</b>					
Capital de Giro	5,74%	6,67%	5,31%	7,68%	10,52%
Debêntures	6,05%	6,00%	5,15%	7,75%	0,00%
Finame	0,00%	9,94%	8,42%	10,02%	11,17%
Outros	0,00%	16,81%	16,81%	16,81%	16,59%
<b>Passivo Circulante</b>					
Capital de Giro	62.212	48.668	83.621	42.198	32.286
Debêntures	43.864	14.780	14.806	13.564	0,00
Finame	0	9.112	8.150	9.308	23.115
Outros	0	430	295	367	394
<b>Total</b>	<b>103.013</b>	<b>72.990</b>	<b>93.299</b>	<b>65.437</b>	<b>55.795</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>					
Capital de Giro	103.562	93.346	148.910	101.591	41.182
Debêntures	192.737	32.206	21.088	35.872	0,00
Finame	0	13.114	8.010	15.648	29.687
Outros	0	208	79	316	671
<b>Total</b>	<b>288.532</b>	<b>138.874</b>	<b>169.009</b>	<b>153.427</b>	<b>71.540</b>
<b>Total</b>					
Capital de Giro	154.944	142.014	209.880	143.789	73.468
Debêntures	236.601	46.986	35.894	49.436	0
Finame	0	22.226	16.160	24.956	52.802
Outros	0	638	374	683	1.065
<b>Total</b>	<b>391.545</b>	<b>211.864</b>	<b>262.308</b>	<b>218.864</b>	<b>127.335</b>

**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:**

Adicionalmente ao endividamento com instituições financeiras mencionado no item anterior a Companhia possui operações de consórcio visando a aquisições de novos veículos para a frota. Em 2020, a Companhia manteve a linearidade nas contemplações das cotas de consórcio. No ano de 2019 tivemos um aumento nas contemplações das cotas de consórcio. Importante entender que o valor das cotas uma vez contempladas, passam a figurar na totalidade do contrato no Passivo Circulante, justificando o aumento entre os anos de 2019 e 2018 conforme tabela abaixo:

Consórcios (em milhares de R\$)	1T21	1T20	2020	2019	2018
Ativo Circulante	3.019	3.725	2.589	4.288	3.920
Passivo Circulante	3.476	5.730	4.191	5.993	1.422
Passivo Não Circulante	36	2.153	857	1.281	4.325

**iii. Grau de subordinação entre as dívidas:**

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (v) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

Nenhuma das dívidas da Companhia e de suas controladas existentes em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas, observado o disposto na tabela do item 3.8 deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

**iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:**

### Debêntures:

A Companhia possui debêntures emitidas em 2021, por meio de escritura de emissão, a qual apresenta cláusulas de covenants financeiros ("covenants") que preveem a liquidação antecipada nas seguintes condições:

(a) A dívida financeira líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos do caixa e equivalentes de caixa) dividida pelo EBITDA (considerando pro forma 12 meses de aquisições) ser maior do que 3,0 vezes;

(b) Patrimônio líquido dividido pela dívida bruta ajustada (empréstimos, financiamentos e debêntures adicionados de contas a pagar de aquisições) tem que ser maior ou igual a 25%.

A Companhia está cumprindo com todas as suas obrigações contidas nestes contratos.

### g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os financiamentos foram contratados com 100% do desembolso inicial.

### h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

#### Demonstrações dos Resultados

**Período de três meses findo em 31 de março de 2021 comparado ao período de três meses findo em 31 de março de 2020**

#### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Valores expressos em milhares de Reais)

	<b>31.03.2021<sup>(1)</sup></b>	<b>AV%<sup>(2)</sup></b>	<b>31.03.2020<sup>(1)</sup></b>	<b>AV%<sup>(2)</sup></b>	<b>Varição%<sup>(3)</sup></b>
	<b>31.03.2021<sup>(1)</sup></b>	<b>31.03.2021<sup>(1)</sup></b>	<b>31.03.2020<sup>(1)</sup></b>	<b>31.03.2020<sup>(1)</sup></b>	<b>2021 x 2020</b>
Receita líquida de vendas	298.637	100%	226.773	100%	32%
Custo dos serviços prestados	(272.526)	-91%	(210.197)	-93%	-30%
<b>Lucro bruto</b>	<b>26.111</b>	<b>9%</b>	<b>16.576</b>	<b>7%</b>	<b>58%</b>
Despesas administrativas	(18.171)	-6%	(17.799)	-8%	-2%
Despesas de vendas	(4.806)	-2%	(1.444)	-1%	-233%
Perda por redução ao valor recuperável de CAR <sup>(*)</sup>	(882)	0%	(329)	0%	-168%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.534	1%	6.075	3%	-42%
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>	<b>5.786</b>	<b>2%</b>	<b>3.079</b>	<b>1%</b>	<b>88%</b>
Receitas financeiras	2.760	1%	3.793	2%	-27%
Despesas financeiras	(11.018)	-4%	(9.489)	-4%	-16%
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(8.258)</b>	<b>-3%</b>	<b>(5.696)</b>	<b>-3%</b>	<b>-45%</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(2.472)</b>	<b>-1%</b>	<b>(2.617)</b>	<b>-1%</b>	<b>6%</b>
IR e CS corrente e diferido	1.658	1%	(37)	0%	-4581%
<b>Lucro Líquido/Prejuízo do período</b>	<b>(814)</b>	<b>0%</b>	<b>(2.654)</b>	<b>-1%</b>	<b>69%</b>

(1) Informações extraídas das informações trimestrais de 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020.

(2) Percentual de representatividade em relação à receita líquida de vendas

(3) Percentual de variação entre os períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020.

(4) \* CAR : Abreviatura de Contas a Receber.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

#### Receita líquida de vendas

A receita operacional líquida de vendas é o resultado da subtração das deduções da receita bruta da própria receita operacional bruta, conforme descrição constante da seção 10.2 (i) deste Formulário de Referência.

#### Custo dos serviços prestados

O agrupador de custos dos serviços prestados contempla todo e qualquer custo diretamente ligado às nossas operações. Os custos para as operações dedicadas são divididos entre, manutenção, combustíveis, gastos pneumáticos, pessoal (mão de obra direta) e gerenciamento de riscos. Para as operações de TM, os principais custos de serviços prestados são vinculados aos agregados e terceiros contratados para as viagens, além dos custos citados acima quando as viagens são realizadas com veículos da frota TM.

#### Lucro bruto

Lucro bruto é a diferença entre os valores da receita líquida de vendas e os custos dos serviços prestados.

#### Despesas administrativas

As despesas administrativas da Companhia referem-se exclusivamente aos gastos corporativos. Englobam gastos com pessoal, viagens, facilities/utilities, serviços de terceiros, sempre vinculados à estrutura corporativa e não operacional.

#### Despesas de vendas

As Despesas de vendas são gastos com pessoal vinculado à nossa estrutura comercial. Pessoal, viagens para implantação de novos projetos, comissionamentos à representantes comerciais fazem parte desse grupo de contas.

#### Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas contas a receber de clientes.

#### Outras receitas (despesas) operacionais

Otras receitas (despesas) operacionais, essencialmente são o resultado de venda de ativos em plenas condições de uso, que por questões contratuais são substituídos em um determinado período, conforme descrição constante da seção 10.2 (i) deste Formulário de Referência.

#### Receitas financeiras

A rubrica de receitas financeiras é composta pelo resultado das variações cambiais, pelos rendimentos das aplicações financeiras e descontos recebidos de fornecedores.

#### Despesas financeiras

A rubrica de despesas financeiras é composta principalmente pelas taxas e tarifas bancárias, juros pagos a fornecedores e IOF sobre operações financeiras.

#### Despesas financeiras, líquidas

É o resultado entre as receitas e despesas financeiras.

#### Resultado antes dos impostos

Resultado antes dos impostos ou lucro tributável é diferença entre os valores do Lucro operacional deduzindo os valores do resultado entre as receitas e despesas financeiras.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### **IR e CS corrente e diferido**

Imposto de renda e a contribuição social, são impostos obrigatórios aplicados sobre os valores do lucro tributável. Para o imposto de renda aplica-se 25% sobre o valor do resultado e 9% para a contribuição social.

Existe uma separação entre imposto corrente e diferido, onde o imposto corrente representa o montante a ser recolhido no exercício, e sua base de cálculo é o lucro tributável do período e o diferido tem como sua base de cálculo diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores.

### **Lucro líquido/Prejuízo do período**

Lucro líquido/Prejuízo do período é o Resultado Antes dos Impostos deduzindo os valores do imposto de renda e contribuição social calculados no período.

### **Comentários sobre as variações**

#### **(i) Receita líquida de vendas:**

A receita líquida de vendas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 apresentou um aumento de 32% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, saindo de R\$ 226,7 milhões para R\$ 298,6 milhões. Este aumento, decorreu, pelo crescimento orgânico das operações e pela aquisição das empresas Translag e Diálogo.

#### **(ii) Custo do Serviço Prestado:**

O custo do serviço prestado no período de três meses findo em 31 de março de 2021 apresentou um aumento de 30% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, saindo de R\$ 210,1 milhões para R\$ 272,5 milhões. Este aumento ocorre naturalmente em função do aumento do faturamento dos períodos analisados.

#### **(iii) Despesas Administrativas:**

As despesas administrativas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 apresentaram um aumento de 2,09% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, saindo de R\$ 17,7 milhões para R\$ 18,1 milhões. Tal aumento decorre, principalmente, à consolidação das empresas adquiridas pela Companhia, cujos valores encontram-se refletidos nas informações trimestrais referentes ao período findo em 31 de março de 2021.

#### **(iv) Despesas com Vendas:**

As despesas com vendas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 apresentaram um aumento de 233% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, saindo de R\$ 1,4 milhões para R\$ 4,8 milhões. O aumento nas despesas com vendas é relacionado a alteração no modelo de classificação das despesas com vendas da Companhia.

#### **(v) Perda por redução do valor recuperável de CAR**

No período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi registrada a Perda por Redução do valor recuperável de CAR de R\$ 882 mil enquanto que no mesmo período do ano anterior foi registrado o valor de R\$ 329. A variação é natural em decorrência do aumento da receita, porém é mais evidenciada no segmento de TM, no qual a base de clientes é expressiva e mais pulverizada.

#### **(vi) Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas:**

A conta de outras receitas (despesas) operacionais líquidas de três meses findo em 31 de março de 2021 apresentou uma redução de 42% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, saindo de R\$ 6,1 milhões para R\$ 3,5 milhões. A redução dos créditos apresentados nesta conta é decorrente de um reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/COFINS no período de 2020.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (vii) Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos

O resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021 apresentou um aumento de 88% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, saindo de R\$3,1 milhões para R\$5,8 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, pelos melhores resultados apresentados no segmento TM.

### (viii) Receitas Financeiras:

As receitas financeiras do período de três meses findo em 31 de março de 2021 apresentaram uma redução de 27% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, saindo de R\$ 3,7 milhões para R\$ 2,7 milhões. Esta redução, decorreu, principalmente, pelo efeito de menores ganhos nas operações que insidem variação cambial.

### (ix) Despesas Financeiras:

As despesas financeiras no período de três meses findo em 31 de março de 2021 apresentaram um aumento de 16% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, saindo de R\$ 95 milhões para R\$ 11 milhões. Este aumento, decorreu, essencialmente pelo aumento das contratações de novos empréstimos para capital de giro e para o financiamento das aquisições de ativos imobilizados, adicionados dos reflexos do CPC 06 referente a juros sobre direito de uso de ativos.

### (x) Despesas financeiras, líquidas

As despesas financeiras líquidas referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021 apresentaram um aumento de 45% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, saindo de R\$5,7 milhões para R\$8,3 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, da emissão da 2ª debêntures no valor de R\$240 milhões e vencimento em 4 anos.

### (xi) Resultados antes dos impostos

Os resultados antes dos impostos referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021 apresentaram uma redução de 6% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, saindo de R\$2,6 milhões para R\$2,5 milhões. Esta redução, decorreu, principalmente, da consequência dos fatores apontados nas justificativas explicitadas acima.

### (xii) IR e CS corrente e diferido:

O valor de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido no período de três meses findo em 31 de março de 2021 apresentou uma redução em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, saindo de uma despesa de R\$ 37 mil para um crédito de R\$ 1,66 milhões. Este movimento, decorreu, principalmente, aos efeitos de diferenças temporárias (provisões) no resultado e ao prejuízo apresentado no período.

### (xiii) Lucro líquido do período:

O prejuízo líquido no período de três meses findo em 31 de março de 2021 apresentou uma redução de 69,33% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, saindo de um prejuízo de R\$ 2,65 milhões para um prejuízo de R\$814 mil, em decorrência das variações explicadas acima.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Valores expressos em milhares de Reais)					
	31.12.2020 <sup>(1)</sup>	AV% <sup>(2)</sup> 31.12.2020	31.12.2019 <sup>(1)</sup>	AV% <sup>(2)</sup> 31.12.2019	Variação% <sup>(3)</sup> 2020 x 2019
Receita líquida de vendas	1.002.017	100%	608.880	100%	65%
Custo dos serviços prestados	(879.825)	-88%	(553.832)	-91%	-59%
<b>Lucro bruto</b>	<b>122.192</b>	<b>12%</b>	<b>55.048</b>	<b>9%</b>	<b>122%</b>
Despesas administrativas	(71.415)	-7%	(30.178)	-5%	-137%
Despesas de vendas	(22.837)	-2%	(2.639)	0%	-765%
Perda por redução ao valor recuperável de CAR <sup>(*)</sup>	(677)	0%	(763)	0%	11%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.984	1%	3.973	1%	76%
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>34.247</b>	<b>3%</b>	<b>25.441</b>	<b>4%</b>	<b>-35%</b>
Receitas financeiras	6.256	1%	6.429	1%	-3%
Despesas financeiras	(31.882)	-3%	(27.873)	-5%	-14%
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(25.626)</b>	<b>-3%</b>	<b>(21.444)</b>	<b>-4%</b>	<b>-20%</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>8.621</b>	<b>1%</b>	<b>3.997</b>	<b>1%</b>	<b>116%</b>
IR e CS corrente e diferido	278	0%	9.749	2%	-97%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.899</b>	<b>1%</b>	<b>13.746</b>	<b>2%</b>	<b>-35%</b>

<sup>(1)</sup> Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

<sup>(2)</sup> Percentual de representatividade em relação à receita líquida de vendas

<sup>(3)</sup> Percentual de variação entre os anos de 2020 e 2019.

<sup>(4)</sup> \* CAR : Abreviatura de Contas a Receber.

**Comentários sobre as variações****(i) Receita líquida de vendas:**

A receita líquida de vendas em 31 de dezembro de 2020 apresentou um aumento de 65% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 608,8 milhões para R\$ 1,002 bilhão. Este aumento, decorreu, principalmente, pela anualização do resultado das operações da Translovato, que resultou em R\$333,0 milhões, e aquisição das empresas Translag (a partir de Set/20), e Diálogo (a partir de Dez/20).

**(ii) Custo do Serviço Prestado:**

O custo do serviço prestado em 31 de dezembro de 2020 apresentou um aumento de 59% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 553,8 milhões para R\$ 879,8 milhões. Este aumento, ocorre de maneira natural em função do aumento do faturamento na comparação entre os exercícios analisados.

**(iii) Lucro Bruto:**

O lucro bruto em 31 de dezembro de 2020 apresentou um aumento de 122% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$55,0 milhões para R\$122,2 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, pela anualização do resultado da Translovato em 2020 e crescimento orgânico nos segmentos de TM e DCC.

**(iv) Despesas Administrativas:**

As despesas administrativas em 31 de dezembro de 2020 apresentaram um aumento de 137% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 30,1 milhões para R\$ 71,4 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, pelo reconhecimento das despesas administrativas anualizadas da empresa Translovato, e incremento das despesas administrativas das empresas Translag (a partir de Set/20), e Diálogo (a partir de Dez/20).

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### **(v) Despesas com Vendas:**

As despesas com vendas em 31 de dezembro de 2020 apresentaram um aumento de 765% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 2,6 milhões para R\$ 22,8 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, pela alteração no critério de classificação das despesas com vendas da Companhia no exercício de 2021.

### **(vi) Perda por redução do valor recuperável de CAR:**

No período de três meses findo em 31 de março de 2020 foi registrada Perda por Redução do valor recuperável de CAR no montante de R\$ 667 mil enquanto que no mesmo período do ano anterior foi registrado o valor de R\$ 763. Apesar do aumento da receita geral, a conta se manteve controlada, sendo que a redução mais significativa foi no segmento DCC.

### **(vii) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos**

O resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos em 31 de dezembro de 2020 apresentaram um aumento de 35% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$25,4 milhões para R\$34,2 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, pelo aumento da margem bruta.

### **(viii) Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas:**

A conta de outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 31 de dezembro de 2020 apresentou um aumento de 76% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 3,9 milhões para R\$ 6,9 milhões. Este aumento é decorrente de créditos extemporâneos de PIS/COFINS reconhecidos em 2020.

### **(ix) Receitas Financeiras:**

A receita financeira em 31 de dezembro de 2020 apresentou uma redução de 3% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 6,43 milhões para R\$ 6,26 milhões. Tal redução decorre principalmente da redução do CDI no decorrer do ano de 2020, que é o principal índice atrelado aos rendimentos de nossas aplicações.

### **(x) Despesas Financeiras:**

As despesas financeiras em 31 de dezembro de 2020 apresentaram um aumento de 14% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 27,87 milhões para R\$ 31,88 milhões. Este aumento, decorreu do aumento das contratações de novos empréstimos, especialmente a 1ª emissão de debêntures realizada em maio de 2019.

### **(xi) Despesas Financeiras Líquidas**

As despesas financeiras líquidas em 31 de dezembro de 2020 apresentaram um aumento de 20% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$21,4 milhões para R\$25,6 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, pelo aumento das contratações de novos empréstimos, especialmente a 1ª emissão de debêntures realizada em maio de 2019.

### **(xii) Resultado antes dos impostos**

O resultado antes dos impostos em 31 de dezembro de 2020 apresentaram um aumento de 116% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$4,0 milhões para R\$8,6 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, pela melhora da margem bruta.

### **(xiii) IR e CS corrente e diferido:**

O valor de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido em 31 de dezembro de 2020 apresentou uma redução de 97% em relação ao ano de 2019, saindo de um crédito de R\$ 9,75 milhões para um crédito de R\$ 278 mil. Esta variação decorre do fato de que em 2019 foi constituído, pela primeira vez, imposto diferido sobre o prejuízo acumulado de algumas das empresas do grupo.

### **(xiv) Lucro líquido do exercício:**

O lucro líquido em 31 de dezembro de 2020 apresentou uma redução de 35% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 13,75 milhões para R\$ 8,89 milhões, este movimento decorreu pelas variações explicadas nos itens acima.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2019 <sup>(1)</sup>	AV% <sup>(2)</sup> 2019	2018 <sup>(1)</sup>	AV% <sup>(2)</sup> 2018	Variação% <sup>(3)</sup> 2019 x 2018
Receita líquida de vendas	608.880	100%	507.618	100%	20%
Custo dos serviços prestados	(553.332)	-91%	(457.501)	-90%	21%
<b>Lucro bruto</b>	<b>55.048</b>	<b>9%</b>	<b>50.117</b>	<b>10%</b>	<b>10%</b>
Despesas administrativas	(30.178)	-5%	(16.805)	-3%	80%
Despesas de vendas	(2.639)	0%	(3.331)	-1%	-21%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber (*)	(763)	0%	(717)	0%	6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.973	1%	(1.614)	0%	-346%
Receitas financeiras	6.429	1%	2.411	0%	167%
Despesas financeiras	(27.873)	-5%	(18.549)	-4%	50%
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(21.444)</b>	<b>-4%</b>	<b>(16.137)</b>	<b>-3%</b>	<b>33%</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>3.997</b>	<b>1%</b>	<b>11.513</b>	<b>2%</b>	<b>65%</b>
IR e CS corrente e diferido	9.749	2%	(5.696)	-1%	-271%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>13.746</b>	<b>2%</b>	<b>5.817</b>	<b>1%</b>	<b>136%</b>

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(2) Percentual de representatividade em relação à receita líquida de vendas

(3) Percentual de variação entre os anos de 2018 e 2019.

(4) \* CAR : Abreviatura de Contas a Receber.

**Comentários sobre as variações****(i) Receita líquida de vendas:**

A receita líquida de vendas de 2019 apresentou crescimento de 20% em relação ao ano de 2018, saindo de R\$507,62 milhões para R\$ 608,88 milhões, impactada pelo aumento de volume nas operações do TM, aumento esse em função da entrada de novos clientes nas regionais do Sul e de São Paulo e do início do projeto de colheita nas operações do Florestal no DCC (projeto de corte e empilhamento de toras de madeira). Além dos fatores acima citados, a Companhia teve um acréscimo de R\$13,6 milhões em sua receita líquida de vendas referente à entrada da Translovato em dezembro, com um incremento de 20 dias de receita.

**(ii) Custo do Serviço Prestado:**

O aumento do custo do serviço prestado de 2018 para 2019, foi de 21%, saindo de R\$ 457,50 milhões e passando à R\$ 553,83 milhões, custos estes que aumentaram em proporção inferior ao crescimento da receita, reflexo da melhora das margens da Companhia, principalmente no segmento de contratos dedicados (DCC), pela entrada de novos projetos. Nas operações de TM os maiores impactos estão relacionados aos custos de aluguel e mão de obra dos terminais operacionais.

**(iii) Lucro Bruto**

O lucro bruto em 31 de dezembro de 2019 apresentaram um aumento de 10% em relação ao ano de 2018, saindo de R\$50,1 milhões para R\$55,0 milhões. Este aumento decorreu, principalmente, pela maior eficiência na relação entre custo e receita.

**(iv) Despesas Administrativas:**

As despesas administrativas em 2019 aumentaram em 80%, saindo de R\$ 16,81 milhões para R\$ 30,18 milhões, em função da estruturação das áreas administrativas para o suporte ao plano de crescimento da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (v) Despesas com Vendas:

As despesas de venda tiveram uma redução, de R\$3,33 milhões em 2018 para R\$ 2,64 milhões em 2019, representando 21% de variação. O impacto nas despesas com vendas é relacionado a alteração no modelo de comissionamento de vendas da Companhia.

### (vi) Perda por redução ao valor recuperável de CAR

A perda por redução ao valor recuperável de CAR em 31 de dezembro de 2019 apresentaram um aumento de 6% em relação ao ano de 2018, saindo de R\$0,72 milhão para R\$0,76 milhão. Este aumento, decorreu do aumento de vendas.

### (vii) Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas:

A conta de outras receitas (despesas) operacionais líquidas teve uma variação de 346%. Em 2018, foi registrada uma despesa de R\$ 1,61 milhão e, em 2019, uma receita de R\$ 3,97 milhões. Da variação total de R\$ 5,58 milhões, a maior parte decorre de créditos extemporâneos de PIS/COFINS reconhecidos em 2019.

### (viii) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos

O resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos em 31 de dezembro de 2019 apresentaram uma redução de 8% em relação ao ano de 2018, saindo de R\$27,6 milhões para R\$25,4 milhões. Esta redução, decorreu, principalmente, da estruturação das áreas administrativas para o suporte ao plano de crescimento da Companhia.

### (ix) Receitas Financeiras:

A receita financeira aumentou 167%, de R\$ 2,41 milhões em 2018 para R\$ 6,43 milhões em 2019. A variação de R\$ 4,02 milhões foi reflexo dos ganhos de R\$ 2,8 milhões nas operações que incidem variação cambial, R\$ 1,0 milhão pelas correções monetárias dos créditos extemporâneos, R\$0,9 milhões de rendimento de aplicações financeiras e R\$0,3 milhão de juros recebidos de clientes e descontos concedidos por fornecedores.

### (x) Despesas Financeiras:

As despesas financeiras aumentaram 50% em 2019, saindo de R\$ 18,55 milhões em 2018 para R\$27,87 milhões em 2019. Essa variação se deu essencialmente pelo aumento das contratações de novos empréstimos para capital de giro e para o financiamento das aquisições de ativos imobilizados, adicionados dos reflexos do CPC 06 referente a juros sobre direito de uso de ativos.

### (xi) Despesas Financeiras Líquidas

As despesas financeiras líquidas em 31 de dezembro de 2019 apresentaram um aumento de 33% em relação ao ano de 2018, saindo de R\$16,1 milhões para R\$21,4 milhões. Essa variação se deu principalmente pelo aumento das contratações de novos empréstimos para capital de giro e para o financiamento das aquisições de ativos imobilizados, adicionados dos reflexos do CPC 06 referentes a juros sobre direito de uso de ativos.

### (xii) Resultado antes dos impostos

O resultado antes dos impostos em 31 de dezembro de 2019 apresentaram uma redução de 65% em relação ao ano de 2018, saindo de R\$11,5 milhões para R\$4,0 milhões. Esta redução, decorreu, principalmente, do aumento das despesas administrativas e financeiras, conforme explicitado acima.

### (xiii) IR e CS corrente e diferido:

Em 2019, o valor de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido foi de R\$ 9,75 milhões (crédito), sendo R\$ 15,45 milhões maior do que o valor do ano anterior, representando uma variação positiva de 271%.

Este aumento se deve principalmente à constituição dos Impostos Diferidos Ativos sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL de anos anteriores na Transeich Assessoria no valor de R\$ 5,34 milhões, além do aumento no Imposto Diferido na BBM Logística de R\$ 8,08 milhões por constituição de prejuízo fiscal de 2019 e 2018.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O diferido ativo decorrente do prejuízo de anos anteriores na Transeich foi reconhecido somente em 2019, quando a empresa melhorou sua rentabilidade e apresenta boas perspectivas de aproveitamento do prejuízo acumulado.

Em função do lucro no exercício de 2018, foi apurado o valor de R\$ 4,96 milhões de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e R\$ 738 mil referente a diferenças temporárias a ser realizadas em exercícios futuros.

### (xiv) Lucro líquido do exercício:

Em 2019, houve um aumento de 136%, onde em 2018 o lucro líquido foi de R\$ 5,82 milhões e em 2019 de R\$ 13,75 milhões. O aumento do lucro líquido no ano de 2019 foi reflexo de um melhor resultado nas operações da Companhia, além do ganho com o imposto de renda diferido ativo.

### Comparação das posições de 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 das contas patrimoniais

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS (ATIVOS) (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	31.03.2021 <sup>(1)</sup>	AV% <sup>(2)</sup>	31.12.2020 <sup>(1)</sup>	AV% <sup>(2)</sup>	Varição % <sup>(3)</sup>
	31.03.2021 <sup>(1)</sup>	31.03.2021 <sup>(1)</sup>		31.12.2020 <sup>(1)</sup>	31.12.2020 <sup>(1)</sup>
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	125.208	13,8%	41.124	5,0%	204,5%
Contas a receber de clientes	225.865	24,9%	210.127	25,8%	7,5%
Estoques	8.839	1,0%	8.347	1,0%	5,9%
Impostos a recuperar	29.261	3,2%	30.164	3,7%	-3,0%
Ativos mantidos para venda					
Consórcios	3.019	0,3%	2.589	0,3%	16,6%
Mútuo com partes relacionadas	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros créditos	18.858	2,1%	19.982	2,5%	-5,6%
<b>Total ativo circulante</b>	<b>411.050</b>	<b>45,24%</b>	<b>312.333</b>	<b>38,3%</b>	<b>29,8%</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Cauções	909	0,1%	909	0,1%	0,0%
Impostos a recuperar	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros créditos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Depósitos judiciais	3.756	0,4%	3.930	0,5%	-4,4%
Impostos diferidos	22.142	2,4%	15.168	1,9%	46%
Direito de uso de ativos	60.391	6,6%	64.285	7,9%	-6,1%
Investimentos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Imobilizado	239.907	26,4%	242.312	29,8%	-1,0%
Intangível	175.664	19,3%	175.520	21,6%	0,1%
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>503.279</b>	<b>55,4%</b>	<b>502.124</b>	<b>61,7%</b>	<b>0,2%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>908.549</b>	<b>100,0%</b>	<b>814.457</b>	<b>100,0%</b>	<b>11,6%</b>

<sup>(1)</sup> Informações extraídas das informações trimestrais de 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020.

<sup>(2)</sup> Representatividade em relação ao Total do Ativo.

<sup>(3)</sup> Percentual de variação entre período de 3 meses findo em 31 de março de 2021 e o período de 3 meses findo em 31 de março de 2020.

### (i) Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março de 2021 teve um aumento de 205%, R\$ 84,08 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento teve efeito principalmente devido à captação empréstimos no primeiro trimestre de 2021, além da incorporação do saldo de caixa das empresas Translag e Diálogo.

### (ii) Contas a receber de clientes:

O Contas a receber da Companhia em 31 de março de 2021 teve um aumento de R\$ 15,74 milhões ou 7,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorre do incremento da carteira de clientes das empresas adquiridas final de 2020.

### (iii) Estoques:

Os estoques em 31 de março de 2021 tiveram um aumento de R\$ 492 mil ou 5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta conta contempla essencialmente a movimentação de pneus e peças para manutenção da companhia. Devido à pandemia, a indústria tem apresentado falta de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

insumos para a produção de pneus. O prazo de entrega dos principais fornecedores passou de 10 (dez) para 90 (noventa) dias. Além disso, as entregas tem sido menores que as quantidades solicitadas. Por isso, o estoque foi incrementado para evitar o desabastecimento e conseqüentemente a interrupção da operação.

### **(iv) Impostos a Recuperar:**

Os impostos a recuperar da Companhia em 31 de março de 2021 tiveram uma redução de R\$ 903 mil ou 2,99% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre principalmente das compensações de PIS/COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

### **(v) Outros Créditos:**

A conta de outros créditos da Companhia em 31 de março de 2021 teve uma diminuição de R\$ 1,12 milhão ou 5,63% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal variação refere-se ao acordo feito com os vendedores da Translovato, no qual concordaram em pagar à Companhia a quantia de R\$ 1,50 milhão referentes a ações tabalhistas. Em março de 2021 a quantia paga foi de R\$ R\$ 1,3 milhão. O restante será descontado em 17 parcelas mensais, conforme previsto no terceiro aditivo ao contrato de compra e venda de quotas e outras avenças.

### **(vi) Imobilizado:**

A conta de imobilizado da Companhia em 31 de março de 2021 teve uma redução de R\$ 2,41 milhões ou 1,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre principalmente pelo processo de venda de veículos com baixa produtividade e substituição por veículos locados.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****BALANÇOS PATRIMONIAIS (PASSIVOS)**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	AV% <sup>(2)</sup>		AV% <sup>(2)</sup>		Variação % <sup>(3)</sup> 2021 x 2020
	31.03.2021 <sup>(1)</sup>	31.03.2021 <sup>(1)</sup>	31.12.2020 <sup>(1)</sup>	31.12.2020 <sup>(1)</sup>	
<b>Passivo + Patrimônio Líquido</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	57.552	6,3%	70.107	8,6%	-17,9%
Empréstimos e financiamentos	62.212	6,8%	92.066	11,3%	-32,4%
Debêntures	43.864	4,8%	14.806	1,8%	196,3%
Arrendamento mercantil	26.152	2,9%	30.652	3,8%	-14,7%
Dividendos a pagar	2.114	0,2%	2.114	0,3%	0,0%
Obrigações sociais	46.040	5,1%	44.462	5,5%	3,5%
Obrigações fiscais	29.404	3,2%	30.084	3,7%	-2,3%
Parcelamento de tributos	3.008	0,3%	2.398	0,3%	25,4%
Consórcios	3.476	0,4%	4.191	0,5%	-17,1%
Contas a pagar de aquisição de controladas	40.634	4,5%	32.758	4,0%	24,0%
Outras contas a pagar	36.997	4,1%	29.538	3,6%	25,3%
<b>Total passivo circulante</b>	<b>351.453</b>	<b>38,2%</b>	<b>353.176</b>	<b>43,4%</b>	<b>-0,5%</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	103.562	11,4%	156.999	19,3%	-34,0%
Debêntures	192.737	21,2%	21.088	2,6%	814,0%
Arrendamentos	36.980	4,1%	36.370	4,5%	1,7%
Parcelamentos de tributos	8.834	1,0%	10.534	1,3%	-16,1%
Consórcios	36	0,0%	857	0,1%	-95,8%
Provisão para contingências	25.948	2,9%	26.067	3,2%	-0,5%
Contas a pagar por aquisição de controladas	52.520	5,8%	66.207	8,1%	-20,7%
Outras contas a pagar LP	13.584	1,5%	15.622	1,9%	-13,0%
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>434.201</b>	<b>47,8%</b>	<b>333.744</b>	<b>41,0%</b>	<b>30,1%</b>
<b>Total passivo</b>	<b>780.962</b>	<b>86,0%</b>	<b>686.920</b>	<b>84,3%</b>	<b>14,4%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social (Líquido dos custos da transação)	95.302	10,5%	95.302	11,7%	0,0%
Reserva de capital	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	1.274	0,1%	1.391	0,2%	-8,4%
Reservas de lucros	30.838	3,4%	30.838	3,8%	0,0%
Lucros acumulados	-697		0		
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>127.581</b>	<b>14,0%</b>	<b>127.531</b>	<b>15,7%</b>	<b>0,6%</b>
Participação de não controladores	6	0,0%	6	0,0%	0,0%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>126.723</b>	<b>14,0%</b>	<b>127.537</b>	<b>15,7%</b>	<b>0,6%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>912.377</b>	<b>100,0%</b>	<b>814.457</b>	<b>100,0%</b>	<b>12%</b>

<sup>(1)</sup> Informações extraídas das informações trimestrais de 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

<sup>(2)</sup> Representatividade em relação ao Passivo e Patrimônio Líquido

**(i) Fornecedores:**

A conta de Fornecedores em 31 de março de 2021 sofreu uma redução de 17,91% ou R\$ 12,56 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior. Isso deve-se principalmente ao fato do crescimento do segmento TM, que tem por característica ciclos mais curtos de pagamentos aos fornecedores (agregados e terceiros).

**(ii) Empréstimos e Financiamentos:**

A conta de empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2021 sofreu uma redução de 33,44% ou R\$ 83,29 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre principalmente pela quitação de empréstimos com recursos da contratação de debêntures a taxas mais atrativas. A segunda emissão da debênture no valor de R\$ 240 milhões ocorreu em março de 2021, caracterizada por uma prazo de 4 anos a uma taxa de 3,3% (spread) mais CDI.

**(iii) Debêntures:**

A conta de debêntures demonstra uma aumento de 559% em 31 de março de 2021 em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal percentual equivale a uma adição de R\$ 200,7 milhões em comparação aos R\$ 35,9 milhões registrados no final do exercício anterior. Essa variação é resultado da 2ª emissão de debêntures feita pela Companhia em março de 2021, com prazo de 40 meses. A emissão teve como objetivo o pré-pagamento de dívidas com custo financeiro maior, reforço de capital de giro e aquisições.

**(iv) Arrendamentos:**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A conta de arrendamentos em 31 de março de 2021 sofreu uma variação negativa de 5,8% ou R\$ 3,89 milhões em relação exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre essencialmente das renegociações firmadas com arrendatários cujo os valores foram ajustados para suportar os contratos no período da pandemia.

### **(v) Obrigações Sociais:**

A conta de obrigações sociais em 31 de março de 2021 sofreu um aumento de 3,5% ou R\$ 1,58 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação tem principal impacto da absorção das obrigações sociais das novas empresas Translag e Diálogo.

### **(vi) Obrigações Fiscais:**

A conta de obrigações fiscais em 31 de março de 2021 sofreu uma redução de 2,3% ou R\$ 680 mil em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre do aproveitamento de benefícios fiscais reconhecidos das obrigações fiscais das novas empresas Translag e Diálogo.

### **(vii) Parcelamento de tributos:**

A rubrica de parcelamento de tributos sofreu em 31 de março de 2021 uma redução de 8,43% ou R\$ 1,09 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre das quitações de parcelamentos negociados em exercícios anteriores.

### **(viii) Contas a pagar por aquisição de controladas e outras Contas a Pagar:**

A conta de outras contas a pagar em 31 de março de 2021 sofreu uma redução de 0,27% ou R\$ 390 mil em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre das composições dos saldos a valor justos nas aquisições das empresas Translag e Diálogo.

### **(ix) Consórcios:**

A conta de consórcios em 31 de março de 2021 sofreu uma redução de 30,43% ou R\$ 1,54 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre principalmente pela contemplação de cartas de crédito já contratadas.

As cotas adquiridas pela Companhia possuem um prazo de 60 meses para quitação. A partir do momento da contemplação, os veículos adquiridos passam a compor o ativo imobilizado, sendo que o saldo residual a pagar é constituído nos passivos de curto e longo prazo.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Comparação das posições de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 das contas patrimoniais****BALANÇOS PATRIMONIAIS (ATIVOS)**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	AV% <sup>(2)</sup>		AV% <sup>(2)</sup>		Variação % <sup>(3)</sup> 2020 x 2019
	31.12.2020 <sup>(1)</sup>	31.12.2020 <sup>(1)</sup>	31.12.2019 <sup>(1)</sup>	31.12.2019 <sup>(1)</sup>	
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	41.124	5,0%	62.472	9,4%	-34,2%
Contas a receber de clientes	210.127	25,8%	148.961	22,4%	41,1%
Estoques	8.347	1,0%	2.912	0,4%	186,6%
Impostos a recuperar	30.164	3,7%	29.501	4,4%	2,2%
Consórcios	2.589	0,3%	4.288	0,6%	-39,6%
Outros créditos	19.982	2,5%	16.595	2,5%	20,4%
<b>Total ativo circulante</b>	<b>312.333</b>	<b>38,3%</b>	<b>264.729</b>	<b>39,9%</b>	<b>18,0%</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Cauções	909	0,1%	469	0,1%	93,8%
Impostos a recuperar	0	0,0%	13.384	2,0%	100,0%
Depósitos judiciais	3.930	0,5%	6.064	0,9%	-35,2%
Impostos diferidos	15.168	1,9%	10.373	1,6%	46,2%
Direito de uso de ativos	64.285	7,9%	67.382	10,1%	-4,6%
Imobilizado	242.312	29,8%	229.683	34,6%	5,5%
Intangível	175.520	21,6%	72.032	10,8%	143,7%
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>502.124</b>	<b>61,7%</b>	<b>399.387</b>	<b>60,1%</b>	<b>25,7%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>814.457</b>	<b>100,0%</b>	<b>664.116</b>	<b>100,0%</b>	<b>22,6%</b>

<sup>(1)</sup> Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

<sup>(2)</sup> Representatividade em relação ao Total do Ativo.

<sup>(3)</sup> Percentual de variação entre os anos de 2020 e 2019.

**(i) Caixa e equivalentes de caixa:**

Caixa e equivalentes de caixa em 2020 teve uma redução de 34,17%, R\$ 21,35 milhões em relação ao ano anterior. Essa variação decorre principalmente aos pagamentos feitos para aquisição de controladas.

**(ii) Contas a receber de clientes:**

O Contas a receber da Companhia em 2020 teve um aumento de R\$ 61,17 milhões ou 41,06% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre principalmente do crescimento orgânico na carteira de clientes das operações dedicadas, e no segmento TM devido a anualização nas operações da empresa Translovato e incremento das carteiras de clientes das empresas Translag e Diálogo. O segmento TM, que teve as maiores taxas de crescimento, tem por característica de mercado um prazo de recebimento maior.

**(iii) Estoques:**

Os estoques em 2020 tiveram um aumento de R\$ 5,44 milhões ou 186,64% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre das internalizações de manutenção nas operações do florestal, e o aumento no valor absoluto do valor unitário de pneus.

**(iv) Consórcios:**

A conta de consórcios da Companhia em 2020 teve uma diminuição de R\$ 1,69 milhões ou 39,62% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre de contemplações de novas cartas de crédito. Quando contempladas, o valor que até então era considerado como um adiantamento (ativo), é adicionado ao imobilizado e o saldo restante à pagar é constituído no passivo.

**(v) Outros Créditos:**

A conta de outros créditos da Companhia em 2020 teve um aumento de R\$ 3,39 milhões ou 20,41% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, na qual a Companhia constitui seu ativo à recuperar.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (vi) Depósitos Judiciais:

A conta de depósitos judiciais da Companhia em 2020 teve uma diminuição de R\$ 2,13 milhões ou 35,19% em relação ao ano anterior, tendo em vista que a Companhia deixou de fazer depósitos judiciais, bem como substituiu os depósitos judiciais por seguro garantia na esfera trabalhista.

### (vii) Imobilizado:

A conta de imobilizado da Companhia em 2020 teve um aumento de R\$ 12,63 milhões ou 5,50% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre da incorporação dos ativos das empresas Translag e Diálogo, em setembro de 2020 e dezembro de 2020, respectivamente.

### (viii) Intangível:

A conta de intangível da Companhia em 2020 teve um aumento de R\$ 103,49 milhões ou 143,67% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre movimentação das contas de ágio, direitos de uso de marcas, carteiras de cliente e softwares.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (PASSIVOS)					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
	31.12.2020 <sup>(1)</sup>	AV% <sup>(2)</sup> 31.12.2020 <sup>(1)</sup>	31.12.2019 <sup>(1)</sup>	AV% <sup>(2)</sup> 31.12.2019 <sup>(1)</sup>	Variação % <sup>(3)</sup> 2020 x 2019
<b>Passivo + Patrimônio Líquido</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	70.107	8,6%	56.160	8,5%	24,8%
Empréstimos e financiamentos	92.066	11,3%	51.873	7,8%	77,5%
Debêntures	14.806	1,8%	13.564	2,0%	9,2%
Arrendamento mercantil	30.652	3,8%	25.372	3,8%	20,8%
Dividendos a pagar	2.114	0,3%	3.265	0,5%	-35,3%
Obrigações sociais	44.462	5,5%	32.051	4,8%	38,7%
Obrigações fiscais	30.084	3,7%	27.838	4,2%	8,1%
Parcelamento de tributos	2.398	0,3%	3.074	0,5%	-22,0%
Consórcios	4.191	0,5%	5.993	0,9%	-30,1%
Contas a pagar de aquisição de controladas	32.758	4,0%	9.528	1,4%	243,8%
Outras contas a pagar	31.689		14.596		
<b>Total passivo circulante</b>	<b>355.327</b>	<b>43,6%</b>	<b>243.314</b>	<b>36,6%</b>	<b>46,0%</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Fornecedores	0	0,0%	326	0,0%	n.a.
Empréstimos e financiamentos	156.999	19,3%	117.555	17,7%	33,6%
Debêntures	21.088	2,6%	35.872	5,4%	-41,2%
Arrendamentos	36.370	4,5%	42.373	6,4%	-14,2%
Parcelamentos de tributos	10.534	1,3%	8.606	1,3%	22,4%
Consórcios	857	0,1%	1.281	0,2%	-33,1%
Provisão para contingências	23.916	2,9%	22.671	3,4%	5,5%
Contas a pagar por aquisição de controladas	66.207	8,1%	48.664	7,3%	36,0%
Outras contas a pagar	15.622	1,9%	22.703	3,4%	-31,2%
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>331.593</b>	<b>40,7%</b>	<b>300.051</b>	<b>45,2%</b>	<b>10,5%</b>
<b>Total passivo</b>	<b>686.920</b>	<b>84,3%</b>	<b>543.365</b>	<b>81,8%</b>	<b>26,4%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social (líquido dos custos da transação)	95.302	11,7%	95.302	14,4%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	1.391	0,2%	1.793	0,3%	-22,4%
Reservas de lucros	30.838	3,8%	23.650	3,6%	30,4%
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>127.531</b>	<b>15,7%</b>	<b>120.745</b>	<b>18,2%</b>	<b>5,6%</b>
Participação de não controladores	6	0,0%	6	0,0%	0,0%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>127.537</b>	<b>15,7%</b>	<b>120.751</b>	<b>18,2%</b>	<b>5,6%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>814.457</b>	<b>100,0%</b>	<b>664.116</b>	<b>100,0%</b>	<b>22,6%</b>

<sup>(1)</sup> Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

<sup>(2)</sup> Representatividade em relação ao Passivo e Patrimônio Líquido.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (i) Fornecedores:

A conta de Fornecedores em 2020 sofreu uma variação 24,83% ou R\$ 13,95 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa variação decorre do incremento da carteira de fornecedores oriundos das novas empresas Translag e Diálogo.

### (ii) Empréstimos e Financiamentos:

A conta de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante em 2020 sofreu uma variação 47,00% ou R\$ 79,64 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa variação decorre principalmente pelas captações de novos empréstimos de capital de giro mais atrativos, utilizados para pré pagamentos de contratos mais caros.

### (iii) Obrigações Sociais:

A conta de obrigações sociais em 2020 sofreu uma variação 38,72% ou R\$ 12,41 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa variação tem principal impacto da absorção das obrigações sociais das novas empresas Translag e Diálogo.

### (iv) Obrigações Fiscais:

A conta de obrigações fiscais em 2020 sofreu uma variação 8,07% ou R\$ 2,25 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa variação também decorre da absorção das obrigações das novas empresas Translag e Diálogo.

### (v) Contas a pagar por aquisição de controladas e outras Contas a Pagar:

A conta de outras contas circulante e não circulante a pagar em 2020 sofreu uma variação 53,18% ou R\$ 50,79 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa variação decorre das composições dos saldos a valor justos nas aquisições das empresas Translag e Diálogo.

### (i) Consórcios:

A conta de consórcios em 2020 sofreu uma variação negativa de 30,60 % ou R\$ 2,23 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa variação decorre principalmente pela contemplação de cartas de crédito já contratadas.

As cotas adquiridas pela Companhia possuem um prazo de 60 meses para quitação. A partir do momento da contemplação, os veículos adquiridos passam a compor o ativo imobilizado, sendo que o saldo residual a pagar é constituído nos passivos de curto e longo prazo.

### • Patrimônio Líquido:

#### (i) Reserva de lucros:

As Reservas de Lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/1976, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração. Em 2020 a reserva constituída na Companhia foi de R\$ 30,84 milhões, em comparação com R\$ 23,6 milhões em 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Comparação das posições de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 das contas patrimoniais**

BALANÇOS PATRIMONIAIS (ATIVOS)					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
(R\$ milhares)	2019 <sup>(1)</sup>	AV% <sup>(2)</sup> 2019	2018 <sup>(1)</sup>	AV% <sup>(2)</sup> 2018	Variação% <sup>(3)</sup> 2019
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	62.472	9,4%	18.731	6,0%	233,5%
Contas a receber de clientes	148.961	22,4%	117.211	37,5%	27,1%
Estoques	2.912	0,4%	2.104	0,7%	38,4%
Impostos a recuperar	29.501	4,4%	3.661	1,2%	705,8%
Ativos mantidos para venda	0	0,0%	296	0,1%	-100,0%
Consórcios	4.288	0,6%	3.920	1,3%	9,4%
Outros créditos	16.595	2,5%	5.653	1,8%	193,6%
<b>Total ativo circulante</b>	<b>264.729</b>	<b>39,9%</b>	<b>151.576</b>	<b>48,5%</b>	<b>74,7%</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Cauções	469	0,1%	206	0,1%	127,2%
Impostos a recuperar	13.384	2,0%	0	0,0%	100,0%
Outros créditos	0	0,0%	1.532	0,5%	-100,0%
Depósitos judiciais	6.064	0,9%	2.561	0,8%	136,8%
Impostos diferidos	10.373	1,6%	0	0,0%	100,0%
Direito de uso de ativos	67.382	10,1%	0	0,0%	100,0%
Imobilizado	229.683	34,6%	121.343	38,9%	89,3%
Intangível	72,032	10,8%	35.100	11,2%	105,2%
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>399.387</b>	<b>60,1%</b>	<b>160.743</b>	<b>51,5%</b>	<b>148,5%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>664.116</b>	<b>100,0%</b>	<b>312.319</b>	<b>100,0%</b>	<b>112,6%</b>

<sup>(1)</sup> Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

<sup>(2)</sup> Representatividade em relação ao Total do Ativo.

<sup>(3)</sup> Percentual de variação entre os anos de 2018 e 2019.

**(i) Caixa e equivalentes de caixa:**

Caixa e equivalentes de caixa em 2019 teve um aumento de 233,5%, R\$ 43,74 milhões em relação ao ano anterior. Essa variação teve efeito principalmente devido à captação de contratos de capital de giro no último bimestre no total de R\$ 23,90 milhões e do aporte de R\$ 10 milhões feitos pelos acionistas, além da incorporação do saldo de caixa de R\$ 10,56 milhões da nova empresa do grupo a Translovato.

**(ii) Contas a receber de clientes:**

O Contas a receber da Companhia aumentou R\$ 31,75 milhões ou 27,1% em 2019. Este aumento do contas a receber justifica-se pela entrada da carteira de clientes da Translovato conforme tabela abaixo. O PMR (Prazo médio de recebimento) em 2019 baixou consideravelmente, de 71 dias para 62 dias, essencialmente devido à consolidação da Translovato, que possui um prazo médio de recebimento menor.

**(iii) Estoques:**

Esta conta contempla essencialmente a movimentação de pneus e peças para manutenção da companhia. Em 2019 tivemos um aumento de 38,4%, sendo 26% referente ao estoque da Translovato. Os demais impactos são referentes ao início de controle de estoque de peças em operações do DCC.

**(iv) Impostos a Recuperar:**

Essencialmente se refere a recuperação de impostos na empresa Translovato. Em 2019, Translovato reconheceu créditos de PIS e COFINS referentes ao direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. Os créditos reconhecidos foram fundamentados na decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") de 15 de março de 2017 em sede de repercussão geral. Os créditos registrados abrangem o período de setembro de 2006 a abril de 2019. O saldo na rubrica de Impostos a Recuperar referente a esses créditos é de R\$ 34,984 milhões.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Impostos a Recuperar (R\$ mil)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
PIS	35.739	0,0
COFINS	2.553	42
Imposto de Renda	3.166	3.282
Contribuição Social	1.046	28
Outros impostos	51	309
<b>Total</b>	<b>42.555</b>	<b>3.661</b>
Ativo Circulante	29.501	3.661
Ativo Não Circulante	13.384	0,0
<b>Total</b>	<b>42.885</b>	<b>3.661</b>

**(v) Consórcios:**

A conta de consórcios do ativo circulante aumentou de R\$ 3,92 em 2018 para R\$ 4,29 em 2019. Um aumento de 9,4% devido aos pagamentos das cotas já contratadas em anos anteriores.

As cotas adquiridas pela Companhia possuem um prazo de 60 meses para quitação. A partir do momento da contemplação, os veículos adquiridos passam a compor o ativo imobilizado, sendo que o saldo residual a pagar é constituído nos passivos de curto e longo prazo;

**(vi) Cauções:**

A conta de cauções aumentou 127,2%. Em 2018, o valor foi de R\$206 mil e, em 2019, de R\$469 mil. O aumento ocorreu devido às exigências nos contratos de locação dos armazéns que atendem as operações do segmento TM.

**(vii) Outros Créditos:**

A conta outros créditos aumentou R\$ 9,41 milhões representando um aumento de 131%. Houve impacto de R\$ 1,45 milhões de despesas do exercício seguinte referente a apólices de seguro, R\$ 1,74 milhões de vendas de veículos a prazo, R\$ 4,3 milhões referente a valores a receber da Kuehne & Nagel, conforme cláusula contratual de reembolso de despesas incorridas cuja origem é anterior à data de aquisição da Transeich pela Companhia. Adicionalmente foi incorporado o saldo de R\$ 1,45 milhões referente a apólices de seguro da Translovato.

**(viii) Depósitos Judiciais:**

Em 2019, a conta de depósitos judiciais sofreu uma variação de 136,8% ou R\$ 3,5 milhões com relação ao ano anterior, tendo sua maior variação nos depósitos realizados em ações da Transeich e da inclusão do saldo de depósitos das ações da Translovato.

**(ix) Direito de uso de Ativos:**

Em 2019, de acordo com o IFRS16 - CPC06, foi constituída a conta de direito de uso de ativos. Nessa conta figuram todos os imóveis, veículos e implementos com contratos de aluguéis enquadráveis na normativa do CPC06. *(A descrição destes conceitos é mencionada no capítulo 10, item 10.4)*

**(x) Imobilizado:**

A conta de imobilizado teve uma variação de R\$ 108,34 milhões, R\$ 27,55 milhões referente a renovação da frota de operações do florestal, R\$ 27,72 referente a compra de implementos para operações de colheita também da operação florestal, R\$ 10,12 milhões de aquisições de novas carretas para o segmento TM, além de R\$ 43,05 milhões referente a aquisição da Translovato.

**(xi) Intangível:**

A conta de intangível movimenta as contas de ágio, direitos de uso de marcas, carteiras de cliente e softwares. A variação de 2019 foi de R\$ 36,93 milhões, sendo R\$ 29,42 milhões referente ao ágio e ativos intangíveis da aquisição da Translovato e R\$ 2,99 milhões referente ao desenvolvimento tecnológico.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****BALANÇOS PATRIMONIAIS (PASSIVOS)**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<b>Consolidado</b>				
	<b>2019<sup>(1)</sup></b>	<b>AV%<sup>(2)</sup> 2019</b>	<b>2018<sup>(1)</sup></b>	<b>AV%<sup>(2)</sup> 2018</b>	<b>Varição%<sup>(3)</sup> 2019 x 2018</b>
<b>Passivo + Patrimônio Líquido</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	56.160	8,5%	26.113	8,4%	115,1%
Empréstimos e financiamentos	51.873	7,8%	55.795	17,9%	-7,0%
Debêntures	13.564	2,0%	0	0,0%	100,0%
Arrendamentos	25.372	3,8%	0	0,0%	100,0%
Dividendos a pagar	3.265	0,5%	1.382	0,4%	136,3%
Obrigações sociais	32.051	4,8%	12.200	3,9%	162,7%
Obrigações fiscais	27.838	4,2%	7.833	2,5%	255,4%
Parcelamento de tributos	3.074	0,5%	1.333	0,4%	130,7%
Consórcios	5.993	0,9%	1.422	0,5%	321,5%
Contas a pagar de aquisição de controladas	9.528	1,4%	1.250	0,4%	662,2%
Outras contas a pagar	14.596	2,2%	8.629	2,8%	69,2%
<b>Total passivo circulante</b>	<b>243.314</b>	<b>36,6%</b>	<b>115.956</b>	<b>37,1%</b>	<b>109,8%</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Fornecedores LP	326	0,0%	825	0,3%	60,5%
Empréstimos e financiamentos	117.555	17,7%	71.540	22,9%	64,3%
Debêntures	35.872	5,4%	0	0,0%	100,0%
Arrendamentos	42.373	6,4%	0	0,0%	0,0%
Parcelamentos de tributos	8.606	1,3%	2.141	0,7%	301,9%
Consórcios	1.281	0,2%	4.325	1,4%	-70,4%
Provisão para contingências	22.671	3,4%	8.849	2,8%	156,2%
Impostos diferidos	0	0,0%	3.445	1,1%	0,0%
Contas a pagar por aquisição de controladas	48.664	7,3%	5.750	1,8%	746,3%
Outras contas a pagar	22.703	3,4%	0	0,0%	0,0%
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>300.051</b>	<b>45,2%</b>	<b>96.875</b>	<b>31,0%</b>	<b>209,7%</b>
<b>Total passivo Patrimônio líquido</b>					
<b>Capital social (líquido dos custos da transação)</b>					
Ajuste de avaliação patrimonial	1.793	0,3%	3.155	1,0%	43,2%
Reservas de lucros	23.650	3,6%	10.425	3,3%	126,9%
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>120.745</b>	<b>18,2%</b>	<b>99.482</b>	<b>31,9%</b>	<b>21,4%</b>
Participação de não controladores	6	0,0%	6	0,0%	0,0%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>120.751</b>	<b>18,2%</b>	<b>99.488</b>	<b>31,9%</b>	<b>21,4%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>664.116</b>	<b>100,0%</b>	<b>312.319</b>	<b>100,0%</b>	<b>112,6%</b>

<sup>(1)</sup> Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

<sup>(2)</sup> Representatividade em relação ao Passivo e Patrimônio Líquido

**(i) Fornecedores:**

A conta de Fornecedores em 2019 sofreu uma variação 110% ou R\$ 29,55 milhões em relação ao ano anterior. Essa variação se deu por conta do alongamento do prazo médio de pagamento e do crescimento orgânico da Companhia, além do incremento de R\$ 19,21 milhões da Translovato.

**(ii) Empréstimos e Financiamentos:**

Em 2019, a conta de empréstimos e financiamentos variou de R\$ 127,34 milhões em 2018 para R\$ 169,43 milhões em virtude das novas captações visando suportar o aumento da necessidade de capital de giro além da aquisição da Translovato. Com as novas contratações, houve também um alongamento do perfil da dívida resultando na redistribuição entre curto e longo prazo, que em 2018 era de 44% no curto prazo e 56% no longo prazo e em 2019 passou a ser 31% no curto prazo e 69% no longo prazo.

**(iii) Debêntures:**

Em 2019 a Companhia fez emissão de R\$ 50 milhões em debêntures com prazo de 60 meses para quitação. A emissão teve como objetivo o pré-pagamento de dívidas com custo financeiro maior, reforço de capital de giro e aquisições.

**(iv) Arrendamentos:**

Em 2019, de acordo com o IFRS16 - CPC06, foi constituída a conta de arrendamentos, onde foram alocados contratos para o aluguel de ativos, sejam eles, imóveis, máquinas, caminhões, carretas entre outros.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (v) Obrigações Sociais:

A conta de obrigações sociais aumentou 162,7% de 2018 para 2019. A variação de R\$ 19,85 milhões tem principal impacto R\$ 15,09 milhões das obrigações sociais da Translovato.

### (vi) Obrigações Fiscais:

As obrigações fiscais contemplam todas as contas de obrigações tributárias da Companhia. Em 2019 essa conta aumentou 255,4% comparado ao ano anterior. A variação de R\$ 20,0 milhões tem como principal efeito reconhecimento de R\$ 12,54 milhões das obrigações fiscais da Translovato e aumento de R\$ 7,47 milhões nas obrigações fiscais da BBM Logística S/A.

### (vii) Parcelamento de tributos:

A rubrica de parcelamento de tributos aumentou em 236,2%, ou R\$8,21 milhões em relação ao ano de 2018. O principal efeito foi a constituição de valores de atualização monetária sobre os parcelamentos Refis (Leis 11.941/09 e 12.996/14) na Translovato.

**(viii) Contas a pagar por aquisição de controladas e outras Contas a Pagar:** Com uma variação de R\$ 79,86 milhões quando comparado ao ano anterior, os principais impactos dessa conta em 2019 foram R\$ 58,1 milhões referente à saldo a pagar pela aquisição da Transeich e Translovato, além de R\$ 25,3 milhões de adiantamento de receita de clientes para a operação da colheita na operação florestal.

### (ii) Consórcios:

Os valores de consórcio em 2019 aumentaram 321,4% no curto prazo e reduziu 70,4% no longo prazo, quando comparadas com 2018. A variação é devida a contemplação de cotas para aquisição dos veículos. As cotas adquiridas pela Companhia possuem um prazo de 60 meses para quitação e a partir do momento da contemplação e conseqüente aquisição dos veículos, o saldo residual a pagar é constituído nos passivos de curto e longo prazo. O mesmo efeito é visto no exercício de 2019, onde a Companhia continua a contemplar cotas de consórcios para novos investimentos.

### (iii) Provisão para Contingência:

A conta de provisão de contingência trabalhista variou 156,2%, aumentando de R\$ 8,85 milhões para 22,67 milhões, essencialmente pela constituição de provisão de contingência na Translovato no valor de R\$ 11,23 milhões.

### • Patrimônio Líquido:

#### (i) Capital social:

O capital social teve uma variação de R\$ 85,90 milhões em 2018 para R\$ 95,90 milhões em 2019, reflexo do aporte feito pelos acionistas de R\$ 10 milhões em dezembro de 2019 com a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro em função do crescimento da Companhia, além de disponibilizar recursos para novas aquisições;

#### (ii) Ajuste de avaliação patrimonial:

O ajuste da avaliação patrimonial é o resultado do valor da avaliação dos bens em relação ao seu valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, por duas partes dispostas a isso e independentes entre si. A variação do valor do ajuste de avaliação patrimonial refere-se a depreciação e baixa de veículos com movimentação de R\$ 1,36 milhões em 2019 comparado com 2018.

#### (iii) Reserva de lucros:

As Reservas de Lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da companhia, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/1976, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração. Em 2019 a reserva constituída na companhia foi de R\$ 23,65 milhões.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### • Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa

	Fluxo de Caixa 2019 x 2018							
	Fluxo de caixa das atividades operacionais							
	1T21	1T20	1T21 x 1T20	2020	2019	2018	2020 x 2019	2019 x 2018
Caixa gerado pelas atividades operacionais (i)	1.753	18.476	-16.723	112.376	73.791	13.124	38.585	60.667
Imposto de renda e contribuição social pagos	-3.569	-5.683	2.114	-25.513	-3.504	-5.029	-22.009	1.525
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	-1.816	12.793	-14.609	86.863	73.526	8.095	13.337	65.431
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento (ii)	-14.780	-19.467	4.687	-112.991	-83.262	-43.640	-29.729	-39.622
Fluxo de caixa líquido Gerado (utilizado) das atividades de financiamentos (iii)	100.681	-20.303	120.984	4.780	56.716	8.973	-51.936	47.743

#### (i) Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais:

O caixa gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 1,75 milhões no período de três meses findos em 31 de março de 2021, o que representou uma queda de R\$ 16,72 milhões quando comparado aos R\$ 18,48 milhões gerados no mesmo período do ano anterior. O principal motivo da queda decorre do aumento da necessidade de capital de giro, principalmente pelo aumento do volume do segmento TM em relação ao DCC. O Segmento TM é característico por ter uma baixa necessidade de investimento, porém os prazos de recebimento são mais longos, enquanto o pagamento de fornecedores, em especial agregados, que possuem prazos de pagamento mais curtos.

A geração de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 112,38 milhões, tal valor representam uma aumento de R\$ 38,59 milhões versus 2019. O aumento é consequência da aquisição da Translovato em dezembro de 2019. Já a geração de caixa operacional de R\$ 73,7 milhões em 2019 foi R\$ 60,6 milhões maior que a geração de 2018, decorrente da melhora dos resultados operacionais nos diversos segmentos de negócio, além de uma mais eficiente gestão do capital de giro, através de forte redução no contas a receber vencido e aumento de prazo de fornecedores.

#### (ii) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento:

O caixa utilizado pelas atividades de investimento no primeiro trimestre de 2021 totalizou R\$ 14,78 milhões, que quando comparado ao mesmo período do ano anterior foi R\$4,69, milhões menor, tendo em vista que a Companhia teve uma menor necessidade de renovação de frota no segmento DCC em 2021 (cronograma de renovação conforme contratos).

Já em 2020 a utilização de caixa nas atividades de investimento somou R\$ R\$ 112,99 milhões, demonstrando um aumento de R\$ 26,49 milhões em relação ao ano de 2019. Em 2019 o registro foi de R\$ 83,26 milhões, um aumento de R\$ 39,62 milhões em relação à 2018. Tais aumento são relacionados principalmente com compra de veículos adquiridos decorrente das renovações de frota e novos projetos no DCC e tecnologia.

Houve também variação nos pagamentos de aquisições, sendo que em 2019 foi de R\$ 40,0 milhões (aquisição Translovato), e em 2018 R\$ 36,9 milhões (aquisição Transeich).

#### (iii) Caixa líquido gerado (utilizado) das atividades de financiamentos:

O caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 4,78 milhões em 2020, que quando comparado a R\$56,72 milhões em 2019 e R\$ 8,97 milhões em 2018, demonstra uma redução de R\$ 51,94 milhões comparado à 2019 e um aumento de R\$ 47,74 milhões, respectivamente. Em 31 de março de 2021 o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento era de R\$ 100,68 milhões.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em 2020 as captações de empréstimos e financiamentos totalizaram R\$ 155,5 milhões, que quando comparado a R\$113,5 milhões em 2019 milhões e R\$ 91,7 milhões em 2018, demonstra um aumento de R\$ 42,0 milhões e R\$21,3 milhões, respectivamente. Em 31 de março de 2021 as captações de empréstimos e financiamentos eram de R\$ 23,6 milhões. Somados aos financiamentos, a Companhia obteve captações por meio da sua 2ª emissão de debêntures, sendo R\$ 236,4 milhões no período de três meses findos 31 de março de 2021 e R\$ 49,3 milhões no ano de 2019.

Esse aumento nas captações teve como objetivo substituir dívidas com custo financeiro mais elevado, além de financiar o aumento do capital de giro e os novos investimentos em veículos e equipamentos.

Abaixo encontram-se descritos os fluxos de pagamento previstos para as atuais obrigações contratuais e não-contratuais da Companhia de curto e longo prazo:

<b>(R\$ Mil)</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e financiamentos	46.567	48.374	47.128	8.448	437	150.954
Debêntures	27.906	66.978	66.977	66.977	11.162	240.000
<b>Total</b>	<b>74.473</b>	<b>115.352</b>	<b>114.105</b>	<b>75.425</b>	<b>11.599</b>	<b>390.954</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

#### a. Resultados das operações do emissor, em especial:

##### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

###### Receita Bruta

- Serviços Dedicados:

As receitas provenientes de Serviços Dedicados variam em função da quantidade de veículos alocados, quantidades movimentadas e/ou transportada de cargas, combinada com o volume (ex: m<sup>3</sup>) e/ou peso da carga, distância percorrida e, em alguns casos, com base na quantidade de viagens.

- Operações de TM (*Transportation Management*)

As receitas provenientes do TM são essencialmente viagens caracterizadas como Cargas Gerais, que variam em função do volume, do peso da carga transportada, da distância percorrida e, em alguns casos, da quantidade de viagens.

###### Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas se refere à soma da receita líquida de Serviços e da receita líquida de Venda de Ativos, excluindo os tributos incidentes sobre o faturamento, cancelamentos e descontos comerciais.

###### Outras Receitas Operacionais

Reconhecemos como receita de Venda de Ativos utilizados na prestação de serviços a alienação de veículos pesados, máquinas e equipamentos, desmobilizados da operação e colocados à venda pelo estado em que se encontram, e que foram utilizados na prestação de nossos serviços.

Os caminhões e cavalos mecânicos são renovados com periodicidade de 3 a 5 anos, dependendo do cliente e tipo de operação.

##### ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 10.1 h deste formulário.

#### b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alteração de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As principais variações das receitas estão relacionadas ao aumento das receitas com novos contratos no segmento de operações dedicadas e aumento de volume no segmento de carga geral. Os preços de cada tipo de serviço são determinados de acordo com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para transações de venda e de cada serviço separadamente.

Os contratos com operações de transporte dedicadas possuem variação no faturamento conforme uma cesta de indicadores contendo algum indicador de inflação (e.g. INPC – índice nacional de preços ao consumidor), o dissídio coletivo da categoria de motoristas e a variação no preço dos combustíveis.

Com relação aos demais volumes de carga geral os mesmos estão expostos às variações dos valores de combustível, flutuação de preços de mercado, além de alterações na tabela de fretes mínimos por quilômetro rodado e eixo carregado de acordo com determinação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### **c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas à taxa CDI, e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos de longo prazo nas aquisições de veículos. Os financiamentos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia possui contratos de financiamento (Finame) atrelados à TJLP, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações na TR ou na TJLP.

No caso de risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Adicionalmente, são definidos limites individuais de crédito, os quais são monitorados periodicamente. A companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes sempre que necessário.

Com relação ao risco cambial, a Companhia está exposta ao risco decorrente de exposições basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. Em sua maioria os ativos em moeda estrangeira são resultantes de contas a receber de clientes de operações no Mercosul, equivalendo no período de três meses findo em 31 de março de 2021 a US\$ 2,79 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 a US\$ 2,96 milhões.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

#### a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nos três últimos exercícios sociais não foi introduzido ou alienado nenhum segmento operacional.

#### b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 1 de março de 2018, a Companhia obteve o controle da Transeich Assessoria e Transportes S.A., companhia de transporte rodoviário de cargas e da Transeich Armazéns Gerais S.A., armazém geral, ao adquirir 100% das ações do capital votante dessas entidades. Estas aquisições permitirão a Companhia a oferta de novos serviços, a ampliação da sua clientela e da região de atuação e a otimização de rotas atendidas pela Companhia. A Companhia também espera reduzir seus custos por meio de economias de escala.

Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia obteve todas as aprovações e condições precedentes para a aquisição da totalidade das cotas da Translovato Ltda., reforçando sua atuação no segmento de transporte de cargas gerais fracionadas e aumentando sua capacidade de atender a seus clientes em todas as etapas da cadeia logística.

Em 10 de setembro de 2020, a Companhia obteve o controle da Translag Transporte e Logística Ltda., Companhia com sede na cidade de Goiás, Estado de Goiânia, com cinco filiais distribuídas nas regiões Nordeste, São Paulo e Centro-Oeste.

Em 1º de dezembro de 2020, a Companhia confirmou a aquisição da empresa Diálogo Logística Inteligente Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, empresa de logística especializada em e-commerce.

#### c) eventos ou operações não usuais

No período de três meses findo em 31 de março de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não houve operações ou eventos não usuais.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

#### a. mudanças significativas nas práticas contábeis

##### **Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2018**

Em 2018, a Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram rerepresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

Não houve impactos significativos em relação a aplicação inicial destas normas.

##### **(i) IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Conseqüentemente, a informação apresentada para 2017 não foi rerepresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30/IAS 18, o CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47/IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

De forma prática a adoção do CPC 47/IFRS 15 não trouxe impacto significativo para a Companhia, considerando que a Companhia e suas controladas cumprem com a sua obrigação de desempenho na prestação do serviço com base no estágio de conclusão do serviço, o qual tem uma média de aproximadamente 02 dias. Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares.

##### **(ii) IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros**

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, a Companhia adotou as alterações conseqüentes ao CPC 26/IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros seja apresentado em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em despesas de vendas. Conseqüentemente, a Companhia reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 35 mil, reconhecidas pelo CPC 38/IAS 39, de 'despesas de vendas' para 'perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

##### **Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros.**

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) e VJR (Valor Justo por meio do Resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

As contas a receber de clientes e outros recebíveis que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38/IAS 39 agora são classificados ao custo amortizado.

### **Impairment de ativos financeiros**

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o IAS 39.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A administração realizou as avaliações necessárias na aplicação dos requisitos de classificação, mensuração e redução ao valor recuperável do IFRS 9. Uma redução de R\$ 197 mil na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes e outros recebíveis foi reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018 na transição para o CPC 48/IFRS 9.

### **Transição**

A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração.

### **Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2019**

#### **CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos**

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Conseqüentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas.

Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

#### **Definição de arrendamento**

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 / IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento (nota explicativa 8).

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17 e ICPC 03 / IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

#### **Como arrendatário**

Como arrendatário, a Companhia arrendava diversos ativos, incluindo imóveis e veículos. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

### *Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1) / IAS 17*

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 14). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17. Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; e
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor.

### *Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06 (R1) / IAS 17*

A Companhia arrenda veículos para sua operação. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17. Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06 (R1) / IAS 17 imediatamente antes dessa data.

### **(i) IFRIC 23 – (ICPC 22) – Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o Lucro**

Vigente a partir de 2019, a IFRIC 23 esclarece como recontabilizar tributos sobre o lucro (no Brasil, IRPJ e CSLL) quando uma entidade toma uma posição fiscal enquanto não está claro se a autoridade tributária aceitará o tratamento fiscal. Se aplica a todos os aspectos da contabilidade do tributo sobre o lucro, quando houver incerteza sobre o tratamento do tributo sobre o lucro de uma transação, incluindo lucro ou prejuízo tributário, base tributária de ativos e passivos, prejuízo e créditos tributários e alíquota de imposto.

A norma atual de tributos sobre o lucro, IAS 12 (CPC 32), não trata explicitamente da contabilização de incertezas fiscais.

#### **Tratamento fiscal incerto**

Um tratamento fiscal incerto é qualquer tratamento fiscal aplicado por uma entidade quando não está claro se este será aceito pelas autoridades fiscais.

#### **Autoridade tributária**

São todos os órgãos que decidem se os tratamentos fiscais são aceitáveis pela legislação tributária, inclusive os tribunais.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### Transição

A IFRIC 23 é efetiva para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

### Risco de detecção

A IFRIC 23 esclarece que, quando uma entidade considera a incerteza, deve assumir que as autoridades fiscais têm pleno conhecimento de todas as informações relevantes na avaliação do tratamento fiscal proposto. Dito de forma diferente, o risco de detecção é ignorado ao avaliar as incertezas fiscais.

### Reconhecimento e mensuração

De acordo com a interpretação, o teste principal consiste em avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento tributário da entidade, conforme reportado na declaração fiscal. Se sim, a entidade registra nas demonstrações financeiras o mesmo valor submetido na declaração de imposto de renda (ECF).

### Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2020

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Por mais que algumas normas e interpretações foram alteradas, conforme descritas abaixo, estas não trouxeram impacto significativa nas informações financeiras da Companhia e de seus controladas: (i) alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; (ii) imobilizado, receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); (iii) referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); e (iv) classificação do passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

### b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

#### Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos de arrendamento adicionais. O impacto na transição está resumido abaixo:

	Consolidado		
	Veículos	Imóveis	Total
Direito de uso reconhecido em 01/01/2019	12.146	13.594	25.740
Arrendamentos a pagar reconhecidos em 01/01/2019	12.146	13.594	25.740

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Grupo descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimos e financiamentos em 1º de janeiro de 2019. As taxas aplicadas pelo Grupo foram de 8,82% para imóveis e 11,11% para veículos.

*Contabilização do PIS e COFINS dos arrendamentos:*

- Os créditos de PIS e COFINS sobre valores a pagar pelo arrendamento de direito de uso arrendatários corporativos, não foram deduzidos dos ativos e passivos registrados de direito de uso; e
- Por ocasião do pagamento das contraprestações do arrendamento, os créditos de PIS e COFINS são reconhecidos em contrapartida a crédito nas despesas de depreciação e despesas financeiras.

#### a. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 e o relatório de revisão das informações financeiras intermediárias referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021 não continham ressalvas.

Os diretores da Companhia informam que as políticas contábeis críticas adotadas são as seguintes:

#### (i) Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita considera o IFRS 15/CPC 47 - Receita de contratos com clientes, o qual tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando mercadorias ou serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação.

#### (ii) Aquisição de Controladas e Ágio

A Companhia registra a aquisição de controladas utilizando o método de aquisição, mensurando o custo como agregado da contraprestação transferida avaliada pelo valor justo na data de aquisição.

Na data de aquisição são avaliados os ativos e passivos financeiros assumidos para a adequada classificação, de acordo com termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições na data de aquisição.

Os pagamentos contingentes a serem transferidos pela adquirida são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição, e o ágio é mensurado pelo custo sendo a diferença entre os ativos líquidos identificáveis e os passivos assumidos.

As projeções realizadas para o cálculo dos intangíveis, bem como para sustentação do ágio, e as avaliações do valor justo dos ativos, constituem uma estimativa crítica que podem não se realizar no futuro.

#### (iii) Arrendamentos

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

No momento de avaliar os diversos contratos de locação e aluguel, a administração precisa estimar, quando não previsto em contrato, os prazos pelos quais os imóveis serão utilizados ao longo dos anos, estimativa esta que pode não se realizar dependendo de fatores de mercado ou fora do controle da administração.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### (iv) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de eventos passados, se estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação.

As provisões para demandas judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação legal ou constituída, resultante de eventos passados;
- É provável que haja uma saída de recursos;
- E, o montante foi estimado com segurança.

A mensuração das provisões é baseada no valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação.

As provisões de contingências são baseadas na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, utilizando-se a melhor informação disponível e a jurisprudência vigente, cenário que pode mudar no futuro, fazendo com que a realização das contingências seja por valor maior ou menor que o originalmente previsto.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Desde 01 de janeiro de 2019, a Companhia possui como ativos não evidenciados nas demonstrações financeiras apenas contratos de arrendamento de bens tais como equipamentos de informática, cujo valor considerado do ativo subjacente seja inferior a R\$ 20 mil.

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

A Companhia não possui.

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

A Companhia não possui.

**iv. contratos de construção não terminados**

A Companhia não possui.

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem outros ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

### 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

**Arrendamentos como arrendatário:**

Não aplicável.

**b. natureza e propósito da operação**

Não aplicável.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 - Plano de Negócios

#### a) investimentos, incluindo:

##### i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para o exercício social de 2021, estão previstos investimentos de R\$ 66,09 milhões, visando a continuidade e o crescimento das operações da Companhia. Tais recursos estão destinados para a aquisição de ativos móveis, basicamente a compra de veículos pesados (Cavalo Mecânico, Caminhões, Semirreboques e Carretas), com foco principal na renovação da frota no segmento de operações dedicadas, além de investimentos em tecnologia e desenvolvimento de novas ferramentas operacionais, como, por exemplo, o desenvolvimento da Plataforma digital e implantação do ERP (SAP 4Hanna).

##### ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para o exercício social de 2021 os recursos destinados aos investimentos têm como principal fonte o capital próprio decorrente da geração de caixa operacional da Companhia e capital de terceiros, sendo a principal fonte os valores obtidos com a 2ª emissão de debêntures da Companhia. No entanto, a Companhia estuda diversas possibilidades de financiamentos para aquisição de ativos, baseando a sua escolha sempre na melhor opção em termos de custo e prazo que estejam alinhadas com as estratégias da Companhia.

##### iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não temos nenhum desinvestimento relevante em andamento e não prevemos nenhum desinvestimento relevante para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

#### b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não temos nenhuma aquisição que possa influenciar materialmente a Companhia.

#### c) novos produtos e serviços, indicando:

##### i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

##### ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

##### iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

##### iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não prevemos no plano de negócio atual o lançamento de novos produtos ou serviços.

## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

### 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em 10 de setembro de 2020, a Companhia obteve o controle da Translag Transportes e Logísticas Ltda. ("Translag"), ao adquirir 100% (cem por cento) das cotas de sua emissão. A aquisição da controlada Translag permitirá a Companhia ampliar a sua região de atuação, reforçando o seu papel no transporte de carga geral e fracionada, dentro do segmento Transportation Management (TM), otimizando as rotas atendidas e com isso aumentando sua capacidade de atender aos seus clientes em todas as etapas da cadeia logística.

Em 1º de dezembro de 2020, a Companhia obteve o controle da Diálogo Logística Inteligente Ltda. ("Diálogo"), ao adquirir 100% (cem por cento) das cotas de sua emissão. Com a aquisição da Diálogo, a Companhia irá acelerar seu posicionamento no segmento de ecommerce. O movimento está alinhado com a estratégia da Companhia de atender a toda a cadeia logística, desde o transporte de matéria-prima até a entrega ao consumidor final, oferecendo uma solução *end-to-end* (E2E) aos seus clientes.

A seguir serão demonstradas as demonstrações *pro forma* consolidadas e as informações detalhadas a respeito das transações e seus impactos:

## 11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

### 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

#### Informações financeiras *pro forma* em 31 de dezembro de 2020

#### 1 Descrição das transações e base para elaboração das informações financeiras *pro forma* não auditadas

	BBM Logística S.A. Consolidado	Translag Transportes e Logística Ltda.	Diálogo Logística Inteligente Ltda.	Ajustes <sup>(1)</sup>	Subtotal	Nota	Ajustes <i>pro forma</i>	Resultado <i>pro forma</i>
Receita líquida de vendas	1.002.017	69.409	88.208	(33.879)	1.125.755		-	1.125.755
Custo dos serviços prestados	(879.825)	(66.138)	(58.560)	30.090	(974.433)	2 a	(1.247)	(975.680)
<b>Lucro bruto</b>	<b>122.192</b>	<b>3.271</b>	<b>29.648</b>	<b>(3.789)</b>	<b>151.322</b>		<b>(1.247)</b>	<b>150.075</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(87.945)</b>	<b>(2.858)</b>	<b>(21.787)</b>	<b>3.926</b>	<b>(108.664)</b>		<b>(692)</b>	<b>(109.356)</b>
Despesas administrativas	(71.415)	(651)	(19.705)	3.104	(88.667)	2 b	(654)	(89.321)
Despesas de vendas	(22.837)	(2.851)	(1.666)	764	(26.590)	2 b	(38)	(26.628)
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de contas a rec	(677)	449	-	-	(228)		-	(228)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.984	195	(416)	58	6.821		-	6.821
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>	<b>34.247</b>	<b>413</b>	<b>7.861</b>	<b>137</b>	<b>42.658</b>		<b>(1.939)</b>	<b>40.719</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(25.626)</b>	<b>(328)</b>	<b>(1.247)</b>	<b>197</b>	<b>(27.004)</b>		-	<b>(27.004)</b>
Receitas financeiras	6.256	39	80	(17)	6.358		-	6.358
Despesas financeiras	(31.882)	(367)	(1.327)	214	(33.362)		-	(33.362)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>8.621</b>	<b>85</b>	<b>6.614</b>	<b>334</b>	<b>15.654</b>		<b>(1.939)</b>	<b>13.715</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>278</b>	<b>(466)</b>	<b>(2.432)</b>	<b>46</b>	<b>(2.574)</b>		<b>659</b>	<b>(1.915)</b>
Corrente	(11.665)	(368)	(2.432)	27	(14.438)		-	(14.438)
Diferido	11.943	(98)	-	19	11.864	2 c	659	12.523
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>8.899</b>	<b>(381)</b>	<b>4.182</b>	<b>380</b>	<b>13.080</b>		<b>(1.280)</b>	<b>11.800</b>
<b>Lucro por ação</b>								
Média das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	40.760.818							40.760.818
Lucro por ação básico (em R\$)	0,2183							0,2895
Lucro por ação diluído (em R\$)	0,2183							0,2895

<sup>(1)</sup> Veja nota 2.d

A demonstração de resultado consolidado *pro forma* não auditada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 reflete as aquisições de empresas efetuadas no decorrer do ano de 2020 conforme a seguir descritas:

#### a) Translag Transportes e Logística Ltda. (Translag)

Em 10 de setembro de 2020, a BBM Logística S.A. ("Companhia" ou "BBM"), assinou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social total da Translag.

A aquisição da controlada Translag permitirá a Companhia ampliar a sua região de atuação, reforçando o seu papel no transporte de carga geral e fracionada, dentro do segmento *Transportation Management* (TM), otimizando as rotas atendidas e com isso aumentando sua capacidade de atender aos seus clientes em todas as etapas da cadeia logística.

#### Contraprestação transferida e ágio na aquisição da Translag

Pela aquisição de 100% das cotas, a Companhia pagará o preço de aquisição constituído por:

- I. um montante pago à vista, na data de aquisição, no valor de R\$ 25.000;
- II. valor a prazo de R\$ 15.999 em três parcelas anuais de R\$ 5.333 cada, com vencimentos em 30 de setembro de 2021, 30 de setembro de 2022 e 30 de setembro de 2023. Estas três parcelas anuais serão atualizadas pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), verificada entre a data de fechamento da operação e as de pagamento da cada parcela. O valor justo das três parcelas anuais é R\$ 14.806 na data da aquisição; e

**11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas**

- III. uma contraprestação contingente (*earn-out*) que a Companhia acordou em pagar aos sócios vendedores de até R\$ 15.000 dentro de um prazo de 3 anos, caso as receitas líquidas de novos contratos originadas ou destinadas na área de atuação da Translag no período, superem um valor de R\$ 57.780. Caso as receitas líquidas de novos negócios não alcancem o valor mínimo de R\$ 40.450 no período, nenhum valor será pago aos vendedores. O valor justo da contraprestação contingente é R\$ 2.285 na data da aquisição.

	<b>Translag</b>
Valor pago à vista	25.000
Valor presente das parcelas anuais fixas	14.806
Contraprestação contingente ( <i>earn-out</i> )	2.285
Total contraprestação transferida	42.091
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	(22.389)
<b>Ágio na aquisição</b>	<b>19.702</b>

O ágio é atribuído essencialmente pelo fato da Translag ter sido uma das poucas empresas de carga geral e fracionada disponíveis a venda no Brasil, e de acordo com a estratégia da Companhia, era crucial o aumento das atividades nessas operações. As projeções de resultado futuros, feitas pela administração, sustentam o ágio calculado na aquisição. Nenhum ágio e intangível reconhecido é esperado que seja dedutível para fins fiscais.

**Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos**

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição da Translag, apresentados ao valor justo.

<b>Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos</b>	<b>Translag</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.239
Contas a receber de clientes	9.901
Impostos a recuperar	799
Consórcios	83
Depósitos judiciais	10
Outros créditos	527
Direito de uso de ativos	10.053
Imobilizado	17.223
Intangível	1.894
Carteira de clientes	354
Acordo de não concorrência	563
Direito de uso da marca	963
Software	14
Fornecedores	(2.052)
Empréstimos e financiamentos	(2.320)
Obrigações fiscais	(1.024)
Obrigações trabalhistas	(1.382)
Arrendamentos	(10.059)
Consórcios contemplados	(91)
Outras contas a pagar	(640)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(1.772)
<b>Total dos ativos identificáveis, líquidos</b>	<b>22.389</b>

## 11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

### b) Diálogo Logística Inteligente Ltda. (Diálogo)

01 de dezembro de 2020, a Companhia obteve o controle da Diálogo, ao adquirir 100% das cotas dessa entidade.

Com a aquisição da Diálogo, a Companhia acelera seu posicionamento no segmento de *ecommerce*. O movimento está alinhado com a estratégia da Companhia de atender a toda a cadeia logística, desde o transporte de matéria-prima até a entrega ao consumidor final, oferecendo uma solução *end-to-end* (E2E) aos seus clientes.

#### Contraprestação transferida e ágio na aquisição da Diálogo

Pela aquisição de 100% das cotas, a Companhia pagará o preço de aquisição constituído por:

- I. um montante pago à vista, na data de aquisição, no valor de R\$ 34.325;
- II. valor a prazo de R\$ 22.884 em duas parcelas anuais de R\$ 11.442 cada, sendo a primeira parcela a ser paga em dezembro de 2021 e a segunda parcela a ser paga em janeiro de 2022. Ambas as parcelas anuais serão atualizadas pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), verificada entre a data de fechamento da operação e as de pagamento da cada parcela. O valor justo das duas parcelas anuais é R\$ 22.206 na data da aquisição;
- III. uma contraprestação contingente (*earn-out*) que a Companhia acordou em pagar aos sócios vendedores de até R\$ 25.000 dentro de um prazo de 3 anos, caso as receitas líquidas de novos contratos originadas, ou destinadas na área de atuação da Diálogo, corresponda a um percentual mínimo acordado de aumento **sobre a receita líquida de 2020: Aumento de 0,1% (mínimo) a 33,35% (máximo)** em relação a 2020 no primeiro ano. Aumento de 33,36% (mínimo) a 68,29% (máximo) em relação a 2020 no segundo ano. Aumento de 68,30% (mínimo) a 100% (máximo) em relação a 2020 no terceiro ano. Estas três parcelas anuais serão atualizadas pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), verificada entre a data de fechamento da operação e as de pagamento da cada parcela. O valor justo da contraprestação contingente é R\$ 12.645 na data da aquisição.

	<b>Diálogo</b>
Valor pago à vista	34.325
Valor presente das parcelas anuais fixas	22.206
Contraprestação contingente ( <i>earn-out</i> )	12.645
Total contraprestação transferida	<u>69.176</u>
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	<u>(14.956)</u>
<b>Ágio na aquisição</b>	<b><u>54.220</u></b>

## 11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

### Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição da Diálogo, apresentados ao valor justo.

<b>Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos</b>	<b>Diálogo</b>
Caixa e equivalentes de caixa	355
Contas a receber de clientes	19.504
Impostos a recuperar	1.881
Depósitos judiciais	20
Outros créditos	1.196
Direito de uso de ativos	2.265
Imobilizado	1.533
Intangível	19.497
Carteira de clientes	14.928
Acordo de não concorrência	1.638
Direito de uso da marca	2.219
Software	712
Fornecedores	(8.184)
Empréstimos e financiamentos	(424)
Obrigações fiscais	(8.125)
Obrigações trabalhistas	(2.275)
Arrendamentos	(2.371)
Resultados diferido	(2.334)
Outras contas a pagar	(1.194)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(6.388)
<b>Total dos ativos identificáveis, líquidos</b>	<b>14.956</b>

### Base para elaboração das informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas

As informações contábeis históricas utilizadas na elaboração destas informações financeiras consolidadas *pro forma* foram obtidas a partir das demonstrações financeiras auditadas a seguir referidas:

- Demonstrações financeiras consolidadas da BBM Logística S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020; e
- Demonstrações financeiras da Translag para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020; e
- Demonstrações financeiras da Diálogo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Todas as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Estas informações financeiras consolidadas *pro forma* devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis históricas das companhias envolvidas, acima referidas.

A demonstração do resultado consolidado *pro forma* reflete os efeitos da aquisição de 100% das quotas da Translag e da Diálogo, como se as referidas aquisições tivessem acontecido em 1º de janeiro de 2020.

As informações financeiras consolidadas históricas foram ajustadas para refletir os eventos diretamente atribuíveis à transação, suportados por fatos e, com expectativa de impactar continuamente os resultados.

## 11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas foram elaboradas e apresentadas no pressuposto das aquisições da Translag e da Diálogo terem ocorrido em 1º de janeiro de 2020, para que os investidores e acionistas possam ter análises mais detalhadas da Companhia incluindo os efeitos das aquisições. As informações financeiras consolidadas pro forma não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações contábeis consolidadas ou interpretadas como demonstração do resultado efetiva da Companhia.

### 2 Ajustes pro forma

As informações financeiras consolidadas pro forma foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações contábeis históricas de cada entidade e os ajustes pro forma foram determinados tendo como base os impactos no resultado das empresas em função da combinação dos negócios, como se a mesma tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020:

#### a. Custos dos serviços prestados

Reflete a parcela da depreciação referente à mais valia dos ativos imobilizados, alocada, como se a transação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020, no montante de R\$ 912. A parcela já alocada no resultado consolidado da Companhia foi de R\$ 638, que resultou num ajuste de R\$ 274.

Esta mais valia foi calculada comparando o valor contábil, com o valor de mercado, dos veículos da Translag, na data da aquisição.

O valor de mercado foi obtido a partir de pesquisas na tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – (“FIPE”) e em sites de revendedores especializados em caminhões, cavalos mecânicos, reboques e semi reboques.

A análise do estado físico dos veículos da Translag chegou a um índice de realização de 87,5% do valor da tabela FIPE para cavalos mecânicos, caminhões. Para os semi reboques foram avaliados diretamente pelo valor de mercado.

A mais valia total é de R\$ 2.787, com vida útil remanescente (“VUR”) média de 17,75 meses.

O valor líquido considerado/incluído na demonstração do resultado consolidado pro forma é o resultado da eliminação dos valores já considerados na demonstração do resultado consolidado da Companhia no valor de R\$ 1.247 conforme abaixo demonstrado:

<b>Descrição</b>	<b>Item</b>	<b>Valor</b>
Valor da mais valia	[ 1 ]	2.787
VUR em meses	[ 2 ]	17.75
Valor da depreciação mensal	[ 3 ] = [ 1 ] / [ 2 ]	157
Valor da depreciação anual	[ 3 ] x 12	1.885
Valor da depreciação já alocado no resultado	[ 4 ]	(638)
<b>Ajuste na depreciação</b>	<b>[ 3 ] - [ 4 ]</b>	<b>1.247</b>

#### b. Despesas administrativas

Reflete as parcelas de amortização dos seguintes ativos intangíveis identificados pelo laudo de avaliação dos valores já considerados na demonstração financeira consolidada da Companhia:

## 11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Foram identificados os seguintes intangíveis durante o processo de alocação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

Item	Descrição	Observações
1) Carteira de clientes	Natureza do ativo: relacionado a clientes Método: MEEM ( <i>Multi-Period Excess Earnings</i> )	Vida útil: 13 anos e 9 meses [165 meses]. <i>Churn-rate</i> : 10,4% a.a. para a Translag Vida útil: 7 anos e 11 meses [95 meses]. <i>Churn-rate</i> : 10,4% a.a. para a Diálogo
2) Direito de uso de marca	Natureza do ativo: relacionado a mercado  Método: <i>Relief from Royalties</i>	A estimativa do valor justo foi calculada com base em método de nominado <i>Relief from Royalties</i> (economia de <i>royalties</i> ). Este método estima o valor do ativo com base nos pagamentos hipotéticos a título de <i>royalties</i> que seriam economizados pelo detentor do ativo comparado a o que seria pago pelo licenciamento do referido ativo de propriedade de terceiros, considerando o período de vida útil do mesmo (ou pela duração de um contrato de licenciamento)  Taxa de <i>royalty</i> : 1,1% a.a. Duração de licenciamento: 10 anos conforme definido no - Sales and Purchase Agreement (“SPA”)
3) Acordo de não concorrência	Natureza do ativo: relacionado a mercado  Método: <i>Withand Without</i>	A estimativa do valor justo foi calculada com base no método “ <i>Withand Without</i> ”, e se baseou em estimativas da administração sobre efeitos que um engajamento dos vendedores em concorrência provocaria nas receitas e fluxos de caixa da Empresa  Foram preparadas projeções em dois cenários: Cenário “ <i>With</i> ” (com o ativo intangível em vigor) e Cenário “ <i>Without</i> ” (sem o ativo intangível acordo de não-concorrência). O Cenário “ <i>With</i> ” considera os fluxos de caixa na situação projetada no plano de negócios com o contrato de não-concorrência em vigor. O Cenário “ <i>Without</i> ” considerada os fluxos de caixa projetados sob efeito de hipotética concorrência dos Vendedores caso não houvesse o acordo de não-concorrência.  Vida útil: 5 anos conforme definido no SPA

**11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas**

O valor dos intangíveis identificados e os impactos são os seguintes:

Item	Vida útil (a)	Valor (a)	Ajuste da amortização dos intangíveis		
			Amortização anual	Valor apropriado (b)	Ajuste
<b>Translag</b>					
Acordo de não concorrência	5 anos	563	(113)	38	(75)
Carteira de clientes	13 anos e 9 meses	354	(26)	8	(18)
Direito de uso de marca	10 anos	963	(96)	32	(64)
<b>Total</b>		<b>1.880</b>	<b>(235)</b>	<b>78</b>	<b>(157)</b>
<b>Diálogo</b>					
Acordo de não concorrência	5 anos	1.638	(328)	21	(307)
Carteira de clientes	7 anos e 11 meses	14.928	(157)	137	(20)
Direito de uso de marca	10 anos	2.219	(222)	14	(208)
<b>Total</b>		<b>18.785</b>	<b>(707)</b>	<b>172</b>	<b>(535)</b>
Acordo de não concorrência		2.201	(441)	59	(382)
Carteira de clientes		15.282	(183)	145	(38)
Direito de uso de marca		3.182	(318)	46	(272)
<b>Total</b>		<b>20.665</b>	<b>(942)</b>	<b>250</b>	<b>(692)</b>

(b) Valores conforme as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia

c. *Imposto de renda e contribuição social*

Reflete os impactos fiscais decorrentes dos ajustes referidos nos itens anteriores, com base na alíquota composta de imposto de renda e contribuição social de 34%

d. *Eliminações*

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia consideram os valores da Translag desde o período de sua aquisição no dia 10 de setembro de 2020 e da Diálogo desde o período de sua aquisição no dia 1 de dezembro de 2020. Sendo assim, para efeito de demonstração das informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditada, se faz necessário a eliminação dos resultados da Translag e da Diálogo referentes aos períodos desde suas aquisições até 31 de dezembro de 2020, que já se encontram incluídos na demonstração do resultado consolidado da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**Eventos não recorrentes**

Não há nenhum evento a ser mencionado.

**EBITDA (não auditado)**

A Companhia adota como medida não contábil o EBITDA (não auditado), *Earnings before, interests, taxes, depreciation and amortization*, que representa o lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA (não auditado) é adotado com o objetivo de prover informação financeira adicional da Companhia sobre a sua capacidade de gerar resultados operacionais.

**11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas**

Segue abaixo conciliação do EBITDA *pro forma* não auditado:

(R\$ mil)	BBM	Translag	Diálogo	Ajustes	Eliminações	Pro forma
	Consolidado	(1)	(1)	(2)	(3)	
<b>Reconciliação do EBITDA (não auditado)</b>						
(=) Lucro (prejuízo) líquido do exercício	8.899	(381)	4.182	(1.280)	380	11.800
(+) Depreciação/Amortização	71.481	2.530	1.442	1.939	(1.329)	76.063
(+) IR/CS corrente e diferido	(278)	466	2.432	(659)	46	2.007
(+/-)Despesas financeiras, líquidas	25.626	328	1.247	-	197	27.398
<b>(=) EBITDA (não auditado)</b>	<b>105.728</b>	<b>2.943</b>	<b>9.303</b>	<b>-</b>	<b>(706)</b>	<b>117.268</b>

(1) Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(2) Ajustes de depreciação da mais valia de ativo imobilizado (274 item 2.a) e amortização de intangíveis (692 item 2.b) e IR/CS calculado a alíquota composta de 34% sobre os ajustes ((274+692)\*34%).

(3) Resultados da Translag e Diálogo desde as datas de suas aquisições, já contemplados no resultado consolidado da BBM.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

## **11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções**

### **11.2 - Acompanhamento das projeções**

**a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**

**b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

**c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

### 12.1 Descrição da estrutura administrativa

#### a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

- i. **se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados**

#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, o qual foi aprovado em 11 de fevereiro de 2020 e está disponibilizado no site da Companhia (<http://ri.bbmllogistica.com.br/>).

O Conselho de Administração é composto por até 7 (sete) Conselheiros efetivos, sendo um deles o presidente, e até igual número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitidas reeleições.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

O Conselho de Administração reúne-se (i) ordinariamente, preferencialmente, mensalmente; e (ii) extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quaisquer 2 (dois) Conselheiros. Fica estabelecido que serão realizadas, ao menos, 8 (oito) reuniões do Conselho de Administração durante cada exercício social caso não seja possível a realização de reuniões mensais conforme disposto no item (i) acima. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permitam a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as outras pessoas presentes na reunião.

Nas reuniões do Conselho de Administração, um Conselheiro poderá ser representado por outro Conselheiro (exceto os Conselheiros Independentes), bastando, para tanto, que o Conselheiro presente mostre autorização por escrito do Conselheiro ausente, autorização essa que poderá ser feita via carta, fax ou outro meio eletrônico anteriormente à realização da reunião.

As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas por qualquer conselheiro escolhido pela maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração.

Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas no Estatuto Social e pela lei vigente, deliberar exclusivamente sobre as seguintes matérias:

- a) indicar e afastar os Diretores da Companhia e estabelecer seus deveres, indicar seus substitutos em caso de indisponibilidade ou vaga temporária ou permanente;
- b) estabelecer as orientações gerais dos negócios da Companhia;
- c) recomendar a emissão de debêntures conversíveis, garantidas ou não, para a Assembleia Geral;
- d) convocar a Assembleia Geral sempre que for conveniente, conforme estabelece a Lei de Sociedades por Ações;
- e) aprovar qualquer modificação nos procedimentos contábeis ou a emissão de demonstrações financeiras suplementares pela Companhia;
- f) aprovar as atribuições da área de auditoria interna da Companhia; e

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- g) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

As matérias a seguir listadas são de competência exclusiva do Conselho de Administração e dependerão de voto afirmativo de, pelo menos, 5 (cinco) Conselheiros:

- a) aprovação dos contratos com partes relacionadas envolvendo a Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias;
- b) alterações relativas à mudança de endereço de filiais da Companhia e abertura e/ou encerramento de filiais da Companhia, no Brasil ou no exterior;
- c) aquisição ou a venda, cessão ou transferência de ativos de qualquer natureza, pela Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias, fora do curso normal dos seus negócios;
- d) cessão, transferência ou negociação por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know-how, software ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível pertencente ou utilizado pela Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias;
- e) aprovação do orçamento anual;
- f) indicação e destituição dos auditores independentes da Companhia;
- g) aumento do endividamento da Companhia, totalizando valor acumulado de dívida líquida acima de 3x (três vezes) o EBITDA dos últimos quatro trimestres civis da Companhia;
- h) aprovação de qualquer empréstimo, emissão de notas promissórias ou outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, operação de leasing financeiro ou qualquer outra forma de endividamento, pela Companhia e/ou por qualquer de suas subsidiárias, com valor individual superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou valor agregado em um período de 12 (doze) meses superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- i) aprovação de emissão de debêntures simples, garantidas ou não, pela Companhia e/ou por qualquer de suas subsidiárias;
- j) criação, por qualquer forma, de ônus sobre qualquer ativo da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias fora do curso normal de seus negócios mas em seu benefício, em que o valor exceda R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) durante um período de 12 (doze) meses;
- k) quaisquer investimentos e desinvestimentos, pela Companhia e/ou por qualquer de suas subsidiárias, em valor individual que exceda R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o valor agregado, durante um período de 12 (doze) meses que exceda R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), os quais devem ser acompanhados por ata de aprovação da Diretoria, onde conste opiniões e considerações dos diretores, bem como as alternativas de investimentos existentes para o devido objeto;
- l) fusão, cisão, transformação, incorporação ou incorporação de ações envolvendo qualquer das subsidiárias da Companhia;
- m) fixação da remuneração individual dos Diretores, observada a remuneração global aprovada em assembleia geral, incluindo a remuneração fixa; definição da participação dos Diretores nos resultados da Companhia e dos bônus anuais da Diretoria; e determinar eventual elegibilidade e termos da participação de Diretores e executivos no programa de incentivo e remuneração de longo prazo, em todos os casos, respeitada a remuneração global e a divisão aprovada em Assembleia Geral;
- n) fixação da remuneração de cada membro do Conselho de Administração observando as diretrizes e limites definidos pela Assembleia Geral; e
- o) aprovação do relatório da administração e das contas da Diretoria e recomendação com relação a qualquer distribuição de lucros líquidos da Companhia para a Assembleia Geral.

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

### Comitê de Auditoria (não estatutário)

Trata-se de um comitê permanente, instituído em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2020. Referido comitê possui regimento interno próprio, o qual foi aprovado em 15 de janeiro de 2020 pelo Conselho de Administração e está disponibilizado no site da Companhia (<http://ri.bbmllogistica.com.br/>). Referido Comitê é composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, sendo que (i) ao menos um deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e nas atividades de auditoria independente; e (ii) ao menos um deles deve ser conselheiro independente da Companhia.

Referido comitê tem a função de assessorar o Conselho de Administração na supervisão:

- (I) Da qualidade e integridade das demonstrações financeiras e dos demais relatórios financeiros:
  - a. revisar as demonstrações financeiras intercalares e anuais, incluindo as divulgações no relatório da administração e monitorar a qualidade e integridade das mesmas. Revisar também a minuta do relatório de auditoria a ser emitido pelos auditores independentes. Apresentar ao Conselho, as recomendações que entender oportunas sobre tais documentos;
  - b. reunir-se com a administração para entender as políticas contábeis e os procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
  - c. reunir-se com os auditores independentes, questionando sobre a qualidade das políticas e práticas contábeis adotadas pela BBM na preparação de seus relatórios financeiros vis a vis as normas contábeis vigentes, bem como sobre eventuais mudanças de prática contábeis em relação ao exercício anterior; e
  - d. monitorar, junto a administração da Companhia as informações a serem divulgadas nos relatórios financeiros, sugerindo ao Conselho aprimoramentos das referidas divulgações, tendo em vista as normas contábeis vigentes.
- (II) Da aderência da BBM aos requerimentos legais e regulamentares:
  - a. Monitorar junto a administração da BBM a adequação e efetividade dos procedimentos para assegurar a aderência às normas legais e regulatórias aplicáveis, incluindo as transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia, as que possam ter impacto relevante nas atividades da Companhia e suas respectivas evidenciações nas demonstrações financeiras, conforme aplicável.
- (III) Dos aspectos pertinentes à qualificação, performance e independência dos auditores independentes:
  - a. Opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, bem como de qualquer contratação de serviços adicionais, não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, a serem prestados pelos auditores independentes da BBM;
  - b. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da BBM, estabelecendo protocolo formal de comunicação entre os auditores independentes e o Comitê; apresentação dos resultados dos trabalhos de cada trimestre e do exercício em curso, e para apresentação dos aspectos descritos no item (c) a seguir;
  - c. Requerer junto ao sócio-líder do trabalho da empresa de auditoria independente, no mínimo anualmente, apresentação formal sobre as políticas e procedimentos internos adotados pela empresa relacionados a: (i) controle de qualidade; (ii) monitoramento de rotação do sócio responsável e dos demais membros das equipes de trabalho da auditoria independente; (iii) monitoramento da experiência e qualificação técnica requeridas dos integrantes da equipe para a execução dos trabalhos de auditoria; (iv) monitoramento de todos os relacionamentos profissionais e comerciais da empresa e seus colaboradores com a BBM; (v) monitoramento de todos os serviços prestados à BBM, que não de auditoria e a consequente análise de que os mesmos não afetam a independência; (vi) monitoramento de processos instaurados pelos órgãos reguladores da profissão contra a empresa de auditoria ou seus membros que possam impactar a continuidade de prestação de serviços à BBM; e (viii) comunicação formal e tempestiva à administração da BBM de quaisquer exceções identificadas nos processos de monitoramento acima citados e como os mesmos foram sanados.

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(IV) Da avaliação e monitoramento dos riscos corporativos e respectivos controles internos:

- a. Manter, periodicamente, reuniões com os gestores dos principais processos operacionais da BBM com o objetivo de conhecer as operações, os principais riscos do negócio e os controles internos em vigor para mitigar estes riscos;
- b. Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, propondo ao Conselho as ações que entender necessárias para aperfeiçoá-la;
- c. Avaliar a observância, pela diretoria da BBM, quanto a resposta e estabelecimento de planos de ação e prazos para implementação de solução das recomendações apresentadas pela auditoria interna ou independente, assim como as emitidas pelo próprio Comitê.
- d. Avaliar e monitorar, juntamente com a área de auditoria interna ou de gestão de riscos da Companhia, as exposições de risco da BBM, identificados e avaliados pelo Conselho, são controlados pela administração e identificadas as exposições da BBM a tais riscos, informando periodicamente ao Conselho o resultado deste monitoramento;
- e. Recomendar ao Conselho de Administração da BBM a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, podendo reunir-se com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e
- f. Possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

### Comitê de Estratégia e Fusões e Aquisições (não estatutário)

Trata-se de um comitê permanente, instituído em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de dezembro de 2019, com a função de gerar, analisar e desenvolver novas oportunidades de aquisições para a Companhia. O Comitê é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros. Referido comitê possui regimento interno próprio, o qual foi aprovado em 17 de dezembro de 2019 e está disponibilizado no site da Companhia (<http://ri.bbmllogistica.com.br/>).

Compete a referido comitê:

- (i) Promover a discussão e o consenso prévio de grandes direcionadores para os negócios e a gestão da Companhia, a serem levados para o Conselho, relacionados aos seguintes temas:
  - a) Planejamento estratégico da Companhia;
  - b) Estratégia de crescimento através de consolidação;
  - c) Fusões e aquisições
- (ii) Coordenar a elaboração - a ser feita em conjunto com a diretoria, o Conselho de Administração e seus comitês e com apoio de consultoria externa especializada, se necessário - do planejamento estratégico da Companhia, a ser aprovado pelo Conselho da Administração, bem como o monitoramento do mesmo e eventuais atualizações quando necessário.
- (iii) Monitorar o alinhamento de (i) os projetos relevantes e estratégicos, (ii) as metas e objetivos definidos em cada orçamento anual da Companhia e (iii) os projetos de fusões e aquisições com o plano estratégico da Companhia,
- (iv) Recomendar a contratação de empresa de consultoria especializada em estratégia empresarial para atuação na formulação e/ou revisão do planejamento estratégico e da estratégia de fusões e aquisições.
- (v) Recomendar para o Conselho de Administração a estratégia de fusões e aquisições da Companhia.

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (vi) Apoiar a diretoria na prospecção e análise de potenciais alvos de fusões e aquisições, bem como monitorar o processo de análise, negociação e diligência destes alvos.
- (vii) Recomendar, para aprovação pelo Conselho de Administração, as empresas alvo de aquisição, bem como os termos das propostas vinculantes a serem formalizadas com tais empresas.
- (viii) Estar à disposição do Conselho, do Comitê de Gente e Gestão e do Diretor- Presidente, quando solicitado, para dar subsídios em aspectos referentes à avaliação de executivos da Companhia, sobretudo no que se refere a aspectos de atributos ou ações de competência do Comitê.

### Comitê de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (não estatutário)

Trata-se de um comitê permanente, instituído em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de dezembro de 2019, com intuito de analisar e implementar tecnologias que agreguem valor a Companhia, para torná-la um modelo de inovação tecnológica em seu ramo de atividade no mercado. O comitê é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos designados pelo Conselho de Administração. Referido comitê possui regimento interno próprio, o qual foi aprovado em 17 de dezembro de 2019 e está disponibilizado no site da Companhia (<http://ri.bbmllogistica.com.br/>).

Compete a referido comitê:

- (i) Promover a discussão e o consenso prévio de grandes direcionadores para os negócios e a gestão da Companhia, a serem levados para o Conselho, para definição das diretrizes do planejamento estratégico plurianual abrangendo:
  - a) Tendências tecnológicas, sejam de infraestrutura, software ou telecomunicações;
  - b) Inovações que estejam ocorrendo no Brasil e no mundo, no setor de atuação da Companhia;
  - c) Movimentos de transformações digitais nos concorrentes no Brasil e no mundo;
  - d) Análise dos sistemas legados e projetos de integração com novas aquisições.
- (ii) Propor anualmente o conjunto de direcionadores estratégicos que o Conselho encaminhará à Diretoria para a formulação das estratégias anuais referentes aos tópicos acima (do item (i));
- (iii) Avaliar o alinhamento dos planos estratégicos anuais ao planejamento plurianual, apontado ajustes que venham a ser recomendáveis;
- (iv) Acompanhar anualmente os trabalhos de revisão e de realinhamento do planejamento plurianual e de formulação de diretrizes anuais;
- (v) Recomendar, em listas tríplexes qualificados, se julgar necessário, a contratação de empresa de consultoria especializada em estratégia empresarial para atuação junto à Diretoria, na formulação de planos de inovação, transformação digital ou inovação;
- (vi) Definir painéis para acompanhamento, pelo Conselho, das diretrizes e de grandes projetos em curso na Companhia em suas áreas de competência;
- (vii) Orientar trabalhos para manter atualizado o mapeamento de todos projetos de tecnologia da informação e de transformação digital em andamento na Companhia;
- (viii) Orientar trabalhos de acompanhamento das inovações das empresas concorrentes no mercado nacional;
- (ix) Orientar a promoção de pesquisas de âmbito mundial sobre inovações tecnológicas relacionadas aos negócios da Companhia, desenvolvidas ou em desenvolvimento, propondo os ajustes necessários à estratégia da Companhia;
- (x) Avaliar, em conjunto com o Comitê de Estratégia e Fusões e Aquisições, os aspectos relacionados a Tecnologia, Inovação e Transformação Digital em qualquer aquisição que venha a ser realizada pela Companhia;

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (xi) Estar à disposição do Conselho, do Comitê de Gente e Gestão e do Diretor- Presidente, quando solicitado, em interações para dar subsídios em aspectos específicos referentes à avaliação de executivos da Companhia, sobretudo no que se refere a aspectos de atributos ou ações de competência do Comitê.

### Comitê de Ética (não estatutário)

Trata-se de um comitê permanente, conforme descrito no item 5.4, "a" deste Formulário de Referência, criado pela Presidência da Companhia, e composto por 3 (três) membros titulares, dos quais 2 (dois) são diretores estatutários da Companhia, e por 2 (dois) suplentes. Referido comitê não possui regimento interno próprio.

### Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade

Trata-se de um comitê permanente, instituído em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de fevereiro de 2020, para tratar de assuntos relacionados (a) à gestão de pessoas; e (b) a sustentabilidade. O comitê é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos designados pelo Conselho de Administração. Referido comitê possui regimento interno próprio, o qual foi aprovado em 05 de fevereiro de 2020 e está disponibilizado no site da Companhia (<http://ri.bbmllogistica.com.br/>).

Compete a referido comitê:

- (i) Discutir, acompanhar e aconselhar a Diretoria sobre o modelo de **estrutura organizacional** da Companhia, buscando alinhar esta estrutura ao modelo operacional e à estratégia da Companhia.
- (ii) Discutir, aconselhar e acompanhar a Diretoria no controle do **quadro de pessoal** definido pelo presidente executivo e aprovado pelo Conselho de Administração.
- (iii) Recomendar e acompanhar o processo de nomeação, remuneração, avaliação e destituição dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês de assessoramento ao conselho, bem como realizar a avaliação e definição do perfil dos membros destes órgãos e sua adequabilidade às necessidades da Companhia.
- (iv) Recomendar e acompanhar o cronograma de **integração de novos conselheiros independentes e membros dos comitês de assessoramento**, elaborando e coordenando o programa de integração dos mesmos.
- (v) **Discutir, acompanhar e aconselhar a Diretoria** sobre a preservação dos valores e da cultura organizacional.
- (vi) Discutir, acompanhar e aconselhar a Diretoria na gestão e promoção de um **clima organizacional** saudável e do modelo de intervenções para promoção de melhorias.
- (vii) Avaliar, recomendar e monitorar a Diretoria na difusão das **diretrizes e padrões éticos** em toda organização, apoiando e acompanhando os canais de denúncias internos, para que os mesmos sejam efetivos.
- (viii) Em relação à **atração e retenção** de talentos:
  - a. Debater as estratégias de atração e retenção de executivos;
  - b. Discutir, acompanhar e aconselhar o Conselho de Administração e a Diretoria sobre a carreira e os processos de sucessão dos talentos-chave da companhia;
  - c. Acompanhar o mapa de sucessão para postos-chave;
  - d. Monitorar o resultado dos programas institucionais;
  - e. Avaliar, acompanhar e aconselhar a Diretoria na definição das competências necessárias por cargo/função-chave;
  - f. Apoiar o acompanhamento de desempenho e desenvolvimento dos executivos-chave da companhia, avaliando o processo e resultado.

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (ix) Em relação à **remuneração**, avaliar e recomendar para aprovação do Conselho de Administração as políticas de remuneração do Diretor Presidente e demais Diretores Estatutários, bem como colaboradores de alta performance (salário fixo e variável, benefícios, bônus de curto e longos prazos entre outras modalidades de remuneração).
- (x) Anualmente avaliar e recomendar remuneração dos Administradores para aprovação do Conselho e Assembleia de Acionistas
- (xi) Em relação à atividade de **recrutamento e seleção**:
- a. Aconselhar e acompanhar a Diretoria na definição das competências (experiência, habilidades e perfis) dos cargos-chave para que a Companhia atinja suas aspirações de médio e longo prazo; e
  - b. Discutir, acompanhar e aconselhar a Diretoria para que o processo de seleção esteja em conformidade com os valores da Companhia.
- (xii) Em relação à **capacitação e desenvolvimento**:
- a. Acompanhar a política e os processos de capacitação e desenvolvimento dos líderes e posições-chave da companhia.
  - b. Apoiar na definição de programas de educação continuada.
- (xiii) Em relação ao **processo de saída**:
- a. Discutir, avaliar e monitorar junto à Diretoria os processos de saída, incluindo entrevista de demissão de pessoas-chave e dados de *Turnover*;
  - b. Em situações específicas, o COGGES poderá conduzir diretamente a entrevista de saída de executivos "C level". Esta entrevista poderá ser conduzida isoladamente ou em conjunto com o CEO / Diretor de Recursos Humanos;
  - c. Avaliar dados e sugerir à Diretoria alterações no processo de saída.
- (xiv) Em relação aos **riscos trabalhistas**:
- a. Acompanhar os principais ofensores e riscos trabalhistas, bem como, as ações para mitigação do passivo trabalhista da companhia;
  - b. Outras atribuições que venham a ser designadas pelo Conselho de Administração.
- (xv) Em relação ao tema da **Sustentabilidade (ESG)**:
- a. Acompanhar a Diretoria no desenvolvimento das principais iniciativas da Companhia nesta área;
  - b. Acompanhar e discutir periodicamente as principais tendências, riscos e oportunidades nesta área, divulgando suas conclusões e recomendações para o Conselho de Administração.
  - c. Definir, em conjunto com a Diretoria, o plano estratégico de sustentabilidade com as principais diretrizes a serem seguidas pela Companhia e encaminhar o mesmo para apreciação do Conselho de Administração; e
  - d. Monitorar, junto à Diretoria a implementação, de tal plano e os resultados das ações implementadas pela Companhia.
- ii. **se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui comitê de auditoria estatutário. A Companhia possui um comitê de auditoria não estatutário que está descrito no item (i) acima.

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

### **iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, conforme aprovada em 20 de setembro de 2019 pelo Conselho de Administração da Companhia. Essa política apresenta procedimentos de forma a evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Nos termos da Política aprovada, cabe ao Conselho de Administração supervisionar, fiscalizar e acompanhar as atividades de auditoria independente contratadas pela Companhia, a fim de avaliar a independências dos auditores, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços às necessidades da Companhia, bem como aprovar a contratação de quaisquer serviços extra-auditoria. Para tanto, todas as propostas de contratação devem ser apresentadas ao Conselho de Administração já com a análise de comprometimento da independência da contratação pelo próprio auditor externo, bem como com o orçamento dos valores envolvidos. Atualmente, a Política de contratação de serviços extra-auditoria da Companhia está disponível para consulta nos websites da Companhia (<https://ri.bbmlogistica.com.br/>) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

### **b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A diretoria não possui regimento interno, todas as suas atribuições e competências estão definidas no Estatuto Social da Companhia. A Diretoria da Companhia é formada por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, sendo (a) 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Executivo Administrativo Financeiro; (c) 1 (um) Diretor Executivo de Operações Logísticas Dedicadas; (d) 1 (um) Diretor Executivo de Gestão de Transporte; (e) 1 (um) Diretor Executivo Comercial; (f) 4 (quatro) Diretor(es) de Segmentos de Negócios; (g) 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, (h) 1 (um) Diretor de Recursos Humanos e (i) 1 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, sendo permitida a acumulação de cargos, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Exceto quando estabelecido de outra forma no Estatuto Social da Companhia, a representação da Companhia perante terceiros, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, bem como a assinatura de qualquer documento que envolva a assunção de obrigações e/ou direitos pela Companhia, será realizada (a) por quaisquer dos diretores conjuntamente com o Diretor Administrativo Financeiro; ou por procurador com poderes específicos, na forma do parágrafo 2º do art. 9º do Estatuto Social Companhia.

As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas sempre pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo Financeiro, em conjunto, e deverão especificar expressamente os poderes conferidos, e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos (*ad judicium*), que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Compete ao Diretor Presidente:

- (a) dirigir a Companhia cumprindo e fazendo cumprir o seu Estatuto Social e as decisões dos órgãos deliberativos;
- (b) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (c) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais diretores;
- (d) planejar e coordenar as iniciativas comerciais e operacionais em concordância com o plano de crescimento da Companhia;
- (e) executar atividades de administração, incluindo, sem limitação, a formalização de atos societários;
- (f) zelar pela conformidade regulatória, tributária, trabalhista e ambiental da Companhia;

**12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa**

- (g) garantir disponibilidade e adequado estado de funcionamento dos ativos e infraestrutura da Companhia;
- (h) zelar pelo bom funcionamento e cumprimento das normas vigentes para as operações na matriz e nas filiais da Companhia, bem como pelo cumprimento do código de ética;
- (i) acompanhar as atividades da área de recursos humanos da Companhia, especialmente no contexto de contratação e avaliação de cargos de gerência, bem como as iniciativas para gestão de talentos e sucessores para cargos chave;
- (j) acompanhar as atividades da área de tecnologia da informação, especialmente em relação ao desenvolvimento das atividades de inovação e transformação digital;
- (k) acompanhar as atividades relacionadas ao tema de ESG (Environmental, Social and Governance), garantindo que a Companhia tenha um planejamento adequado e estruturado e ações efetivas nesta área alinhadas às suas operações e estratégia de negócio;
- (l) acompanhar as atividades relacionadas à gestão de riscos.

Compete ao Diretor Executivo Administrativo Financeiro:

- (a) coordenar e supervisionar as atividades de tesouraria, contas a pagar e a receber, finanças, orçamento e contabilidade;
- (b) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal;
- (c) zelar pela conformidade tributária e trabalhista;
- (d) dar suporte aos demais diretores e departamentos da Companhia com relatórios, análises e informações de acompanhamento e avaliação dos resultados buscando proativamente identificar riscos, desvios em relação às metas definidas e oportunidades de melhoria;
- (e) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração da Companhia e demais relatórios gerenciais solicitados pela Diretoria, Conselho de Administração e acionistas, conforme o caso;
- (f) coordenar a apresentação das informações e relatórios aos auditores independentes, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, quando em funcionamento;
- (g) coordenar e supervisionar as contratações de seguros pela Companhia, bem como avaliar o impacto de tais contratações no desempenho financeiro da Companhia;
- (h) supervisionar e coordenar o acompanhamento e aplicação das normas regulatórias no âmbito do Mercosul aplicáveis à Companhia;
- (i) fornecer informações relativas ao desempenho da Companhia periodicamente à Assembleia Geral e/ou ao Conselho de Administração; executar as atividades de análise, acompanhamento e avaliação do desempenho financeiro da Companhia, conforme orientação da Assembleia Geral e/ou do Conselho de Administração; e
- (j) supervisionar os trabalhos dos auditores independentes.

Compete aos Diretores Executivos de Gestão de Transporte e de Operações Logísticas Dedicadas:

- (a) coordenar, fiscalizar e responsabilizar-se perante a Companhia pelo resultado das operações, tanto em seus aspectos qualitativos como em seus aspectos quantitativos, incluindo atingimento de metas de indicadores operacionais e de metas de custos, despesas e investimentos relacionadas às operações;
- (b) zelar pela conformidade regulatória e ambiental da Companhia;

**12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa**

- (c) supervisionar o cumprimento das normas ambientais no transporte de cargas, bem como avaliar formas de reduzir riscos de eventuais sinistros no desempenho financeiro e a imagem da Companhia;
- (d) garantir a disponibilidade e adequado estado de funcionamento dos ativos e infraestrutura relacionados às operações da Companhia;
- (e) supervisionar a qualidade e eficiência das operações, definindo e acompanhando as metas operacionais das unidades de negócios e envidando seus melhores esforços para atingir e superar as expectativas dos clientes através da viabilidade econômica mútua;
- (f) supervisionar os processos operacionais da Companhia, envidando os melhores esforços para disseminar, nas unidades de negócio, a busca constante por oportunidades de melhoria de desempenho e eficiência das operações; e
- (g) coordenar, junto com as unidades de negócio, a definição das estratégias, processos e metas operacionais da Companhia e acompanhar e executar a implementação e monitoramento das mesmas.
- (h) atuar conjuntamente com os Diretores de Segmentos de Negócios e os responsáveis pelas filiais da Companhia nos assuntos de operações, sendo o principal responsável por garantir os padrões, qualidade, processos e resultados relacionados às operações.
- (i) suportar operacionalmente a empresa em atividades de expansão, investimentos, aquisições e alianças corporativas;
- (j) gerenciar relacionamentos com parceiros e fornecedores no âmbito operacional;
- (k) entender o modelo operacional dos clientes e apoiar na busca pela melhor solução logística para as demandas existentes

Compete ao Diretor Executivo Comercial:

- (a) planejar, definir e administrar as estratégias comerciais da Companhia;
- (b) estabelecer e gerir estruturas de vendas e políticas de relacionamento comercial;
- (c) monitorar o atingimento das metas comerciais de toda a Companhia;
- (d) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza comercial;
- (e) elaborar relatórios de natureza comercial e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;
- (f) planejar e executar políticas de gestão em sua área de competência;
- (g) atuar conjuntamente com os Diretores de Segmentos de Negócios e os responsáveis pelas filiais da Companhia nos assuntos comerciais, sendo o principal responsável por garantir os padrões, qualidade, processos e resultados relacionados às atividades comerciais;
- (h) entender o modelo operacional dos clientes existentes e potenciais, prospectar novos negócios e apoiar na busca pela melhor solução logística para as demandas existentes;
- (i) ser o elo de ligação entre os clientes e a Companhia garantindo a satisfação, viabilidade econômica mútua e formalizando adequadamente a relação comercial;
- (j) desenvolver projetos que sustentem o crescimento planejado da empresa priorizando a otimização dos seus resultados;
- (l) desenvolver, apresentar e negociar propostas comerciais adequadas à necessidade dos clientes de acordo com os serviços disponíveis nas Unidades de Negócios e aprová-las em conjunto com os outros diretores; e

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (m) acompanhar junto às unidades de negócios a execução das propostas comerciais, identificando eventuais desvios, de forma a assegurar o retorno projetado na respectiva contratação.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- (a) representar institucionalmente a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, as bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como as entidades de regulação e auto-regulação e fiscalização correspondentes e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; e
- (b) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e auto-regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

Compete ao Diretor de Recursos Humanos:

- (a) administrar em alinhamento com a Presidência os movimentos de desenho organizacional, bem como garantir o organograma aprovado e necessário para o desenvolvimento das atividades da BBM, prestando suporte para área de novos projetos, fusões e aquisições e modelando cenários com projeção de budget, headcount e overheads para implantação de novas estruturas;
- (b) coordenar as relações trabalhistas, negociando e fazendo cumprir acordos e convenções coletivos;
- (c) desenvolver e gerenciar políticas de remuneração para assegurar equidade interna e competitividade externa, gerir o programa de remuneração variável e de incentivo de longo prazo e coordenar o processo de orçamento de salários da Companhia, bem como a administração de desempenho e desenvolvimento de carreira dos colaboradores através do uso das ferramentas mais adequadas ao negócio e cultura da empresa;
- (d) garantir a execução, eficiência e transparência dos processos de admissão, folha de pagamento, rescisão, férias e encargos sociais;
- (e) promover a disseminação de cultura e valores da empresa, por meio de ações que garantam um excelente clima organizacional de forma a permitir o engajamento dos funcionários à cultura e diretrizes estabelecidas pela empresa; e
- (f) supervisionar e coordenar o acompanhamento e aplicação das normas ISO e SASSMAQ aplicáveis à Companhia.

Compete a cada Diretor de Segmentos de Negócios:

- (a) coordenar, fiscalizar e responsabilizar-se perante a Companhia pelo resultado do segmento sob sua responsabilidade, ou seja, pelas vendas, receitas, rentabilidade, custos e despesas e pelas operações e aspectos qualitativos do segmento de negócios sob sua gestão;
- (b) observar as diretrizes que venham a ser estabelecidas pelo Diretor de Operações, Diretor Comercial, Diretor Presidente e Diretor Financeiro e pelo Conselho de Administração e emendar seus melhores esforços para o cumprimento do orçamento, inclusive no que tange a aspectos de capital de giro e investimentos, do segmento de negócios sob sua gestão, sendo o principal responsável por tais resultados;
- (c) de forma coordenada com o Diretor Comercial e com os responsáveis pelas filiais da Companhia, desenvolver e gerir o relacionamento com clientes dos segmentos de negócios sob sua gestão com o objetivo de maximizar as vendas para tais clientes, bem como a respectiva rentabilidade, e garantir a qualidade dos serviços prestados a tais clientes;
- (d) de forma coordenada com o Diretor de Operações e com os responsáveis pelas filiais da Companhia, coordenar e supervisionar a execução das operações de do segmento de negócios sob sua gestão com o objetivo de atingir os níveis de serviço demandados pelos clientes e as metas operacionais e financeiras definidas para seu segmento de negócios;

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (e) de forma coordenada com o Diretor de Operações e com os responsáveis pelas filiais da Companhia, desenvolver e gerir o relacionamento com os fornecedores do seu segmento de negócios com o objetivo de maximizar sua disponibilidade e qualidade, e gerenciar os custos, despesas e investimentos relacionados; e
- (f) entender o modelo operacional dos clientes e apoiar a busca pela melhor solução logística para as demandas existentes.

Compete ao Diretor de Tecnologia da Informação:

- (a) coordenar a implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, fazendo diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação que atendam as necessidades de informação da Companhia;
- (b) garantir que a Companhia esteja dotada de sistemas e recursos existentes no mercado, através do contínuo acompanhamento dos produtos existentes no mercado, bem como dos novos lançamentos e do aprimoramento dos hardwares e softwares já existentes;
- (c) planejar, coordenar, gerir e supervisionar os projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas, comunicação de voz e dados, rede elétrica estabilizada, rede local com e sem fio, infraestrutura computacional, serviços de atendimento de informática e demais atividades de tecnologia da informação;
- (d) coordenar o desenvolvimento e contínuo aperfeiçoamento dos sistemas de gerenciamento de transporte (TMS), digitalização da demanda e oferta (DDO) e sistema de otimização, pelos diversos prestadores de serviços contratados, inclusive fábricas de software, garantindo o atendimento dos requisitos e de todas as operações da Companhia;
- (e) promover ações visando a garantir a disponibilidade, a qualidade e a confiabilidade dos processos, produtos e serviços de tecnologia;
- (f) acompanhar e avaliar a elaboração e execução dos planos, programas, projetos e as contratações estratégicas de tecnologia da informação e comunicação, estabelecer e coordenar a execução da política de segurança de tecnologia da informação;
- (g) traduzir os desafios estratégicos da Companhia na construção de um portfólio de projetos e iniciativas de inovação e, ao mesmo tempo, auxiliar na formulação da estratégia da Companhia com informações sobre as tendências e mudanças no ambiente externo; e
- (h) promover as ações necessárias no sentido de assegurar a integridade e a proteção dos dados e informações da Companhia.

**c. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Não aplicável, uma vez que, atualmente, o Conselho Fiscal da Companhia não é permanente e será instalado unicamente a pedido dos acionistas.

**d. Mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando**

**i. Informar a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**

O Conselho de Administração, com objetivo de aprimorar sua eficácia, realiza no mínimo 1 (uma) vez por ano (a) a sua auto-avaliação como órgão, (b) a avaliação do Presidente do Conselho, (c) a avaliação de cada membro de forma individual e (d) a avaliação de seus comitês de assessoramento, buscando identificar oportunidades de melhoria no seu funcionamento e gerar planos de ação.

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração, dos membros do conselho e de seus comitês é coordenada pelo seu Presidente e conta com a participação de todos os membros do conselho, sendo facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

O Conselho de Administração também realiza anualmente a avaliação individual de cada membro da diretoria.

### **ii. Informar a metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**

A avaliação do Conselho de Administração é realizada através de um processo no qual os membros do conselho avaliam a efetividade do órgão em temas relevantes, tais como: (i) funcionamento das reuniões, (ii) preparação adequada das pautas, (iii) composição do conselho, (iv) participação dos membros do conselho, (v) qualidade das discussões, (vi) relevância dos temas monitorados e discutidos, além de outros itens.

A avaliação individual do Presidente do Conselho e de cada membro do conselho é realizada pelos demais conselheiros.

Os Comitês são avaliados pelos membros do conselho, com apoio da diretoria, principalmente em relação à sua efetividade, ou seja, capacidade de assessorar de forma efetiva o conselho nos temas definidos e composição.

Os diretores são avaliados anualmente através da análise do atingimento das metas quantitativas definidas para cada diretor, além da observância de questões qualitativas. Exceto no caso de sua própria avaliação, que é realizada pelo Conselho, sempre é solicitado ao diretor presidente que apresente sua avaliação dos demais diretores para o conselho, dentro deste processo.

### **iii. Informar como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão**

Os resultados das avaliações são disponibilizados a todos os membros do conselho e discutidos entre eles.

A partir desta discussão, os membros do conselho definem planos de ação em relação a cada item de atenção e/ou oportunidade de melhoria identificada, incluindo a revisão da composição, inserção de temas na pauta de discussões e deliberações do conselho e revisão da estrutura e composição dos comitês de assessoramento.

### **iv. Informar se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia contratado serviços de consultoria ou assessoria externos para avaliação de desempenho dos órgãos e/ou comitês.

## 12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

### 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

#### a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas quanto a prazos de convocação.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada pela Medida Provisória nº 1.040, de 29 de março de 2021, como regra, a primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência da realização da Assembleia Geral e a segunda com convocação mínima de 8 (oito) dias.

#### b) competências

Além das matérias previstas em lei, compete à Assembleia Geral a deliberação sobre as seguintes matérias, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações:

- (a) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição ou remuneração aos acionistas da Companhia;
- (b) aquisição, fusão, incorporação, cisão da Companhia ou de qualquer outra sociedade na Companhia, incluindo de suas subsidiárias;
- (c) qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia;
- (d) determinação do valor global da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria e aprovação da distribuição da remuneração aplicável ao Conselho de Administração e à Diretoria para cada exercício;
- (e) qualquer aumento ou redução de capital da Companhia ou emissão de novas ações, a menos que dentro do capital autorizado da Companhia;
- (f) a obtenção de registro da Companhia e/ou de qualquer subsidiária perante as autoridades competentes para negociação de suas ações ou outros valores mobiliários em ambiente de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado e a realização de oferta pública inicial de ações da Companhia;
- (g) concessão de avais, fianças de qualquer natureza ou qualquer outra forma de prestação de garantia da Companhia para garantir obrigações de terceiros, para fins de clareza, não se submetem a aprovação da Assembleia qualquer forma de garantia da Companhia às suas Controladas, em qualquer valor; e
- (h) aprovação de emissão de bônus de subscrição ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações.

#### c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Alameda Bom Pastor, nº 2.216, Barro Preto, São José dos Pinhais/PR, bem como no seguinte endereço eletrônico: <http://ri.bbmllogistica.com.br/>, no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) (“B3”).

#### d) identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira, caso ocorra qualquer conflito de interesses.

#### e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais. O acionista poderá ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos, quando aplicável.

#### f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

## 12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

Os acionistas da Companhia poderão participar das assembleias gerais mediante nomeação de procurador para representá-los, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/76. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à assembleia geral munido de documentos que comprovem sua identidade e a respectiva participação acionária. A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada. A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

### **g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização**

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância ("Boletim"), deverá fazê-lo por uma das seguintes opções:

- (i) por instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia;
- (ii) por instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia, no caso de acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou mediante encaminhamento do Boletim diretamente à Companhia.

O Boletim, tão logo disponível, nos termos da regulamentação, poderá ser acessado, para impressão e preenchimento prévio no website da Companhia (<http://ri.bbmlogistica.com.br/>), bem como no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os documentos abaixo listados para Alameda Bom Pastor, nº 2.216, Barro Preto, São José dos Pinhais/PR, CEP 83015-810, aos cuidados da Área de Relações com Investidores. No que se refere as formalidades necessárias para aceitação do referido Boletim, quando enviado diretamente à Companhia, serão exigidos:

- (i) via original do Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado, observado que não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no Boletim, tampouco a sua consularização;
- (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos: a) documento de identidade válido com foto do acionista, no caso de acionista pessoa física; b) cópia dos estatutos sociais ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes bastantes, no caso de pessoa jurídica e documento de identidade com foto do representante legal; c) cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, e documentos societários que comprovem os poderes de representação, no caso de fundos, e documento de identidade com foto do representante legal; d) cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira depositária; e) em se tratando de acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas, extrato contendo a sua respectiva posição acionária, emitido em até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia.

De acordo com o Art. 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o Boletim será recebido até 7 (sete) dias antes da Assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do Boletim se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notariação ou consularização.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos nos itens (i) e (ii) acima para o endereço eletrônico [ri@bbmlogistica.com.br](mailto:ri@bbmlogistica.com.br), sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do Boletim e da cópia dos demais documentos requeridos, em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, para a Alameda Bom Pastor, 2216, Barro Preto, São José dos Pinhais/PR, CEP 83015-810.

Uma vez recebidos os documentos referidos nos itens (i) e (ii) acima, a Companhia avisará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no Boletim, acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM 481/09, conforme alterada.

## 12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

Caso o Boletim seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no Boletim, que indicará a necessidade de reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá enviar nova instrução de voto à Companhia, caso entenda necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Entretanto, caso haja divergências entre o Boletim recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 21- W, §2º da Instrução CVM nº 481/09.

### **h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância, observado, porém, que utilizará as prerrogativas da Instrução CVM nº 561/2015 para viabilizar o processo de voto a distância, conforme item g) acima.

### **i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

Para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no Boletim relativo às Assembleias Gerais Ordinárias e nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia, nas quais a adoção do Boletim for aplicável, será necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço Alameda Bom Pastor, 2216, Barro Preto, São José dos Pinhais/PR, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico [ri@bbmlogistica.com.br](mailto:ri@bbmlogistica.com.br), nos prazos e termos estabelecidos pela regulamentação vigente, em especial, a Instrução CVM 481/09, conforme alterada.

### **j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

### **k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

Seguem abaixo informações e procedimentos a serem observados para fins do exercício do direito do voto a distância por meio de prestadores de serviços:

- (i) *Exercício mediante envio de instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia*

Essa opção destina-se exclusivamente aos acionistas detentores de ações escrituradas pela ITAÚ CORRETORA DE VALORES S/A que não estejam depositadas em depositário central.

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central – como por exemplo, junto à B3 – e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços poderá transmitir as suas instruções de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia, a ITAÚ CORRETORA DE VALORES S/A, observadas as regras por ele determinadas.

Caso o acionista possua ações custodiadas em mais de uma instituição (a citar, por exemplo, situações em que parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante), basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição. O voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista. Em caso de dúvida com relação aos procedimentos acima, favor contatar a ITAÚ CORRETORA DE VALORES S/A.

## 12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/09, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim ao agente escriturador em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia.

*(ii) Exercício mediante envio de instruções de preenchimento transmitidas aos agentes de custódia.*

Essa opção destina-se exclusivamente aos acionistas detentores de ações custodiadas no depositário central – como, por exemplo, na Central Depositária da B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados por seus respectivos agentes de custódia.

O acionista titular de ações depositadas na Central Depositária da B3 que optar por exercer seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por eles determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com seus respectivos agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para o exercício de tal faculdade.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/09, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus agentes de custódia.

Vale notar que, conforme determinado pelo art. 21-S da Instrução CVM nº 481/09, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

### **Esclarecimentos Adicionais**

Não há outras informações relevantes além das informações acima destacadas e demais informações constantes da regulamentação vigente necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância nas Assembleias Gerais da Companhia (nas quais a adoção de tais procedimentos for aplicável). A Companhia esclarece que mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas de seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail [ri@bbmlogistica.com.br](mailto:ri@bbmlogistica.com.br).

## 12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

### 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

#### a) **Número de reuniões do último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, o Conselho de Administração da Companhia realizou um total de 22 (vinte e duas) reuniões.

#### b) **Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

Vide item 15.5(g) deste Formulário de Referência.

#### c) **Regras de identificação e administração de conflitos de interesse**

De acordo com a Lei nº 6.404/76, o conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia no mercado; ou (ii) tiver interesse conflitante com a sociedade. As regras de identificação e administração de conflitos de interesses observadas pela Companhia são aquelas previstas nos artigos 115 e 156 da Lei 6.404/1976.

O administrador da Companhia é vedado de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, na ata de reunião de Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu interesse. Ademais, o administrador somente pode contratar com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros, sob pena de o negócio contratado ser anulado e de o administrador interessado ser obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

A Companhia não possui regras específicas definidas para identificação e administração de conflitos de interesse no âmbito do Conselho de Administração seguindo as orientações definidas pela Lei nº 6.404/76.

#### **(d) Informar se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo: (i) Órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e (ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros**

A Companhia possui uma política de indicação aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2020, a qual pode ser consultada no site da Companhia (<http://ri.bbmlogistica.com.br/>).

Referida Política prevê que a indicação dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria ("Órgãos") da Companhia deverá observar, além da própria Política, o Estatuto Social da Companhia, os regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês, o Regulamento do Novo Mercado, na Lei nº 6.404, bem como as demais legislações e regulamentações aplicáveis.

Os profissionais indicados para compor os Órgãos deverão ter comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica adequada ao exercício das suas funções na Companhia e a indicação para composição dos Órgãos deverá observar critérios como capacitação profissional e/ou acadêmica relacionada à função, complementaridade de experiências e disponibilidade de tempo adequada para o desempenho da função.

A indicação de membros para composição do Conselho de Administração poderá ser realizada por quaisquer Conselheiros, pelo Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade, bem como por quaisquer acionistas da Companhia.

A indicação de membros do Conselho de Administração deverá observar, ao menos, os seguintes critérios: (i) possuir reputação ilibada; (ii) possuir experiência profissional e/ou acadêmica em temas relacionados às atividades da Companhia e/ou a sua função na Companhia, por exemplo: logística, estratégia, finanças, tecnologia, gestão de negócios, fusões e aquisições, gestão de pessoas e outras; (iii) não ocupar cargo em sociedade ou entidade que possa ser considerada concorrente direta à Companhia; e (iv) ter disponibilidade razoável de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumidas.

## **12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA**

O acionista que desejar indicar membros para composição do Conselho de Administração deverá enviar notificação por escrito para o endereço da sede social da Companhia, aos cuidados do Departamento Jurídico, apresentando: (i) nome completo; (ii) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; (iii) currículo do indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, atividades profissionais que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, se for o caso; e (iv) no caso de indicação de candidato ao cargo de conselheiro independente, além das informações elencadas acima, declaração assinada pelo postulante, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, bem como atestando o cumprimento aos requisitos previstos na Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002.

## **12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos**

### **12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos**

Nos termos do seu Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Lei de Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

**12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Alexandre Rafael Merlin 026.377.379-56	07/07/1977 Engenheiro Civil	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Executivo de Gestão de Transportes	29/04/2022 29/04/2022	Até a próxima AGO Sim	6 0%
André Alarcon De Almeida Prado 005.125.617-70	03/07/1974 Engenheiro Civil	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	29/04/2022 29/04/2022	Até a próxima AGO Sim	6 0%
Marco Antonio de Modesti 724.238.039-15	05/04/1969 Administrador	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	29/04/2022 29/04/2022	Até a próxima AGO Sim	6 0%
Agapito Pereira dos Anjos Sobrinho 638.827.799-34	01/09/1968 Administrador	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Executivo Comercial	29/04/2022 29/04/2022	Até a próxima AGO Sim	6 0%
PEDRO PAULO DAS NEVES JÚNIOR 011.330.097-27	24/05/1970 Tecnólogo em processamento de dados	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor de Tecnologia da Informação	29/04/2022 29/04/2022	Até a próxima AGO Sim	4 0%
Edna Redondo Marques Morilla 139.295.648-07	07/04/1969 Psicóloga	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretora de Recursos Humanos	29/04/2022 29/04/2022	Até a próxima AGO Sim	1 0%
Alan Mondini Takahashi 320.885.758-63	27/11/1986 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022 29/04/2022	Até a próxima AGO Sim	6 100%
Membro do Comitê de Excelência Operacional.					
Marcos Egídio Battistella	07/03/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	Até a próxima AGO	6

**12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
317.990.199-34	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Sim	95%
Membro do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade e do Comitê de Excelência Operacional.					
Inês Corrêa de Souza	09/08/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	Até a próxima AGO	6
299.870.677-00	Administradora	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/04/2022	Sim	100%
Membro do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade.					
Tiago Curi Isaac	16/06/1982	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	Até a próxima AGO	4
303.612.048-33	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2022	Sim	100%
Membro do Comitê de Auditoria.					
Antonio Wroblewski Filho	02/01/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	Até próxima AGO	3
638.123.208-00	Engenheiro mecânico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Sim	100%
Membro do Comitê de Excelência Operacional e do Comitê de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital.					

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Alexandre Rafael Merlin - 026.377.379-56

Engenheiro pela UFPR e MBA pela FGV. O executivo, que em 16 anos de experiência passou empresas tradicionais como ALL, Kraft Heinz e JSL.

Alexandre Rafael Merlin não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

André Alarcon De Almeida Prado - 005.125.617-70

Engenheiro civil, mestre em engenharia de sistemas logísticos e doutor em transportes pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Global Logistics & Supply Chain Management pelo Massachusetts Institute of Technology s (MIT). Conta com mais de 24 anos de experiência em Supply Chain, atualmente tem como responsabilidade a condução de um projeto de construção de uma plataforma logística na América Latina, é membro do conselho consultivo da ABRALOG, além de ter sido o técnico responsável pelos trabalhos desenvolvidos sobre custos e cadeias logísticas no PDLT (Plano Diretor de Logística e Transportes) de SP e no PELC (Plano de Excelência em Logística e Cargas) do RJ.

André Alarcon de Almeida Prado não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Marco Antonio de Modesti - 724.238.039-15

Com formação em Administração de Empresas, possui 25 anos de experiência em Finanças. Antes, atuou como VP de Finanças na Pearson Education Brasil e como Diretor de Planejamento Financeiro e Relacionamento com Investidores na Biosev, empresa do grupo Louis Dreyfus.

Marco Antonio de Modesti não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Agapito Pereira dos Anjos Sobrinho - 638.827.799-34

Administrador de Empresas, com mais de 30 anos de experiência em Logística, Previamente à sua entrada na Companhia em 2018, atuou como Gerente de Logística na Nestlé de 1987 a 2003 e como Diretor Executivo na Stocktec de 2005 a 2015.

Agapito Pereira dos Anjos Sobrinho não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

PEDRO PAULO DAS NEVES JÚNIOR - 011.330.097-27

Pedro Neves, graduado em Processamento de Dados pela Faculdade Osório Campos - RJ, com MBA Executivo em Gestão de Negócios pela Brazilian Business School, Pós graduação em Redes de Computadores pelo CEFET-RJ, iniciou sua carreira em Tecnologia para Indústria Naval do RJ, migrando para São Paulo, onde foi líder de equipes de Consultoria de Governança de Tecnologia e passando a gerenciar equipes de Tecnologia voltadas para atividades de Logística no Grupo Coimex, Marimex e Tegma, onde desempenhou papel de Diretor de Inovação, Tecnologia e Processos, participando da fundação de uma aceleradora de startups, nesta última posição.

Edna Redondo Marques Morilla - 139.295.648-07

A Sra. Edna é graduada em Psicologia com MBA em Recursos Humanos pela FEA-USP e Liderança pelo IMD. Possui mais de 20 anos como Executiva de RH em empresas multinacionais e nacional de grande porte em segmentos expressivos do mercado para Brasil e América Latina. Relevante experiência profissional em todos os subsistemas de gestão de pessoas com forte atuação em processos de M&A e reestruturações, desenvolvimento organizacional e de lideranças.

Edna declara que: (a) não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer e (b) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

---

Alan Mondini Takahashi - 320.885.758-63

O Sr. Alan possui 12 anos de experiência, tendo trabalhado na área de desenvolvimento de novos negócios e fusões e aquisições do Grupo Abril, e participado de diversos projetos e transações nos setores de educação, logística e mídia. Ainda no Grupo Abril, trabalhou na área financeira da empresa de logística Total Express. Foi também da equipe de investimentos da PGIM Real Estate Investors (braço da PGIM, gestora de investimentos da Prudential Financial, focado em fundos de capital privado para investimentos imobiliários). Atualmente, é diretor de investimentos da Stratus (gestora de fundos de capital privado) e membro do comitê de investimentos da empresa, onde esteve envolvido no investimento e monitoramento de empresas do portfólio da Stratus.

Alan Mondini Takahashi não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Marcos Egídio Battistella - 317.990.199-34

O Sr. Marcos é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Economia – FAE, possui Pós Graduação em Gestão de Logística pelo ISAE/ FGV. Foi Gerente de Operações e Logística na Rodo Mar Ltda, e posteriormente sócio da BBM Logística S/A, onde foi Diretor Operações. Após a entrada do Fundo de Investimentos Stratus na sociedade da BBM, passou a ser membro do Conselho de Administração. Participa, ainda, da Diretoria do Setcepar, Sindicato Patronal das Empresas de Transportes de Cargas, atuando, hoje como Presidente da entidade.

Marcos Egídio Battistella não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

A Sra. Inês graduou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. É sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, empresa que iniciou suas atividades em 2004. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Eletric do Brasil S.A. entre 1973 e 1975. Posteriormente, foi Diretora Financeira da Vale, onde exerceu diversos cargos executivos entre 1976 e 1999, tendo atuado também como Membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo Vale. Foi Presidente do Banco UBS S.A. e diretora geral do UBS AG no Brasil, tendo sido responsável também pelas áreas de Operações, Finanças Corporativas e Wealth Management do Banco UBS Warburg entre 1999 e 2004. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, da Manserv Investimentos e Participações S.A., da Stogas S.A., da Radix Engenharia e Software S.A., atuando também em diversos comitês.

A Sra. Inês é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento do novo mercado.

Tiago Curi Isaac - 303.612.048-33

O Sr. Tiago Foi o head de Empresas e IPOs da B3, onde foi responsável pela aprovação da versão atual do Novo Mercado e pela realização de mais de 100 operações entre IPOs e Follow-ons, ajudando as empresas brasileiras na captação de mais de R\$ 250 bilhões em recursos. Antes disso, atuou nas áreas de planejamento financeiro e estratégia da Bunge e foi consultor da Deloitte. Foi conselheiro de administração do fundo Mercaprev, da ABRASCA e da ABVCAP. Coordenou a Câmara Consultiva de Listagem por 3 anos e é Membro do IBGC, onde também é professor. Formado em administração de empresas com especializações nas áreas de estratégia e governança.

Tiago Curi Isaac não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Tiago é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento do novo mercado.

Antonio Wroblewski Filho - 638.123.208-00

O Sr. Antônio possui 35 anos de experiência em Operações Logísticas, engenheiro com MBA realizado na NYU. Atuou como Diretor Executivo na DHL Brasil de 1990 até 1996, foi ainda Presidente na Ryder Logística Cone Sul de 1997 até 2018.

Antônio Wroblewski Filho declara que: (a) não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer e (b) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Alexandre Rafael Merlin - 026.377.379-56 N/A	
André Alarcon De Almeida Prado - 005.125.617-70 N/A	
Marco Antonio de Modesti - 724.238.039-15 N/A	
Agapito Pereira dos Anjos Sobrinho - 638.827.799-34 N/A	
PEDRO PAULO DAS NEVES JÚNIOR - 011.330.097-27 N/A	
Edna Redondo Marques Morilla - 139.295.648-07 N/A	
Alan Mondini Takahashi - 320.885.758-63 N/A	
Marcos Egídio Battistella - 317.990.199-34 N/A	

---

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

N/A

---

Tiago Curi Isaac - 303.612.048-33

N/A

---

Antonio Wrobleski Filho - 638.123.208-00

N/A

**12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Tiago Curi Isaac	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	16/06/1982	01/01/2022	Até a AGO de 2023
303.612.048-33		Administrador		22/12/2021	3	100%
Membro independente do Comitê de Auditoria e membro independente do Conselho de Administração.						
João Manoel dos Santos	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Presidente do Comitê	06/06/1961	01/01/2022	Até a AGO de 2023
661.242.557-15		Contador		22/12/2021	3	100%
Maurício Sucasas	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	11/08/1965	01/01/2022	Até a AGO de 2023
049.118.598-73		Engenheiro		22/12/2021	3	100%
Coordenador do Comitê de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital.						
Alan Mondini Takahashi	Outros Comitês		Outros	27/11/1986	01/01/2022	Até a AGO de 2023
320.885.758-63	Comitê de Estratégia, Fusões e Aquisições	Economista	Coordenador do Comitê de Estratégia, Fusões e Aquisições	22/12/2021	1	100%
Membro do Conselho de Administração.						
Elinton João Battistella	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	25/10/1946	01/01/2022	Até a AGO de 2023
075.860.949-34	Comitê de Excelência Operacional	Engenheiro Mecânico		22/12/2021	1	100%
Inês Corrêa de Souza	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/08/1950	01/01/2022	Até a AGO de 2023
299.870.677-00	Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade	Administradora		22/12/2021	3	100%
Membro do Conselho de Administração.						
Joaquim Rocha	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	13/02/1963	01/01/2022	Até a AGO de 2023
659.916.487-00	Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade	Engenheiro		22/12/2021	3	100%
Antonio Wroblewski Filho	Outros Comitês		Outros	02/01/1953	01/01/2022	Até a AGO de 2023

**12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
638.123.208-00	Comite de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital	Engenheiro mecânico	Membro de Comitê	22/12/2021	3	100%
Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Excelência Operacional.						
Marcos Egídio Battistella	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/03/1957	28/05/2021	28/05/2022
317.990.199-34	Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade	Administrador		28/05/2021	2	100%

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Tiago Curi Isaac - 303.612.048-33

O Sr. Tiago Foi o head de Empresas e IPOs da B3, onde foi responsável pela aprovação da versão atual do Novo Mercado e pela realização de mais de 100 operações entre IPOs e Follow-ons, ajudando as empresas brasileiras na captação de mais de R\$ 250 bilhões em recursos. Antes disso, atuou nas áreas de planejamento financeiro e estratégia da Bunge e foi consultor da Deloitte. Foi conselheiro de administração do fundo Mercaprev, da ABRASCA e da ABVCAP. Coordenou a Câmara Consultiva de Listagem por 3 anos e é Membro do IBGC, onde também é professor. Formado em administração de empresas com especializações nas áreas de estratégia e governança.

Tiago Curi Isaac não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Tiago é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento do novo mercado.

João Manoel dos Santos - 661.242.557-15

O Sr. João Santos atuou como sócio de auditoria da PWC Auditores Independentes por 21 anos e durante esse período exerceu funções como sócio de Risk Management e também como sócio revisor de qualidade, nos termos requeridos pela Resolução CFC 1.201/09. Foi coordenador do Grupo de Trabalho de fundos de investimento do Ibracon e membro da Comissão Consultiva da CVM para os temas regulatórios e contábeis de fundos de investimento, tendo participado ativamente nas discussões e elaboração das principais normas contábeis que atualmente regulam essa atividade. Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com cursos de especialização nas áreas de finanças, contabilidade, auditoria e governança. É conselheiro de administração e fiscal certificado pelo IBGC. É membro associado do Ibracon e do IBGC.

João Santos declara que: (a) não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer e (b) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301.

Maurício Sucasas - 049.118.598-73

O Sr. Maurício Sucasas ingressou na IBM em 1988, onde atuou por 30 anos. Assumiu várias posições de liderança na América Latina e em unidades globais ao longo de 6 anos de designação nos Estados Unidos da América. Teve experiência de 5 anos e meio na China de onde liderou a unidade de Ecossistemas para todos os países emergentes. Nesta época, lançou o programa de Startups da Multinacional em inúmeros países da América Latina, África, Oriente Médio, Leste Europeu, Ásia e Oceania. Formatou e formou a aceleradora de negócios do Grupo Gouvea de Souza, especializado em Varejo. Atualmente, lidera uma iniciativa de empreendedorismo e inovação na Uniftec em Caxias do Sul, é investidor anjo em startups e Membro da Comissão de Startups do IBGC.

O Sr. Maurício é formado em Engenharia Mecânica-Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com especialização pela FGV e diversos cursos gerenciais no exterior, notadamente em Harvard e MIT. Maurício Sucasas declara que: (a) não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer e (b) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301.

---

Alan Mondini Takahashi - 320.885.758-63

O Sr. Alan possui 12 anos de experiência, tendo trabalhado na área de desenvolvimento de novos negócios e fusões e aquisições do Grupo Abril, e participado de diversos projetos e transações nos setores de educação, logística e mídia. Ainda no Grupo Abril, trabalhou na área financeira da empresa de logística Total Express. Foi também da equipe de investimentos da PGIM Real Estate Investors (braço da PGIM, gestora de investimentos da Prudential Financial, focado em fundos de capital privado para investimentos imobiliários). Atualmente, é diretor de investimentos da Stratus (gestora de fundos de capital privado) e membro do comitê de investimentos da empresa, onde esteve envolvido no investimento e monitoramento de empresas do portfólio da Stratus.

Alan Mondini Takahashi não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Elinton João Battistella - 075.860.949-34

O Sr. Elinton é graduado pela Universidade Federal do Paraná como Engenheiro Mecânico em 1971 e pela Universidade Federal de Santa Catarina como Engenheiro do Trabalho em 1973. Iniciou sua carreira no Grupo Battistella em 1972, na unidade de negócios florestais como engenheiro de produção e posteriormente como CEO desta unidade durante 15 anos. Foi, por duas vezes, membro do Conselho de Administração do grupo Battistella e participou de outras diretorias do grupo por um período de 14 anos. Foi um dos fundadores da BBM e foi seu principal executivo durante 14 anos.

Elinton João Battistella não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

A Sra. Inês graduou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. É sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, empresa que iniciou suas atividades em 2004. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Eletric do Brasil S.A. entre 1973 e 1975. Posteriormente, foi Diretora Financeira da Vale, onde exerceu diversos cargos executivos entre 1976 e 1999, tendo atuado também como Membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo Vale. Foi Presidente do Banco UBS S.A. e diretora geral do UBS AG no Brasil, tendo sido responsável também pelas áreas de Operações, Finanças Corporativas e Wealth Management do Banco UBS Warburg entre 1999 e 2004. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, da Manserv Investimentos e Participações S.A., da Stogas S.A., da Radix Engenharia e Software S.A., atuando também em diversos comitês.

A Sra. Inês é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento do novo mercado.

---

Joaquim Rocha - 659.916.487-00

O Sr. Joaquim Rocha foi Diretor Executivo de Recursos Humanos e Sustentabilidade da Aché Laboratórios entre setembro de 2012 e dezembro de 2019, onde também foi membro do Comitê de Pessoas. Foi, ainda, entre janeiro de 2011 e setembro de 2012, Diretor Executivo de Recursos Humanos e Comunicação da Coca-Cola Norsa. Joaquim atualmente também é integrante e coordenador da Comissão de Pessoas do IBGC.

Joaquim declara que: (a) não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer e (b) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

---

Antonio Wroblewski Filho - 638.123.208-00

O Sr. Antônio possui 35 anos de experiência em Operações Logísticas, engenheiro com MBA realizado na NYU. Atuou como Diretor Executivo na DHL Brasil de 1990 até 1996, foi ainda Presidente na Ryder Logística Cone Sul de 1997 até 2018.

Antônio Wroblewski Filho declara que: (a) não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer e (b) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

---

Marcos Egídio Battistella - 317.990.199-34

O Sr. Marcos é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Economia – FAE, possui Pós Graduação em Gestão de Logística pelo ISAE/ FGV. Foi Gerente de Operações e Logística na Rodo Mar Ltda, e posteriormente sócio da BBM Logística S/A, onde foi Diretor Operações. Após a entrada do Fundo de Investimentos Stratus na sociedade da BBM, passou a ser membro do Conselho de Administração. Participa, ainda, da Diretoria do Setcepar, Sindicato Patronal das Empresas de Transportes de Cargas, atuando, hoje como Presidente da entidade.

Marcos Egídio Battistella não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

<b>Tipo de Condenação</b>	<b>Descrição da Condenação</b>
Tiago Curi Isaac - 303.612.048-33	
N/A	
João Manoel dos Santos - 661.242.557-15	
Maurício Sucasas - 049.118.598-73	
Alan Mondini Takahashi - 320.885.758-63	
Elinton João Battistella - 075.860.949-34	
Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00	
Joaquim Rocha - 659.916.487-00	
Antonio Wroblewski Filho - 638.123.208-00	
Marcos Egídio Battistella - 317.990.199-34	

## **12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou de parentesco até segundo grau, dos administradores da Companhia, entre si e, com os administradores ou controladores das sociedades controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, da Companhia.

**12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2020**Administrador do Emissor

Alan Mondini Takahashi

320.885.758-63

Subordinação

Controlada Indireta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Stratus Gestão de Carteiras Ltda.

09.238.656/0001-11

Membro do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Alberto Costa Sousa Camões

048.555.488-71

Subordinação

Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Stratus Gestão de Carteiras Ltda.

09.238.656/0001-11

Membro do Conselho de Administração

Observação

**12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<b>Exercício Social 31/12/2019</b>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alan Mondini Takahashi	320.885.758-63	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Stratus Gestão de Carteiras Ltda.	09.238.656/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alberto Costa Sousa Camões	048.555.488-71	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Stratus Gestão de Carteiras Ltda.	09.238.656/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

**12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2018**Administrador do Emissor

Alan Mondini Takahashi

320.885.758-63

Subordinação

Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Stratus Gestão de Carteiras Ltda.

09.238.656/0001-11

Membro do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Alberto Costa Sousa Camões

048.555.488-71

Subordinação

Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Stratus Gestão de Carteiras Ltda.

09.238.656/0001-11

Membro do Conselho de Administração

Observação

## **12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores**

### **12.11 - Acordos /Seguros de administradores**

O reembolso de eventuais despesas incorridas pelos administradores da Companhia está coberto por apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O), contratada entre a Companhia e a Berkley Seguros, com prêmio de R\$ 26.608,66 e limite global de R\$22 milhões, tendo vigência até 27 de outubro de 2021.

Cumprido destacar que a apólice referida acima inclui, dentre outras proteções, a cobertura de despesas processuais, custos de defesa, indenizações, dentre outros custos, de processos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza cível, penal, trabalhista, tributária, previdenciária ou de qualquer outra natureza, pleiteando reparação pecuniária ou visando responsabilizar os administradores por práticas de atos danosos decorrentes de sua atuação como administrador.

Não obstante, referida apólice exclui da proteção mencionada acima todos os atos praticados com dolo ou má-fé. Desse modo, a Companhia entende que o reembolso aos administradores de custos e despesas decorrentes de processos administrativos e criminais são justos e devidos, uma vez que tais valores decorreram de atos praticados no exercício de suas funções, sem dolo ou culpa grave que demonstre intenção de prejudicar a Companhia ou terceiros.

Com isso, a Companhia acredita que possui maior capacidade de atração e manutenção de seu pessoal chave, garantindo, desta forma, um melhor desenvolvimento de sua estratégia de negócios.

**12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm****12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm**

A fim de garantir ao investidor acesso a informações importante relativas às práticas da Companhia em relação às assembleias gerais, disponibilizamos as informações sobre as assembleias realizadas nos últimos 3 exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, conforme abaixo todas instaladas em primeira convocação e com presença da totalidade dos acionistas:

<b>Data</b>	<b>Tipo</b>
01/03/2018	AGE
17/04/2018	AGO/E
15/06/2018	AGE
19/10/2018	AGE
19/12/2018	AGE
26/04/2019	AGO
26/04/2019	AGE
28/06/2019	AGE
01/07/2019	AGE
04/11/2019	AGE
18/12/2019	AGE
14/02/2020	AGE
22/05/2020	AGO
22/07/2020	AGE
03/08/2020	AGE
06/08/2020	AGE
27/10/2020	AGE
01/12/2020	AGE
13/04/2021	AGO
23/06/2021	AGE

## 13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

### 13.1 - Política/prática de remuneração

- a. **Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2020, a qual pode ser consultada no site da Companhia (<http://ri.bbmllogistica.com.br/>).

#### Conselho de Administração

A remuneração do conselho de administração é composta por 12 parcelas mensais fixas, a título de pró-labore.

#### Diretoria estatutária

A remuneração dos diretores estatutários é composta por 12 parcelas mensais fixas, a título de pró-labore. A porção variável da remuneração (bônus) é estabelecida independentemente para cada membro, estando condicionada ao cumprimento de determinadas metas de suas áreas e da Companhia, conforme estabelecidas pelo Conselho de Administração, sendo que a proporção da remuneração variável paga a cada diretor é determinada em função do cargo exercido, considerando os riscos e responsabilidades envolvidos.

- b. **Composição da Remuneração:**

- i. **descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

**Remuneração fixa:** É constituída de pró-labore e aplicada para membros do Conselho de Administração e da diretoria estatutária. Este tipo de remuneração visa reconhecer o valor do cargo e das responsabilidades inerentes à posição, bem como refletir as condições de mercado.

**Remuneração variável:** Consiste em bônus anual, aplicável a membros da diretoria estatutária. Esta remuneração visa atender aos interesses de seus investidores e clientes e demais stakeholders, premiando o alcance das metas da organização, e deverá observar critérios que venham a ser definidos, e periodicamente revisados, pelos administradores da Companhia, mas preferencialmente baseando-se no atingimento de metas individuais e coletivas, de modo a alinhar os interesses da Companhia com o de seus diretores.

**Benefícios:** Para os membros da diretoria estatutária e do Conselho de Administração, a empresa oferece determinados benefícios, como plano de assistência médica de abrangência nacional, plano de assistência odontológica, vale refeição ou vale alimentação, seguro de vida, veículo e, em alguns casos, ajuda de custo com moradia, os quais são negociados individualmente com cada administrador. Referida remuneração tem por objetivo oferecer aos administradores um pacote compatível com as práticas de mercado e de outras empresas de porte similar e/ou atuando no mesmo setor da Companhia.

**Remuneração de longo prazo:** A remuneração de longo prazo terá o objetivo de reter profissionais e promover o crescimento e a lucratividade a longo prazo da Companhia, buscando o alinhamento de objetivos entre os executivos e acionistas da Companhia permitindo que as pessoas que estão ou estarão envolvidas no seu crescimento possam ter parte de sua remuneração atrelada ao crescimento sustentável e valorização da Companhia. A Companhia não pagou Remuneração de Longo Prazo para seus administradores até a data deste Formulário de Referência.

### 13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

#### ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos 3 últimos exercícios sociais

A proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos três últimos exercícios sociais é apresentada nas tabelas abaixo:

<b>2018</b>	<b>Remuneração Fixa</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	99,0%	0,0%	1,0%	100,0%
Diretoria Societária	55,3%	42,7%	2,0%	100,0%
<b>2019</b>	<b>Remuneração Fixa</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	98,7%	0,0%	1,3%	100,0%
Diretoria Societária	60,6%	38,4%	1,0%	100,0%
<b>2020</b>	<b>Remuneração Fixa</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	99,5%	0,0%	0,5%	100,0%
Diretoria Societária	28,5%	71,0%	0,5%	100,0%

#### iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos conselheiros e dos diretores estatutários é reajustada anualmente, na maioria das vezes, com base na variação do índice IPCA. Os valores dos benefícios são avaliados anualmente pelos diretores e, no caso de entenderem necessário, apresentam sugestão de alteração para o Conselho de Administração.

Com relação à remuneração variável, as metas da diretoria, bem como os valores que podem receber os diretores por cumpri-las integralmente, são ajustadas anualmente pelo Conselho de Administração.

#### iv. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia pratica um modelo de remuneração que reflete a responsabilidade de cada cargo, alinhado às práticas de mercado de forma a atender as necessidades estratégicas da Companhia e atrair, reter e motivar os profissionais, de modo que seus respectivos interesses estejam alinhados aos da Companhia.

#### v. membros não remunerados pelo Emissor

A Companhia não possui administradores não remunerados.

#### c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os diretores estatutários possuem remuneração variável ligada ao alcance de metas e métricas definidas pelo Conselho de Administração. Para 2020, as métricas definidas pelo Conselho de Administração para o pagamento da remuneração variável foram a receita bruta, o lucro líquido antes do imposto de renda e o resultado financeiro, nível de serviço dos clientes, geração de caixa operacional, cumprimento do plano estratégico e avaliação comportamental.

As metas e métricas, bem como o peso de cada uma delas para cada um dos diretores, são definidas anualmente pelo Conselho de Administração e, portanto, estão sujeitas a variações em cada um dos exercícios financeiros.

#### d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável da diretoria estatutária é vinculada à observância do orçamento anual da empresa e ao alcance de indicadores de desempenho, como receita bruta, lucro antes do imposto de renda, nível de serviço e novos projetos, de modo que a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia beneficiem os diretores, na medida de sua participação para tanto.

### 13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A remuneração variável dos diretores estatutários da Companhia é atrelada ao alcance de metas anuais definidas pelo Conselho de Administração. Desta forma, é possível alinhar os interesses dos administradores aos da organização, de modo que o crescimento financeiro e operacional da Companhia se reflète em melhores condições para os diretores.

Além disso, para alinhamento dos interesses de curto prazo, a Companhia busca referência de mercado para estabelecimento do pró-labore pagos a diretores estatutários e membros do Conselho de Administração, buscando manter, desta forma, uma estrutura de administração estável e empenhada em defender os melhores interesses da Companhia.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não existe remuneração suportada por subsidiárias.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Os contratos dos diretores da Companhia preveem que, em caso de ocorrência de um evento de liquidez na Companhia, eles farão jus a uma remuneração de Incentivo de Longo Prazo baseada na valorização da Companhia, a qual somente será paga imediatamente após a eventual ocorrência de tal evento de liquidez.

Com base nos contratos vigentes em 31 de março de 2021, o valor pro-rata provisionado era de R\$12.577 mil (R\$10.691 mil em 31 de dezembro de 2020). No caso da ocorrência do evento de liquidez antes de 5 anos do "vesting", no qual ocorra mudança do acionista controlador da Companhia, os executivos terão o direito de receber 100% da remuneração de longo prazo, no montante total de R\$21.790 (R\$8.142 em 2020). Os valores foram estimados com base nos resultados realizados no últimos 12 meses e premissas de mercado para valorização da Companhia.

Conforme aprovado em assembleia geral extraordinária, esses contratos foram aditados em 4 de agosto de 2020 para incluir como evento de liquidez a oferta pública inicial de ações da Companhia, e prever que nesse caso a remuneração de incentivo poderá ser paga em ações de emissão da Companhia. A quantidade de ações ordinárias da Companhia a serem concedidas, somadas às ações a serem destinadas ao Plano de Incentivos Atrelados a Ações descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência, não poderão ultrapassar 5% do total de ações da Companhia.

Assim, o valor provisionado e o valor estimado informados acima não consideraram essa alteração nos contratos e, portanto, não refletem necessariamente o valor a ser pago aos beneficiários, em dinheiro e em ações, caso o evento de liquidez ser a oferta pública inicial de ações da Companhia, já que a sua definição depende do preço por ação a ser determinado no âmbito da oferta.

Na previsão da remuneração da administração prevista para o exercício social de 2021 incluída na seção 13.2 deste Formulário, é informado o valor estimado da parcela considerada "vested" do incentivo de longo prazo, exclusivamente em relação aos diretores estatutários da Companhia, sendo que os diretores poderão escolher receber até 20% do valor em dinheiro, ao invés de ações. O valor ali informado é uma estimativa e poderá variar conforme a valorização da Companhia no âmbito de uma potencial oferta pública de ações.

### 13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

- h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**
- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

A remuneração global dos conselheiros e diretores estatutários é definida anualmente em AGO, sendo que, posteriormente, a remuneração individual é determinada pelo Conselho de Administração.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

A definição da remuneração dos conselheiros e diretoria estatutária é feita com base na experiência dos conselheiros e sócios em outras empresas e no seu conhecimento do mercado. Adicionalmente a Companhia realizou estudo com a Mercer para verificação da adequação da remuneração dos Diretores, tendo como base a comparação com outras empresas do setor e empresas de porte semelhante (considerando remuneração mensal, bonificação anual e incentivo de longo prazo).

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

O Conselho de Administração avalia a remuneração dos seus membros e da diretoria estatutária anualmente, sendo tal alinhamento matéria de RCA. Para tanto, os membros do Conselho de Administração avaliam, com base em suas experiências, se a remuneração está compatível com aquela aplicada no mercado.

**13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00		12,00
Nº de membros remunerados	6,00	5,92		11,92
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.098.000,00	3.996.091,82		5.094.091,82
Benefícios direto e indireto	25.235,94	416.980,87		442.216,81
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Ajudas de Custo Moradia. Não incidência de INSS devido a desoneração da folha.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	3.202.000,00		3.202.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	16.924.787,25		16.924.787,25
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se ao montante estimado do Incentivo de Longo Prazo, conforme descrito no item 13.1.g em caso de ocorrência da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia. Nenhum valor foi pago até o momento.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.		
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.123.235,94</b>	<b>24.539.859,94</b>		<b>25.663.151,88</b>

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00		11,00
Nº de membros remunerados	6,00	7,67		13,67
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	808.641,58	4.095.403,21		4.904.044,79
Benefícios direto e indireto	4.343,31	69.642,40		73.985,71
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	105.576,00		105.576,00
Descrição de outras remunerações fixas		Ajudas de Custo Moradia. Não incidência de INSS devido a desoneração da folha.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	2.295.459,20		2.295.459,20
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	8.141.939,06		8.141.939,06
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se ao provisionamento do Incentivo de Longo Prazo, conforme descrito no item 13.1.g. Nenhum valor foi pago até o momento.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.		
Total da remuneração	812.984,89	14.708.019,87		15.521.004,76

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,08	7,67		12,75
Nº de membros remunerados	5,08	7,67		12,75
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	627.000,00	4.113.520,03		4.740.520,03
Benefícios direto e indireto	8.298,78	78.323,48		86.622,26
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	122.737,60		122.737,60
Descrição de outras remunerações fixas		Ajudas de Custo Moradia. Não incidência de INSS devido a desoneração da folha.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.708.042,23		1.708.042,23
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	1.379.182,74		1.379.182,74
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se ao provisionamento do Incentivo de Longo Prazo, conforme descrito no item 13.1.g. Nenhum valor foi pago até o momento.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.		
<b>Total da remuneração</b>	<b>635.298,78</b>	<b>7.401.806,08</b>		<b>8.037.104,86</b>

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,83	6,83		11,66
Nº de membros remunerados	4,83	6,83		11,66
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	573.000,00	2.487.627,22		3.060.627,22
Benefícios direto e indireto	5.757,50	111.434,90		117.192,40
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	57.177,44		57.177,44
Descrição de outras remunerações fixas	Não incidência de INSS devido a desoneração da folha.	Ajudas de Custo Moradia Não incidência de INSS devido a desoneração da folha.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.242.214,68		1.242.214,68
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	1.169.967,69		1.169.967,69
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se ao provisionamento do Incentivo de Longo Prazo, conforme descrito no item 13.1.g. Nenhum valor foi pago até o momento.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.		
Total da remuneração	578.757,50	5.068.421,93		5.647.179,43

**13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável****13.3 - Remuneração variável**

<b>ANO: Prevista para o ano de 2021</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número total de membros	6,0	6,0	0,00	12,00
Número de membros remunerados	6,0	5,92	0,00	11,92
<b>Em relação ao Bônus</b>				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.202.000	0,00	3.202.000
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	3.202.000	0,00	3.202.000

(\*) Os valores dados na tabela acima não incluem o provisionamento do Incentivo de Longo Prazo, conforme descrito no item 13.1.g.

<b>ANO: 2020</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número total de membros	6,0	5,00	0,0	11,0
Número de membros remunerados	6,0	7,67	0,0	13,67
<b>Em relação ao Bônus</b>				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	545.370,46	0,00	545.370,46
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	2.966.356,65	0,00	2.966.356,65

(\*) Os valores dados na tabela acima não incluem o provisionamento do Incentivo de Longo Prazo, conforme descrito no item 13.1.g.

<b>ANO: 2019</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número total de membros	5,08	7,67	0,0	12,75
Número de membros remunerados	5,08	7,67	0,0	12,75
<b>Em relação ao Bônus</b>				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	526.419,34	0,00	526.419,34
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	2.424.019,70	0,00	2.424.019,70

(\*) Os valores dados na tabela acima não incluem o provisionamento do Incentivo de Longo Prazo, conforme descrito no item 13.1.g.

**13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável**

<b>ANO: 2018</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número total de membros	4,83	6,83	0,0	11,66
Número de membros remunerados	4,83	6,83	0,0	11,66
<b>Em relação ao Bônus</b>				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	353.800,00	0,00	353.800,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	1.242.214,67	0,00	1.242.214,67

## 13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

### 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

#### (a) Termos e condições gerais

O Plano de Incentivos Atrelados a Ações da Companhia ("Plano"), conforme aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia em 14 de fevereiro de 2020, estabelece os termos e condições para a outorga, pela Companhia, de incentivos atrelados a ações de emissão da Companhia ("Ações" e "Incentivos", respectivamente) aos seus colaboradores, por meio de Programas de Incentivos Atrelados a Ações ("Programas") a serem implementados pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu exclusivo critério.

Os Programas que venham a ser instituídos no âmbito do Plano pelo Conselho de Administração serão administrados pelo Conselho de Administração e todas as decisões relativas aos Programas deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas nos termos do Estatuto Social da Companhia e terão caráter vinculante para os as pessoas elegíveis e para os beneficiários, conforme definidos no Plano, delas não cabendo qualquer questionamento, exceto se contrárias aos termos e condições estabelecidos no Plano e/ou na legislação aplicável.

O Conselho de Administração estará sujeito aos limites e condições estabelecidos no Plano, no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável, e deverá respeitar as diretrizes da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

O Conselho de Administração terá total autonomia na administração e estruturação dos termos e condições dos Programas, dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para: (a) eleger, a seu exclusivo critério, os beneficiários, que farão jus aos Incentivos concedidos pelos Programas; (b) tomar as medidas necessárias para a administração dos Programas, inclusive quanto à interpretação e aplicação de suas disposições; (c) decidir quanto às datas de concessão dos Incentivos; (d) decidir quanto aos direitos dos beneficiários em razão dos Programas; (e) determinar as consequências e procedimentos relativos à manutenção ou à perda de direitos acerca dos Incentivos nos seguintes casos afetando os respectivos beneficiários: (e.i) rescisão contratual, por qualquer motivo; (e.ii) falecimento; (e.iii) invalidez permanente; (e.iv) aposentadoria; e/ou (e.v) dissolução e/ou liquidação da Companhia; (f) deliberar e decidir acerca dos termos e condições dos Programas e aprovar os Programas, bem como seus respectivos Contratos de Adesão, conforme definido abaixo; (g) autorizar a utilização de ações em tesouraria para cumprimento dos termos do Plano e dos Programas; (h) aditar os Programas e os respectivos contratos de adesão; (i) modificar os regulamentos dos Programas e os respectivos contratos de adesão na medida em que os direitos dos beneficiários não sejam prejudicados, excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas/instituídas em decorrência de alterações implementadas na legislação pertinente; (j) alterar ou extinguir os Programas; (k) analisar e decidir sobre casos excepcionais relacionados aos Programas; (l) estabelecer a possibilidade de converter os Incentivos outorgados aos beneficiários, em dinheiro, bem como os critérios de conversão; e (m) deliberar sobre quaisquer outros termos e condições dos Programas.

#### (b) Principais objetivos do plano

Os Programas têm como objetivo: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de certos administradores e empregados da Companhia que mantenham vínculo de emprego ou estatutário com a Companhia, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de suas metas empresariais, bem como a consecução dos seus objetivos sociais, alinhado aos interesses de seus acionistas, por meio do comprometimento de longo prazo dos beneficiários, conforme definido abaixo.

### 13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

#### (c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O objetivo do Plano é que os beneficiários permaneçam na Companhia até o momento de exercício. Uma vez exercida a opção, com o beneficiário tornando-se acionista, haverá uma união de interesses intrinsecamente relacionados à condição de acionista.

Além disso, o Plano gera um potencial de ganho ao executivo baseado no desempenho das ações da Companhia no mercado, incentivando assim um melhor desempenho dos beneficiários no dia-a-dia da Companhia e tornando a remuneração total competitiva para atração e retenção de talentos.

#### (d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano alinha os interesses dos beneficiários ao desempenho das ações da Companhia no longo prazo, além de facilitar a retenção dos beneficiários, que se tornam acionistas da Companhia, alinhando, assim, os interesses dos acionistas, da própria Companhia e dos beneficiários.

Além disso, o Plano complementa a remuneração de médio e longo prazo da Companhia, que era anteriormente composta apenas pela remuneração variável, aumentando, desta forma, o incentivo aos beneficiários na busca por melhores resultados para a Companhia de maneira consistente e constante.

#### (e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O recebimento de ações por parte dos beneficiários é uma forma de incentivá-los a conduzir com êxito os negócios da Companhia de maneira constante, alinhando, assim, seus interesses aos da Companhia e de seus acionistas, no curto, médio e longo prazo.

#### (f) Número máximo de ações abrangidas

As ações concedidas no âmbito do Plano e dos Programas não poderão ultrapassar o limite de 5% do total de ações da Companhia.

#### (g) Número máximo de opções a serem outorgadas

As ações concedidas no âmbito do Plano e dos Programas não poderão ultrapassar o limite de 5% do total de ações da Companhia.

#### (h) Condições de aquisição de ações

As condições de aquisição das ações serão definidas nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

#### (i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício das ações serão definidos nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

#### (j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Os prazos para exercício das opções serão definidos nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

**13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações****(k) Forma de liquidação**

A forma de liquidação das opções será definida nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

**(l) Restrições à transferência das ações**

As restrições à transferência das ações serão definidas nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

**(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Plano apenas será suspenso, alterado ou suspenso por decisão da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

**(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Os efeitos da saída dos administradores serão definidos em cada um dos programas aprovados pelo Conselho de Administração. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

**Remuneração de Incentivo**

Determinados diretores estatutários e não estatutários da Companhia farão jus à remuneração de incentivo, a ser paga parcialmente em ações, em caso de ocorrência da oferta pública inicial de ações da Companhia, conforme descrita na seção 13.1(g) deste Formulário de Referência. A quantidade de ações ordinárias da Companhia a serem concedidas no âmbito da remuneração de incentivo, somadas às ações a serem destinadas ao Plano acima descrito, não poderão ultrapassar 5% do total de ações da Companhia.

## **13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**

### **13.5 - Remuneração baseada em ações**

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações.

## **13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto**

### **13.6 - Opções em aberto**

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações.

## **13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues**

### **13.7 - Opções exercidas e ações entregues**

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações.

## **13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções**

### **13.8 - Precificação das ações/opções**

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações.

**13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão****13.9 - Participações detidas por órgão**

<b>BBM Logística S.A.</b>				
	<b>Ações Ordinárias</b>		<b>Total de Ações</b>	
Conselho de Administração	11.685.287	28,67%	11.685.287	28,67%
Conselho Fiscal	0	0%	0	0%
Diretoria	0	0%	0	0%

## **13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência**

### **13.10 - Planos de previdência**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de previdência privada contratado para seus administradores.

**13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	7,08	7,67	6,80	6,00	5,10	4,80
Nº de membros remunerados	7,08	7,67	6,80	6,00	5,10	4,80
Valor da maior remuneração	4.484.122,96	1.367.846,68	1.116.214,90	180.000,00	180.676,40	150.545,00
Valor da menor remuneração	1.637.458,46	738.388,10	531.314,00	108.000,00	108.419,80	102.250,50
Valor médio da remuneração	2.076.426,33	795.863,91	721.401,99	135.497,48	124.976,81	115.751,50

**Observação**

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2020</b>	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual da Diretoria pelo número de membros remunerados de referido órgão.
<b>31/12/2019</b>	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual da Diretoria pelo número de membros remunerados de referido órgão
<b>31/12/2018</b>	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual da Diretoria pelo número de membros remunerados de referido órgão

Conselho de Administração	
<b>31/12/2020</b>	Para a maior e menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual do Conselho de Administração pelo número de membros remunerados de referido órgão.
<b>31/12/2019</b>	Para a maior e menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual do Conselho de Administração pelo número de membros remunerados de referido órgão.
<b>31/12/2018</b>	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual da Diretoria pelo número de membros remunerados de referido órgão.

## **13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização**

### **13.12 - Mecanismos remuneração/indenização**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui este tipo de mecanismo.

**13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.****13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.**

	Percentual em relação ao total		
	2020	2019	2018
Conselho de Administração	48,1%	52,1%	54,7%
Diretoria Estatutária	0,0%	0,0%	0,0%

## **13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções**

### **13.14 - Remuneração - outras funções**

Os membros da administração da Companhia não receberam, nos últimos três exercícios sociais, qualquer remuneração por outra função que não aquela que ocupam na Companhia.

**13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada****13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada**

Os administradores da Companhia não receberam remuneração de controladores diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, por sua atuação como administradores na Companhia.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

## **13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração**

### **13.16 - Outras inf. relev. – Remuneração**

O acréscimo da remuneração total da administração da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$5.430.179,42 (reconhecido), se deu por uma questão temporal, já que a Companhia somente passou a remunerar seu Conselho de Administração em setembro de 2017, mesma época em que contratou executivos de mercado para a composição da Diretoria, aumentando a remuneração dos diretores.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, houve um novo aumento na remuneração da administração, com a contratação de dois novos diretores e um conselheiro independente.

Por fim, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, houve um aumento na remuneração da administração, em decorrência da inclusão da provisão da remuneração de incentivo de longo prazo para executivos. Para maiores informações vide o item 13.1.g deste Formulário de Referência.

**14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos****14.1 - Descrição dos recursos humanos**

**a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):**

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Colaboradores (Fechamento Período)				
Administrativo	1.312	1.048	874	515
Comercial	132	130	118	5
Operacional	3.780	3.807	2.959	889
Gestão de riscos corporativos	2	2	-	-
<i>Compliance</i>	0	0	-	-
<b>Total</b>	<b>5.226</b>	<b>4.987</b>	<b>3.951</b>	<b>1.409</b>

<b>Localidades</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Empregados				
Região Sudeste	2.059	1.957	1.591	484
Região Sul	2.840	2.694	2.275	880
Região Nordeste/Norte	206	168	83	44
Região Centro Oeste	121	168	2	1
<b>Total</b>	<b>5.226</b>	<b>4.987</b>	<b>3.951</b>	<b>1.409</b>

**b) número de terceirizados (total por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

<b>Localidades Terceirizadas (fechamento do período)</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Gestão Terceirizada	234	234	261	60
Carga Geral Agregados	1.103	1.142	946	583
Carga Geral Terceiros	1.086	3.205	4.125	
<b>Total</b>	<b>2.423</b>	<b>4.581</b>	<b>5.332</b>	<b>743</b>

**c) índice de rotatividade**

<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
14,88%	27,65%	28,17%	36,21%

## **14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos**

### **14.2 - Alterações relevantes-Rec. Humanos**

No ano de 2017 com a entrada do Stratus SCP Coinvestimentos - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, a Companhia teve uma expansão, adquiriu a Transeich e teve um significativo aumento de seus projetos, alcançando a marca de 1.052 colaboradores.

Em 2018, o processo de expansão teve continuidade com novos projetos, reestruturações nas equipes e novos direcionamentos para mapear os processos da Companhia.

Como resultado da aquisição da Translovato em dezembro de 2019, a Companhia praticamente triplicou o número de empregados e alcançou a marca de 3.951 colaboradores.

Em 2020, com a aquisição das empresas Translag Express e Diálogo, a Companhia chega a 4.987 empregados, sendo que, em 31 de março de 2021, a Companhia já possuía mais de 5 mil colaboradores.

## 14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

### 14.3. Descrição da política de remuneração dos empregados

#### Descrever

#### a) política de salários e remuneração variável

Atrelada as exigências de cada cargo, a nossa política de remuneração busca se adequar as competências e responsabilidades dos nossos colaboradores.

Os salários são calculados de acordo com a legislação vigente e com base nas Convenções e Acordos Coletivos Sindicais com os quais mantemos relacionamentos.

A remuneração é composta por salário base, acrescida, para alguns cargos, de comissões ou premiações baseadas no atingimento de metas mensais pré-estabelecidas.

Em algumas operações a remuneração é totalmente variável, vinculada a quantidade de quilômetros rodados e/ou as viagens realizadas, nestes casos fica garantida a remuneração mínima descrita nas convenções e/ou acordos coletivos sindicais aplicáveis.

Os colaboradores elegíveis contam ainda com o programa de participação nos resultados, onde são determinadas metas individuais e coletivas, estabelecendo percentuais sobre o salário base para alguns cargos e múltiplos de salários para outros.

#### b) política de benefícios

Com o objetivo de promover o bem-estar de nossos colaboradores colocamos a disposição de nossos os seguintes benefícios:

- plano de saúde hospitalar com abrangência nacional, estendida a seus dependentes tendo a opção entre acomodação individual ou coletiva;
- plano Odontológico com extensão aos familiares;
- vale farmácia;
- cesta Básicas;
- seguro de Vida baseado em múltiplos salariais;
- vale Alimentação e/ou Vale Refeição;
- vale Transportes e Transporte Fretado.

#### c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários, (ii) condições para exercício, (iii) preços de exercício, (iv) prazos de exercício e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Os empregados da Companhia constam do Plano de Incentivos Atrelados às Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia como partes elegíveis aos inventivos ali previstos. Não obstante, os beneficiários serão definidos pelo Conselho de Administração, quando da criação de cada um dos programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum programa aprovado e, portanto, os empregados não-administradores não recebem qualquer tipo de remuneração baseada em ações. Adicionalmente, os Diretores da Companhia não estatutários farão jus, sujeito à efetivação da oferta pública inicial da Companhia, à remuneração de incentivo descrita na seção 13.1(g) deste Formulário de Referência.

## **14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos**

### **14.4. Descrição das relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais**

Mantemos uma relação saudável com os sindicatos representativos, pautada no respeito e profissionalismo.

Em agosto de 2018, tivemos uma breve paralisação matinal na unidade de Capão do Leão, causada por movimentos de reivindicação para melhorias nas diárias, porém o próprio sindicato nos apoiou na tratativa e rápido retorno dos colaboradores.

## **14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos**

### **14.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 14 do Formulário de Referência.

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Juares Luiz Nicolotti</b>						
151.048.501-53	BRASILEIRO-SC	Sim	Sim	17/12/2019		
2.335.936	5,730	0	0,000	2.335.936	5,730	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Marcos Egídio Battistella</b>						
317.990.199-34	brasileiro-PR	Sim	Sim	17/12/2019		
11.685.287	28,670	0	0,000	11.685.287	28,670	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia</b>						
27.984.444/0001-65	brasileira-SP	Sim	Sim	17/12/2019		
26.739.595	65,600	0	0,000	26.739.595	65,600	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
<b>TOTAL</b>						
40.760.818	100,000	0	0,000	40.760.818	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia				27.984.444/0001-65		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
90.000.000	100,000	0	0,000	90.000.000	100,000	
TOTAL						
90.000.000	100,000	0	0,000	90.000.000	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	23/06/2021
<b>Quantidade acionistas pessoa física</b>	2
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica</b>	0
<b>Quantidade investidores institucionais</b>	1

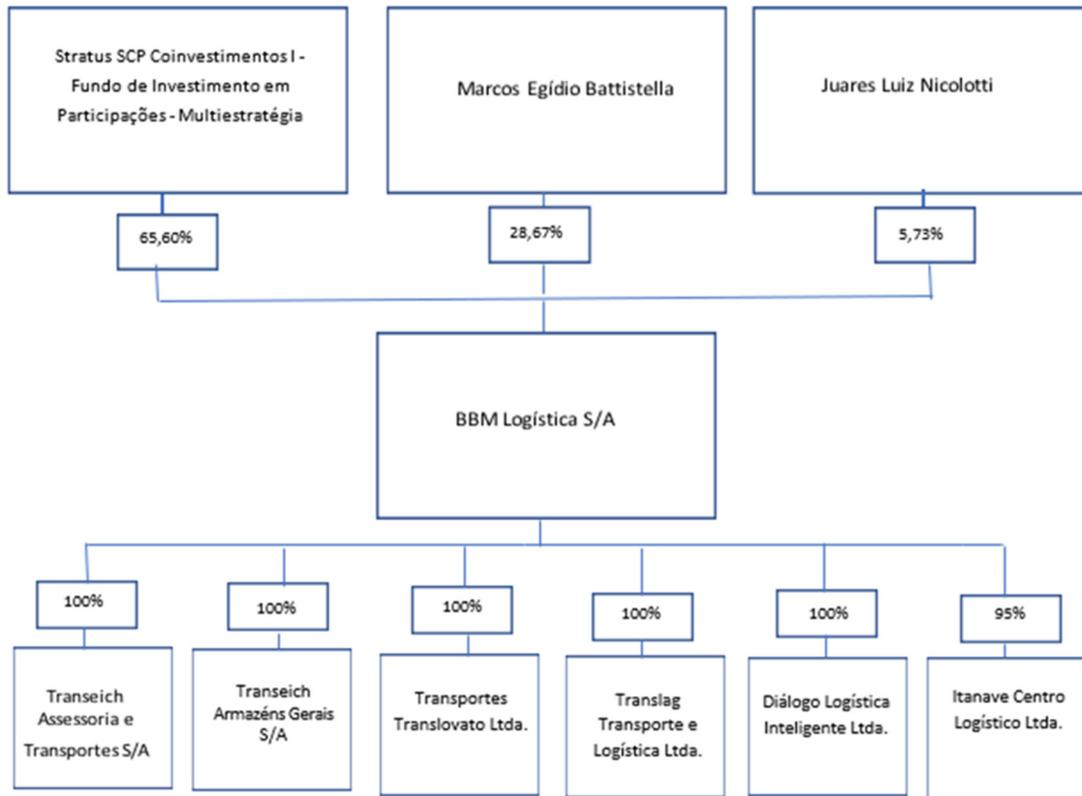
**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	0	0,000%

## 15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

### 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## 15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

### 15.5 - Acordo de Acionistas

Acordo de Acionistas da BBM Logística S.A. ("Acordo de Acionistas").

#### (a) partes

##### **Acionistas**

Marcos Egídio Batistella ("Marcos"), Juares Luiz Nicolotti ("Juares" e, em conjunto com Marcos, "Acionistas Pessoas Físicas") e Stratus SCP Coinvestimento I – Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia ("investidor" e, em conjunto com os Acionistas Pessoas Físicas, "Acionistas").

##### **Interveniente Anuente**

BBM Logística S.A. ("Companhia" ou "Interveniente Anuente").

#### (b) data de celebração

31/10/2018, conforme aditado em 12 de fevereiro de 2020, observado, no entanto, que referido aditamento entra em vigor a partir da data de divulgação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações da Companhia.

#### (c) prazo de vigência

O Acordo de Acionistas entrou em vigor na data de sua assinatura e continuará em vigor pelo prazo de 15 (quinze) anos contados da sua celebração ou enquanto os Acionistas cumulativamente possuírem, em conjunto, 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia e, individualmente, pelo menos 7,5% (sete e meio por cento) do capital social da Companhia.

#### (d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Sem prejuízo às matérias de competência do Conselho de Administração previstas em lei, competirá ao Conselho de Administração deliberar sobre as matérias previstas no item 12.1 deste Formulário de referência.

As deliberações do Conselho de Administração apontadas acima dependerão de aprovação por maioria simples de votos. Não obstante, os conselheiros eleitos pelos Acionistas, exceto os independentes, deverão obrigatoriamente votar em conjunto nas matérias listadas na Cláusula 6.6 do Acordo de Acionistas.

Adicionalmente, sem prejuízo às matérias de competência da Assembleia Geral previstas em lei, competirá a Assembleia Geral deliberar sobre as matérias previstas no item 12.2 deste Formulário de Referência.

O Acordo de Acionistas prevê, ainda, que os Acionistas deverão obrigatoriamente votar em conjunto em relação às matérias previstas na Cláusula 5.2 do Acordo de Acionistas.

#### (e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

O Conselho de Administração será composto por até 7 (sete) Conselheiros efetivos e até igual número de suplentes (ficando observado que o conselheiro independente não terá suplente). Os Conselheiros serão indicados pelos Acionistas em Assembleia Geral para mandatos unificados de 1 (um) ano, com a possibilidade de reeleição, sendo (a) 2 (dois) Conselheiros indicados pelo Investidor, (b) 2 (dois) Conselheiros indicados pelos Acionistas Pessoas Físicas e (c) 3 (três) Conselheiros independentes escolhidos por consenso pelo Investidor, de um lado, e os Acionistas Pessoas Físicas, de outro lado ("Conselheiro Independente"), podendo tanto o Investidor, quanto os Acionistas Pessoas Físicas indicar candidatos para o cargo de Conselheiro Independente.

Os Diretores serão eleitos, sendo permitida a cumulação de cargos, pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de 1 (um) ano, com possibilidade de reeleição.

## 15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

A Diretoria da Companhia será formada por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, sendo (a) 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Administrativo Financeiro; (c) 1 (um) Diretor Executivo de Operações Logísticas Dedicadas; (d) 1 (um) Diretor Executivo de Gestão de Transporte; (e) 1 (um) Diretor Executivo Comercial; (f) 4 (quatro) Diretor(es) de Segmentos de Negócios; (g) 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, (h) 1 (um) Diretor de Recursos Humanos e (i) 1 (um) Diretor de Tecnologia da Informação.

O Investidor terá o direito de indicar (e destituir) o Diretor Administrativo Financeiro e o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, sendo que tal indicação deverá ser ratificada pelo Conselho de Administração e só poderá ser vetada pelos conselheiros indicados pelos Acionistas Pessoas Físicas de forma justificada e com base em questões éticas comprovadas de maneira factual.

### **(f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las**

Direito de Obrigar a Venda (Drag Along). Os Acionistas acordam que, nos termos do Acordo de Acionistas, caso o Investidor receba uma proposta de um terceiro para a venda da totalidade das ações de emissão da Companhia, o Investidor poderá obrigar os demais Acionistas a venderem a totalidade de suas Ações ao terceiro, pelo mesmo preço por Ação e nos mesmos termos e condições previstos na notificação de oferta, se tal terceiro condicionar a compra das ações de titularidade do Investidor à compra da totalidade das Ações da Companhia ("Obrigação de Venda Conjunta").

### **(g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle.**

Não há cláusulas que restrinjam o direito de voto de membros do Conselho de Administração, exceto pelo Direito do Investidor de indicar (e destituir) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, conforme descrito no item "e" acima e pela necessidade de os Acionistas e os administradores por eles eleitos votarem em conjunto em determinadas matérias, conforme descrito no item "d" acima.

## 15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

### 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 15 de junho de 2018, foi aprovado aumento de capital social no valor de R\$10,00 (dez reais), mediante a emissão de 5.232.855 (cinco milhões, duzentos e trinta e dois mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal decorrentes do exercício do bônus de subscrição detido pelo acionista Stratus.

Em 25 de julho de 2018, ocorreu a dissolução da BBM Participações Ltda., com a consequente transferência das ações de emissão da Companhia de sua titularidade aos seus acionistas pessoas físicas, os Srs. Marcos Egídio Battistella e Juares Luiz Nicolotti, os quais passaram a deter, respectivamente, 12.473.029 e 2.493.408 ações ordinárias da Companhia.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de novembro de 2018, foi aprovado aumento de capital social no valor de R\$15.000.000,00, mediante a emissão de 3.418.119 (três milhões, quatrocentas e dezoito mil, cento e dezenove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal decorrentes do exercício parcial do bônus de subscrição detido pelo acionista Stratus.

Em 26 de junho de 2019, foram emitidas a favor da Stratus novas 1.350.009 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em razão dos ajustes ocorridos após a aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2018, elevando o número total de ações da Stratus a 22.615.629.

Nesta mesma data, em razão de condições firmadas no acordo de acionistas, ocorreram duas transferências a favor da Stratus a título indenizatório, a primeira de 157.472 ações pelo acionista Sr. Juares Luiz Nicolotti e a segunda de 787.742 ações pelo acionista Sr. Marcos Egídio Battistella.

Em 17 de dezembro de 2019 na reunião do Conselho de Administração, foi aprovado aumento de capital no valor de R\$ 10.000.000,00, mediante a emissão de 3.178.752 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal decorrentes do exercício do bônus de subscrição adicional, elevando o número de ações da Stratus para 26.736.595.

**15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias****15.7 - Principais operações societárias**

<b>a) Evento</b>	<b>Entrada do acionista:</b> Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia.
<b>b) Principais condições do negócio</b>	Compra de ações ordinárias e compra de ações decorrentes de aumento e capital em 2017.
<b>c) Partes envolvidas</b>	Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia.
<b>d) Efeitos resultantes no quadro acionário</b>	Redistribuição do capital social
<b>e.1) Quadro societário antes da operação</b>	Juares Luiz Nicolotti – 427.679 ações ordinárias; Marcos Egídio Battistella – 2.095.250 ações ordinárias; e BBM Participações LTDA – 14.966.437 ações ordinárias.
<b>e.2) Quadro societário depois da operação</b>	BBM Participações LTDA – 14.966.437 ações ordinárias; e Stratus SCP Coinvestimentos – 12.614.646 ações ordinárias.
<b>f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Esta operação não apresentou qualquer impacto que justificasse a aplicação de mecanismos necessários para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

<b>a) Evento</b>	<b>Aquisição:</b> Transeich Assessoria S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A.
<b>b) Principais condições do negócio</b>	Aquisição da totalidade das ações da Transeich Assessoria S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A em 2017.
<b>c) Partes envolvidas</b>	Adquiridas: Transeich Assessoria S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A. Adquirente: Companhia.
<b>d) Efeitos resultantes no quadro acionário</b>	Não houve alteração na participação acionária da Companhia.
<b>e.1) Quadro societário antes da operação</b>	A Companhia não possuía controladas.
<b>e.2) Quadro societário depois da operação</b>	Não houve alteração do quadro societário da Companhia. A partir do evento, as empresas Transeich Assessoria S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A passaram a ser controladas da Companhia a qual detém 100% das ações.
<b>f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Esta operação não apresentou qualquer impacto que justificasse a aplicação de mecanismos necessários para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

<b>a) Evento</b>	<b>Aquisição:</b> Transportes Translovato Ltda
<b>b) Principais condições do negócio</b>	Aquisição da totalidade das ações da Transportes Translovato Ltda. em 11 de dezembro de 2019.
<b>c) Partes envolvidas</b>	Adquirida: Transportes Translovato Ltda. Adquirente: Companhia.
<b>d) Efeitos resultantes no quadro acionário</b>	Não houve alteração na participação acionária da Companhia.
<b>e.1) Quadro societário antes da operação</b>	A Companhia possuía apenas as controladas Transeich Assessoria S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A.
<b>e.2) Quadro societário depois da operação</b>	Não houve alteração do quadro societário da Companhia. A partir do evento, a empresa Transportes Translovato Ltda., passa a ser controlada da Companhia a qual detém 100% das quotas.
<b>f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Esta operação não apresentou qualquer impacto que justificasse a aplicação de mecanismos necessários para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

**15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias**

<b>a) Evento</b>	<b>Aquisição:</b> Translag Transporte e Logística Ltda
<b>b) Principais condições do negócio</b>	Foi assinado o SPA vinculante, com condições precedentes incluindo CADE sobre a aquisição da totalidade das quotas da Translag Transporte e Logística Ltda. em 22 de julho de 2020.
<b>c) Partes envolvidas</b>	Adquirida: Translag Transporte e Logística Ltda. Adquirente: Companhia.
<b>d) Efeitos resultantes no quadro acionário</b>	Não houve alteração na participação acionária da Companhia.
<b>e.1) Quadro societário antes da operação</b>	A Companhia possuía apenas as controladas Transeich Assessoria S/A, Transeich Armazéns Gerais S/A e Transportes Translovato Ltda.
<b>e.2) Quadro societário depois da operação</b>	Não houve alteração do quadro societário da Companhia. A partir do evento, a empresa Translag Transporte e Logística Ltda., passa a ser controlada da Companhia, a qual detém 100% das quotas.
<b>f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Esta operação não apresentou qualquer impacto que justificasse a aplicação de mecanismos necessários para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

<b>a) Evento</b>	<b>Aquisição:</b> Diálogo Logística Inteligente Ltda.
<b>b) Principais condições do negócio</b>	Aquisição da totalidade das quotas de emissão da Diálogo Logística Inteligente Ltda. em 1º de dezembro de 2020.
<b>c) Partes envolvidas</b>	Adquirida: Diálogo Logística Inteligente Ltda. Adquirente: Companhia.
<b>d) Efeitos resultantes no quadro acionário</b>	Não houve alteração na participação acionária da Companhia.
<b>e.1) Quadro societário antes da operação</b>	A Companhia possuía apenas as controladas Transeich Assessoria S/A, Transeich Armazéns Gerais S/A e Transportes Translovato Ltda.
<b>e.2) Quadro societário depois da operação</b>	Não houve alteração do quadro societário da Companhia. A partir do evento, a empresa Diálogo Logística Inteligente Ltda., passa a ser controlada da Companhia, a qual detém 100% das quotas.
<b>f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Esta operação não apresentou qualquer impacto que justificasse a aplicação de mecanismos necessários para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

## **15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico**

### **15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo**

O Stratus SCP Coinvestimentos I -Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, que integra o controle acionário da Companhia, não possui cotista que o controle.

## 16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

### 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

**16.1. Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui uma política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração em 06 de agosto de 2020, a qual pode ser consultada no site da Companhia (<http://ri.bbmllogistica.com.br/>) ("Política de TPR").

A Política de TPR define diretrizes a serem observadas na realização de Transações entre Partes Relacionadas e situações de potenciais Conflitos de Interesses, o que, em alinhamento com as instruções contidas no Código de Ética e Conduta, da Companhia, possibilitando à Companhia dar transparência às transações realizadas, e se aplica a todas as empresas de seu grupo econômico, bem como a todos os seus colaboradores.

São consideradas Transações com Partes Relacionadas, nos termos da Política de TPR da Companhia a transferência de bens, direitos, recursos, serviços ou obrigações, direta ou indiretamente, entre a Companhia e uma Parte Relacionada (conforme definida na Política de TPR), independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

A Política de TPR estabelece que as Transações com Partes Relacionadas serão identificadas e classificadas pela área interna da Companhia responsável pela operação como uma potencial Parte Relacionada que deverá submetê-la à Área de *Compliance* com as informações acerca da operação que, por sua vez identificará as Partes Relacionadas, se houver, e submeterá a transação ao Comitê de Auditoria, quando identificada a existência de uma Parte Relacionada.

O Comitê de Auditoria após a avaliação da transação classificará a operação pretendida como uma Transação com Partes Relacionadas, utilizando as definições previstas na Política de TPR e submeterá a matéria para o Conselho de Administração.

Nos termos da Política de TPR da Companhia, todas as Transações entre Partes Relacionadas, independentemente do valor envolvido, deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

É possível a rejeição, aprovação ou mesmo a aprovação parcial da celebração do negócio pretendido, neste último caso, podendo ser determinada pelo Conselho de Administração a alteração dos termos e condições do negócio no melhor interesse da Companhia e em conformidade com as diretrizes da Política de TPR.

O Conselho de Administração deve analisar as propostas de Transações entre Partes Relacionadas submetidas a sua aprovação, de forma a assegurar que:

- I. a transação negociada foi submetida sem privilégios ao processo de seleção que seria aplicado a qualquer outra entidade do mercado que não tivesse envolvimento com qualquer Parte Relacionada.
- II. as condições negociadas são iguais ou melhores às condições normais de mercado, para tanto, poderá o Conselho de Administração solicitar documentos que entenda necessário à comprovação dos requisitos aqui definidos.
- III. atenda as diretrizes definidas nas práticas e demais políticas da Companhia, bem como nas instruções do seu Código de Ética e Conduta.

## 16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

- IV. estão fundadas em motivos justificáveis, econômicos e estratégicos, para que a Transação entre as Partes Relacionadas seja realizada.

A aprovação de Transações entre Partes Relacionadas deve ser formalizada por escrito na ata da respectiva reunião do Conselho de Administração que a deliberar.

Quando uma Transação com Parte Relacionada tiver que ser aprovada pela assembleia geral, essa transação deverá ser formal e previamente aprovada pelo Conselho de Administração e submetida aos acionistas acompanhada de proposta preparada pelos administradores da Companhia.

O ato de aprovação será comunicado à Área de *Compliance* da Companhia, a qual determinará o prosseguimento da contratação.

Nos termos da Política de TPR são proibidas as Transações entre Partes Relacionadas que não atendam aos requisitos estipulados nos itens "i" a "iv" acima.

A Política de TPR prevê ainda que, nas situações em que algum dos conselheiros tenha potencial benefício próprio decorrente da transação entre Partes Relacionadas ou encontre-se em posição de conflito de interesses em relação ao objeto da aprovação, tal conselheiro deverá se declarar impedido em participar da votação de forma justificada. Adicionalmente, o conselheiro deve ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se da tomada de decisão ou da emissão de opinião, conforme o caso.

Apesar da diretriz acima, o conselheiro que se enquadre em situação de conflito de interesses poderá ser convidado, se assim o Presidente do Conselho de Administração entender, a participar de parte das discussões, a fim de fornecer informações que sejam consideradas relevantes no processo de aprovação da transação, entretanto, em nenhuma hipótese, poderá participar do processo decisivo de aprovação.

Constitui responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia e terceiros a quem se aplica a Política de TPR garantir o cumprimento da Política de TPR. Indícios de descumprimento ou dúvidas devem ser reportadas à área de *Compliance* ou por meio de um dos canais de comunicação disponíveis (0800 400 3333 ou <https://bbm.legaletica.com.br/>).

A não observância dos procedimentos da Política de TPR, por parte dos Administradores e colaboradores da Companhia, bem como eventual denúncia realizada por meio do Portal de Denúncias da Companhia relacionadas à Política de TPR, será examinada pelo Comitê de Auditoria, com o apoio da Área de *Compliance* para obtenção de informações, se necessário. Caso o Comitê de Auditoria conclua que houve uma infração, ele submeterá seu relatório para o Comitê de Ética, que aplicará as sanções disciplinares adequadas, de acordo com as regras internas da Companhia dispostas na Política de Medidas Disciplinares e no Código de Conduta, sem prejuízo de eventuais medidas cíveis e penais cabíveis, conforme o caso.

Com relação a terceiros, o descumprimento da Política ou à Legislação aplicável ensejará a adoção das providências adequadas a respeito, garantindo a efetividade da Política. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, determinar a imediata rescisão contratual de acordo com os termos do contrato celebrado no âmbito de uma transação entre partes relacionadas ou que gere quaisquer conflitos de interesses, bem como aplicar demais ações legais adequadas.

**16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui qualquer transação com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, precisem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente.

## 16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

### 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

#### a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Não aplicável, considerando não existirem transações com partes relacionadas a serem divulgadas no item 16.2.

#### b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Não aplicável, considerando não existirem transações com partes relacionadas a serem divulgadas no item 16.2.

## **16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas**

### **16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas**

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 16 do Formulário de Referência.

**17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais</b>	<b>Quantidade total de ações</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>				
23/06/2021	1.800.000.000,00		0	0	0
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
17/12/2019	102.489.376,00		40.760.818	0	40.760.818
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
17/12/2019	102.489.376,00		40.760.818	0	40.760.818
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
17/12/2019	102.489.376,00		40.760.818	0	40.760.818

**17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
15/06/2018	Conselho de Administração	15/06/2018	10.00	Subscrição particular	5,232,855	0	5,232,855	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço de emissão das ações foi determinado conforme artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.								
<b>Forma de integralização</b>		Mediante moeda corrente nacional.								
29/11/2018	Conselho de Administração	29/11/2018	15,000,000.00	Subscrição particular	3,418,119	0	3,418,119	0.00000000	4.39	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
<b>Forma de integralização</b>										
28/06/2019	Assembleia Geral	28/06/2019	0.00	Subscrição particular	1,350,009	0	1,350,009	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
<b>Forma de integralização</b>										
17/12/2019	Conselho de Administração	17/12/2019	10,000,000.00	Subscrição particular	3,178,572	0	3,178,572	0.00000000	3.14	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
<b>Forma de integralização</b>										

## **17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não realizou nenhum desdobramento, grupamento ou bonificação de ações.

## **17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, considerando que não houve redução de capital nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente.

## **17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social**

### **17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social**

Não aplicável, considerando que não há outras informações relevantes.

**18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações**

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	O estatuto social da Companhia determina que 25% do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal é assegurado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório, podendo ainda ser imputado ao valor dos dividendos, sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, o valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas a título de remuneração do capital próprio.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	As ações ordinárias possuem direito a reembolso do capital no caso de nossa liquidação ou em situações que ensejem o direito de retirada previsto na Lei nº 6.404/76.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Vide item 18.12 - Outras informações relevantes.
<b>Outras características relevantes</b>	Não há outras informações relevantes sobre os direitos referentes às ações, que não tenham sido divulgadas ao longo deste Formulário de Referência.

---

## **18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto**

### **18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto**

#### **Alienação do controle**

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

## **18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos**

### **18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos**

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos prevista no Estatuto Social da Companhia.

## **18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Os valores mobiliários emitidos pela Companhia não foram negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado nos três últimos exercícios sociais.

**18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Identificação do valor mobiliário</b>	2ª Emissão – série única
<b>Data de emissão</b>	25/02/2021
<b>Data de vencimento</b>	25/02/2025
<b>Quantidade</b>	240.000
<b>Valor total</b>	240.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	236.601.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	Em virtude de restrições do sistema, a “Descrição da Restrição” se encontra disponível no item 18.12 deste Formulário de Referência.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	Em virtude de restrições do sistema, as “Hipóteses e cálculo do valor de resgate” se encontram disponíveis no item 18.12 deste Formulário de Referência.
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Em virtude de restrições do sistema, as “Características dos valores mobiliários” se encontram disponíveis no item 18.12 deste Formulário de Referência.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, mediante aprovação por titulares de debêntures que representem, no mínimo, metade mais uma das debêntures em circulação, podendo ainda o quórum acima ser mais elevado em determinadas situações específicas previstas na Escritura de Emissão.
<b>Outras características relevantes</b>	Não há

**18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários**

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	2

## **18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil**

### **18.6 - Mercados de negociação no Brasil**

A Companhia está listada no segmento de listagem denominado BOVESPA MAIS da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e sua migração para o Novo Mercado foi aprovada condicionada à realização de uma oferta pública inicial de ações. As debêntures da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento Cetip UTM.

## **18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros até o momento.

## **18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, uma vez que a companhia não possui títulos emitidos no exterior até o momento.

## **18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição**

### **18.9 – Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Em 2021, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos da Companhia, no valor total de R\$240 milhões. As Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos nos termos da Instrução CVM 476. Para mais informações, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

## 18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

### 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Em 2019, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos da Companhia, no valor total de R\$50 milhões. As Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos nos termos da Instrução CVM 476.

Em 2021, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos da Companhia, no valor total de R\$240 milhões. As Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos nos termos da Instrução CVM 476. Para mais informações, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

#### a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos oriundos da 1ª emissão de debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado de cédulas de crédito bancário emitidas pela Companhia junto ao Banco ABC Brasil, no montante de R\$19.540.591,36, e o restante para pagamento de eventuais aquisições de sociedades pela Companhia e/ou ao reforço de capital de giro da Companhia.

Os recursos da 2ª emissão de debêntures da Companhia foram destinados: (i) ao pagamento, com a finalidade de alongar seu passivo financeiro, (a) das debêntures da sua 1ª emissão, e (b) de linhas de empréstimo contratadas pela Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. em 2020, (ii) à aquisição de sociedades que atuem no mesmo segmento de atuação da Companhia; e (iii) investimento em projetos de expansão das atividades da Companhia.

#### b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos oriundos das emissões de debêntures e a proposta de aplicação divulgada nos documentos das referidas distribuições.

#### c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios.

## **18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição**

### **18.11 - Ofertas públicas de aquisição**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição de ações de emissão de terceiros.

**18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários****18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

Segue abaixo complementação das informações do item 18.5:

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	2ª Emissão – série única
<b>Descrição da restrição</b>	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, observado ainda o disposto no caput do artigo 15 da Instrução CVM 476 em relação à negociação das Debêntures entre investidores qualificados, nos termos definidos no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada " <u>Instrução CVM 539</u> "), bem como as exceções estabelecidas em seus parágrafos 1º e 2º, conforme aplicáveis. O prazo de 90 (noventa) dias de restrição de negociação das Debêntures referido acima não será aplicável às instituições intermediárias para as Debêntures que tenham sido subscritas e integralizadas em razão do exercício da garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição, observado o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, desde que sejam observadas as condições previstas na Escritura de Emissão.
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<i>Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 55, parágrafo segundo da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão.</i>
<b>Características dos valores mobiliários</b>	<p><i>Eventos de Vencimento Antecipado Automático:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária devida aos debenturistas nos termos da Escritura de Emissão ou de quaisquer documentos relativos à emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;</li> <li>(ii) (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, independentemente de deferimento do respectivo pedido, (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia, independente do deferimento do respectivo pedido, (c) pedido de falência da Companhia, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal, ou (d) decretação de falência da Companhia;</li> <li>(iii) extinção, encerramento das atividades, liquidação ou dissolução da Companhia;</li> <li>(iv) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, das suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, conforme aplicável;</li> <li>(v) transformação do tipo societário da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;</li> <li>(vi) se a Companhia deixar de ter o registro de companhia aberta perante a CVM;</li> <li>(vii) resgate ou amortização de ações, pagamentos pela Companhia de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio caso a Companhia esteja</li> </ul>

**18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários**

- inadimplente com suas obrigações pecuniárias nos termos da Escritura de Emissão ou caso os Índices Financeiros não estejam sendo observados, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- (viii) contratação, pela Companhia, na qualidade de credora, com partes relacionadas, de empréstimos, mútuos, financiamentos, adiantamentos de recursos, *supplier financing*, *hedge*, ou qualquer outra forma de operação de crédito, operação financeira e/ou operação de mercado de capitais, local ou internacional, inclusive mediante prestação de garantia fidejussória e/ou real e concessão de preferência a outros créditos;
- (ix) alteração ou transferência do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Companhia, exceto: (1) se a alteração ou transferência do controle acionário se der entre coligadas ou afiliadas das sociedades que detêm controle acionário da Companhia na Data de Emissão; ou (2) se a alteração ou transferência do controle acionário for resultado da realização de uma oferta primária de ações; vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Companhia, de suas controladas e/ou de sua controladora, no mercado local ou internacional e/ou com quaisquer instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, que represente montante individual ou agregado superior a R\$2 milhões ou o equivalente em outras moedas, reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA;
- (x) declaração judicial de invalidade, ineficácia, nulidade ou inexecutabilidade, total ou parcial, da Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, bem como de seus eventuais respectivos aditamentos e/ou de quaisquer de suas respectivas disposições;
- (xi) questionamento judicial, pela Companhia, de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, ou de seus eventuais respectivos aditamentos;
- (xii) descumprimento, pela Companhia, de qualquer sentença judicial cujos efeitos não tenham sido suspensos pela interposição de recurso cabível no prazo legal ou sentença arbitral não sujeita a recurso, proferida contra a Companhia, que resulte em um Efeito
- (xiii) Adverso Relevante (conforme definido na Escritura de Emissão);
- (xiv) destinação dos recursos captados por meio da Emissão de forma diversa ao previsto na Cláusula 4 da Escritura de Emissão;
- (xv) cisão, fusão ou incorporação (somente quando a Companhia for a incorporada), incluindo incorporação de ações (somente quando as ações de emissão da Companhia forem incorporadas) da Companhia, exceto pela incorporação da Companhia por outra empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, desde que:
- (a) a incorporadora, neste caso, obtenha, antes da incorporação da Companhia, registro de companhia aberta perante a CVM e (b) as atividades da Companhia sejam mantidas após referida incorporação;
- (xvi) redução de capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos;
- (xvii) constituição de hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, sobre os ativos da Companhia em valor superior ao equivalente a 10% do patrimônio líquido da Companhia, conforme demonstrações financeiras do trimestre imediatamente anterior disponível, exceto (a) pela Cessão Fiduciária de Recebíveis ou por qualquer outra cessão fiduciária, mesmo que fora do contexto da Emissão, que recaia sobre qualquer recebível da Companhia, (b) por ônus ou gravames constituídos em decorrência de exigência legal ou determinação de autoridade competente, tais como tributários, comerciais ou outros similares, (c) por ônus ou gravames relacionados a

**18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários**

qualquer ativo operacional adquirido ou que venha a ser adquirido pela Companhia e constituído para garantir o financiamento para aquisição de tal ativo operacional específico; ou (d) por ônus ou gravames constituídos no âmbito de processos judiciais;

- (xviii) constituição de penhor, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, sobre quaisquer dos ativos objeto da Cessão Fiduciária;
- (xix) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Companhia, exceto se tal alteração:
  - (a) não resulte na mudança da atividade principal da Companhia; ou
  - (b) seja necessária para cumprimento de lei ou regulamentação aplicável à Companhia; e
- (xx) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação anticorrupção prevista na Escritura de Emissão.

*Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático:*

- (i) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures prevista na Escritura de Emissão ou em quaisquer documentos relativos à Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, não sanado no prazo de cura específico previsto para tal fim ou, na ausência deste, em até 15 dias corridos contados da data do respectivo inadimplemento, sendo certo que tais prazos não são cumulativos;
- (ii) não renovação, pela Companhia, dos contratos objeto da Cessão Fiduciária de Recebíveis ou sua substituição por outros contratos, em qualquer caso, em condições iguais às atualmente estabelecidas nos atuais contratos vigentes e com, no mínimo, 90 (noventa) dias antes de suas respectivas datas de vencimento;
- (iii) protesto comprovadamente legítimo de títulos contra a Companhia que representem montante individual ou agregado, em um período de 12 meses, igual ou superior a R\$2 milhões ou o equivalente em outras moedas, reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, exceto se no prazo máximo de 10 Dias Úteis contados da data de recebimento da notificação do protesto, a Companhia comprovar que referido protesto foi sustado ou cancelado;
- (iv) caso a Companhia não realize o reforço da Cessão Fiduciária de Recebíveis nos prazos previstos no respectivo Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis;
- (v) não averbação de quaisquer aditamentos ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, nos prazos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis;
- (vi) destruição ou perda, de qualquer forma, a qualquer tempo, de ativos da Companhia em valor individual ou agregado, em um período de 12 meses, igual ou superior a 12% do ativo imobilizado da Companhia, com base nas suas últimas informações financeiras consolidadas auditadas, desde que o(s) ativo(s) não esteja(m) segurado(s);
- (vii) desapropriação, confisco, arresto, sequestro, penhora, expropriação, nacionalização ou outra medida de qualquer entidade governamental ou judiciária que resulte na perda, pela Companhia, de propriedade e/ou posse direta ou indireta de ativos da Companhia em valor individual ou agregado, em um período de 12 meses, igual ou superior a R\$10 milhões ou o equivalente em outras moedas, reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, não sanado ou revertido dentro de até 30 dias;
- (viii) não obtenção ou renovação, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção das autorizações, subvenções, dispensas e/ou protocolos de requerimento de alvarás ou licenças (incluindo ambientais);

**18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários**

- (ix) se quaisquer das declarações prestadas pela Companhia na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis provarem-se incorretas, falsas, incompletas, insuficientes ou inconsistentes e caso tal incorreção, falsidade ou inconsistência venha a causar Efeito Adverso Relevante;
- (x) questionamento judicial, por qualquer pessoa que não a Companhia, desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis ou de qualquer outro documento da Emissão, ou de quaisquer de suas disposições, sem que a Companhia tenha tomado as medidas necessárias para contestar os efeitos do referido questionamento, no prazo legal contado da data em que a Companhia tomar ciência, por meio de citação regular, do ajuizamento de tal questionamento judicial;
- (xi) mora e/ou inadimplemento de qualquer obrigação não financeira da Companhia no mercado local ou internacional e/ou com quaisquer instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, que represente montante individual ou agregado superior a R\$2 milhões ou o equivalente em outras moedas, reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA;
- (xii) inclusão, em acordo societário ou estatuto social da Companhia, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (xiii) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação socioambiental prevista na Escritura de Emissão;
- (xiv) não observância, pela Companhia, durante a vigência da Emissão, dos índices financeiros indicados a seguir, a serem apurados trimestralmente pela Companhia, e verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário: Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,0x; e Patrimônio Líquido / Dívida Bruta Ajustada maior ou igual a 25%.

*Juros:* As Debêntures farão jus a remuneração correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 3,30% (três inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Primeira Data de Subscrição e Integralização das Debêntures ou da Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures (conforme termo definido abaixo), conforme o caso, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

*Garantia:* Cessão fiduciária de recebíveis decorrentes de contratos de prestação de serviços entre a Companhia e a CMPC.

*Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:*

- à *distribuição de dividendos*: vide hipótese de Vencimento Antecipado Automático (vii) acima.
- à *alienação de determinados ativos*: não há.
- à *contratação de novas dívidas*: Não há.
- à *emissão de novos valores mobiliários*: Não há.
- à *realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas*: vide Hipótese de Vencimento Automático (xv) acima.

*Agente fiduciário:* Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

## 18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

### Oferta Pública de Distribuição de Ações da Companhia

Em assembleia geral extraordinária realizada em 23 de junho de 2021 foi aprovada a realização de oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

A Oferta Restrita consistirá na distribuição pública: (i) primária de 32.000.000 (trinta e duas milhões) novas Ações a serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária" e "Ações da Oferta Primária"); e (ii) secundária de até 11.200.000 (onze milhões e duzentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Stratus SCP Coinvestimentos I – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e do Juarez Luiz Nicolotti.

A Oferta Restrita está sendo realizada no Brasil sob a coordenação do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America" ou "Coordenador Líder"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP" ou "Agente Estabilizador"), do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi"), do Banco Safra S.A. ("Safra"), e do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS BB" e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP, o Citi e o Safra, os "Coordenadores da Oferta").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta Restrita, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo BofA Securities, Inc., XP Investments US, LLC, Citigroup Global Markets Inc., Safra Securities, LLC e UBS Securities, LLC (em conjunto, os "Agentes de Colocação Internacional"), nos termos do "Placement Facilitation Agreement", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"): **(i)** nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para pessoas razoavelmente consideradas investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definido na *Rule 144A* do *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado ("Securities Act"), editada pela *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e **(ii)** nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados *non-U.S. persons*, com base na *Regulation S*, editada pela SEC no âmbito do *Securities Act*, não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis vigentes daquele país e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, e em ambos os casos (i) e (ii) acima, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, nos termos do *Securities Act* e dos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários aplicáveis (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil, pela CVM e/ou pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, ou da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada, e a Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, conforme abaixo definido) em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos Contrato de Colocação Internacional.

**18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários**

Até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), inclusive, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Restrita, ou seja, em até 6.400.000 (seis milhões e quatrocentas mil) Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção abaixo indicada, a serem alocadas pelos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo) ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 5º-B da Instrução CVM 476, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais), poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Restrita, ou seja, em até 4.800.000 (quatro milhões e oitocentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção abaixo indicada, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas exclusivamente para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta Restrita ("Opção de Ações Suplementares").

Ações a serem alienadas na Oferta Secundária:

**Ações Adicionais**

<b>Acionista</b>	<b>Nº de Ações a serem alienadas</b>	<b>% do capital social da Companhia</b>	<b>% da Oferta Secundária</b>
Stratus SCP Coinvestimentos I – Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	5.600.000	13,73	50,00
Juares Luiz Nicolotti	800.000	1,96	7,14

**Ações Suplementares**

<b>Acionista</b>	<b>Nº de Ações a serem alienadas</b>	<b>% do capital social da Companhia</b>	<b>% da Oferta Secundária</b>
Stratus SCP Coinvestimentos I – Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	4.000.000	9,81	35,72
Juares Luiz Nicolotti	800.000	1,96	7,14

**18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários****Custos de Distribuição**

As despesas relativas à Oferta Restrita serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles. A tabela abaixo indica os custos de distribuição da Oferta Restrita, assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar a colocação da totalidade das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

<b>Custos</b>	<b>Custo Total<sup>(1)(2)</sup></b> (R\$)	<b>% em Relação ao Valor Total da Oferta<sup>(3)</sup></b>	<b>% em relação ao total de Despesas, Custos, Tributos e Comissões</b>	<b>Custo por Ação<sup>(1)(2)</sup></b> (R\$)	<b>% em Relação ao Preço por Ação<sup>(3)</sup></b>
<b>Comissões da Oferta Restrita</b>					
Comissão de Coordenação <sup>(4)</sup> .....	5.280.000,00	0,60	11,47	0,17	0,60
Comissão de Colocação <sup>(4)</sup> .....	15.840.000,00	1,80	34,42	0,50	1,80
Comissão de Garantia Firme de Liquidação <sup>(4)</sup> ..	5.280.000,00	0,60	11,47	0,17	0,60
Comissão de Incentivo <sup>(5)</sup> .....	8.800.000,00	1,00	19,12	0,28	1,00
<b>Total das Comissões</b> .....	<b>35.200.000,00</b>	<b>4,00</b>	<b>76,49</b>	<b>1,10</b>	<b>4,00</b>
<b>Despesas da Oferta Restrita<sup>(6)</sup></b>					
Tributos e Outras Retenções .....	3.759.601,55	0,43	8,17	0,12	0,43
Taxa de Registro da Oferta Restrita na ANBIMA <sup>(7)</sup> .....	27.086,40	0,00	0,06	0,00	0,00
Custos da B3 .....	700.490,00	0,08	1,52	0,02	0,08
Advogados e Consultores .....	2.796.724,94	0,32	6,08	0,09	0,32
Auditor Independente.....	2.783.846,78	0,32	6,05	0,09	0,32
Outros <sup>(8)</sup> .....	751.166,76	0,09	1,63	0,02	0,09
<b>Total de Despesas<sup>(3)</sup></b> .....	<b>10.818.916,43</b>	<b>1,23</b>	<b>23,51</b>	<b>0,34</b>	<b>1,23</b>
<b>Total de Comissões e Despesas da Oferta Restrita</b> .....	<b>46.018.916,43</b>	<b>5,23</b>	<b>100,00</b>	<b>1,44</b>	<b>5,23</b>

(1) Custos estimados da Oferta Restrita.

(2) Com base no Preço por Ação de R\$27,50, que é o preço médio da Faixa Indicativa. O Preço por Ação serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(3) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares. Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.

(4) Comissão de Coordenação, Comissão de Colocação e Comissão de Garantia Firme de Liquidação (que constituem parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta) correspondem, respectivamente, a 0,60%, 0,60% e 1,80% da "remuneração base", que corresponde a 3,00% da soma entre: (i) o produto entre: (a) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada no âmbito da Oferta Restrita; e (b) o Preço por Ação; e (ii) o produto entre: (a) a quantidade total de Ações Adicionais efetivamente colocadas no âmbito da Oferta Restrita; e (b) o Preço por Ação.

(5) Percentual máximo para a Comissão de Incentivo, que, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores e utilizando como parâmetro, entre outros, a sua percepção acerca do desempenho dos Coordenadores da Oferta.

(6) Despesas estimadas.

(7) A Oferta Restrita será objeto de registro pela ANBIMA, conforme artigo 16º, inciso II do Código ANBIMA.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), com traduções e *printer* e outros custos da Oferta Restrita.

## **19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui planos de recompra de ações.

## **19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários em tesouraria.

## **19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**

### **19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 19 do Formulário de Referência.

## 20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

<b>Data aprovação</b>	<b>11/02/2020</b>
<b>Órgão responsável pela aprovação</b>	Conselho de administração
<b>Cargo e/ou função</b>	De acordo com a Política de Negociação da Companhia ("Política"), pessoas vinculadas são aquelas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM nº 358/2002, inclusive a Companhia, os Acionistas Controladores (conforme definido na Política), diretos ou indiretos; membros do conselho de administração; diretores; membros do conselho fiscal; membros dos comitês ou de quaisquer órgãos com funções técnicas e consultivas, criados por disposição estatutária; empregados da Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição, ou circunstancialmente, tenham acesso a Informações Relevantes (conforme definido na Política); quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nos Acionistas Controladores, nas Sociedades Controladas (conforme definido na Política) e nas Sociedades Coligadas (conforme definido na Política), tenha aderido à Política de Negociação e tenha acesso permanente ou eventual a Informações Relevantes e tenham aderido à Política de Negociação.

### Principais características

A Política define as regras a serem observadas pelas Pessoas Vinculadas na negociação de Valores Mobiliários (conforme definido na Política) de emissão da Companhia, conforme impostas pela legislação aplicável. É permitida a negociação com Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas nos períodos em que não sejam aplicáveis as restrições estabelecidas na Política ou ainda de acordo com a regulamentação aplicável, e desde que essas negociações tenham por finalidade investimento de longo prazo, sendo vedada a alienação antes de 90 (noventa) dias a contar da respectiva data de aquisição dos Valores Mobiliários.

Para os fins da Política, entende-se como "informação privilegiada" toda Informação Relevante (conforme definido na Política de divulgação de ato ou fato relevante) ainda não divulgada ao mercado e ao público investidor.

Para maiores informações relacionadas a nossa Política, vide item 20.2 deste Formulário de Referência.

O texto integral da Política poderá ser encontrado: (i) na página da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/?ciadoc>), buscando pela companhia "BBM Logística", na categoria "Política de Negociação das Ações da Companhia"; e (ii) na página na rede mundial de computadores da Companhia: <https://ri.bbmllogistica.com.br>

**Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização** É vedada a negociação de Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas nos seguintes períodos:

- (a) durante o período em que tiverem conhecimento de Informação Relevante ainda não divulgada ao mercado até o momento em que tal divulgação for efetivada;
- (b) durante o período em que houver intenção de promover fusão, incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou reorganização societária envolvendo a Companhia;
- (c) em relação aos acionistas controladores diretos ou indiretos, diretores e membros do Conselho de Administração, sempre que estiver em curso aquisição ou alienação de Valores Mobiliários pela própria Companhia, Sociedades Controladas, Sociedades Coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para este fim;
- (d) no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações financeiras trimestrais – ITR e das demonstrações financeiras padronizadas (DFP); e
- (e) durante os períodos especiais de vedação à negociação, a serem declarados pelo Diretor de Relações com Investidores.
- (f) durante o período que estiver em curso uma oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos termos do artigo 48 da Instrução CVM nº 400/2003, a qual deverá ser mantida até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição; e
- (g) durante os períodos determinados pela regulamentação emitida pela CVM.

Não poderão negociar Valores Mobiliários de emissão da Companhia os Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de ato ou fato relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão (i) pelo prazo de 6 meses após seu afastamento ou (ii) até a divulgação de tal ato ou fato relevante ao mercado.

## 20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

### 20.2 - Outras Informações Relevantes

Em relação a nossa Política (conforme definida e descrita no Item 20.1 deste Formulário de Referência), seguem informações adicionais abaixo.

#### **Outras características relevantes (Item 20.1, "Principais características e locais de consulta")**

Além das Pessoas Vinculadas, as normas da Política aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se deem de forma direta e/ou indireta para o benefício próprio delas, mediante a utilização, por exemplo, de: (a) Pessoas Ligadas, conforme definido na Política de Negociação; (b) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (c) procuradores ou agentes; (d) ascendentes; e/ou (e) parentes até o segundo grau. Dessa forma, entende-se por negociações indiretas aquelas nas quais as Pessoas Vinculadas, apesar de não as conduzirem em seu nome, tenham o controle e o poder decisório sobre a realização da negociação.

Não são consideradas negociações indiretas, e não estarão sujeitas à vedação prevista na Política, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as pessoas mencionadas no item acima, desde que: (i) os fundos e/ou clubes de investimento não sejam exclusivos; e (ii) as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de nenhuma forma ser influenciadas por seus respectivos cotistas.

É responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores acompanhar e executar a Política, devendo informar aos órgãos públicos competentes e às Pessoas Vinculadas o Período de Vedação de Negociação de Valores Mobiliários.

## **21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos**

### **21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações**

A Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia ("Política"), elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de outubro de 2018.

A Política tem como propósito estabelecer as regras e procedimentos que deverão ser compulsoriamente observados e aplicados pelas Pessoas Vinculadas (conforme definidas abaixo) na divulgação de informações.

Para os fins da Política, Pessoas Vinculadas são aquelas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM nº 358/2002, inclusive a Companhia, os Acionistas Controladores (conforme definido na Política), diretos ou indiretos; membros do conselho de administração; diretores; membros do conselho fiscal; membros dos comitês ou de quaisquer órgãos com funções técnicas e consultivas, criados por disposição estatutária; empregados da Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição, ou circunstancialmente, tenham acesso a Informações Relevantes (conforme definido na Política); quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nos Acionistas Controladores, nas Sociedades Controladas (conforme definido na Política) e nas Sociedades Coligadas (conforme definido na Política), tenha acesso ou conhecimento de Informações Relevantes; prestadores de serviços e qualquer pessoa que tenha aderido expressamente à Política, ou, ainda, qualquer pessoa que, nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, mesmo não tendo aderido à Política, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seus Acionistas Controladores, suas Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas.

## 21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

### 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

São considerados Atos ou Fatos Relevantes aqueles definidos como relevantes nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, inclusive qualquer decisão de Acionista Controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos Valores Mobiliários (conforme definido na Política); (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários.

Os eventos a serem considerados como Ato ou Fato Relevante devem ter sua materialidade analisada no contexto das atividades ordinárias e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas, de modo a evitar a banalização das divulgações de Atos ou Fatos Relevantes em prejuízo da qualidade da análise, pelo mercado e público em geral, das perspectivas da Companhia.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer imediatamente após a deliberação, ocorrência ou conhecimento, de modo claro, preciso e na forma exigida pela regulamentação, à CVM e às Entidades do Mercado (conforme definido na Política).

O Ato ou Fato Relevante deve ser divulgado ao público por meio (i) da página na rede mundial de computadores de, pelo menos, um portal de notícias que disponibilizará ao mercado, com acesso gratuito, a integralidade da informação; (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia [www.bbmlogistica.com.br](http://www.bbmlogistica.com.br), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Entidades do Mercado; e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema IPE). Não obstante a divulgação de Ato ou Fato Relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer Ato ou Fato Relevante poderá ser também publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia. A publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia conforme acima poderá, a critério do Diretor de Relações com Investidores, ser feita de forma resumida, desde que indique as páginas na rede mundial de computadores onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores em teor, no mínimo, idêntico àquele remetido à CVM e às Entidades do Mercado.

Sempre que possível, a divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser realizada antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Entidades do Mercado. Caso as Entidades do Mercado não estejam operando simultaneamente, a divulgação será feita observando o horário de funcionamento das Entidades do Mercado localizadas no Brasil.

Excepcionalmente, os Atos ou Fatos Relevantes poderão deixar de ser divulgados, mediante deliberação do Conselho de Administração e a devida comunicação ao Diretor de Relações com Investidores, quando os Acionistas Controladores ou os Administradores entenderem que sua divulgação poderá colocar em risco interesse legítimo da Companhia. Na hipótese mencionada acima, caberá ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia e, em caso de constatação de oscilação atípica ou se Ato ou Fato Relevante não divulgado se tornar público, deverá divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante que a Companhia decidiu não divulgar anteriormente.

As Pessoas Vinculadas devem guardar absoluto sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante até sua devida divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Caso qualquer Pessoa Vinculada verifique que um Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado ao público tornou-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento, e/ou (ii) decidiram manter sigiloso o Ato ou Fato Relevante, ou, ainda, que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados à Companhia, na pessoa do Diretor de Relação com Investidores.

O texto integral da Política poderá ser encontrado: (i) na página da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/?ciadoc>), buscando pela companhia "BBM Logística", na categoria "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante"; e (ii) na página na rede mundial de computadores da Companhia <https://ri.bbmlogistica.com.br>.

## **21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política**

### **21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações**

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar por escrito à CVM e às Entidades do Mercado imediatamente após a sua ciência qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, assim como zelar por sua ampla e imediata disseminação do Ato ou Fato Relevante simultaneamente na CVM e nas Entidades do Mercado, assim como ao público investidor em geral.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores, em caso de dúvida, decidir sobre a caracterização de determinado ato ou fato como relevante, devendo consultar o Conselho de Administração para esse fim. Também compete ao Diretor de Relações com Investidores providenciar, sempre que solicitado pela CVM, a correção, o aditamento ou republicação de Ato ou Fato Relevante.

Em caso de omissão do Diretor de Relações com Investidores em seu dever de comunicar e divulgar imediatamente Ato ou Fato Relevante, caberá aos acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária comunicar imediatamente tal Ato ou Fato Relevante à CVM.

Caberá ao Conselho de Administração a deliberação sobre qualquer reformulação da Política de Divulgação, conforme o disposto no item 9.4 de referida política.

## **21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação**

### **21.4 - Outras Informações Relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção do Formulário de Referência.